



LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE  
(ORGANIZADORA)

# INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

**Investigação Científica nas Ciências  
Sociais Aplicadas**  
**2**

**Atena Editora**  
**2019**

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

| <b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)<br/>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b> |   |
|---|---|
| 162   | <p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 2)</p> <p>Formato: PDF<br/>Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader<br/>Modo de acesso: World Wide Web<br/>Inclui bibliografia<br/>ISBN 978-85-7247-689-8<br/>DOI 10.22533/at.ed.898190710</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social.<br/>I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p> |
| <b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>   |   |

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas” publicado pela editora Atena, apresenta 40 pesquisas realizadas com temáticas que contribuem para conhecermos um pouco mais sobre a sociedade em que vivemos, bem como, sobre os desafios e estratégias relacionadas a esta.

Os artigos foram organizados em sete seções, além de dois artigos que trazem temas gerais para o debate. As seções estão divididas conforme segue: Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Organizacional; Meio Ambiente e Economia; Políticas Públicas; Formação Profissional: Ensino, pesquisa e extensão; O feminino e as diferentes interfaces com as relações de gênero e Relações sociais: representações e reflexões;

O e-book apresenta caráter interdisciplinar e as publicações fundamentam o debate sobre temas que são centrais para a sociedade contemporânea. Possibilitam reconhecer e dar visibilidade às relações estabelecidas com os temas propostos e os aspectos econômicos, enquanto categoria central para se pensar nos desafios e estratégias postos para a vida em uma sociedade capitalista.

Destaca-se a seção que trata do tema “Formação Profissional”, em que são apresentados seis pesquisas voltadas para o reconhecimento da importância e contribuição do ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento regional e prestação de serviços à população.

Os artigos e seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de pesquisas que se voltam para o reconhecimento das estratégias e necessidades postas para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

### IV. POLÍTICAS PÚBLICAS

#### **CAPÍTULO 1 ..... 1**

IMPORTÂNCIA DA CADEIA DE CUSTÓDIA E O PROCESSO DE REVITIMIZAÇÃO DAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL NA CIDADE DE PORTO NACIONAL-TO, BRASIL

*Daniel Pires*

*Vanessa da Silva Matos Galvão*

*Fabiana Martins Venturini Andrade*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907101**

#### **CAPÍTULO 2 ..... 12**

INVESTIMENTOS PÚBLICOS E A GERAÇÃO DE EMPREGOS

*Mírian Rampi*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907102**

#### **CAPÍTULO 3 ..... 22**

PERCEPÇÃO DE FAMILIARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE FAMÍLIAS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM APÓDI/RN

*Vinícius Costa Maia Monteiro*

*Adriano da Costa Belarmino*

*Antônio de Pádua César Freire*

*Fernando Camanducaio Sales Leiteo*

*Isaac Newton Machado Bezerra*

*Jocasta Maria Oliveira Moraes*

*Maria da Conceição Lima Alves*

*Moisés de Oliveira Freire*

*Mônica Laís de Moraes*

*Newton Chaves Nobre*

*Pablo Ramon da Silva Carvalho*

*Verenilson de Paiva Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907103**

### V. FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

#### **CAPÍTULO 4 ..... 34**

PESQUISA CIENTÍFICA E JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

*Laís de Almeida Veiga*

*Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907104**

#### **CAPÍTULO 5 ..... 40**

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A CONTRIBUIÇÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE 2008 A 2016

*Mariane Rodrigues Volz de Aguiar*

*Adriano Correia Rodrigues*

*Jairo da Luz Oliveira*

*Sheila Kocourek*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907105**

**CAPÍTULO 6 ..... 52**

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ASSESSORIA TÉCNICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO

*Iara Pezzuti dos Santos*  
*André Siqueira de Mendonça*  
*Raul Pacheco Lemos dos Santos*  
*Margarete Maria de Araújo Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907106**

**CAPÍTULO 7 ..... 64**

DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA VISÃO SOBRE A ÉTICA NA PROFISSÃO

*Maria Helena Silva Gonzaga*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907107**

**CAPÍTULO 8 ..... 74**

A FENOMENOLOGIA DA ADOÇÃO: REFLEXÃO SOBRE A TEMÁTICA NO AMBIENTE ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO

*Geraldo Alves Lima*  
*Francisco Adaldson Junior Veras*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907108**

**CAPÍTULO 9 ..... 92**

PROJETO CIVIS: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

*William Mog*  
*Lívia Teresinha Salomão Piccinini*  
*Renata de Figueiredo*  
*Beatriz da Fé Reis*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907109**

**VI. O FEMININO E AS DIFERENTES INTERFACES COM AS RELAÇÕES DE GÊNERO**

**CAPÍTULO 10 ..... 105**

“DESINVIBILIZANDO AS MULHERES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO INTERNO”: INTERFACES ENTRE MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO

*Guélmer Júnior Almeida de Faria*  
*Maria da Luz Alves Ferreira*  
*Andrea Maria Narciso Rocha de Paula*

**DOI 10.22533/at.ed.89819071010**

**CAPÍTULO 11 ..... 121**

UMA ANÁLISE FEMINISTA ATRAVÉS DAS GERAÇÕES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA MILITÂNCIA SINDICAL RURAL PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES

*Débora Bianco Lima Garbi*  
*Jáder Ferreira Leite*  
*Elisa Maria Andrade Brisola*

**DOI 10.22533/at.ed.89819071011**

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....   | <b>130</b> |
| ECONOMIA CRIATIVA E SUSTENTABILIDADE RURAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE MULHERES ARTESÃS DO SEMIÁRIDO ALAGOANO |            |
| <i>Silvania Monteiro da Silva</i><br><i>Manoel Valquer Oliveira Melo</i>                                     |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.89819071012</b>  |            |

## **VII. RELAÇÕES SOCIAIS: REPRESENTAÇÕES E REFLEXÕES**

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....   | <b>142</b> |
| O MORTO E SUA REPRESENTAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA SIMBÓLICA                       |            |
| <i>Davi Kiermes Tavares</i><br><i>José Paulo Siefert Brahm</i><br><i>Diego Lemos Ribeiro</i> |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.89819071013</b>  |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....  | <b>155</b> |
| REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DA SOCIEDADE EM REDE DE CASTELLS E A TEORIA DA REDE DE AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS |            |
| <i>Lademir José Cremonini</i><br><i>Odete Maria de Oliveira</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.89819071014</b>   |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....  | <b>174</b> |
| DIGNIDADE HUMANA E LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA: A TELA DA SOLIDARIEDADE |            |
| <i>Ailana Amaral Alves</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.89819071015</b>                                 |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....   | <b>181</b> |
| DO GLAMOUR AO CHOQUE: A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA DA MODA DE REI KAWAKUBO NA DÉCADA DE 1990 A PARTIR DE CONCEITOS BENJAMINIANOS |            |
| <i>Camila Carmona Dias</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.89819071016</b>  |            |

## **VIII. TEMAS GERAIS**

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....                                 | <b>193</b> |
| UMA QUOTA DE CONTROVÉRSIAS SOBRE AS PESQUISAS ELEITORAIS |            |
| <i>Luci Nychai</i><br><i>Jaíne Machado</i>               |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.89819071017</b>                    |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....  | <b>219</b> |
| ÍNDICE DOS ATOS DE INFRAÇÕES COMETIDOS PELOS CONTADORES FISCALIZADOS  |            |
| <i>Mariana de Oliveira Santos</i><br><i>Joice da Cunha Soares</i><br><i>Lilane de Araújo Mendes Brandão</i> |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.89819071018</b>   |            |



|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....  | <b>226</b> |
| PAISAGEM URBANA E IMPACTO DE VIZINHANÇA: CONSEQUÊNCIAS DA<br>INSERÇÃO DE UM EDIFÍCIO NO ESPAÇO URBANO |            |
| <i>Susie Fonseca de Souza</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.89819071019</b>   |            |
| <b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....   | <b>243</b> |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....   | <b>244</b> |

## IMPORTÂNCIA DA CADEIA DE CUSTÓDIA E O PROCESSO DE REVITIMIZAÇÃO DAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL NA CIDADE DE PORTO NACIONAL-TO, BRASIL

### **Daniel Pires**

Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos  
Porto Nacional- TO

### **Vanessa da Silva Matos Galvão**

Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos  
Porto Nacional- TO

### **Fabiana Martins Venturini Andrade**

Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos  
Porto Nacional- TO

**RESUMO:** De modo geral, o presente artigo focará um estudo acerca do abuso sexual, obtido por meio de violência, coação irresistível, chantagem ou como resultado de alguma condição. Discutiremos ainda a respeito da revitimização, que é uma situação que acontece principalmente em uma esfera institucional, quando uma vítima de abuso sexual que, após o sofrimento da violência própria do ato, é interrogada por vários profissionais causando desconforto e constrangimento. A partir dessas discussões, é importante salientar que os médicos são elementos ativos de uma equipe multidisciplinar de saúde, são os profissionais com quem as vítimas de agressões sexuais se deparam nos serviços públicos. Nesse contexto, a metodologia se dará através da pesquisa bibliográfica comparativa, documentação direta com abordagem de

estudos exploratórios descritivos, com análise quantitativa sistematizada realizada no Serviço de atendimento a vítimas de abuso sexual (SAVIS), SINAN. Utilizou-se ainda, a variável independente a Implementação da cadeia de custódia, e variável dependente a revitimização das vítimas de abuso sexual. Como instrumentos de coleta de dados foram pesquisados em artigos das Bases de dados virtuais em saúde, entre eles: Biblioteca Virtual de Saúde - Bireme. Sistema Latino-Americano e do Caribe de informação em Ciências da Saúde - LILACS, National Library of Medicine – MEDLINE, Scientific Electronic Library online – Scielo, além de Livros, manuais e periódicos que discorrem das áreas de Medicina e saúde, bem leituras reflexivas exploratórias e seleção do material a fim de promover o alcance dos resultados/discussões que permitam considerar a importância da implementação da cadeia de custódia e o processo de revitimização das vítimas de abuso sexual na cidade de Porto Nacional-TO. Nesse sentido, podemos dizer que encontramos dificuldades na pesquisa de dados sobre o processo de implantação da cadeia de custódia e do processo de revitimização das vítimas de abusos sexuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cadeias de custódias, Revitimização, Vítimas, Abuso sexual.

## IMPORTANCE OF THE CUSTODIAL CHAIN AND THE PROCESS OF REVITIMIZATION OF VICTIMS OF SEXUAL ABUSE IN THE CITY OF PORTO NACIONAL-TO, BRAZIL

**ABSTRACT:** Introduction: In general, this article will focus on a study of sexual abuse, obtained through violence, irresistible coercion, blackmail or as a result of some condition. We will also discuss revictimization, which is a situation that happens mainly in an institutional sphere, when a victim of sexual abuse who, after suffering the violence of the act, is questioned by several professionals causing discomfort and embarrassment. From these discussions, it is important to emphasize that doctors are active elements of a multidisciplinary health team, they are the professionals with whom victims of sexual aggressions are faced in public services. In this context, the methodology will be based on the comparative bibliographic research, direct documentation with an exploratory descriptive studies approach, with a quantitative systematized analysis performed at the Sexual Abuse Service (SAVIS), SINAN. We also used the independent variable, the Implementation of the chain of custody, and the dependent variable for the victimization of victims of sexual abuse. As instruments of data collection were searched in articles of the virtual data bases in health, among them: Virtual Health Library - Bireme. Latin American and Caribbean Information System on Health Sciences - LILACS, National Library of Medicine - MEDLINE, Scientific Electronic Library online - Scielo, as well as books, manuals and periodicals that cover the areas of Medicine and Health, as well as exploratory and selection of the material in order to promote the scope of the results / discussions that allow to consider the importance of the implementation of the chain of custody and the process of revictimization of the victims of sexual abuse in the city of Porto Nacional-TO. In this sense, we can say that we find difficulties in researching data on the process of implementation of the chain of custody and the process of victimization of victims of sexual abuse.

**KEYWORDS:** Custody chains, Revival, Victims. Sexual abuse.

### 1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, o serviço de atenção especializada às pessoas em situação de violência sexual - SAVIS, tem como objetivo principal, oferecer acolhimento humanizado para as pessoas em situação de violência sexual.

Nesse contexto, no estado do Tocantins, este serviço atende as pessoas de todo o estado, em parceria com as delegacias de polícia e postos de saúde municipais. Na capital do estado, Palmas -TO, o Hospital e Maternidade Dona Regina (HMDR) é referência neste tipo de atendimento, pois, o mesmo conta com uma equipe multiprofissional capacitada para fazer além do atendimento de urgência e emergência, o atendimento ambulatorial. Porto Nacional TO, cidade localizada a 60 Km da capital Palmas, o atendimento de urgência/emergência e também ambulatorial para vítimas de abuso sexual, é realizado pelo Hospital Materno Infantil Tia Dedé.

O mesmo conta com uma equipe multiprofissional capacitada, incluindo médico, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos entre outros.

Para Cordeiro (2006, p.1), o abuso sexual corresponde ao ato sexual obtido por meio de violência, coação irresistível, chantagem ou como resultado de alguma condição debilitante ou que prejudique razoavelmente a consciência e o discernimento.

Desse modo, a revitimização é uma situação que acontece principalmente em uma esfera institucional, quando uma vítima de abuso sexual que, após o sofrimento da violência própria do ato, é interrogada por vários profissionais causando desconforto e constrangimento na tentativa de lembrar em detalhes, os momentos em que esteve sob o jugo do agressor. Diante deste contexto faz-se necessário a introdução da cadeia de custódia para minimizar os efeitos advindos do abuso sexual.

Pinheiro, (2008) relata que durante uma investigação de agressão sexual, é fundamental pesquisar os vestígios deixados no corpo ou nas peças de vestuário da vítima, pois, esses vestígios podem servir de provas durante uma investigação criminal. Diante disso, estudos bibliográficos sobre essa temática, revelaram que existe uma lacuna a respeito do estudo sobre a recolha de vestígios a vítimas de agressões sexuais sendo praticamente inexistentes.

Galvão da Silva, (2006) afirma que o estudo desses mesmos vestígios poderá ficar comprometido se, por exemplo, a sua coleta e preservação não for devidamente acautelada. Assim, tem-se adotado a Cadeia de Custódia como modelo nas mais variadas áreas do conhecimento em que se inclua entre as preocupações relacionadas à qualidade, questões de âmbito judicial (RANGEL, 2004). Dessa forma segundo Portugal, (1998) é necessário que se estabeleça um controle sobre todas as fases deste processo.

A cadeia de custódia é um processo fundamental para garantir a idoneidade e a rastreabilidade em análises toxicológicas forenses, pois, segundo Smitteth al, (1990), ela contribui para manter e documentar a história cronológica da evidência do abuso sexual, para rastrear a posse e o manuseio da amostra a partir do preparo do recipiente coletor, da coleta, do transporte, do recebimento, da análise e do armazenamento.

Diante disso, observa-se a importância da implementação de cuidados nas instituições que realizam o atendimento a vítimas de abuso sexual, pois a mesma tem como objetivo principal documentar a história cronológica e evidenciar os fatos ocorridos com os vestígios, visando também garantir o rastreamento das evidências utilizadas em processos judiciais, bem como registrar quem teve acesso ou realizou o manuseio desta evidência.

Contudo, o projeto foi desenvolvido de acordo com as normas do comitê de ética e da Plataforma Brasil, e justificou-se pela a relação direta do médico com a vítima.

Nessa perspectiva, a realização deste projeto fez-se necessária uma vez que pretendeu-se, realizar um estudo exploratório de análise descritiva em diversos artigos para obter informações pertinentes, sobre a importância da implementação da cadeia de custódia e o processo de revitimização das vítimas de abuso sexual na cidade de

Porto Nacional-TO, descrevendo o processo de implantação da cadeia de custódia e o processo de revitimização das vítimas de abusos sexuais nessa cidade bem como descrever as principais contribuições teóricas médicas pertinentes explanando o processo de implantação da cadeia de custódia.

A utilização destes protocolos contribuem para a eliminação das lacunas existentes nesse campo e leva a uma padronização de todo o processo pericial em casos de violência sexual. Desta forma, maiores serão as possibilidades de identificação e condenação de agressores, podendo também servir para inibição de novos crimes desta natureza.

Nesse contexto o abuso sexual é um fenômeno universal que por sua elevada incidência, prevalência e pelos danos que determina, é considerado um complexo problema de responsabilidade social configurando nos dias atuais importante desafio para os profissionais de saúde, principalmente médicos, pois, exige conhecimentos apropriados de medicina legal, sexologia forense e outros profissionais especializados e treinados para atendimento das vítimas.

Os médicos são elementos ativos de uma equipe multidisciplinar de saúde, são os profissionais com quem as vítimas de agressões sexuais se deparam e por esta razão, devem estar sensibilizados para prestar cuidados médicos de forma a respeitar e preservar os vestígios que por sua vez são vitais para o sucesso de uma investigação criminal. Assim, se a recolha e preservação dos vestígios não for devidamente salvaguardada, o estudo desses mesmos poderá ficar comprometido, podendo levar à sua deterioração ou contaminação.

Atualmente, diversos países fazem uso de protocolos próprios, para o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa de comparação entre protocolos e iniciativas de atendimento de casos de violência sexual. A cadeia de custódia é um programa que permite à vítima de abuso sexual ser atendida de forma rápida sistemática sem que haja a necessidade de deslocamento à delegacia para realizar corpo de delito, a partir da sua implantação todo atendimento à vítima passará ser realizado em um local determinado, e o profissional médico fica responsável por colher o depoimento e provas para processo criminal.

Trata-se de uma forma especial para reverter os agravos decorrentes da violência sexual à qual a vítima foi exposta.

## **2 | METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa apresentada se deu através da documentação direta por meio da pesquisa Bibliográfica comparativa, com abordagem de estudos exploratórios descritivos, com análise quantitativa sistematizada realizada no SINAN (Sistema de informação de agravos de notificação). Utilizou-se como variáveis independentes a implementação da cadeia de custódia,

a fim de discutir e analisar como variável dependente a revitimização das vítimas de abuso sexual. Os instrumentos de coleta de dados disponibilizados contaram com artigos das Bases de dados virtuais em saúde, entre eles: Biblioteca Virtual de Saúde - Bireme. Sistema Latino-Americano e do Caribe de informação em Ciências da Saúde - LILACS, National Library of Medicine – MEDLINE, Scientific Electronic Library online – Scielo, além de Livros, manuais e periódicos. Utilizou-se com desfecho primário a variável implementação da cadeia de custódia e como desfechos secundários a revitimização de vítimas de abuso sexual. Como benefícios destacaram a importância de fornecer subsídios a estudos posteriores para verificação da relevância da cadeia de custódia no abuso sexual, promover estratégia e campanhas como forma de prevenção ao abuso sexual; informar a população sobre a atuação da cadeia de custódia e auxiliar na formulação de políticas públicas de saúde levando em consideração a revitimização.

### 3 | RESULTADOS

A violência sexual é um crime que ocorre indistintamente em todas as regiões do mundo, podendo atingir tanto homens quanto mulheres, adolescente e crianças.

Segundo Lopes et al., 2004; 26(2):35-9, a violência sexual em um conceito bem amplo, caracteriza-se como a utilização da força física ou intimidação para a obtenção de contato sexual sem o consentimento da vítima.

Assim quando se discute o conceito de violência sexual, percebe-se que há várias compreensões e conceitos que se modificam ao longo da história. Porém, desde do século XX existe uma mobilização em torno dos direitos da infância e, conseqüentemente, no enfrentamento do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes.

Bonnet FR; Cintra RB (2014; 19:45-51) por exemplo afirmam que, estudos recentes sobre violência sexual, particularmente sobre crimes e agressões praticadas contra mulheres, apontam para a elevada incidência do fenômeno, que é de caráter transversal em todos os países do mundo, culturas e estratos sociais e econômicos.

Os mesmos autores reafirmam ainda que tais estudos revelam, que as taxas de acusação e de condenação nos casos de crimes sexuais em geral são baixas.

Quando analisou-se a Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, BRASIL, (1990) observou-se que caracteriza violência sexual, como sendo atos praticados com finalidade sexual que, por serem lesivos ao corpo e a mente do sujeito violado, desrespeitam os direitos e as garantias individuais como liberdade, respeito e dignidade.

Nessa perspectiva, Azevedo; Guerra, 1998, p.33, caracteriza a violência sexual como sendo um ato ou jogo sexual, em uma relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular

sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

Diante disso, percebeu-se que a violência sexual é um problema de amplitude crescente, porém de difícil mensuração, pois os dados estatísticos não refletem a realidade, por conta da subnotificação, dessa forma, este problema tem sido uma fonte recorrente de frustrações para as vítimas sobreviventes, e profissionais jurídicos e de saúde envolvidos nesse processo em todo o país.

Quando se trata da violência contra a criança e ao adolescente, percebe-se que é um problema universal que atinge milhares de vítimas de forma silenciosa e dissimulada, constituindo assim num fenômeno recorrente na história da infância. No passado essa violência era encoberta pelo silêncio, no entanto, esse silêncio tem sido rompido a partir de denúncias. Nessa perspectiva os autores Ballone *et al*, 2008; DEL PRIORE, 2007; FREITAS, 1997, afirmam que a violência sexual trata-se, deste modo, um problema que acomete em ambos os sexos e não costuma obedecer nenhuma regra como nível social, econômico, religioso ou cultural (BALLONE; ORTOLANI; MOURA, 2008; CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008; DEL PRIORE, 2007; FREITAS, 1997.

O abuso sexual é caracterizado como sendo qualquer ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente o abuso sexual pode ocorrer tanto no âmbito intrafamiliar como também no âmbito. Alguns autores afirmam que o abuso sexual também pode ser entendida como incesto, que, comumente, dura um longo período e pode ser praticado com o conhecimento e cobertura de outros membros da família. Nesse sentido o abuso sexual entendido como incesto em nossa cultura, é considerado uma das formas mais frequente, observando-se diversas causas e consequências danosas às vítimas principalmente as de nível psíquico.

Para tanto, atualmente, diversos países fazem uso de protocolos próprios, para o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa de comparação entre protocolos e iniciativas de atendimento de casos de violência sexual.

A utilização destes protocolos contribuem para a eliminação das lacunas existentes nesse campo e leva a uma padronização de todo o processo pericial em casos de violência sexual.

Desta forma, maiores serão as possibilidades de identificação e condenação de agressores, podendo também servir para inibição de novos crimes desta natureza. Considerada um programa que permite a vítima de abuso sexual ser atendida de forma rápida sistemática sem que haja a necessidade de deslocamento a delegacia para realizar corpo de delito, a partir da sua implantação, a cadeia de custódia oferece atendimento a vítima de abuso sexual em um local determinado, e o profissional médico fica responsável por colher o depoimento e provas para processo criminal, correspondendo a uma forma especial para reverter os agravos decorrentes da violência sexual a qual a vítima foi exposta. importantes; Anotações da tomada

de apontamentos; Fichamentos em um documento do Microsoft Word. Para a busca desses artigos científicos, foram utilizados como descritores as palavras chaves: cadeias de custódias, revitimização, vítimas e abuso sexual.

#### 4 | DISCUSSÕES

O abuso sexual contra a criança e/ou adolescente são cometidos, em sua maior parcela, pelos pais e outros familiares, ou alguém do convívio muito próximo da vítima, como amigos e vizinhos. Assim após o levantamento de dados estatísticos sobre o abuso sexual realizou-se uma análise comparativa dos dados estatístico publicados pelo Ministério da saúde e encontramos que o abuso sexual é o segundo tipo de agressão mais comum contra crianças brasileiras de 0 a 9 anos nos últimos anos. Em 2011, a violência sexual correspondia a 35% das notificações. Encontra-se também sobre o abuso sexual que ele representa a segunda agressão mais cometida contra adolescentes de 10 a 14 anos, representando 10,5% das notificações. Entre os jovens de 15 e 19 anos, essa agressão ocupa o terceiro lugar (5,2%). Os dados apontam que a maior parte das agressões sexuais ocorreram na residência da criança (64,5%). Fonte: Disponível em: <http://www.infanciaprotegida.com.br/2016/06/10/infancia-e-abuso-sexual-estatisticas-e-formas-de-prevencao/> acessado em: 30 de Outubro de 2018.

A tabela abaixo mostra o resultado de um trabalho realizado por Fontes et al 2017 sobre a violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental na qual demonstram o número de escolares abusados por gênero. Nela observamos que apresenta um panorama geral da amostra em relação à violência sexual para alunos de 9ª série, estratificados por gênero. Como se nota, os adolescentes abusados representam cerca de 4% do total de participantes da PeNSE, cuja representatividade amostral equivale a 101.901 jovens violentados. Nota-se que o percentual de vítimas é maior entre as mulheres (4,32%).

**Tabela 1. Número de escolares abusados por gênero.**

|               | <b>Total</b> | <b>Abusadas</b> |
|---------------|--------------|-----------------|
| <b>Total</b>  | 2.575.269    | 101.901         |
| (%)           | -            | 3,96%           |
| <b>Mulher</b> | 1.326.688    | 57.328          |
| (%)           | -            | 4,32%           |
| <b>Homem</b>  | 1.248.581    | 44.573          |
| (%)           | -            | 3,57%           |

Fonte: Microdados da PeNSE 2015. Nota: Os resultados foram expandidos a partir dos pesos amostrais da pesquisa.



**Tabela 2.** Percentual de escolares por condição de abuso e variáveis relacionadas à saúde mental.

|                     | <b>Solidão</b> | <b>Amigos</b> | <b>Insônia</b> |
|---------------------|----------------|---------------|----------------|
| <b>Não abusados</b> |                |               |                |
| <b>Total</b>        | 16,00%         | 22,70%        | 10,89%         |
| <b>Homem</b>        | 9,97%          | 20,21%        | 6,70%          |
| <b>Mulher</b>       | 21,66%         | 25,04%        | 14,82%         |
| <b>Abusados</b>     |                |               |                |
| <b>Total</b>        | 35,58%         | 33,69%        | 26,40%         |
| <b>Homem</b>        | 20,01%         | 32,26%        | 16,60%         |
| <b>Mulher</b>       | 46,53%         | 34,69%        | 33,28%         |

Fonte: Microdados da PeNSE 2015.

**Tabela 4:** Sexo do provável autor da agressão segundo a faixa etária da vítima

|                               | <b>Crianças</b> | <b>Adolescentes</b> | <b>Adultos</b> |
|-------------------------------|-----------------|---------------------|----------------|
| <b>Masculino (n=11366)</b>    | 92,55%          | 96,69%              | 96,66%         |
| <b>Feminino (n=158)</b>       | 1,80%           | 0,99%               | 0,70%          |
| <b>Ambos os sexos (n=115)</b> | 1,28%           | 0,86%               | 0,47%          |
| <b>Ignorado (n=378)</b>       | 4,36%           | 1,46%               | 2,17%          |

Fonte: Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Dados de 2011.

**Tabela 5:** Vínculo/grau de parentesco do agressor com a vítima do estupro segundo a faixa etária da vítima

|   | <b>Crianças</b> | <b>Adolescentes</b> | <b>Adultos</b> |
|---|-----------------|---------------------|----------------|
| <b>Pai</b>                              | 11,8%           | 5,3%                | 1,1%           |
| <b>Mãe</b>                              | 1,7%            | 0,8%                | 0,3%           |
| <b>Madrasta</b>                         | 0,4%            | 0,0%                | 0,0%           |
| <b>Padrasto</b>                         | 12,3%           | 8,4%                | 1,1%           |
| <b>Cônjuge</b>                          | 0,8%            | 1,2%                | 9,3%           |
| <b>Ex-cônjuge</b>                       | 0,2%            | 0,3%                | 4,3%           |
| <b>Namorado(a)</b>                      | 7,1%            | 8,2%                | 1,6%           |
| <b>Ex-namorado(a)</b>                   | 0,6%            | 1,9%                | 1,7%           |
| <b>Filho(a)</b>                         | 0,1%            | 0,1%                | 0,5%           |
| <b>Desconhecido(a)</b>                  | 12,6%           | 37,8%               | 60,5%          |
| <b>irmão (ã)</b>                        | 3,2%            | 1,6%                | 1,0%           |
| <b>Amigos/conhecidos</b>                | 32,2%           | 28,0%               | 15,4%          |
| <b>Cuidador(a)</b>                      | 1,2%            | 0,6%                | 0,2%           |
| <b>Patrão/chefe</b>                     | 0,2%            | 0,6%                | 0,5%           |
| <b>Pessoa com relação institucional</b> | 0,8%            | 0,8%                | 0,7%           |
| <b>Policial/agente da lei</b>           | 0,2%            | 0,4%                | 0,3%           |
| <b>Doutros</b>                          | 0,1%            | 0,2%                | 0,1%           |

Fonte: Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Dados de 2011.

Segundo os autores, há de se destacar que a maior parte dos atos são cometidos por pessoas conhecidas do abusado: namorado/ex (25,6%), familiares (19,3%), amigos (19,2%) e pais (10,5%). Este é um resultado extremamente preocupante, tendo em vista que a vítima pode ter sido violentada por alguém que ela ama ou confia. (FONTES et al 2017).

Na segunda Tabela 2 os autores concluíram que a existência de um perfil singular do adolescente abusado no que se refere à solidão, número de amigos e problemas de insônia. Entre os escolares não abusados, 16% declararam se sentir sempre ou muito sozinhos, 22,7% disseram ter nenhum ou até dois amigos e 10,9% relataram problemas de insônia frequente por motivos que os preocupam. Os números diferem muito entre os abusados, com percentuais de 35,6%, 33,7% e 26,4%, respectivamente. A diferente dinâmica observada quanto à saúde mental das mulheres, como usualmente indicada na literatura, pode ser confirmada com os resultados da Tabela 2.

Quando analisados os dados fornecidos pelo Ministério dos direitos humanos, (MDH 2018) destacamos que pelo disque-denúncia disque (100), chegaram cerca de 9 mil denúncias de abuso sexual no primeiro semestre de 2017. Em 2016, foram 15.707. O serviço só recebe retorno sobre o andamento da apuração em 16% dos encaminhamentos na média, segundo o Ministério dos Direitos Humanos.

Quando se trata a nível de Brasil, a BBC Brasil procurou as polícias estaduais e também o Ministério Público de todos os 26 Estados brasileiros e do Distrito Federal. e descobriu que na maioria dos Estados, nem a própria polícia ou secretaria de segurança agrupa essas informações.

A ausência de dados centralizados gera a impossibilidade de cobrança e acompanhamento de uma esfera superior.

Segundo a BBC Brasil obteve informações apenas da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e dos Ministérios Públicos de Santa Catarina, Distrito Federal, Acre, Rio Grande do Sul e Paraná.

As Secretarias de Segurança Pública de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e os Ministérios Públicos de Minas Gerais, Goiás e Ceará admitiram não ter os dados.

Os outros órgãos não responderam ou não deram explicações para não terem enviado as informações. Os únicos dados centrais que a BBC Brasil conseguiu identificar revelam a brutalidade deste tipo crime, ou seja, quando vítimas vão parar em um hospital com machucados, doenças ou outros problemas decorrentes do abuso.

No que se refere aos dados fornecidos pelo SINAN, em 2016, o sistema de saúde registrou 22,9 mil atendimentos a vítimas de estupro no Brasil. Em mais de 13 mil deles - 57% dos casos - as vítimas tinham entre 0 e 14 anos. Dessas, cerca de 6 mil vítimas tinham menos de 9 anos. As estatísticas são do SINAN, o sistema de informações do Ministério da Saúde, que registra casos de atendimento de diferentes

ocorrências médicas desde 2011. É uma espécie de ponta do iceberg do problema. O sistema consolida dados tanto dos serviços de saúde pública quanto da rede privada.

Quando analisamos a questão do estupro por definição utilizada pelo Ministério da Saúde é a mesma adotada no âmbito penal. São notificados como estupro, por exemplo, conjunção carnal, masturbação, toques íntimos, a introdução de dedos ou objetos na vagina, sexo oral e sexo anal.

Nos casos de estupros de menores, os profissionais de saúde responsáveis pelo atendimento em hospitais devem comunicar as ocorrências aos conselhos tutelares locais.

A partir deste ponto, o sistema de saúde não faz mais o acompanhamento - portanto mesmo pelos números da área de saúde não há como saber quais desses casos chegaram à polícia ou à Justiça.

Por fim, a solução para os abusos sofridos por crianças e adolescentes deve começar, portanto, dentro de casa, na própria família.

Os pais e tutores legais devem desenvolver atitudes preventivas no sentido de evitar ou extirpar a ocorrência de violências físicas, emocionais, sexuais.

Para isso, é necessário que a criança e o adolescente tenham um vínculo de confiança com a pessoa que a orienta e saiba que poderá procurá-la para perguntar ou contar algo sem ser punida ou criticada.

A prevenção vem pela orientação das crianças e adolescentes sobre o que é o abuso em suas diversas modalidades e como eles devem agir em face da violência.

Enfim a importância da implementação da cadeia de custódia e o processo de revitimização das vítimas de abuso sexual na cidade de Porto Nacional-TO, é extremamente relevante, uma vez que em todas as análises de artigos e sites específicos sobre a temática, encontramos dificuldade de encontrar dados sobre o processo de implantação da cadeia de custódia e o processo de revitimização das vítimas de abusos sexuais.

Nesse contexto,descrever as principais contribuições teóricas médicas pertinentes explanando o processo de implantação da cadeia de custódia, os atendimentos realizados pelos médicos e a alimentação sistemática do SAVIS, SINAN na cidade de Porto Nacional se faz necessário. Portanto mesmo os números do SINAN, que oferecem uma visão central do problema, não retratam todos os casos de abuso sexual de crianças que acabaram no sistema de saúde nem todos os municípios do país reportam os casos, embora o procedimento seja obrigatório.

## **5 | CONCLUSÃO**

A realização deste projeto, foi relevante pois colaborou com os avanços do conhecimento acerca das ciências médico-legais com o propósito conhecer ampliar e de sensibilizar os profissionais desta classe para a importância da temática deste

estudo.

Nessa perspectiva, percebe-se que ela também contribuiu para a melhoria dos cuidados prestados pelos médicos perante as vítimas de agressão sexual, no sentido de cooperar, com as suas ações, na investigação cível e criminal.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, LZS de. **Aspectos éticos da pesquisa científica**. *PesquiOdontolBras* 2003;17 (Supl1):57-63. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pob/v17s1/a09v17s1.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2017

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Pele de asno não é só história... um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família**. São Paulo: Rocca, 1998.

BALLONE, G. J.; ORTOLANI, I. V., MOURA, E. C. **Violência Doméstica**. In: *PsiquWeb*. 2008. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=89>. Acesso em: 23 de Outubro de 2017.

BONNET, FR; Cintra RB. **Protocolos e iniciativas de atendimento médico-legal em casos de violência sexual em mulheres**. *Saúde, Ética & Justiça*. 2014;19(1):45-51.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 23 de Outubro de 2017.

CERQUEIRA, Daniel; Coelho, S.C.D. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde**. Versão Preliminar, nº11. Brasília, 2011.

FONTES, LFC et al. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9):2919-2928, 2017 **Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental**.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**.4.ed. São Paulo: Atlas, 1994. Disponível em: <http://www.abntouvancouver.com.br/2015/03/como-definir-o-tipo-de-pesquisa.html>. acessado em: 23 de Outubro de 2017.

HOSSNE, Vieira (1995), **O papel dos Comitês de Ética em Pesquisa na proteção do ser humano Bioética**. 2002 - vol. 10 - nº 2.

LOPES, IMRS, GOMES KR, SILVA BB, Deus MCBR, GALVÃO,ERCGN, BORBA,DC. Caracterização da violência sexual em mulheres atendidas no projeto Maria-Maria em Teresina- PI.Ver *BrasGinecol Obstet*. 2004; 26(2):35-9. DOI: [http:// dx.doi.org/10.1590/S0100-72032004000200005](http://dx.doi.org/10.1590/S0100-72032004000200005).

MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. Ed.São Paulo: Atlas, 1996.

ONOCKO-Campos RT, Furtado JP.**INSTRUMENTAL METODOLÓGICO PARA AVALIAÇÃO DA REDE DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22(5):1053-1062, maio, 2006.

PORTUGAL. Ministério da Justiça.**Gabinete do Secretário de Estado da Justiça**. Despachon.11055/1998.Disponívelem:<[http://www.idt.pt/media/legislacao/despacho\\_11055\\_98.pdf](http://www.idt.pt/media/legislacao/despacho_11055_98.pdf)> Acesso em 24 fev. 2006.

RANGEL, R. Toxicologia forense. In: FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PORTO. **Noções gerais sobre outras ciências forenses, 2004**.Disponívelem:<[www.drogas.pt/media/legislacao/despacho\\_11055\\_98.pdf](http://www.drogas.pt/media/legislacao/despacho_11055_98.pdf)>Acesso em: 25 mar. 2006.

## INVESTIMENTOS PÚBLICOS E A GERAÇÃO DE EMPREGOS

**Mírian Rampi**

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai  
e das Missões – Campus Erechim.

Erechim, RS – Brasil.

**RESUMO:** A destinação recursos oriundos das receitas municipais nas atividades econômicas, tem buscado oferecer oportunidades para o desenvolvimento das cidades com a instalação ou ampliação de empresas com a geração de empregos e a inclusão social. O objetivo do estudo é verificar se investimentos públicos em comércio, indústria e serviços retratam um saldo positivo na geração de empregos bem como o custo dos empregos gerados, nos municípios com mais de noventa mil habitantes do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma pesquisa descritiva, a população é composta pelos 497 municípios do Rio Grande do Sul, estratificado pela amostra que são as cidades com mais de noventa mil habitantes, totalizando dezenove municípios. Os dados foram coletados nos sítios: IBGE – TCE – SDECT – CAGED. A análise se deu por meio de estatística descritiva. A partir da análise, concluiu-se que, em vários municípios, o crescimento da arrecadação e o incremento das receitas é constante, assim como o investimento nos setores, porém o aumento de empregos não ocorreu na mesma proporção. Logo, os valores investidos pelos

municípios através das secretarias, não teve influência direta nas novas contratações, porém pode-se inferir que os benefícios podem estar relacionados à inclusão social e a qualidade de vida da população.

**PALAVRAS-CHAVE:** Investimento Público. Economia. Desenvolvimento Regional. Inclusão Social.

### PUBLIC INVESTMENT AND THE GENERATION OF EMPLOYMENT

**ABSTRACT:** The allocation of resources from municipal revenues in economic activities has sought to offer opportunities for the development of cities with the installation or expansion of companies with the generation of jobs and social inclusion. The objective of the study is to verify if public investments in commerce, industry and services portray a positive balance in the generation of jobs as well as the cost of jobs generated in the municipalities with more than ninety thousand inhabitants of the state of Rio Grande do Sul. of a descriptive survey, the population is composed of the 497 municipalities of Rio Grande do Sul, stratified by the sample that are cities with more than ninety thousand inhabitants, totaling nineteen municipalities. Data were collected at the following sites: IBGE - TCE - SDECT - CAGED. The analysis was done through descriptive statistics. From the analysis,

it was concluded that, in several municipalities, revenue growth and revenue growth are constant, as is investment in the sectors, but the increase in jobs did not occur in the same proportion. Therefore, the values invested by the municipalities through the secretariats had no direct influence on the new hires, but it can be inferred that the benefits may be related to social inclusion and the quality of life of the population.

**KEYWORDS:** Public Investment. Economy. Regional development. Social inclusion.

## 1 | INTRODUÇÃO

A articulação entre a sociedade civil e o governo municipal vem trazendo benefícios importantes para o desenvolvimento, sendo que o impacto na economia dos diversos setores do município decorre das empresas nelas estabelecidas, gerando emprego, crescimento econômico e inclusão social. A mudança é sempre perceptível e pode ser verificada de diferentes formas, culturais, econômicas e pela inclusão social. No Rio Grande do Sul como em outros estados, os espaços industriais foram se consolidando, buscando mão de obra qualificada, reduzindo custos de produção e alavancando os lucros.

Os polos industriais vistos como acervos de empresas, criados a partir de pesquisas de viabilidade econômica, mão de obra, acesso e infraestrutura, traz para a sociedade impactos no turismo, educação, saúde, economia e segurança. No Estado do Rio Grande do Sul são 497 municípios que buscam investir nos setores produtivos, comerciais e de prestação de serviços, proporcionando o crescimento de micro e pequenas empresas. Neste sentido o objetivo do estudo foi verificar se investimentos públicos no comércio, indústria e serviços retratam um saldo positivo na geração de empregos bem como o custo dos empregos gerados, nos municípios com mais de noventa mil habitantes do estado do Rio Grande do Sul.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A Contabilidade é a ciência que estuda, interpreta e registra os atos que afetam o patrimônio das entidades. Sua finalidade é fazer o controle e fornecer aos seus administradores as informações necessárias para a tomada de decisões em sua entidade. Para Gouveia (1993, p.01), “[...] contabilidade é um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeira dessa entidade em uma determinada data”.

## 2.1 Planejamento na Gestão Pública

Agestão é atividade que se preocupa tanto com a eficiência quanto com a eficácia das operações desenvolvidas na organização, como citado por Saldanha (2006, p. 12). Portanto, a gestão pública é a mesma atividade administrativa vinculada à lei, à norma técnica ou à política, realizando funções administrativas em um determinado período de tempo. Referir-se ao tempo, aqui, significa analisar a gestão pública de uma forma dinâmica, entende-a como um processo decisório, cujos princípios estáticos estão envolvidos por uma sociedade que se modifica, pois as regras mudam e as práticas no território administrativo alteram-se no tempo e no espaço.

Analisa-se que gestão pública é um conjunto de atividades voltadas para a administração de interesses e bens coletivos. Já planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão utilizada pelas organizações. Como o planejamento na gestão pública, que é responsável para as transformações que ocorrem na sociedade não sejam acasos, e sim uma linha de pensamentos contínuos voltadas para utilização de estratégias e planos de ação prevalecendo sua sequência sobre os diversos fatores que influenciam o ambiente interno e externo da organização.

O planejamento na Gestão Pública materializa-se pelo atendimento ao estabelecido no Art. 165 da Constituição Federal, em que devem ser elaborados o Plano Plurianual – PPA a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

O Plano plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, para um período de quatro anos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública para o ano seguinte, e deve ser elaborado em consonância com o Plano Plurianual. Já a Lei Orçamentária reserva recursos para o atendimento das metas estabelecidas no PPA e LDO.

## 2.2 Receita e Despesa Pública

Segundo Kohama (2013) receita pública é todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, e, também, a variação ativa, proveniente do registro do direito a receber no momento da ocorrência do fato gerador, quer seja efetuado através de numerário ou outros bens representativos de valores.

As receitas públicas podem ser subdivididas em receita orçamentária, divididas em correntes e de capital, e receita extra-orçamentária. As receitas orçamentárias correntes, segundo Araújo (2004), são as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferência e outras receitas correntes, como multas, juros, restituições, indenizações, receitas da dívida ativa, de alienações de bens apreendidos, de aplicações financeiras, entre outras. Com

enfoque no desenvolvimento urbano de industrialização e serviços temos a receita corrente industrial, que provêm das atividades industriais de utilidade pública, como da indústria da construção, transformação, extrativa mineral entre outras.

As receitas orçamentárias de capital, segundo Araújo (2004), compreendem as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; amortização de empréstimos; recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender à formação de um bem de capital.

A receita extra-orçamentária são os valores de todo e qualquer recolhimento que não constitui renda para os órgãos públicos, onde o estado é mero depositário, sendo que os valores devem ser repassados para outras entidades, como os descontos de INSS dos servidores, que, posteriormente, deverão ser recolhidos para a Previdência Social.

Já despesa pública, segundo Andrade (2002), constitui-se de toda saída de recursos ou de todo pagamento efetuado, a qualquer título, pelos agentes pagadores para saldar gastos fixados na Lei do Orçamento ou em lei especial e destinados à execução dos serviços públicos, entre eles custeios e investimentos, além dos aumentos patrimoniais, pagamento de dívidas, devolução de importâncias recebidas a título de caução, depósitos e consignações. Assim despesa pública é todo pagamento efetuado a qualquer título pelos agentes pagadores.

### **2.3 Desenvolvimento Econômico**

O desenvolvimento econômico é um processo de crescimento lento, mas real, e deve-se levar em conta uma série de fatores, mas principalmente a cultura organizacional, construída ao longo do tempo, cujo método de trabalho precisa obedecer a um processo contínuo, tanto nas empresas privadas como públicas, para que ambas não tenham crises econômicas.

Nem tudo que se realiza no setor privado serve ao setor público. Assim, empenha-se na busca do melhor desempenho dos fatores de produção nas empresas e segmentos diversos da economia, nas condições reais da sociedade, para que todos tenham estabilidade e renda digna para viver. Nosso país conta com empresas de grande porte, que vem se destacando cada vez mais na nossa economia, exigindo pessoas qualificadas visando a busca contínua de redução de custos.

Segundo Brum (2013) outra exigência do mercado de trabalho, na atualidade, é a flexibilidade e a criatividade do trabalhador, e a sua permanente busca de atualização e novas informações. Antes, na indústria tradicional, o operário passava anos, às vezes toda a sua vida útil, fazendo sempre a mesma coisa e do mesmo jeito. Agora, precisa capacitar-se para mudanças frequentes, quer em outra empresa, quer em outro setor da mesma empresa, quer no seu próprio setor, operando novas máquinas, cada vez mais sofisticadas e eficientes.



## 2.4 Empreendedorismo

Empreendedorismo, palavra que demonstra em sua acepção o início de algo, de alguma coisa, como começar, delinear, experimentar, tentar. Segundo Dornelas (2005), empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades. E a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso. O foco em resultados representa a ação de usar informações sobre desempenho para identificar prioridades organizacionais, buscando atingir as metas, resultados e objetivos previamente planejados e almejados.

Os municípios, de forma geral, devem incentivar e implementar maneiras de atrair empreendedores, para o crescimento econômico de seus municípios e trazendo, conseqüentemente, mais qualidade de vida e renda à sociedade. Assim, considera-se o empreendedorismo uma forma de mudança e o empreendedor como alguém que sempre se apoia nessas mudanças para a busca e exploração de novas oportunidades. No caso da administração pública, vale destacar que o aspecto burocrático é muito evidente em tal tipo de organização. Buscar oportunidades, nesse contexto, torna-se muito mais desafiador ao empreendedor.

## 3 | METODOLOGIA

Quanto ao método, este estudo classifica-se como uma pesquisa descritiva. A população é formada por todos os 497 municípios do Rio Grande do Sul, a amostra foi selecionada pelas cidades gaúchas com mais de 90 mil habitantes totalizando 19 municípios. Os dados foram coletados a partir de acessos aos sítios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Tribunal de contas do estado do Rio Grande do Sul – TCE, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – SDECT e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. Os anos analisados foram de 2008 a 2017 e a análise se deu por meio de estatística.

## 4 | ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo buscou analisar se os investimentos em comércio, indústria e serviços em relação a receita municipal, resultam na geração de empregos. O período de análise compreendeu os anos de 2008 a 2017, e utilizou-se dados das receitas orçamentárias dos municípios, das despesas correspondentes às secretarias vinculadas aos investimentos em áreas que buscam o desenvolvimento econômico das cidades e dados do emprego disponíveis no CAGED.

## 4.1 Arrecadação e investimentos

A partir das 19 cidades selecionadas, buscou-se no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE as receitas públicas respectivas aos 10 anos estudados para elaboração da Tabela 1 onde busca-se demonstrar as receitas de cada município objeto do estudo bem como os investimentos nos setores da indústria, comércio e serviços.

Os valores investidos nos setores de indústria, comércio e serviços dos anos de 2008 a 2017 são disponibilizados nas secretarias municipais da produção, indústria, serviço, agricultura, comércio e desenvolvimento econômico, por meio do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC.

Na Tabela 1 apresenta-se o comparativo entre a arrecadação de cada município e o valor destinado por meios das respectivas secretarias nas áreas de indústria, comércio e serviços, no período de 2008 a 2017.

| Ranking      | Município         | Arrecadação            | Investimento       | %             |
|--------------|-------------------|------------------------|--------------------|---------------|
| 1º           | Bagé              | 2.084.237.195          | 63.589.045         | 3,05          |
| 2º           | Viamão            | 2.859.080.486          | 71.080.836         | 2,49          |
| 3º           | Erechim           | 1.683.834.974          | 41.144.382         | 2,44          |
| 4º           | Santa Cruz do Sul | 2.821.091.386          | 45.526.241         | 1,61          |
| 5º           | Novo Hamburgo     | 4.744.359.981          | 62.277.768         | 1,31          |
| 6º           | Pelotas           | 4.642.733.478          | 58.090.906         | 1,25          |
| 7º           | Santa Maria       | 3.639.307.854          | 40.574.747         | 1,11          |
| 8º           | Caxias do Sul     | 10.031.438.004         | 104.898.970        | 1,05          |
| 9º           | Bento Gonçalves   | 3.067.508.619          | 30.279.352         | 0,99          |
| 10º          | Passo Fundo       | 3.098.811.717          | 27.784.427         | 0,90          |
| 11º          | São Leopoldo      | 3.934.651.668          | 33.973.404         | 0,86          |
| 12º          | Cachoeirinha      | 2.397.848.057          | 19.433.188         | 0,81          |
| 13º          | Sapucaia do Sul   | 2.514.811.546          | 20.041.788         | 0,80          |
| 14º          | Gravataí          | 4.400.554.748          | 33.485.997         | 0,76          |
| 15º          | Canoas            | 8.677.139.368          | 63.669.092         | 0,73          |
| 16º          | Uruguaiana        | 1.709.168.875          | 11.850.014         | 0,69          |
| 17º          | Porto Alegre      | 34.740.899.391         | 229.851.254        | 0,66          |
| 18º          | Alvorada          | 2.385.110.069          | 13.038.164         | 0,55          |
| 19º          | Rio Grande        | 3.786.385.808          | 9.476.762          | 0,25          |
| <b>Total</b> |                   | <b>103.218.973.224</b> | <b>980.066.337</b> | <b>100,00</b> |

**Tabela 1:** Comparativo entre arrecadação e os investimentos nos setores de indústria, comércio e serviços, no período de 2008 a 2017.

FONTE: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE e elaborados pela autora.

A cidade que mais investiu em indústria, comércio e serviços nos últimos dez anos foi Bagé, com cerca de 3,05% de sua receita arrecadada destinada ao incentivo no desenvolvimento econômico e na geração de empregos.

Percebe-se que as cidades de Porto Alegre e Caxias do Sul que, possuem investimentos, em valores nominais, muito acima das demais cidades, porém quando comparado com a arrecadação, encontram-se na 17<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> colocação do ranking apresentado na Tabela 1.

A cidade que menos teve investimentos registrados foi Rio Grande, com apenas 0,25% de sua receita investida, sendo a 10<sup>a</sup> mais populosa do estado. Pode-se atribuir, uma vez que uma das principais atividades é o polo naval, que as crises em torno da Petrobrás têm influenciado no baixo valor investido em comércio, indústria e serviços. Ainda, Rio Grande é a quarta cidade em termos de arrecadação e somente a décima na geração de empregos.

## 4.2 Saldo de admissões e demissões

A partir dos valores apresentados nas receitas arrecadadas municipais, buscou-se no sítio do Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE informações oriundas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, para identificar se o saldo foi positivo ou negativo de empregos nos anos de 2008 a 2017 nas 19 cidades selecionadas, para o estudo da evolução do emprego por setor de atividade econômica, obtendo o total de admitidos e demitidos dos setores por ano.

Os dados são classificados no CAGED em Indústria de Transformação que referem-se a indústria de produtos minerais não metálicos, indústria metalúrgica, indústria mecânica, indústria do material elétrico e de comunicações, indústria do material de transporte, indústria da madeira e do mobiliário, indústria do papel, papelão, editorial e gráfica, indústria da borracha, fumo, couros, peles, indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, indústria de calçados, indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, entre outras indústrias. Os dados também são classificados em comércio que refere-se tanto ao comércio varejista quanto ao comércio atacadista e em serviços que referem-se à instituições de créditos, seguros, capitalização, comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos, transporte, comunicações, serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, serviços médicos, odontológicos e veterinários e serviços de ensino, entre outros.

### 4.2.1 Custo dos empregos gerados

Para determinar o custo por emprego criado, utilizou-se as informações coletadas no cadastro geral de empregados e desempregados considerando a variação de cada ano estudado, em todos os municípios estudados a variação foi positiva, indicado que houve um incremento nos empregos formais.

Na Tabela 2 apresenta-se o custo de cada vaga criada no período de 2008 a 2017 nos municípios abrangidos pela análise.

| Ranking      | Município         | Investimentos (R\$)   | Saldo positivo de empregos | Custo (R\$) |
|--------------|-------------------|-----------------------|----------------------------|-------------|
| 1º           | Bagé              | 63.589.045,00         | 3.424                      | 18.571,57   |
| 2º           | Viamão            | 71.080.836,00         | 4.849                      | 14.658,86   |
| 3º           | Erechim           | 41.144.382,00         | 3.344                      | 12.303,94   |
| 4º           | Novo Hamburgo     | 62.277.768,00         | 6.403                      | 9.726,34    |
| 5º           | Sapucaia do Sul   | 20.041.788,00         | 2.232                      | 8.979,30    |
| 6º           | Pelotas           | 58.090.906,00         | 9.379                      | 6.193,72    |
| 7º           | Santa Cruz do Sul | 45.526.241,00         | 8.034                      | 5.666,70    |
| 8º           | Canoas            | 63.669.092,00         | 11.437                     | 5.566,94    |
| 9º           | Gravataí          | 33.485.997,00         | 6.485                      | 5.163,61    |
| 10º          | Bento Gonçalves   | 30.279.352,00         | 6.005                      | 5.042,36    |
| 11º          | Uruguaiana        | 11.850.014,00         | 2.405                      | 4.927,24    |
| 12º          | São Leopoldo      | 33.973.404,00         | 10.635                     | 3.194,49    |
| 13º          | Alvorada          | 13.038.164,00         | 4.429                      | 2.943,82    |
| 14º          | Santa Maria       | 40.574.747,00         | 14.033                     | 2.891,38    |
| 15º          | Porto Alegre      | 229.851.254,00        | 92.567                     | 2.483,08    |
| 16º          | Passo Fundo       | 27.784.427,00         | 14.233                     | 1.952,11    |
| 17º          | Caxias do Sul     | 104.898.970,00        | 59.300                     | 1.768,95    |
| 18º          | Rio Grande        | 9.476.762,00          | 6.957                      | 1.362,19    |
| 19º          | Cachoeirinha      | 19.433.188,00         | 35.983                     | 540,07      |
| <b>Total</b> |                   | <b>980.066.337,00</b> | <b>302.134</b>             |             |

**Tabela 2:** Custo por emprego criado

FONTE: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul –TCE – CAGED e elaborados pela autora.

A tabela 2 demonstra o custo para a geração de cada nova contratação, comparando o investimento nos dez anos nos setores estudados, em relação ao saldo de contratações e demissões nos dez anos.

No período analisado e nos 19 municípios da amostra, foram investidos R\$ 980.066.337 milhões para geração de 302.134 vagas de empregos, gerando um custo médio de R\$ 3.243,00 por vaga gerada.

O município que apresentou o maior custo com a criação de cada vaga de emprego foi Bagé que teve um custo unitário de R\$ 18.571,57. Já os municípios de Porto Alegre e Caxias do Sul, foram os que obtiveram o maior número de empregos gerados, com um dos menores indicadores de investimento do poder público. Pode-se inferir que cidades onde há um desenvolvimento superior dos setores como metal mecânico a participação do poder público na geração de postos de trabalho é menor.

Também é possível inferir que maiores investimentos nos municípios em áreas

como comércio, indústria e serviços, nem sempre resultam em maior geração de empregos. Exemplos disso, são as cidades de Bagé e Viamão que investem valores elevados, porém, quando comparados ao saldo de admissões menos demissões, encontram-se entre as cidades que apresentaram os menores números do período.

## 5 | CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo de verificar se mais investimentos em comércio, indústria e serviços, em relação à receita municipal, resultam em mais empregos gerados nos municípios do Rio Grande do Sul com mais de noventa mil habitantes. Concluiu-se que nas 19 cidades mais populosas do Rio Grande do Sul, os valores investidos em áreas voltadas ao desenvolvimento econômico dos municípios como indústria, comércio e serviços corresponde a 0,95% das receitas arrecadadas. Comparando com os valores investidos em outras áreas como educação e saúde, este percentual pode ser considerado baixo, já que arrecadação é proveniente da tributação, e quanto mais desenvolvido for o município, mais tributos serão pagos pelos contribuintes.

Em vários municípios, o crescimento da arrecadação das receitas é constante, assim como o investimento nos setores, mas o aumento de empregos não é. Devido também à crise de 2014, os reflexos negativos foram evidentes, contudo, pode-se verificar que os investimentos não têm relação direta com as contratações.

Além disso, em cidades como Bagé, Viamão e Erechim, mesmo investindo valores elevados nestas áreas, o saldo de admissões menos demissões não se refletiu na mesma proporção, sendo que estas cidades estavam nas primeiras posições no valor dos investimentos, porém em termos de saldo de empregos, estão nas últimas colocações.

Pelos resultados pode-se concluir também que nem sempre maiores investimentos nas áreas econômicas representam mais empregos, isto demonstra que os investimentos devem ser bem planejados para que possam trazer os retornos esperados pela comunidade.

Os dados da pesquisa podem servir de subsídio para melhorar a qualidade da gestão pública, pois, como os recursos são escassos, os investimentos devem ser efetuados nas alternativas que proporcionem o melhor retorno à sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 30 ed. Petrópolis/RJ: Editora Unijuí, 2013.

DORNELAS, J.C.A., **Empreendedorismo**: Transformando Ideias em Negócios. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade Básica**. 2 ed. São Paulo: Harbra, 1993.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **O Ensino da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SALDANHA, Clezio. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

## PERCEPÇÃO DE FAMILIARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE FAMÍLIAS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM APODI/RN

**Vinícius Costa Maia Monteiro**  
**Adriano da Costa Belarmino**  
**Antônio de Pádua César Freire**  
**Fernando Camanducaio Sales Leiteo**  
**Isaac Newton Machado Bezerra**  
**Jocasta Maria Oliveira Morais**  
**Maria da Conceição Lima Alves**  
**Moisés de Oliveira Freire**  
**Mônica Laís de Morais**  
**Newton Chaves Nobre**  
**Pablo Ramon da Silva Carvalho**  
**Verenilson de Paiva Silva**

**RESUMO:** O CAPS é um serviço de saúde municipal, comunitário e totalmente aberto oferecido pelo SUS, é regulamentado pela portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002.<sup>2</sup> Trata-se de um local de referência, tratamento e acompanhamento de pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves, ou qualquer sofrimento psíquico intenso, que impossibilite o indivíduo de viver e realizar seus projetos de vida, englobando também os transtornos relacionados a substâncias psicoativas (álcool e outras drogas), assim como crianças e adolescentes com transtornos mentais. A presente pesquisa teve enquanto objetivo avaliar a percepção de familiares sobre a participação no grupo de famílias do Centro de Atenção Psicossocial em Apodi/RN, localizada na região Nordeste do Brasil. Foi realizado um

estudo que se apoia na interface descritiva exploratória, com abordagem qualitativa. O instrumento escolhido para a obtenção da coleta de dados foi a entrevista semiestruturada com familiares de pacientes do CAPS, que consiste na observação e contribuição do fenômeno em estudo. Os dados coletados foram avaliados através da análise de conteúdo de Bardin. A partir dos resultados desse estudo, evidencia-se a importância do grupo de famílias inserido na atenção do CAPS, que necessita também de um olhar voltado aos familiares de pacientes, que enfrentam dificuldades de convívio, de administração das situações, e das próprias emoções no processo de tratamento. Os grupos de famílias são um suporte que além de ajudar no cuidado do sujeito com transtorno mental, também age como um facilitador no desenvolvimento de um melhor cuidado de si.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde mental; Familiares; Centro de Atenção Psicossocial

### PERCEPTION OF FAMILIARS ON THE PARTICIPATION IN THE FAMILY GROUP OF THE PSYCHOSOCIAL ATTENTION CENTER IN APODI / RN

**ABSTRACT:** The CAPS is a municipal health service, community and fully open offered by the SUS, it is regulated by ordinance number 336 / GM, of February, 19, 2002.2. It is a place of reference, treatment and attendance of people suffering from mental disorders, psychoses,

severe neuroses, or any intense psychic suffering, which makes it impossible for the individual to live and carry out his life projects, including psychoactive substance disorders (alcohol and other drugs), as well as children and adolescents with mental disorders. The objective of this study was to evaluate the perception of family members about the participation in the family group of the Center for Psychosocial Care in Apodi / RN, located in the Northeast region of Brazil. A study was carried out based on the exploratory descriptive interface, with a qualitative approach. The instrument chosen to obtain data collection was the semi-structured interview with family members of CAPS patients, which consists of observation and contribution of the phenomenon under study. The data collected were evaluated through the Bardin content analysis. Based on the results of this study, it is evident the importance of the group of families inserted in the attention of the CAPS, which also needs a look at the relatives of patients, who face difficulties of conviviality, of managing situations, and of their own emotions in the treatment process. Family groups are a support that, in addition to helping to care for the mentally disturbed individual, also acts as a facilitator in the development of better self care.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mental health; Relatives; Psychosocial Attention Center

## 1 | INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica é contemporânea da eclosão do “Movimento Sanitário”, nos anos de 70, com a intenção da mudança dos modelos de atenção e gestão em práticas de saúde, defesa da saúde coletiva, direitos na oferta dos serviços, e protagonismo dos trabalhadores e usuários do serviço de saúde. Essa reforma é um processo político e social formado por diferentes forças e origens, entre eles as associações de pessoas com transtornos mentais e seus familiares nos movimentos sociais.<sup>1</sup> Em 1978 houve início do movimento social pelos direitos dos pacientes psiquiátricos no Brasil, dos trabalhadores em saúde mental do movimento (MTSM), que é formado por trabalhadores do movimento sanitário, sindicalistas, associação de famílias, profissionais e pessoas com histórico de internação psiquiátrica.<sup>1</sup>

Em 1987 o II Congresso Nacional do MSTM (Bauru,SP), adota o lema “Por uma Sociedade sem Manicômio”, neste mesmo ano é realizada a primeira conferência de Saúde Mental (Rio de Janeiro), o mesmo período em que surgiu o primeiro CAPS ( Centro de Atenção Psicossocial ) no Brasil, na cidade de São Paulo, iniciando no mesmo ano um processo de intervenção da Secretaria de Saúde Municipal de Santos (SP) em hospital psiquiátrico chamado, “A Casa de Saúde Anchieta”, lugar onde muitos pacientes eram maltratados e alguns chegaram a morrer.<sup>1</sup> A experiência do município de Santos passa a ser um marco para a reforma psiquiátrica brasileira e logo em seguida em 1988 é criado o SUS – Sistema Único de Saúde.<sup>1</sup>

O Projeto de Lei do deputado Paulo Delgado (PT/MG) traz a proposta de regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e o fim progressivo



dos manicômios no país, dando assim início as lutas do movimento da reforma psiquiátrica. No ano de 1992, os movimentos que foram inspirados pelo Projeto de Lei de Paulo Delgado, passam a ser aprovados em vários estados Brasileiros, as leis que determinam a substituição progressiva dos leitos psiquiátricos com uma rede integrada à saúde mental.<sup>1</sup>

A década de 1990 passa a ser marcada pela assinatura da Declaração de Caracas e a realização da II Conferência Nacional de saúde Mental, no qual passam a existir e a serem cumpridas no país, as primeiras normas para a implantação fundada na experiência dos primeiros CAPS, NAPS e Hospitais-dia.<sup>1</sup> Somente em 2001, depois de 12 anos de tramitação no congresso nacional é que a Lei de Paulo Delgado é sancionada.<sup>1</sup>

O CAPS é um serviço de saúde municipal, comunitário e totalmente aberto oferecido pelo SUS, é regulamentado pela portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002.<sup>2</sup> Trata-se de um local de referência, tratamento e acompanhamento de pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves, ou qualquer sofrimento psíquico intenso, que impossibilite o indivíduo de viver e realizar seus projetos de vida, englobando também os transtornos relacionados a substâncias psicoativas (álcool e outras drogas), assim como crianças e adolescentes com transtornos mentais.<sup>3</sup> Os usuários desse serviço podem ter um histórico de internações psiquiátricas, ou já ter sido atendido em outros serviços de saúde (ambulatório, hospital-dia, consultórios e etc.), como também podem nunca ter recebido quaisquer tipos de tratamento ou internamento para os problemas apresentados.<sup>2</sup>

Os centros possuem um papel importante na articulação das RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), tanto no que diz respeito a atenção direta, com intuito de promover a possibilidade de vida comunitária e a autonomia dos utentes, quanto na ordenação do cuidado, trabalhando em parceria com as equipes de saúde da família e agentes comunitários de saúde, ativando e articulando os recursos que possam existir em outras redes, assim como também nos territórios<sup>4</sup>.

Para a sua implantação, deve-se primeiro analisar o critério populacional, que identificará qual o tipo de CAPS é adequado para atender as necessidades de cada lugar, cujos parâmetros são definidos da seguinte forma: Municípios que possuem entre 20.000 a 70.000 habitantes poderão receber o CAPS I, que deve possuir no mínimo um médico com formação em saúde mental, um enfermeiro, e três profissionais de nível superior, (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, pedagogos, ou outro profissional necessário para o processo terapêutico.), e quatro profissionais de nível médio (técnicos/auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão), contendo no máximo 25 vagas para cuidado intensivo por mês, financiadas pelo SUS, com horário de funcionamento de 8 às 18h, em dois turnos durante cinco dias úteis por semana.<sup>5</sup>

Serão implantados CAPS II, nas cidades com a população entre 70.000 a 200.000 habitantes, precisando conter no mínimo um médico psiquiatra, um enfermeiro com

formação em saúde mental, 4 profissionais de nível superior (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, pedagogos, ou outro profissional necessário para o processo terapêutico.), e seis profissionais de nível médio (técnicos/auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão), contendo no máximo 45 vagas de cuidados intensivos por mês financiadas pelo SUS, com horário de funcionamento de 8 às 18h em dois turnos, podendo haver um terceiro até as 21h, cinco dias úteis por semana.<sup>5</sup>

As cidades com mais de 200.000 habitantes, estão aptas segundo o protocolo, a receberem o CAPS III, que deverá funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, devendo conter no mínimo dois médicos psiquiatras, um enfermeiro com formação em saúde mental, cinco profissionais de nível superior (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, pedagogos, ou outro profissional necessário para o processo terapêutico.), e oito profissionais de nível médio (técnicos/auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão), contendo no máximo 60 vagas de cuidados intensivos financiados pelo SUS.<sup>5</sup>

O objetivo dos Centros de Atenção Psicossocial, é oferecer atendimento à população, realizando acompanhamento clínico em regime de atenção diária, evitando as internações em hospitais psiquiátricos, proporcionando a reinserção social dos utentes quanto o acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e estimular o fortalecimento dos laços familiares e comunitários.<sup>5</sup>

É função do CAPS acolher e atender as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território; promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais por meio de ações intersetoriais, dar suporte a atenção à saúde mental na rede básica; organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais a níveis municipais; articular de forma estratégica a rede e a política de saúde mental num determinado território. A reabilitação psiquiátrica tem como princípios norteadores a maior adaptação do indivíduo a sociedade, e a redução de barreiras a inserção social.<sup>5</sup>

Nessa perspectiva, surge o seguinte questionamento: Qual a percepção dos familiares relativa a participação no grupo de famílias no Centro de Atenção Psicossocial em Apodi/RN?

Com as diversas mudanças nos paradigmas de saúde mental, é importante também levar em consideração a mudança na relação direta da família com o portador de sofrimento mental, tendo em vista que com a desinstitucionalização desses portadores de transtornos mentais, a família também passa a ser uma peça importante no cuidado, e mais do que nunca, a família também passa a ser objeto de estudo, surgindo diferentes visões sobre ela, onde além de ser vista como mais um recurso de auxílio no cuidado e tratamento, e como um lugar de convivência do paciente, também passa a apresentar-se como sofredora, necessitando também de assistência e suporte social, pois oferecendo-se informações e suporte emocional, é possível ajudar as famílias a enfrentar os momentos de crise, bem como amenizar

seu sofrimento e ansiedade.<sup>6</sup>

Nesse ínterim, a presente pesquisa teve enquanto objetivo geral conhecer a percepção de familiares sobre a participação no grupo de famílias do Centro de Atenção Psicossocial em Apodi/RN. Também enquanto objetivos específicos: identificar a importância da participação do grupo de famílias do CAPS; Detectar o interesse das famílias em adquirir conhecimento junto aos profissionais sobre o tratamento do paciente com transtorno mental.

## 2 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa alicerçada na interface descritiva exploratória, com abordagem qualitativa. O estudo qualitativo trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.<sup>8</sup>

O estudo apresentado, teve como campo de coleta de dados o CAPS I da cidade de Apodi/RN. Fundado a 12 anos, o Centro de Atenção Psicossocial conta com um atendimento mensal intensivo de 30 pacientes, 93 semi intensivos, e 197 não intensivos, tendo um total de 500 pacientes ativos e cerca de 850 passivos.

O Centro de atenção psicossocial conta com reuniões destinadas a um grupo de famílias existente na unidade, com encontros que acontecem uma vez por mês, com aproximadamente 40 pessoas, com o objetivo de discutir assuntos relacionados as suas dificuldades e experiências da vivência com o familiar com transtorno mental, contribuindo para a melhoria no processo de tratamento, como também para a prevenção de novos distúrbios mentais em outros membros da família, ocasionado pela relação direta com o usuário do serviço. A pesquisa utilizou como amostra o grupo de famílias já existente. Foram considerados critérios de inclusão: os familiares que mostraram interesse em participar da pesquisa, com assinatura em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os critérios de exclusão foram: familiares que não apresentaram condições de saúde para compreender perguntas e emitir respostas.

O instrumento para coleta dos dados foi um roteiro para entrevista semiestruturada. A entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objetivo de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo.<sup>8</sup>

A entrevista semiestruturada, que combina perguntas abertas e fechadas, em

que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada. Obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. Por ter um apoio claro na sequência das questões, a entrevista semiaberta facilita a abordagem e assegura, sobretudo aos investigadores menos experientes, que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa.<sup>8</sup>

Os dados coletados foram avaliados através da análise de conteúdo na perspectiva de interpretar o fenômeno estudado. Análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.<sup>10</sup>

Posteriormente, a análise de conteúdo passa a ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.<sup>10</sup>

A análise de conteúdo apresenta-se em três fases fundamentais: a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.<sup>10</sup>

Se as diferentes operações da pré-análise forem convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Que se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas por computador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.<sup>10</sup>

O tratamento dos resultados obtidos e interpretação: Os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise.<sup>10</sup>

O estudo foi submetido à avaliação do Comitê de Ética da Universidade Potiguar - UNP, respaldado pela Resolução 466/12, que trata de diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em seres humanos, para então, ser executada conforme o planejamento.

Foram respeitados os direitos legais e jurídicos dos sujeitos envolvidos em pesquisas com seres humanos, os quais se encontram em vigor na legislação brasileira

da Resolução 466/12, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Para a concretização de todos os critérios éticos, a pesquisa forneceu o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), que contava com informações sobre: objetivos da pesquisa, e a explanação dos riscos e benefícios a qual estará exposto.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa contou com a colaboração de 15 familiares, sendo 10 do sexo masculino, e 5 do sexo feminino, com idades entre 40 a 75 anos. O nível de escolaridade fixou-se no ensino fundamental, 8 pessoas possuíam ensino fundamental completo, e 7 pessoas com ensino fundamental incompleto. O grupo de entrevistados contou com 10 agricultores, 1 dona de casa, e 4 aposentados. Para preservar as identidades dos entrevistados, foram utilizados pseudônimos com nomes de planetas e fenômenos que ocorrem no espaço.

A partir da análise de conteúdo das entrevistas, foram organizadas quatro categorias, as quais serão apresentadas juntamente com as falas dos entrevistados para obterem-se os resultados e discussão. Sendo elas:

- 1 - Importância do Grupo de Famílias para o familiar
- 2 - Motivações que Permitem a Permanência no Grupo
- 3 - A importância do Contato e troca de experiências com outros Familiares
- 4 - Apoio familiar ante o paciente

#### 3.1 Categoria 1: Importância D Grupo de Famílias para o Familiar

Para alcançar os objetivos da pesquisa, fez-se necessário em primeiro lugar, conhecer a opinião e os pensamentos dos entrevistados a respeito do grupo de famílias do Centro de Atenção Psicossocial de Apodi. Deste modo, a partir daí, a pesquisa pode seguir os rumos necessários para o seu desenvolvimento.

Feita de forma clara e objetiva, a pergunta inicial foi a seguinte: Qual a Importância do Grupo de Famílias para você? O grupo tem ajudado/mudado a forma de compreender o paciente com transtorno mental?

Podemos perceber nas seguintes falas:

Acho ele muito bom, pelo que passo no meu dia a dia com o convívio com o paciente, me serve como uma base, uma força maior no tratamento, o grupo tem me ajudado muito a compreender [...] (Lua).

É muito importante para mim pois é assim que tenho compreendido meu paciente [...] (Sol).

É muito importante, saímos daqui mais leves. É como uma forma de desabafar os problemas, me ajuda a me sentir melhor. Apesar de ser difícil, tem me ajuda sim no

jeito de entender ele [...] (Estrela).

Sozinha talvez eu não conseguiria. Me ajuda a enfrentar os problemas, a me colocar no lugar dele [...] (Vênus).

É muito importante para entendermos os problemas, conhecer melhor pelo que ele passa, tem me ajudado bastante, principalmente nos dias em que ele tem surto [...] (Terra).

A convivência com o paciente que possui algum sofrimento mental é difícil, cansativa e desgastante, pois a mesma envolve muitas questões, tais como: o preconceito, que muitas vezes não é apenas com o familiar, mas sim com toda a família, exclusão do familiar com transtorno mental, o medo e a vergonha pelos sintomas, além do fato que nem sempre os membros da família conseguem lidar com toda a diversidade e complexidade que envolve o transtorno mental. A família é fundamental na manutenção do tratamento fora da instituição psiquiátrica, mas para isso é necessário que os profissionais deem auxílio para ela suportar as dificuldades encontradas no dia a dia<sup>11</sup>.

Quando se envolve doença seja ela física, ou algum tipo de sofrimento mental, os familiares ou cuidadores também fazem parte do processo de sofrimento, conseqüentemente do tratamento. Quando um dos membros da família adocece, todos os membros da família também são afetados, há uma alteração nas atividades sociais normais, suas tarefas precisam ser desenvolvidas por outras pessoas, pois ela necessita se dedicar e cuidar do paciente<sup>12</sup>.

Os familiares que muitas vezes são de baixa renda, tem atendimento especializados para o seu familiar, porém muitas vezes não recebe orientação em como aprender a lidar com o mesmo. Desta forma, tendo em vista as dificuldades enfrentadas, é de extrema importância que os profissionais promovam momentos em que se haja espaço para ouvir os familiares, proporcionando trabalhos em grupos para conversas e explanação sobre a situação em que vivem, visando alcançar os benefícios que os mesmos proporcionam para as pessoas diante de uma equipe de apoio. Podendo também servir como um método de auxílio no tratamento dos pacientes, pois estarão sendo monitorados e cuidados fora do Centro de Atenção, onde passam algumas horas dos seus dias<sup>12</sup>.

A família se sente cuidada ao se ver acompanhada por profissionais qualificados, que tem conhecimento e capacidade necessária para exercer suas funções. A partir disso, gera-se um sentimento de segurança nos familiares, que finalmente se sentem amparados<sup>13</sup>.

### **3.2 Categoria 2: Motivações que Permitem a Permanência no Grupo**

Nessa categoria foi feito o seguinte questionamento: O que motiva você a frequentar às reuniões mensais do grupo?

Me motiva muito quando eu percebo a compreensão no tratamento e do paciente. Coisas que eu não sabia lidar antes, hoje eu consigo melhor, preciso melhorar ainda, claro! Mas a maioria das vezes sei lidar melhor [...] (Lua).

O que me motiva a continuar é compreender meu paciente, ver que ele fica feliz quando eu venho, e quando eu chego em casa fica perguntando sobre o que as pessoas falaram sobre ele [...] (Marte).

Me motiva porque vejo que me ajuda, é uma coisa boa pra mim e pra ele também, vejo resultado [...] (Cometa).

Por ajudar a nos fortalecer, vejo que não é só eu que passo por isso em casa, muita gente também passa. Cabe a gente aprender a conviver, ser mais forte [...] (Mercúrio).

Desde a década de 1990 as políticas de saúde mental vem se pautando no modo psicossocial, levando a formulação de políticas de saúde mental e se embasando no sentido de consolidação de um novo modo de enxergar não só o sujeito em sofrimento psíquico, mas também ter uma atenção a família. Os Centros de Atenção Psicossocial são compostos por dispositivos elementares propostos pela Legislação, e deve ir além do cuidado ao paciente, oferecendo também suporte a família<sup>14</sup>.

As famílias estão pouco preparadas para manter o seu familiar desinstitucionalizado. Desta forma as intervenções e planos terapêuticos dos profissionais de saúde, devem ser implementadas considerando essa realidade, reconhecendo e acolhendo o sofrimento do sujeito e de sua família<sup>13</sup>. Deve-se reconhecer que a família também necessita de acompanhamento, tendo em vista o sofrimento que é acarretado pela convivência com um familiar em sofrimento psíquico. Sendo assim, vários fatores da sobrecarga, indicam de forma clara a necessidade de se desenvolver intervenções de suporte a mesma<sup>15</sup>.

### **3.3 Categoria 3: A Importância do Contato e Troca de Experiências com Outros Familiares**

Na categoria em questão foi realizado o seguinte questionamento: A troca de experiências e convívio com outros familiares tem ajudado de alguma forma?

Tem sim, as vezes pegamos experiência dos outros que serve como ajuda para nós [...] (Constelação).

Muito, assim compartilhamos experiências boas e ruins, compartilhamos os fardos. As vezes a gente ouve das outras pessoas coisas que eles fazem ou que já fizeram pra ajudar no tratamento, ou até mesmo na convivência, e traz pra nossa vida, um aprende com o outro também [...] (Eclipse).

Muito, é até uma forma de desabafar o que passamos em casa [...] (Marte).

Ajuda, a gente vê que muita gente também passa pela mesma situação que a

nossa ou as vezes até pior, um fortalece o outro [...] (Netuno).

Dentre as terapêuticas oferecidas pelo CAPS, o grupo de famílias é um espaço para a reflexão sobre a experiência de cuidar, tirar dúvidas, como também compartilhar aprendizados, dificuldades, sofrimentos e vivências. Diante da formação de um grupo, onde todos estão reunidos com uma tarefa ou um objetivo em comum, é inevitável a formação de um campo dinâmico, constituídos por fantasias, ansiedades, medos, identificações, papéis e etc<sup>16</sup>.

O grupo de famílias pode ser um lugar para descarga de sofrimento, medos, tensões, dúvidas, promovendo um ambiente positivo de trocas de experiências. Entretanto, apenas isso não é suficiente para a redução da carga de sofrimentos. É importante a inserção de dinâmicas, alongamentos e atividades que objetivem o aumento da autoestima, alívio do estresse, tensões, medos e reflexões sobre a caminhada dos mesmos, no sentido de fortalecimento e encorajamento de continuar tanto o cuidado do paciente, como o cuidado de si<sup>16</sup>.

### 3.4 Categoria 4: Apoio Familiar Ante o Paciente

A última categoria contou com a seguinte pergunta: “Vocês acreditam que os familiares tem um papel fundamental no tratamento do paciente?”

Com certeza, ela é a base de todos nós, se com a família já difícil, e sem a família seria mais ainda (Constelação).

Sim, é muito importante! É uma forma do tratamento andar mais rápido, de certa forma é uma ajuda a mais que ele tem. Porque é muito ruim quando passamos por problema e não tem apoio de ninguém [...] (Júpiter).

Acredito, uma grande parte do tratamento faz parte da família, porque ele passa mais tempo com os familiares do que com o pessoal daqui do CAPS, em casa é onde ele passa mais tempo [...] (Saturno).

De acordo com Teles (2016) a família age como grupo social essencial no desenvolvimento do indivíduo, e na construção de suas relações sociais e culturais. A família também é vista como um lugar de cuidado. Vista como uma parceira no tratamento e acompanhamento do paciente, a família possui um papel central como um meio de suporte e auxílio na recuperação do familiar com sofrimento psicológico.

Em todo o processo de tratamento a família é tida como uma grande aliada e facilitadora, e sem o seu auxílio os profissionais não conseguem avançar em seus objetivos propostos multidisciplinarmente<sup>17</sup>.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação das falas obtidas por meio da entrevista semiestruturada, traz a reflexão sobre importância da atenção voltada também a família do paciente em



sofrimento mental. Além de trazer benefícios na forma de compreender o processo de tratamento, auxilia em uma melhor convivência com o problema em si, como também é capaz de prevenir novos transtornos ocasionados pela sobrecarga de estresse, e emoções difíceis de serem administradas pelos familiares, que muitas vezes não sabem o que fazer nem a melhor forma de agir, diante das diferentes situações relacionadas ao paciente que ocorrem no dia a dia.

A necessidade de sensibilizar as famílias a participação nos grupos, pode ser considerada como uma grande aliada em todo o processo de tratamento, tendo em vista que a mesma é vista como personagens coadjuvantes no processo de reabilitação e acompanhamento prolongada do CAPS ante o paciente, considerando-se o período de tempo em que o mesmo está fora do Centro de Atenção, sendo submetido aos mais variados acontecimentos do meio externo.

Portanto, reafirma-se que os grupos de famílias são um suporte que além de ajudar no cuidado do sujeito com transtorno mental, também age como um facilitador no desenvolvimento de um melhor cuidado de si dos próprios familiares, permitindo a prevenção do aparecimento de novos sofrimentos mentais nos demais membros da família, que possam trazer prejuízos ainda maiores aos mesmos.

## REFERÊNCIAS

- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil. Brasília: 2005
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. SAÚDE MENTAL NO SUS: OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. Brasília: 2004. Secretária da Saúde do Estado de Goiás. Goiânia:
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Centros de atenção psicossocial e unidades de acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: Orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA. Brasília: 2015.
- DINIS, Mário Mateus. Políticas de saúde mental Baseado no curso Políticas públicas de saúde mental, do CAPS Professor Luiz da Rocha Cerqueira. São Paulo: 2013
- ALVES, Railane David. MORAIS, Thaynara Thaygla Martins. ROCHA, Sibebe Pontes. VASCONCELOS, Nayana Nayla. DUARTE, Sérgio Rodrigues. SAMPAIO, Francisco Francimar Fernandes. GRUPO DE FAMILIARES EM CAPS AD: ACOLHENDO E REDUZINDO TENSÕES. Sobral: Sanare; 2015
- THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18. Ed. São Paulo: Cortez, p. 135, 2011.
- ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. Educar, Curitiba, n.16, p.181-191, 2000.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: 2011.
- TERCIOT-JUNIOR, Valdir. LOPES, Luiz Roberto. COELHO-NETO, João de Souza. Adenocarcinoma Versus Epidermóide: Análise de 306 pacientes em Hospital Universitário. ABCD Arq Bras Cir Dig 2011; 24(4): 272-276.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. 4º edição, 2010.

GRANDI, Ana Lúcia. WAIDMAN, Maria Angélica Pagliriani. CONVIVÊNCIA E ROTINA DA FAMÍLIA ATENDIDA EM CAPS. Paraná: 2011

RODRIGUES, Aline. PALMA, Domingos Luiz. A INFLUÊNCIA DA INCLUSÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO TERAPÊUTICO DE PACIENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS ATENDIDOS PELO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM UMA CIDADE DO MEIO-OESTE CATARINENSE. Santa Catarina:

MARTINS, Pedro Pablo Sampaio. LORENZI, Carla Guanaes. Participação da Família no Tratamento em Saúde Mental como Prática no Cotidiano no Serviço. São Paulo: 2017

SILVA, Willams Henrique da Costa. ALBUQUERQUE, Maria Cicera dos Santos. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NO CUIDADO AO USUÁRIO DE CAPS - UM OLHAR DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO. Natal/RN: 2013

SANTOS, Sdney Gomes. GRUPO DE FAMÍLIA EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) II: RELATO DE EXPERIÊNCIA. Florianópolis: 2014

TELES, Mayara Soares Brito. BOMFIM, Jamile Melo. QUEIROZ, Ana Helena Araújo Bomfim. O TRABALHO COM GRUPOS DE FAMÍLIA NO CAPS: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO. Ceará: 2016

MARTINHAGO, Fernanda. OLIVEIRA, walter Ferreira. A prática profissional nos Centros de Atenção Psicossocial II (CAPS II), na perspectiva dos profissionais de saúde mental de Santa Catarina. Santa Catarina: 2012

## APÊNDICE

Roteiro Norteador da Entrevista Semi-Estruturada com os Integrantes do Grupo de Famílias do Centro de Atenção Psicossocial de Apodi/Rn

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

PROFISSÃO: NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

SEXO: ( ) Masculino ( ) Feminino IDADE:

1. Qual a importância do grupo de famílias para você?
2. O grupo tem ajudado/mudado a forma de compreender o paciente com transtorno mental?
3. O que motiva você a frequentar as reuniões mensais do grupo?
4. A troca de experiências e convívio com outros familiares tem ajudado no dia a dia?
5. Vocês acreditam que os familiares tem um papel fundamental no tratamento do paciente?

## PESQUISA CIENTÍFICA E JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

**Laís de Almeida Veiga**

Universidade Católica do Salvador

Salvador - Bahia

**Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima**

Universidade Católica do Salvador

Salvador - Bahia

**RESUMO:** No complexo desafio de promover a justiça, muitos autores e juristas têm buscado integrar valores humanos para lidar com os conflitos entre as pessoas. Dentro desta perspectiva de reconhecer a dimensão da alteridade e respeitar as pessoas além da condição de litigantes, emergiu a sistematização dos princípios da Justiça Restaurativa, diversa da justiça retributiva. A partir da Resolução 12/2002, do Conselho Econômico e Social da ONU e, posteriormente, da Resolução 225 do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil vem desenvolvendo esta nova estratégia de justiça. O objetivo deste artigo é identificar como os grupos de pesquisa cadastrados no Brasil integram o tema da Justiça Restaurativa. O método utilizado foi de natureza qualitativa, realizando-se a revisão de literatura, a revisão legislativa e o levantamento dos grupos de pesquisa cadastrados pelas universidades brasileiras e atualizados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Os resultados, após consulta ao inventário dos grupos

com palavra-chave “Justiça Restaurativa”, resultou na identificação de um total de 15 (quinze) grupos de pesquisa distribuídos entre Psicologia, Educação, Sociologia e Direito. Finalmente, conclui-se que o paradigma da Justiça Restaurativa integra múltiplas áreas de estudo e apresenta uma abordagem de cunho interdisciplinar. Diante dos princípios da Justiça Restaurativa, busca-se entender o conflito em um contexto que transborda a expressão literal dos códigos e das leis. Tanto a criação quanto o desenvolvimento de pesquisas pautadas na solidariedade e na alteridade inspiram e integram as reconexões humanas. Este é o compromisso da justiça, afinal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justiça restaurativa, Pesquisa Científica, Universidades. Brasil.

### SCIENTIFIC RESEARCH AND RESTORATIVE JUSTICE IN BRAZILIANS UNIVERSITIES

**ABSTRACT:** Faced with the complex challenge of promoting justice, many authors and jurists have sought to integrate human values in their work of dealing with conflicts between people. It was within this perspective of recognizing alterity's dimension and respecting people beyond their condition of litigants that the systematization of the principles of Restorative Justice emerged, differently from retributive justice. Starting from Resolution 12/2002 of the

UN Economic and Social Council and, subsequently, Resolution 225 of the National Council of Justice, Brazil has been developing this new justice strategy. The objective of this article is to identify how the research groups registered in Brazil integrate the theme of Restorative Justice in their work. A qualitative method was used involving the literature review, the legislative review and a survey of the research groups registered by the Brazilian universities and updated in the Directory of Research Groups in Brazil. After consulting the inventory of the groups with the keyword "Restorative Justice", a total of fifteen (15) research groups were identified, distributed among the fields of Psychology, Education, Sociology, and Law. Finally, it is concluded that the Restorative Justice paradigm integrates multiple areas of study and presents an interdisciplinary approach. Faced with the principles of Restorative Justice, we seek to understand conflicts in a context that transcends the literal expression of codes and laws. Both the creation and development of research based on solidarity and otherness inspire and integrate human reconnections. This is the commitment of justice, after all.

**KEYWORDS:** Restorative Justice, Scientific Research, Universities. Brazil.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Justiça Restaurativa (JR) se caracteriza como uma metodologia emergente para o tratamento de conflitos humanos pautada em princípios próprios, no intuito de atender as necessidades das partes envolvidas a partir de um conjunto de técnicas denominadas “práticas restaurativas”, proporcionando o encontro de vítima, ofensor, família e comunidade. Muito além desta perspectiva, as práticas que decorrem da principiologia da JR assimilam a construção da paz e podem ser desenvolvidas em diversas áreas tais como saúde, educação, empresas, entre outras.

As práticas da JR têm se ampliado continuamente, tanto com as reflexões teórico-conceituais, quanto com os avanços das pesquisas acadêmicas no país nesse sentido, sobretudo a partir da Resolução 12/2002 editada pelo Conselho Econômico e Social da ONU. O advento da Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definiu um rumo promissor de afirmação das iniciativas na área da JR junto aos Tribunais do país.

No presente trabalho foi realizado um levantamento como o objetivo de identificar os grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) que integram no seu escopo o tema da Justiça Restaurativa nas Universidades Brasileiras.

## 2 | DISCUSSÕES E RESULTADOS

A Justiça Restaurativa emerge no contexto de uma grave crise contemporânea no que se refere ao sistema penal tradicional (CARAVELLAS, 2009), como uma nova

forma de abordar a questão criminal através de outras lentes (ZEHR, 2008).

Esse modelo de caráter diferenciado, que também integra a visão Levinasiana da alteridade, decorre da insuficiência do sistema penal tradicional, pois visa acolher as necessidades de todos os envolvidos em um conflito, e não apenas a punição de *per si*. As partes, com o apoio comunitário, passam a dispor do poder e da oportunidade de procurar uma solução consensual para os conflitos advindos do convívio humano em diversas áreas, atingindo dimensões subjetivas e sociais que emergem das situações mais diversas (LIMA, 2009). Mediado pela clara lente restaurativa, o crime ou o conflito se define pelo dano à pessoa e ao relacionamento, e não ao Estado, tal como a justiça tradicional prevê.

As principais práticas restaurativas são os círculos de construção de paz, o apoio à vítima, as conferências, a mediação vítima-ofensor e os círculos de sentença e cura, como pontua Daniel Achutti (2016).

Observando por um viés comparativo, Zaffaroni (2003) explica que a justiça retributiva objetiva unicamente decidir os conflitos, propagando o poder apenas por atos unilaterais, sem contar com a participação dos envolvidos naqueles. A justiça restaurativa, por outro lado, busca solucionar os conflitos, expandindo o número de resoluções destes a partir da coexistência social.

Howard Zehr (2008) alega, nesse mesmo sentido, que a justiça retributiva vislumbra o crime apenas pela violação da lei. Dentro desta ótica, que por um determinado tempo correspondeu aos interesses e à uma evolução das relações entre Estado e envolvidos, os danos eram e são definidos em abstrato. Nesta senda o Estado ignora as necessidades da vítima e os seus direitos. O paradigma restaurativo, contudo, se propõe a observar o crime como um dano à pessoa e aos seus relacionamentos. Nesta vertente, os danos são entendidos de forma concreta, a partir de análise subjetiva de cada caso em específico, compreendendo-se as vítimas do conflito como pessoas cujos relacionamentos e conexões humanas foram atingidos e cujas necessidades e direitos das vítimas constituem preocupações fundamentais no processo (LIMA, 2017).

A proposta da justiça restaurativa é, portanto, incluir a vítima nos debates sobre os conflitos para que os operadores do direito não sejam os protagonistas do caso, priorizando assim uma abordagem ampla do conflito e dos danos causados (ACHUTTI, 2016). Nesse contexto, Ana Maria Pereira de Souza (2014) destaca a perspectiva do sistema restaurativo em satisfazer a necessidade das partes envolvidas no processo, valorizando-se assim o princípio da voluntariedade, em que as partes só se reunirão se assim consentirem. Trata-se, portanto, de um sistema possível e de natureza macro (LIMA, 2017) no qual as pessoas resolvem em conjunto como lidar com o problema (ASHFORD, 2002).

No Brasil, as práticas restaurativas se iniciaram com projetos pilotos instaurados em Brasília, Porto Alegre e em São Paulo, a partir do projeto “Promovendo Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro” no ano de 2004 (ORSINI; LARA, 2012)

O paradigma restaurativo conta, entre um quadro normativo que se amplia, com a Resolução 12/2002, do Conselho Econômico e Social da ONU e com a Resolução 225 do ano de 2016 do Conselho Nacional de Justiça no Brasil. A primeira resolução determinou princípios básicos para a utilização da JR em matéria criminal, ao tempo em que a segunda diz respeito à sua aplicação no Brasil, bem como as atribuições do CNJ na organização destes projetos. É justamente a partir da edição desta primeira que os estudos sobre Justiça Restaurativa vêm se consolidando no país.

Além do desenvolvimento das técnicas restaurativas, a pesquisa no Brasil acerca deste tema vem se consolidando nos últimos anos, assumindo uma relevância significativa para os avanços dessas práticas. Ressalta-se que os grupos de pesquisa acadêmicos constituem um meio fundamental para a realização das pesquisas, caracterizando-se, de acordo com Rossit, Santos Junior, Medeiros, Medeiros, Regis e Batista (2018), como um local próprio para compartilhar saberes, produzir conhecimentos e construir conjuntamente um espaço de aprendizagens.

Nesse sentido, dentro das atividades do Núcleo de Justiça Restaurativa e Práticas Restaurativas do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador, orientado e coordenado pela docente coautora, foi realizado o levantamento de grupos que realizam pesquisa nessa área no Brasil. Foi utilizado o buscador do diretório de grupos de pesquisa no Brasil da plataforma *lattes*. De acordo com as informações encontradas neste próprio portal, este se constitui no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica que estão em atividade no país. O levantamento identificou um total de 37.640 grupos de pesquisa distribuídos nas diversas instituições de ensino superior no país, conforme dados de 2016.

O portal do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil da plataforma *lattes* (CNPq) informa que os grupos de pesquisa estão localizados em universidades, em instituições isoladas de ensino superior com cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em institutos de pesquisa científica e em institutos tecnológicos, respectivamente.

Mediante a inserção da palavra-chave “justiça restaurativa”, filtrada pelos campos de busca “nome do grupo”, “nome da linha de pesquisa” e “palavra-chave da linha de pesquisa”, apenas contando com os grupos certificados, foram identificados um total de 15 (quinze) grupos de pesquisa acerca do tema no mês de junho de 2019.

Dentre os grupos identificados, 02 (dois) pertencem à área da Educação, 01 (um) à área da Sociologia, 02 (dois) da Psicologia e, prevalecendo com o maior número de resultados, 10 (dez) grupos foram encontrados na área do Direito. Destaca-se que predomina o estudo sobre a Justiça Restaurativa nas Universidades públicas, que contam com 10 (dez) grupos ativos, enquanto apenas 05 (cinco) grupos provêm de Universidades privadas.

A maioria dos grupos encontrados, tal como se infere, está na área jurídica, sugerindo que a formação nesta área pode estar dialogando com uma nova escala de valores humanos. Isso diz respeito ao cunho interdisciplinar que a Justiça Restaurativa se insere, abarcando matérias que envolvem a psicologia, a sociologia, a educação e

o serviço social, além do Direito.

### 3 | CONCLUSÃO

Diante dos resultados práticos que têm sido construídos ao longo do século XXI e vêm sendo alcançados no país e no mundo, o paradigma restaurativo se mostra como um auxílio necessário no contexto da falência do sistema penal por si só. Para que continue avançando, se torna imprescindível o desenvolvimento de novas pesquisas que integrem as demais áreas do conhecimento, tendo em vista que o tema integra uma abordagem de natureza interdisciplinar.

Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de implementação de mais grupos de pesquisa na área a fim de promover tanto o conhecimento de caráter teórico-conceitual, quanto a discussão do alcance das práticas de JR a partir de uma abordagem ética, valorizando-se o diálogo e a alteridade, tendo em vista que o intuito das práticas é compreender o conflito em um contexto que não se limite a interpretação literal das leis.

Além disso, deve-se embasar as pesquisas nos valores humanos para fortalecimento das relações, para que as práticas restaurativas sigam esse mesmo viés, conseqüentemente. Este é o compromisso da justiça, afinal.

### REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Daniel. **Justiça Restaurativa e Abolicionismo Penal: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil**. Ed. Saraiva, 2 edição. São Paulo, 2016.

ASHFORD, Andrew. **Responsibilities, Rights and Restorative Justice**. British Journal of Criminology, nº 42, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº. 225**. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/atos\\_normativos/resolucao/resolucao\\_225\\_31052016\\_02062016161414.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_225_31052016_02062016161414.pdf)>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

CARAVELLAS, Elaine M. C. Tiritan M. **Justiça restaurativa**. In LIVIANU, R., coord. **Justiça, cidadania e democracia**. Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. pp. 120-131. ISBN 978-85-7982-013-7. Rio de Janeiro: Disponível em SciELO Books: <<http://books.scielo.org>>.

Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. **Resolução 2002/12**. 24 de Julho de 2002. Disponível em: <<http://justica21.web1119.kinghost.net/j21.php?id=366&pg=0#.WR3fiZLyvcs>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

Diretório de grupos de pesquisa do Brasil Lattes CNPq. **Diretório: O que é?** Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>>. Acesso em 17 de junho de 2019.

Diretório de grupos de pesquisa do Brasil Lattes CNPq. **Histórico: Censo atual**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/censo-atual>>. Acesso em 17 de junho de 2019.

LIMA, I.M.S.O.L.; **A narrativa: relação áurea com a estratégia da Justiça Restaurativa**. In: In:

VALOIS, Luiz Carlos; SANTANA, Selma; MATOS, Taysa; ESPÍNEIRA, Bruno. (Org.). JUSTIÇA RESTAURATIVA. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017, v. 1, p. 105-128.

LIMA, I.M.S.O. **The face of law in everyday life: a case study in Novos Alagados**. In: Ana Cecilia de Sousa Bastos; Elaine Pedreira Rabinovich. (Org.). Living in Poverty: Developmental poetics of cultural realities. Charlotte: IAP, 2009, v. 1, p. 213-236.

ORSINI, A. G. S; LARA, C. A.S. **Dez anos de práticas restaurativas no Brasil: a afirmação da justiça restaurativa como política pública de resolução de conflitos e acesso à justiça**. Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. Disponível em: <[http://as1.trt3.jus.br/bdtrt3/bitstream/handle/11103/2631/adriana\\_sena\\_dez\\_anos\\_praticas\\_restaurativas.pdf?sequence=1](http://as1.trt3.jus.br/bdtrt3/bitstream/handle/11103/2631/adriana_sena_dez_anos_praticas_restaurativas.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 19 jul 2019.

ROSSIT, Rosana Aparecida Salvador; SANTOS JUNIOR, Carlos Francisco, MEDEIROS, Nara Maria Holanda de; MEDEIROS, Lucilene Martorelli Ortiz Petin; REGIS Cristiano Gil; BATISTA, Sylvania Helena Souza da Silva. **Grupo de pesquisa como espaço de aprendizagem em/sobre Educação Interprofissional (EIP): narrativas em foco**. Interface: Comunicação, Saúde e Educação. 22 (Supl. 2): 1511-23. Botucatu, SP, 2018.

SOUZA, Ana Maria Pereira de. **A vítima no processo penal: uma análise sob o viés da Justiça Restaurativa**. Justiça Restaurativa: Um sistema jurídico-penal mais humano e democrático. Org: Selma Pereira de Santana e Ilíson Dias dos Santos. Salvador, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.



## DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A CONTRIBUIÇÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE 2008 A 2016

### **Mariane Rodrigues Volz de Aguiar**

Universidade Federal de Santa Maria, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas.  
Santa Maria - RS

### **Adriano Correia Rodrigues**

Universidade Federal de Santa Maria, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas.  
Santa Maria - RS

### **Jairo da Luz Oliveira**

Universidade Federal de Santa Maria, Doutor, Professor adjunto II no curso de Serviço Social e professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da UFSM  
Santa Maria - RS

### **Sheila Kocourek**

Universidade Federal de Santa Maria, Doutora, Professora Associada do Departamento de Serviço Social e professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da UFSM.  
Santa Maria - RS

**RESUMO:** O presente estudo busca contribuir com a temática desenvolvimento regional atrelada à participação das universidades neste processo, o qual vem ganhando destaque ao longo dos anos. Neste sentido, o objetivo deste trabalho consiste em realizar um levantamento sobre as publicações acerca

do desenvolvimento regional e universidade, no período de 2008 a 2016, a fim de analisar em quais óticas, compreendidas estas como áreas de interesse, a contribuição universitária para o desenvolvimento regional vem sendo estudada. O método de pesquisa utilizado foi o da análise bibliométrica, realizada a partir da coleta de dados nas plataformas *Scopus* e *Redalyc*. Os resultados mostram que apesar de ter ganhado certa evidência nos últimos anos, o tema ainda carece de pesquisas que discutam de forma mais aprofundada a relação e interferência das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional.

**PALAVRAS-CHAVE:** análise bibliométrica; desenvolvimento regional; universidade.

### REGIONAL DEVELOPMENT AND UNIVERSITY CONTRIBUTION: AN ANALYSIS OF NATIONAL AND INTERNATIONAL PUBLICATIONS THE YEARS OF 2008 AND 2016

**ABSTRACT:** This study aims to contribute to the regional development theme linked to the participation of universities in this process, which has been increasing in recent years. In this way, the objective of this work consists in promote a survey on publications about regional development and universities, from 2008 to 2016, in order to analyze in which perspectives, also known as areas of interest, the contribution

of universities to regional development has been studied. The research method used for this study was the bibliometric analysis, performed from the data collection on the Scopus and Redalyc platforms. The results presented even though it has had more evidence in recent years, the subject still needs research that discusses more deeply the relation and interference of higher education institutions in regional development.

**KEYWORDS:** bibliometric analysis, regional development, university.

## 1 | INTRODUÇÃO

O tema desenvolvimento regional vem ganhando cada vez mais abrangência, pois representa uma forma de proporcionar a competitividade regional, atrelada a mercados globais e sistêmicos (XAVIER et. al. 2013). As primeiras discussões acerca do desenvolvimento regional consideravam principalmente fatores econômicos e o potencial de produção de valores de uma região.

Com o tempo esse conceito passou por um processo de amadurecimento das discussões, que hoje define-se o desenvolvimento regional não apenas relacionado ao contexto econômico, mas estruturado pela capacidade de uma região obter crescimento econômico seguido da melhoria na qualidade de vida, demonstrada através de indicadores de bem-estar econômico e social (DALLABRIDA, 2000; OLIVEIRA 2002). Dessa forma, para que o desenvolvimento de uma região ocorra, pressupõe-se que os fatores ambientais, culturais, sociais, humanos e econômicos devam ser considerados, com a perspectiva de melhoria da qualidade de vida.

Tratar sobre desenvolvimento, na visão de Chiarello (2015) significa pensar em um novo conceito de desenvolvimento, atrelando o desenvolvimento humano, o desenvolvimento social e o desenvolvimento sustentável, dinamizando a articulação desses conceitos junto ao crescimento econômico. Esses conceitos reforçam a noção de que quanto maior for o capital humano e quanto melhores forem as condições de vida da população, maiores serão as condições de desenvolvimento.

Ao discutir o papel das universidades nesse processo, significa reforçar o contexto regional, visto que estas representam um espaço de articulação entre os segmentos da sociedade. Diante disso, a universidade assume a função, junto ao Estado e a sociedade, de impulsionar o desenvolvimento da região em que está inserida. Considerando os pressupostos apresentados, o presente estudo tem por objetivo realizar um levantamento sobre as publicações nacionais, considerando como território a América Latina, e internacionais, considerando os demais países, acerca do desenvolvimento regional e universidade, no período de 2008 a 2016, a fim de analisar em quais óticas, compreendidas estas como áreas de interesse, a contribuição universitária para o desenvolvimento regional vem sendo estudada. Será utilizado o método de pesquisa bibliométrica, definida por Araújo (2006) como uma técnica quantitativa utilizada para identificar, explicar e interpretar o desempenho da produção científica em determinada área do conhecimento.

## 2 | DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ABORDAGENS TEÓRICAS CLÁSSICAS

Para iniciar uma revisão sobre o desenvolvimento regional, primeiro se faz necessário conceituar separadamente os termos região e desenvolvimento, a fim de compreendê-los. No âmbito de região, utiliza-se da conceituação trazida por Bassan e Siedenberg (2003), os quais ressaltam que uma região é identificada através da representação de seis características: (1) sua formação geomorfológica, econômico-social, histórica e cultural; (2) a distribuição espacial da população; (3) as origens do processo produtivo; (4) a base da economia local; (5) os aspectos políticos que envolvem a região; e (6) os aspectos administrativos.

Em relação aos aspectos de desenvolvimento, Dallabrida (2000) entende que este relaciona-se a aspectos voltados não apenas ao crescimento econômico, visão esta compartilhada por Oliveira (2002), que compreende o desenvolvimento como o resultado do crescimento econômico seguido da melhoria na qualidade de vida, considerando que:

as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia). (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205 *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 38).

Pode-se dizer que a discussão sobre o tema desenvolvimento regional teve origem na ciência econômica, através de autores como Adam Smith, Thomas Robert Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill, os quais problematizam, conforme Dallabrida (2017), questões sobre como melhorar as condições de vida da população, por meio do aumento do acúmulo de riquezas. Entretanto, a abordagem dos autores relaciona a qualidade de vida com o aumento de riquezas, ao determinarem a riqueza das nações por meio da produtividade do trabalho útil, sendo este o que produz excedente de valor em relação ao custo de produção, e da quantidade de trabalho destinada no processo produtivo (DALLABRIDA, 2017).

No mesmo sentido, abordagens como as de Smith e Ricardo denotam a preocupação com a estagnação da economia, apresentada por Dallabrida (2017) como o momento em que as possibilidades de crescimento seriam esgotadas e a acumulação de capital seria cessada, o que faria com que a economia deixasse de crescer. Já John Stuart Mill, na visão de Dallabrida (2017), apresenta uma visão otimista em relação à estagnação da economia, também denominada estacionário, afirmando que “aperfeiçoamentos na produção, no comércio e nos serviços, decorrentes do uso mais habilidoso do capital, proporcionaria novas oportunidades para aumentar a taxa de acumulação e da produção nacional” (DALLABRIDA, 2017 p. 23).

Outro autor de grande influência sobre a teoria do desenvolvimento é Karl Marx, o qual segundo Sandroni (1999) constrói sua análise com base na visão de Smith e Ricardo, difundindo a teoria valor-trabalho. Sua contribuição está na diferenciação

do valor quantitativo e valor qualitativo do trabalho, definindo este como o valor pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um produto. Apesar do interesse dos autores em problematizar o desenvolvimento atrelado não somente ao crescimento econômico, mas também à qualidade de vida da população, suas abordagens remetem o desenvolvimento ao aumento de riquezas e evidencia-se a preocupação voltada ao viés do crescimento econômico.

Nesse aspecto, Oliveira (2002) aponta a Carta das Nações Unidas, divulgada em 1945, como o primeiro documento de maior importância que aborda questões sobre o desenvolvimento, no mesmo ano da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem por finalidade a manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, com o propósito de contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo. Diante dessa perspectiva, pode-se considerar que, em termos de desenvolvimento de uma região, são premissas básicas para este o desenvolvimento social, ambiental, cultural, humano e econômico.

### **3 | O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Como visto até então, para que o desenvolvimento de uma região ocorra, pressupõe-se que os fatores ambientais, culturais, sociais, humanos e econômicos devem ser considerados, com a perspectiva de melhoria da qualidade de vida. Diante disso, passamos a compreender o papel que as instituições de ensino, neste caso em análise as universidades, assumem frente à sociedade, com vistas a colaborar com o desenvolvimento regional.

Segundo Chiarello (2015), as universidades possuem, indiscutivelmente, papel dinamizador no processo de desenvolvimento regional. Através de sua missão, assumem funções que visam, além de formar profissionais de qualidade, produzir inovação e conhecimento para a sociedade (HERNÁNDEZ-ARTEAGA, MORA-GARCÍA, LUNA, 2017). Nesse contexto, a universidade assume a função, junto ao Estado e setor produtivo, de impulsionar o desenvolvimento da região em que está inserida. Pérez e Gil (2012) contribuem no mesmo sentido, ao trazer que a universidade, como Instituição de Ensino Superior, deve conhecer e integrar sua função ao meio que está inserida, de forma que venha a compreender que seu papel perante à sociedade está ligado a sua função de organização.

Dessa forma, quando se discute o papel da universidade no desenvolvimento regional, na visão de Chiarello (2015), refere-se a noção de espaço e região e ao grau de interação com os segmentos da sociedade, remetendo a uma noção de capital social que se desenvolve neste espaço. Por isso, a autora compreende que “o papel da universidade é determinante no desenvolvimento regional na medida em que as relações estabelecidas entre os agentes - universidades, empresas, sociedade civil, promovem o desenvolvimento” (CHIARELLO, 2015, p. 241).

Hernández-Arteaga, Alvarado-Pérez, e Luna (2015), por sua vez, compreendem que a universidade tem a responsabilidade, em um primeiro momento, de estar na sociedade, de conhecer as suas necessidades e identificar os seus problemas, para a partir de então propor intervenções. Por outro lado, Olachea (2011), aponta que as universidades são impulsionadas para a contribuição no desenvolvimento regional voltadas a oferecer resultados econômicos para as empresas e o Estado, conforme cita:

a universidade tem sido impulsionada a vincular sua participação no desenvolvimento regional, a partir de estratégias vinculadas ao desenvolvimento nos campos econômico, científico e tecnológico, com o objetivo de criar cenários para estabelecer relações frutíferas com a empresa e o Estado, para contribuir desenvolvimento regional. Essa contribuição não pode e não deve se restringir ao desenvolvimento econômico, deve incluir as dimensões social, cultural e ambiental. (Olachea, 2011 apud Hernández-Arteaga; Alvarado-Pérez; e Luna, 2015, p.100. tradução nossa)

Entretanto, conforme a visão dos autores, a atuação da universidade no desenvolvimento regional vai além do caráter econômico, estando presente também nas dimensões de desenvolvimento social, cultural, de meio ambiente e humano. Nesse sentido, caracteriza-se a responsabilidade social da universidade frente ao desenvolvimento regional, por meio da qual os autores Hernández-Arteaga, Mora-García e Luna (2017) referenciam que a universidade assume como compromisso a integração dos atores endógenos (da instituição) e exógenos (da sociedade), a fim de promover maior envolvimento com as necessidades locais.

Hernández-Arteaga, Mora-García e Luna (2017) utilizam a visão de Cecchi et. al (2011) para complementar que a universidade, além de exercer um papel de interlocutor entre os atores sociais do desenvolvimento, possui função política, a qual se traduz na busca pelo consenso entre forças e poderes sociais. Diante disso, observa-se que além de cumprir com o seu papel historicamente proposto - o da formação profissional de nível superior, as universidades da atualidade buscam trabalhar de forma integrada e indissociada o ensino, a pesquisa e a extensão, a fim de promover o desenvolvimento da região, através da formação de atores sociais qualificados no âmbito do ensino, com potencial para pesquisa e extensão, conhecendo a realidade local.

Contudo, observa-se que na visão dos autores que discutem a relação da universidade com o desenvolvimento regional, aborda um modelo que é denominado por Etzkowitz (2009 apud Chiarello, 2015) como Tríplice-Hélice, no qual define que a base estratégica do desenvolvimento regional está na interação universidade-empresa-governo. Sendo assim, compreendendo que as universidades são as instituições que trazem a base do conhecimento, são nelas e através delas que deve ser procurado e proposto soluções para os problemas regionais e estratégias para se utilizar dos potenciais existentes nas regiões, salientando que não se trata de uma

atribuição única e exclusiva destas instituições, as quais necessitam da interação e atuação da sociedade civil e organizações locais.

#### 4 | MÉTODO

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como um estudo de caráter descritivo, pois adota o “uso de técnicas padronizadas de coleta de dados” (PRODANOV & FREITAS, 2013, p.52), das quais serão utilizadas para registrar, analisar e ordenar os dados obtidos. Quanto ao método, será um estudo bibliométrico, definida por Araújo (2006, p. 12) como “uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico”. Basicamente, os métodos bibliométricos são utilizados no intuito de identificar, explicar e interpretar o desempenho da produção científica em determinada área do conhecimento, com base em critérios e filtros previamente estabelecidos pelo pesquisador, de acordo com o seu objetivo de estudo.

Para realizar a busca de artigos internacionais optou-se por utilizar a base de dados da *Scopus*, a qual é considerada o maior banco de dados de citações e resumos de revistas científicas, livros e trabalhos de conferências (ELSEVIER, 2017). Na base da *Scopus*, foi utilizada a pesquisa denominada *boleada*, em que se associa mais de um termo na busca de palavras-chave. Os termos utilizados para busca foram “*regional development*” (entre aspas para que a busca ocorresse pelo termo completo e não individual) e *university*, as quais deveriam constar nas *keywords* (palavras-chave) dos documentos.

Inicialmente foram localizados 136 documentos que atendiam aos critérios elencados acima. No intuito de caracterizar maior profundidade ao estudo, foram aplicados alguns filtros; o primeiro teve por objetivo delimitar o período de busca, com documentos entre os anos de 2008 (último disponível no banco de dados) e 2016. Restringiu-se o tipo de documento a *article*, a fim de obter somente artigos publicados. Em relação às áreas de publicação, foram selecionadas: *Social Sciences; Business, Management and Accounting; e Economics, Econometrics and Finance*, esta última selecionada visto que o termo desenvolvimento regional pode estar associado ao desenvolvimento econômico regional. Após aplicação dos filtros, chegou-se a 69 artigos encontrados na busca. Obtidas essas informações, utilizou-se da ferramenta de *Analyze search results*, disponibilizada pelo banco de dados da *Scopus*, para realizar a análise dos resultados quanto à evolução das publicações por ano, universidades e país de origem.

Com o intuito de aprofundar o tema de pesquisa, buscou-se identificar os principais artigos nacionais, considerando a América Latina como referência, para comparar as áreas de interesse e abordagens de pesquisa com o tema analisado. A escolha do território da América Latina para a pesquisa nacional, deu-se pelo fato de que a região

engloba os países do continente americano que têm como idioma oficial aqueles derivados do latim, no caso português, espanhol e francês. Realizou-se levantamento dos artigos compilados, no período de 2008 e 2016, na Rede de Revistas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal, *Redalyc*. Os critérios de busca adotados foram os mesmos utilizados na plataforma *Scopus*, adotando na busca as palavras-chaves “*desarrollo regional*” e *universidad*, e as áreas de publicação em *Administración y Contabilidad, Economía y Finanzas, Multidisciplinarias (Ciencias Sociales)*. Os artigos resultantes da pesquisa apresentaram, pelo menos, uma palavra-chave pesquisada, ou seja, a outra palavra-chave consultada está inserida como palavras-chaves ou no conteúdo dos artigos. Com isso, a busca resultou em 381 artigos localizados com o tema proposto.

## 5 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme objeto do presente estudo, nesta seção serão apresentadas as informações sobre as características das publicações internacionais, quanto à evolução numérica ao longo dos anos, principais periódicos, origem dos pesquisadores no que se refere à instituição e país. Quanto à caracterização das publicações nacionais, esta se dará através das áreas de publicação e evolução ao longo dos anos, visto que a plataforma pesquisada não gera as demais informações analisadas nas publicações internacionais. Dessa forma, a presente análise está dividida em duas etapas: a primeira diz respeito à caracterização das publicações internacionais, interpretadas com base na busca avançada da *Scopus*; e a segunda parte apresenta as características das publicações da América Latina, extraídas da plataforma *Redalyc*. Por fim, apresentam-se as principais considerações, com o intuito de discorrer sobre as contribuições que estas pesquisas apontam em relação ao tema em análise.

Cabe salientar que a plataforma *Scopus* é mais robusta para o gerenciamento de dados secundários, o que possibilita um maior processamento dos dados existentes no sistema, gerando gráficos quanto às citações no artigo, publicações por países, por autor, universidades entre outros. Porém, a plataforma *Redalyc* realiza o filtro conforme as informações inseridas e gera uma tabela com o nome, autores, revista, ano e resumo, além de disponibilizar uma versão completa para download. Em decorrência disso, realizou-se avaliações quanto ao número de publicações por ano e quantitativo de publicações por revistas, no caso da busca através da *Redalyc*.

### 5.1 Caracterização das Publicações Internacionais

Após a aplicação dos filtros de pesquisa, chegou-se a 69 artigos localizados, os quais abordam a temática desenvolvimento regional e universidade. Utilizando a ferramenta *Analyze search results*, citada no método, é possível utilizar os gráficos gerados para demonstrar os dados referentes à evolução das publicações por ano, principais publicações por autores, universidades e país de origem.

Em relação ao quantitativo de publicações por ano, é possível identificar que a partir de 2013 há um crescimento linear no número de publicações. Até 2013 o número de publicações sofria oscilações, em 2008 foram localizados seis artigos, em 2009 esse número caiu para cinco, em 2010 foram registradas oito publicações, em 2011 reduziu para sete e em 2012 para quatro, mantendo esse mesmo número em 2013. A partir de então começa a crescer no número de publicações, registrando oito artigos em 2014, 11 em 2015 e atingindo o ápice de publicações em 2016, com 16 artigos publicados. Esse crescimento demonstra que o tema tem despertado o interesse dentre os pesquisadores, baseado no fortalecimento do papel universitário frente à sociedade, no que tange ao desenvolvimento da região em que estas estão inseridas.

Ao analisar as fontes de pesquisa, é possível identificar os cinco periódicos que se destacam entre o comparativo do número de publicações por ano e o acumulado ao longo do período de análise. Desse modo, aponta-se que o *Regional Studies* é o periódico que tem mais publicações na área de desenvolvimento regional e universidade, com o total de oito artigos publicados. O periódico *European Planning Studies*, apesar de demonstrar decréscimo no número de não ter publicações nos anos de 2008, 2012, 2013 e 2014, é o segundo periódico com mais artigos registrados no tema pesquisado, totalizando seis publicações. Observa-se também que o *Regional Studies*, entre os cinco analisados, é o único periódico que possui ao menos um artigo publicado por ano indicado na análise. Com isso, pode-se considerá-lo referência no tema desenvolvimento regional.

Dentre as 10 universidades que mais produziram sobre o tema desenvolvimento regional e universidade no período de 2008 a 2016 estão as instituições *University of Toronto*, no Canadá, e *University of London*, em Londres, Reino Unido, instituições estas que mais publicaram sobre o tema, ambas com quatro artigos. Na sequência, com três artigos publicados, aparecem a *University of the Free State* (África do Sul) e *University of Strathclyde* (Reino Unido), seguidas da *University of Manchester* (Reino Unido), *Newcastle University, United Kingdom* (Reino Unido), *University of London, Institute of Education* (Londres - Reino Unido), *Birkbeck University of London* (Londres - Reino Unido), *Tampereen Yliopisto* (Finlândia), e *Open University* (Reino Unido), todas com duas publicações. Observa-se que a maioria das instituições que mais publicaram ao longo dos anos estão situadas no Reino Unido.

Essa constatação se confirma ao identificar na plataforma de pesquisa os países que mais publicam sobre o tema pesquisado, em que aponta Reino Unido com o maior número de publicações, no total de 19 publicações, seguido dos Estados Unidos, com 12 publicações, e Espanha, com sete publicações. Na sequência, aparecem Austrália, Canadá e Suécia, com cinco artigos publicados, Portugal e África do Sul, com quatro, e Áustria e Brasil, com três artigos publicados.

Por fim, a base de dados da *Scopus* possibilita também identificar as principais áreas e subáreas que abordam o tema pesquisado em suas publicações. Desse



modo, identifica-se que o tema desenvolvimento regional e universidade é discutido principalmente na área de Ciências Sociais (*Social Sciences*), demonstrando 75,4% das publicações. Na sequência, aparecem as áreas de Negócios, Gestão e Contabilidade (*Business, Management and Accounting*), Economia, Econometria e Finanças (*Economics, Econometrics and Finance*), e Ciência Ambiental (*Environmental Science*), ambas com 27,5% das publicações. Com isso, observa-se que as áreas de interesse apontadas na metodologia se confirmam como principais atuantes no tema desenvolvimento regional e universidade.

## 5.2 Caracterização das Publicações Nacionais da América Latina

Conforme exposto nos critérios metodológicos, a busca na plataforma *Redalyc* resultou em 381 artigos localizados com o tema proposto, concentrados nas áreas de *Administración y Contabilidad*, 162 artigos, *Economía y Finanzas*, 44 artigos, e *Multidisciplinarias (Ciencias Sociales)*, 175 artigos encontrados. A análise das informações demonstra que a disciplina de economia e finanças não apresenta uma regularidade nas publicações relacionadas ao desenvolvimento regional associados a universidade, obtendo maior número de publicações no ano de 2015.

A próxima análise realizada diz respeito à revista de maior publicação na disciplina de economia e finanças, sendo a *Estudios de Economía Aplicada*, da Espanha, com maior número de publicações (seis). Próximo a este número, há três outras revistas, *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, *Revista Facultad de Ciencias Económicas* e *Revista de Contabilidad*, todas com quatro publicações, que são respectivamente da Venezuela, Colômbia e Espanha

Quanto às publicações de artigos na área de Ciências Sociais, observa-se a maior produção concentrada nos anos de 2014, 2015 e 2016, os quais somados, totalizam 80 das 175 publicações entre 2008 a 2016, representando cerca de 46%. Outra análise possível é em relação às revistas que mais publicam na disciplina de Ciências Sociais, tendo maior representatividade a *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad - CTS*, da Argentina, com 17 artigos, assim como a *Revista Ra Ximhai*, do México.

Os resultados para os artigos publicados por revistas de disciplinas ligadas à administração e contabilidade foram de 162 publicações, estando o tema desenvolvimento regional e universidade bastante atrelados ao contexto da administração e contabilidade. O maior número de publicação sobre o tema ocorreu em 2012 e 2015, com respectivamente 27 e 26 publicações. A fim de relacionar as revistas que mais publicaram na disciplina de administração e contabilidade observa-se que grande parte das publicações nesta área são de responsabilidade da *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, do Brasil, com 42 publicações, a qual representa 26% das publicações na área.

No mesmo sentido, ao comparar as três disciplinas (áreas) de publicação -

administração e contabilidade, ciências sociais e finanças e economia - identifica-se que, ao longo dos anos, tem pequenas oscilações nas publicações quanto ao tema desenvolvimento regional atrelado a universidade, sendo em 2015 o maior número de publicações (59). Entretanto, não se difere muito dos anos anteriores, 2014, 2013, e 2012. Com esse mesmo propósito, ao comparar as revistas e periódicos das três áreas, é possível identificar, que o Brasil é o país que mais produz cientificamente sobre o tema, através da Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, com 42 publicações, seguido Argentina e México, ambos com 17 publicações nos periódicos *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad - CTS* e *Revista Ra Ximhai*, respectivamente.

Contudo, através do objetivo proposto de realizar a revisão bibliométrica na plataforma *Redalyc*, podemos delimitar as revistas que mais desenvolvem trabalhos quanto ao escopo da pesquisa, auxiliando assim o pesquisador a determinar quais periódicos, artigos, devem servir de base para o desenvolvimento do tema.

## 6 | CONSIDERAÇÕES

O desenvolvimento regional atrelado ao papel das universidades constituem-se um tema que vem ganhando destaque ao longo dos anos, tendo em vista que o desenvolvimento, por si só representa uma forma de consolidar as regiões e fomentar a competitividade. Por outro lado, as universidades vêm cada vez mais ocupando espaços sociais de transformação da realidade local, por meio do desenvolvimento social/humano gerado através da educação, da pesquisa e da extensão.

Em relação às publicações internacionais, identificadas através da plataforma *Scopus* foi possível observar que a partir de 2013 houve um crescimento linear no número de publicações, sendo a *Regional Studies* o periódico com mais publicações na área de desenvolvimento regional e universidade, considerando que entre os cinco analisados, é o único que possui ao menos um artigo publicado por ano indicado na análise. Além disso, constatou-se que a maioria das instituições que mais publicaram sobre o tema estão situadas no Reino Unido.

Já as publicações nacionais, analisadas a partir do território da América Latina, e por isso identificadas através da plataforma *Redalyc*, demonstraram que o tema desenvolvimento regional e universidade vem sendo discutido principalmente nas áreas de administração e contabilidade, economia e finanças, e ciências sociais, sendo esta a com maior volume de publicações. Ao comparar as três áreas, observa-se que o periódico de destaque nas publicações relacionadas a desenvolvimento regional e universidade é a *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, apontando o Brasil como o país que mais produz sobre o tema.

Além disso, a base de dados para a pesquisa dos trabalhos internacionais possibilitou o acesso aos artigos de maior destaque na área. Por meio dessa

informação, foi possível identificar que as principais publicações relacionam o papel da universidade junto ao desenvolvimento regional voltado para a transferência de tecnologia, evidenciando o caráter de difusão científica e tecnológica das Instituições de Ensino Superior. De um modo geral, os artigos internacionais mais citados no tema seguem a mesma linha pensamento, ao analisar o envolvimento das universidades com a região que estão inseridas, discutindo questões referentes a contribuições na área de transferência tecnológica, pesquisa, de transferência do conhecimento, articulação com as empresas locais e o desenvolvimento econômico.

Entretanto, é relevante destacar que apesar do número de publicações relacionadas ao tema desenvolvimento regional e universidade ter ganhado certa evidência nos últimos anos, ainda carece de pesquisas que discutam de forma mais aprofundada a relação e interferência das instituições de ensino superior como um todo no desenvolvimento regional. Por fim, pode-se afirmar que os estudos sobre as universidades e seus papéis frente ao desenvolvimento regional evidenciam a importância destas instituições, como atores de articulação da sociedade, capazes de transformar a realidade local, por meio da formação de recursos humanos e da difusão de conhecimento científico e tecnológico, a fim de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região em que estão inseridas.

Pode-se considerar como limitação do estudo o fato do mesmo ter utilizado somente duas bases de dados para pesquisa, *Scopus* e *Redalyc*, assim como o fato de que esta última não fornece as mesmas análises da *Scopus*, que permite maior profundidade na pesquisa. Para uma análise mais aprofundada sobre os autores e trabalhos mais citados é necessário realizar uma busca manual, a qual não foi possível realizar neste estudo devido ao limite de tempo para o mesmo. Por esta razão, sugere-se que estudos futuros sobre esta natureza possam destinar maior amplitude de pesquisa, adotando outras bases de dados, assim como realizar a análise manual das informações obtidas nessas bases, no intuito de poder comparar, complementar ou substituir os resultados encontrados nesta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**. v. 12, n. 1, p. 11-32, Porto Alegre: 2006.

BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. **Desenvolver buscando a redução das desigualdades**. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

CECCHI, N.r; LAKONICH, J.; PÉREZ, D.; ROTSTEIN, A. **El compromiso social de la universidad latinoamericana siglo XXI. Entre el debate y la acción**. Buenos Aires: 2011.

CHIARELLO, I. S. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. **Revista Extensão em Foco**. v. 3, n.1, p. 240-257, 2015

DALLABRIDA, V. R. **O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e os desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: CRV, 2017.

ELSEVIER. **About Scopus**. 2017. Disponível em <<https://www.elsevier.com/solutions/scopus>>. Acesso em: 05 out. 2017.

HERNÁNDEZ-ARTEAGA, R. I., ALVARADO-PÉREZ, J. C. y LUNA, J. A. (2015). Responsabilidad social en la relación universidad-empresa-Estado. **Educ. Educ.** v. 18, n. 1, p. 95-110. DOI: 10.5294/edu.2015.18.1.6

HERNÁNDEZ-ARTEAGA, R. I., MORA-GARCÍA, J. P. y LUNA, J. A. Universidad y empresa: un binomio de responsabilidad social en el siglo XXI. **Revista TENDENCIAS**. v. 28, n. 1, p. 145-158, 2017.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**. v. 5, n. 2, p. 37-48, Curitiba: maio/ago. 2002.

PÉREZ, M. y GIL, L. Caracterización de experiencias de responsabilidad social universitaria de universidades de la Red Latinoamericana de Cooperación Universitaria. En: De Villa, E. (ed.) **Responsabilidad social de las universidades**. Buenos Aires. Fundación Red Latinoamericana de Cooperación Universitaria, p. 9-52, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

XAVIER, T. R.; INÁCIO, R. O.; WITTMANN, M. L.; KERN, J. O estudo do desenvolvimento regional: uma análise da produção científica internacional e dos “hot-topics”. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 87, p. 19-31, 2013.

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ASSESSORIA TÉCNICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO

### Iara Pezzuti dos Santos

Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG. Belo Horizonte – Minas Gerais

### André Siqueira de Mendonça

Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG. Belo Horizonte – Minas Gerais

### Raul Pacheco Lemos dos Santos

Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG. Belo Horizonte – Minas Gerais

### Margarete Maria de Araújo Silva

Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG. Belo Horizonte – Minas Gerais

sinalizadas pela Extensão Universitária, tanto no campo profissional da assessoria técnica e na formação de profissionais capacitados e mais conectados a essa complexa realidade, quanto no papel da universidade pública no aprimoramento das políticas no contexto da Reforma Agrária.

**PALAVRAS-CHAVE:** assessoria técnica; extensão universitária; reforma agrária

### UNIVERSITY EXTENSION IN THE CONTEXT OF AGRARIAN REFORM: REFLECTIONS ON PUBLIC POLICIES, TECHNICAL ASSISTANCE AND PROFESSIONAL QUALIFICATION IN THE FIELD

**RESUMO:** Este artigo é desdobramento da experiência de Extensão Universitária em trabalho colaborativo entre a Universidade Federal de Minas Gerais, a Associação de Produção Agropecuária Ho Chi Minh e a Associação Arquitetas Sem Fronteiras, no contexto de um assentamento da Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Partimos das percepções das dificuldades enfrentadas pelos assentados na consolidação de sua vida no campo para investigar as complexidades existentes em seu cotidiano, sobretudo as lacunas institucionais presentes no processo de assentamento. A partir daí, apresentamos o relato da nossa experiência em campo a fim de apontar possibilidades

**ABSTRACT:** This article is a consequence of our experience in a collaborative work between the Federal University of Minas Gerais, the Ho Chi Minh Agricultural Production Association and the Architects Without Borders Association, in the context of a settlement of the Agrarian Reform of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the Region of Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. We start from the perception of the difficulties faced by the settlers in the consolidation of their life in the field to investigate the complexities existing in their daily lives, especially the institutional gaps during the settlement process. From this point, we present the report of our experience in the field in order to point out possibilities signaled

by the University Extension, both in the professional field of technical assistance and in the training of capable professionals more connected to this reality, as well as in the role of public university in the improvement of policies in the context of Agrarian Reform.

**KEYWORDS:** technical assistance, university extension, land reform

## 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo pretende externar a dupla percepção - suscitada por atividades de extensão universitária – acerca das circunstâncias que modelam o cotidiano dos assentamentos da Reforma Agrária: urgências e oportunidades. Nos processos de ocupação de terras ociosas pelos movimentos sociais organizados, a conquista da terra sempre se dá após longos períodos de luta e resistência coletivas. Nesse processo, fortalecem-se valores sociais coletivos e desenvolvem-se práticas cooperativas, em uma luta diária dos assentados para se manterem e se consolidarem no campo. Entretanto, a luta dos principais atores sociais envolvidos e atuantes no movimento pela Reforma Agrária - os autodenominados Sem Terra - não termina após a conquista do território pelo Movimento. A experiência de extensão universitária no Assentamento Ho Chi Minh do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado na zona *rural* do município de Nova União na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), tem evidenciado de forma contundente os desdobramentos dessa luta para a consolidação do assentamento e sobrevivência dos agricultores familiares após o reconhecimento institucional da condição de *assentados da reforma agrária*, em contraposição à condição anterior de *acampados* em terras improdutivas - marcada sobretudo pela insegurança da posse.

As terras abrigaram a antiga Fazenda Belo Horizonte e foram conquistadas pelo MST em 2005. Hoje, 13 anos depois, muitas famílias associadas da ASPRA - Associação de Produção Agropecuária Ho Chi Minh - permanecem sem acesso aos recursos e créditos governamentais para instalação e desenvolvimento de atividades no campo. Por esse motivo, muitos moradores são levados a manter vínculos de trabalho na capital, transitando diariamente entre o campo e a cidade consolidada para buscar seu sustento. Por outro lado, aqueles que optam por permanecer no campo enfrentam dificuldades para trabalhar a terra e sobreviver sem o aporte financeiro das Políticas Públicas dirigidas aos assentados do PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária.

Identificar e refletir sobre os impasses e potenciais saídas existentes no processo de implementação da Reforma Agrária demanda, portanto, uma compreensão deste contexto híbrido, pautado pela realidade e os modos de vida do campo e a dinâmica social, tecnológica e econômica do urbano. Nesse sentido, Lefebvre (1972) propõe o conceito de zona urbana, entendida como o estágio de organização espacial onde o capitalismo industrial, tendo se estabelecido e se consolidado nas cidades, rompe

suas antigas fronteiras e se expande por todo seu território de influência. Roberto Monte-Mór (1994) deriva o conceito de zona urbana para a ideia de uma urbanização extensiva, ou seja, o processo de urbanização que ocorre para além dos limites da antiga cidade industrial, e penetra o espaço regional através de relações socioespaciais. João Rua (2006) vai além da conceituação lefebvriana e, apesar de concordar com a existência de uma força do urbano no sentido de uma urbanização do rural, considera a necessidade de uma abordagem multiescalar, capaz de reconhecer as diferentes interações e trocas entre ambos, processo que ele caracteriza por urbanização no rural:

Se há um movimento de unificação urbano-rural pela lógica capitalista (...) com um certo sentido de equalização do espaço, há, por outro lado, muitas manifestações de resistência a essa equalização pretensamente homogeneizadora, que se traduzem por estratégias de sobrevivência das famílias rurais, (...) quando buscam manter ou (re)construir suas identidades territoriais. (RUA, 2006, p. 88)

Localizado na RMBH, o Assentamento Ho Chi Minh encontra-se justamente nessa zona de fronteira onde, de acordo com Rua (2006, p. 86) “rural e urbano fundem-se mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades.” Dessa forma, torna-se impossível (ou pelo menos indesejável) pensar a questão urbana sem se pensar nas relações que a cidade consolidada estabelece com suas adjacências e vice-versa, bem como as relações socioespaciais provenientes destas trocas.

Segundo Alencar (2018), do ponto de vista da RMBH, as áreas definidas como rurais desempenham importantes papéis na dinâmica urbana, seja através dos vínculos em relação ao abastecimento de alimentos, seja pela sua relação com a preservação ambiental e dos recursos hídricos que garantem a sobrevivência da metrópole. Entretanto, o autor aponta para uma ausência de proposições específicas para as zonas conceituadas como rurais nos planos diretores dos municípios sendo que, quando existem, estas aparecem como diretrizes amplas e desconectadas do território. De acordo com Alencar (2018, p. 76) “[o território] é considerado apenas na demarcação das zonas urbanas e rurais, tratando-as de forma homogênea e antagônica (as zonas rurais comumente são delimitadas a partir da exclusão do que não é urbano)”.

Por outro lado, do ponto de vista dos assentamentos da Reforma Agrária, a complexidade territorial que se instaura com o processo de urbanização extensiva requer políticas públicas efetivas que garantam aos assentados condições para o desenvolvimento das atividades no campo. Apesar da existência de tais políticas no plano institucional, as diversas lacunas existentes no processo de assentamento, especialmente no que diz respeito ao acesso aos subsídios e linhas de crédito, muitas vezes impossibilitam que os assentados consigam expandir sua produção e garantir as mínimas condições de sobrevivência. Após a conquista da terra, as tentativas de acesso a esses créditos para a maioria dos assentados da reforma agrária na

RMBH são frustradas e marcadas pela desinformação e entraves institucionais mas, sobretudo, pela dependência a agentes externos em cumprimento às exigências de intermediação técnica, seja através de servidores públicos ou profissionais credenciados para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

A partir das percepções propiciadas pela experiência de extensão universitária no Assentamento Ho Chi Minh, sobretudo quanto às dificuldades enfrentadas pelos assentados na consolidação de sua atividade produtiva e permanência no campo, buscamos neste artigo refletir sobre o alcance das políticas públicas existentes e investigar algumas lacunas institucionais existentes no processo de assentamento das famílias, mediante o relato dos trabalhos em curso envolvendo os assentados do Assentamento Ho Chi Minh, alunos e professores da Universidade Federal de Minas Gerais e profissionais da Associação Arquitetas Sem Fronteiras (ASF). Dessa forma, objetiva-se apontar as possibilidades sinalizadas pela Extensão Universitária tanto no que tange a discussão sobre o campo profissional da assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo e a formação de profissionais mais conectados e capacitados para atuar nessa complexa realidade, quanto ao papel da Universidade pública para a formulação, implementação e aprimoramento das políticas existentes.

## 2 | BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Assentamento Ho Chi Minh foi criado em 2005, após aquisição do terreno da antiga Fazenda Belo Horizonte pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sua área total é de aproximadamente 784 hectares, o que inclui a área de estradas de uso comum, área comunitária, áreas de Reserva Legal e 37 lotes. Apesar da garantia de acesso à terra, as famílias assentadas permaneceram acampadas em um galpão - antigo alambique da fazenda - e em seu entorno até que o parcelamento e distribuição dos lotes fossem concluídos. Tal processo foi realizado pelo MST em parceria com assessores técnicos e vistoria do INCRA. A definição dos lotes foi realizada por meio de sorteio com possibilidade de algumas trocas entre famílias, contando com a mediação do INCRA durante todo o processo, dada sua responsabilidade institucional de aquisição e distribuição de terras para a reforma agrária.

Segundo Ana Cimbleis (2007, p. 25), o objetivo da distribuição de terras é "democratizar a estrutura de propriedade da terra, o que pressupõe transformar as relações de poder econômico e político responsáveis pela concentração fundiária". Isso implica na defesa da desapropriação de terras privadas que não cumprem a sua função social. A identificação de fazendas passíveis de desapropriação é realizada por meio de pesquisas cartoriais e consultas aos movimentos sociais, considerando alguns critérios pré-estabelecidos como a classificação dos imóveis rurais em relação a sua área ou a concentração de famílias do campo em situação de extrema pobreza.



Foi o caso da Fazenda Belo Horizonte, classificada como grande propriedade a partir dos parâmetros estabelecidos pela lei.

Após aquisição e criação do Assentamento, as famílias selecionadas são instaladas em seus respectivos terrenos. A titulação pelo INCRA às famílias se dá mediante Contrato de Concessão de Uso (CCU), que garante provisoriamente a permanência das mesmas nos terrenos e abre possibilidades de produção individual ou coletiva, além do acesso a políticas e programas de subsídios governamentais.

Nossa aproximação ao Assentamento Ho Chi Minh se deu no contexto de uma disciplina de extensão universitária – Uni009: Diálogos Metropolitanos, ofertada em julho de 2018 pela Escola de Arquitetura da UFMG, em parceria com a Associação de Produção Agropecuária Ho Chi Minh (ASPRA) e a Associação Arquitetas Sem Fronteiras (ASF). Nossa equipe, composta por 17 discentes da UFMG e três integrantes da ASF, acampou por uma semana no quintal de um dos assentados e encarregou-se de visitar as famílias interessadas em acessar o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). As atividades realizadas consistiam em esclarecer as condições gerais do Programa Minha Casa Minha Vida - Rural (MCMV-R), de forma a entender as necessidades das famílias e as atuais condições de moradia, bem como verificar os documentos necessários para a solicitação de acesso ao programa. A equipe foi dividida em duplas ou trios encarregados de visitar uma família por dia, com as quais conversavam sem pressa e almoçavam juntos. As entrevistas assumiram a forma de conversas espontâneas, onde cada família tinha também a oportunidade de compartilhar um pouco de sua história, dificuldades e expectativas para a vida. O contato constante com as famílias permitiu que fossem ressaltados, muito mais do que os requisitos básicos para acesso ao programa, a rotina e o modo de vida daquelas pessoas. Foram sete dias de conversas, refeições compartilhadas e circuitos pelo assentamento que nos conduziram à reflexão acerca das dificuldades impostas aos assentados para o acesso pleno a seus direitos no campo.

### **3 | A DIFICULDADE DE ACESSO AOS SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS**

Segundo João Pedro Stedile (2003), além de garantir a democratização da propriedade da terra, a verdadeira reforma agrária deve também garantir as mínimas condições de sobrevivência aos assentados no campo, seja pela democratização do comércio e dos processos agrícolas, seja pelo acesso ao capital e ao conhecimento. Embora o acesso a terra represente uma substancial e indispensável transformação nas relações de dominação entre os possuidores dos meios de produção e os detentores apenas da sua força de trabalho, falta aos agricultores familiares o Capital. Como evidenciado pelo clássico tripé do modo de produção capitalista descrito por Marx (1984), Terra, Trabalho e Capital são fatores de produção essenciais ao processo. Transposta a barreira da propriedade da terra, abrem-se as possibilidades

de transformação das relações de poder econômico e político responsáveis pela concentração fundiária. Entretanto, sem acesso a recursos financeiros para instalação inicial da infraestrutura de produção, incluindo a moradia, ou para aquisição de insumos e equipamentos agrícolas, o ciclo produtivo não se sustenta e o trabalhador vê-se constrangido a produzir em escala reduzida, quando não apenas para subsistência da família. Configura-se assim um quadro de extrema vulnerabilidade social no qual o acúmulo de carências pode, no limite, levar ao abandono ou mesmo à expulsão de famílias das terras duramente conquistadas.

Nesse sentido, além de promover o assentamento e a redistribuição de terras, o INCRA opera um sistema de créditos destinados aos beneficiários do PNRA com o intuito de auxiliar no desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes conquistados – os chamados créditos de instalação (INCRA, 2018). Dentre as modalidades de créditos disponíveis destacam-se, no caso do Ho Chi Minh: o apoio inicial, para aquisição de itens de primeira necessidade (até R\$ 5.200,00); o fomento, para a implementação de projetos produtivos e estímulo à geração de renda (até R\$ 6.400,00); o fomento mulher, semelhante ao anterior, porém destinado exclusivamente a projetos sob responsabilidade da mulher titular do lote (até R\$ 5.000,00); e os créditos para financiamento da construção de novas habitações rurais (até R\$ 34.000,00) ou reforma das habitações existentes (até R\$ 17.000,00) (Decreto 9.424/2018).

São requisitos comuns para acesso aos créditos mencionados o Contrato de Concessão de Uso (CCU), a atualização dos dados das famílias beneficiárias junto ao mesmo órgão, bem como a inscrição no Cadastro Único (CAD Único), realizada no CRAS específico da região do assentamento. Para acesso às modalidades Fomento e Fomento Mulher, é necessária ainda a elaboração de um projeto técnico por profissionais habilitados, que deverá passar por posterior aprovação do INCRA. Além dos créditos supracitados, o INCRA também é o responsável por autorizar a aplicação de créditos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), financiado pelo Banco do Brasil ou Banco do Nordeste, a depender da região. O programa é considerado inovador por possuir as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do Brasil (INCRA, 2018). No caso específico do Pronaf, além de todos os documentos mencionados, as famílias devem ainda comprovar seu enquadramento no programa mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP- A) ativa, emitida por agentes credenciados pela SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (BCB, 2018). Em Minas Gerais, quem realiza esse trabalho é a Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG) ou sindicatos de trabalhadores rurais.

Pela descrição dos créditos disponíveis e a complexidade dos requisitos, percebe-se o grau de dificuldade de acesso aos mesmos pelos assentados. Em primeiro lugar, a maioria dos recursos depende da elaboração de um projeto técnico por terceiros - serviço realizado por empresas ou entidades credenciadas, o que

retira a autonomia dos assentados ainda que eles saibam quais atividades e como pretendem desenvolvê-las - e os coloca na dependência de agentes externos, tornando o processo para obtenção dos recursos lento. Cabe ressaltar que todo o trabalho envolvido nessa etapa constitui-se numa espécie de investimento de risco, pois não há garantia de aprovação dos financiamentos a serem solicitados. E ainda, caso aprovados, são assegurados recursos a título de remuneração da assistência técnica para acompanhamento da implantação do projeto, mas que, a rigor, não remuneram o trabalho anterior.

Assim, muitos assentados não conseguem esperar para ter acesso ao recurso e acabam por desistir de acessá-lo; em segundo lugar, no caso específico do Pronaf, o processo perpassa ainda pela Emater, representada pela figura do técnico responsável, que pode decidir ou não pela emissão da DAP. Segundo Afrânio Garcia (2003, p. 176) tal situação acaba por reativar formas de dependência pessoal, o que pode levar à constituição de redes de clientelismo político, bem como gerar conflitos e disputas entre os assentados, de forma a incidir sobre a coletividade do grupo (GARCIA, 2003).

Com relação à dependência nos projetos técnicos, sob a ótica dos prestadores de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Fábio Ramos Nunes (2018) buscou compreender o papel histórico da extensão rural e investigar os principais entraves institucionais, políticos, financeiros e técnicos à execução desses serviços e de sua condição de disponibilidade e de continuidade junto aos assentados da Reforma Agrária. O autor aponta para a "frequente interrupção dos serviços de extensão rural", e identifica os períodos em que os assentados "não tiveram acesso a orientações técnicas para exercer as atividades rurais, o que gerou extrema dificuldade, inclusive para acessar recursos financeiros, tendo em vista o atrelamento do crédito rural à assistência técnica". (NUNES, 2018, p. 15). Embora reconheça a importância dos serviços de extensão rural, aponta para a vulnerabilidade das entidades diante dos frequentes atrasos no repasse de verbas pelo INCRA, à indisponibilidade de recursos para pagamento de técnicos e fornecedores, e às conseqüentes "interrupções temporárias ou definitivas dos serviços prestados" (NUNES, 2018, p. 87).

Para os assentados, a dificuldade e a demora na liberação dos recursos para o desenvolvimento de atividades na terra conduz à manutenção de vínculos de trabalho na capital, ou à realização de atividades paralelas - factíveis com investimentos relativamente baixos - para incremento da renda familiar como a produção e comercialização de pães, bolos, hortaliças, temperos, produtos cosméticos naturais, prestação de serviços internos, entre outros. João Rua (2006, p. 87) caracteriza esse processo como pluriatividade, entendendo-a como "uma estratégia da família, com a finalidade de - diversificando suas atividades [dentro e] fora do estabelecimento - assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família".

Ainda segundo o autor, tais transformações mostram como o corte rural/urbano

desaparece através das relações estabelecidas sem que, no entanto, algumas características do campo desapareçam por completo. Atividades como o plantio de hortas e alimentos orgânicos para a venda em feiras especializadas na cidade tornam-se cada vez mais comuns entre os assentados. A existência de modalidades de crédito não voltadas exclusivamente para a agricultura – como o Fomento e o Fomento Mulher, por exemplo – podem indicar saídas para os assentados diversificarem sua produção e fontes de renda. Para tal, será necessária a formulação de políticas públicas que reconheçam e valorizem a autonomia dos moradores, especialmente como produtores e gestores, incentivando e desburocratizando seu acesso aos recursos públicos.

#### **4 | ASSESSORIA TÉCNICA E O PAPEL DA UNIVERSIDADE**

Como demonstrado ao longo deste artigo, o processo de reconhecimento dos assentamentos, delimitação, distribuição dos lotes e titulação das famílias pelo INCRA, bem como o posterior acesso a financiamentos e linhas de crédito dependem de projetos, orçamentos, e produção de documentos técnicos. Assim, o acesso às políticas públicas e sua consequente efetivação devem, necessariamente, passar pela intermediação de técnicos, servidores públicos e/ou profissionais credenciados como ATER. Essa dependência a agentes externos constitui-se no primeiro entrave, muitas vezes não superado, para o pleno desenvolvimento da agricultura e usufruto de direitos constitucionais pelas famílias. Diante dessa situação, o direito à assessoria técnica pública, gratuita e de qualidade, escolhida pelos grupos a quem se direcionam tais políticas públicas é uma bandeira histórica dos movimentos sociais (AMARAL, 2002, p.21; SILVA, 2016, p.2). Nesse sentido pode-se dizer que, ao longo das últimas três décadas, houve um processo de reconhecimento e estruturação do campo de trabalho na área da assessoria técnica, principalmente associada à extensão rural. Tal processo repercute, por exemplo, na implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2010). Já no campo específico de Arquitetura e Urbanismo, a estipulação de valores para a remuneração dos serviços de assessoria e elaboração de projetos técnicos para os programas voltados à habitação também sinalizam para a conformação deste campo profissional.

Entretanto, o acesso aos recursos destinados à assessoria técnica só se dá após um extenso trabalho de levantamento de dados que inclui diversas idas a campo para reuniões e entrevistas, normalmente em finais de semana ou à noite, além de todo o serviço posterior às visitas relacionado ao desenvolvimento dos projetos propriamente ditos. Esse trabalho é feito a princípio sem remuneração e sem a garantia de que, ao final do processo, serão contemplados pelos programas existentes e os serviços de assessoria serão finalmente remunerados. Ainda quando são contemplados, o trabalho continua com o acompanhamento das obras. Segundo Lombardi (2011), essas condições de trabalho enfrentadas por aqueles que trabalham na área, ainda que

assumindo características mais democráticas, participativas, e se relacionando com importantes processos de transformação social, podem configurar trabalho precário. A baixa disponibilidade de recursos foi um dos motivos práticos da parceria entre a ASF, entidade credenciada como ATER, a ASPRA, como entidade representativa dos assentados Ho Chi Minh e a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio da disciplina de extensão. Tal parceria possibilitou a constituição de uma equipe maior para se dedicar, durante uma semana, à elaboração de um trabalho mais completo, que pudesse abarcar a complexidade das questões que permeiam um assentamento da Reforma Agrária.

Se, a princípio, a presença da Universidade no processo parte desta questão prática, ela representa significativos desdobramentos para a instituição e para a efetivação de seu papel na sociedade. A princípio, extrapolar os limites da tradicional sala de aula propicia, quase instantaneamente, a reconfiguração das relações entre quem supostamente ensina e aqueles que aprendem. Parte-se para uma relação mais favorável à manifestação de competências e habilidades individuais que reforçam o trabalho coletivo, em contrapartida à rígida definição de papéis representados e assumidos na polaridade professor-aluno. O trabalho de campo através da experiência extensionista, portanto, apresenta-se como uma ferramenta essencial para a transformação qualitativa da relação ensino-aprendizagem, capaz de conduzir à produção coletiva de conhecimentos e práticas mais afinados às reais necessidades do território de atuação. Nesse sentido, a experiência aqui narrada tem como um dos objetivos a ampliação das possibilidades de formação do profissional do arquiteto e urbanista na Universidade pública, ao garantir maior embasamento e experiência no campo profissional da assessoria técnica. O trabalho desenvolvido durante uma semana permitiu aos participantes, além de exercitar na prática habilidades desenvolvidas ao longo do curso, colocar em teste conhecimentos técnicos, métodos e bases teóricas, adequando-os ao contexto real.

Por outro lado, o envolvimento prático possibilitado pela extensão proporciona a oxigenação da discussão e do fazer acadêmico, orientando as pesquisas e a prática universitária para a urgência das principais questões sociais. Em última instância, a sistematização e a reflexão acerca das questões observadas em campo possibilita a caracterização dos modos de vida, cultura, habilidades e competências do trabalhador rural, além da compreensão da forma como se estruturam e se implementam as políticas públicas. Esse processo de entendimento, crítica e proposição a partir das questões percebidas em campo ganha dimensão na medida em que a Universidade passa a integrar uma rede de grupos e movimentos rurais organizados – tais como o MST ou a Via Campesina, interessados em discutir e aprimorar a efetividade e o alcance dos programas e políticas públicas. Nesse sentido, orienta-se para a construção de uma agenda comum de trabalho envolvendo famílias assentadas da Reforma Agrária, profissionais de assessoria técnica e extensão rural e a comunidade universitária para enfrentamento das contradições que permeiam o cotidiano destas

pessoas que, duramente, conquistaram a terra, mas ressentem-se de condições favoráveis para trabalhá-la.

## 5 | DESDOBRAMENTOS

A agenda comum é construída a partir das urgências e oportunidades encontradas no contexto do assentamento ao promover a articulação entre agentes interessados e a realização de propostas atreladas a uma reflexão crítica, capazes de potencializar a continuidade das ações. Dessa forma, os exemplos seguintes pretendem destacar as principais questões levantadas sobre o papel da Universidade nesse contexto, bem como evidenciar alguns desdobramentos já visíveis na perspectiva da construção de tal agenda de forma a combinar esforços, interesses, habilidades e saberes das três instâncias: famílias assentadas e movimentos sociais do campo, comunidade universitária e sociedade civil organizada.

A disciplina extensionista que proporcionou a escrita deste artigo teve como objetivo específico a organização e produção do conjunto de documentos necessários para a inscrição das famílias assentadas no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). A produção dos estudantes conformou um acervo da disciplina que contém: formulários com dados dos moradores; levantamento arquitetônico das moradias; levantamento fotográfico aéreo dos terrenos; propostas de projetos arquitetônicos das moradias a serem construídas ou reformadas no âmbito PNHR; relatos das conversas realizadas com os moradores; reflexões críticas sobre as políticas públicas.

Destaca-se o papel pedagógico da disciplina também por inserir as pautas da reforma agrária e do MST na formação acadêmica. A fim de garantir a continuidade desse processo para além da disciplina extensionista, outro desdobramento é a elaboração do Projeto de Extensão intitulado Construção de agenda comum entre Assentados da Reforma Agrária, a Extensão Rural e a Extensão Universitária, que possibilitará a atuação da Universidade no contexto do Assentamento na perspectiva de assegurar a continuidade da investigação e identificação de outras demandas existentes no Ho Chi Minh.

## 6 | APONTAMENTOS FINAIS

Os questionamentos e reflexões apresentados neste artigo demonstram a necessidade da compreensão da Reforma Agrária para além do acesso à terra. Sem dúvida, como bem reconhece Fábio Nunes (2018), são notáveis as lutas e as conquistas dos movimentos sociais, no sentido de assegurar, via políticas públicas, os direitos constitucionais dos assentados da Reforma Agrária. Entretanto, persistem consideráveis lacunas entre as demandas locais e os mecanismos de execução dos programas governamentais, cuja superação depende da compreensão das

particularidades da vida no campo e da criação de instâncias locais de decisão e controle social que assegurem os direitos básicos das famílias assentadas.

Os programas e as políticas públicas devem, portanto, propiciar a permanência da população no campo, a partir do entendimento da complexidade territorial instalada com o processo de urbanização extensiva. Como aponta Rua (2006, p. 100) "a reforma agrária [deve ser tratada de forma] diversificada, capaz de contemplar a imensa diversidade de situações oriundas da hibridez que marca as áreas rurais de hoje". Como discutido nesse artigo, a forma como são operacionalizadas as políticas públicas impõe entraves de acesso pelos assentados. Os diversos documentos, registros e procedimentos demandados limitam o exercício da autonomia coletiva pelas comunidades e as tornam dependentes das entidades credenciadas como ATER e também dos técnicos, administradores públicos, acadêmicos, entre outros agentes que detêm certa autoridade nas instâncias de decisão.

Nosso esforço de integração da Universidade ao grupo de agentes envolvidos na Reforma Agrária, por meio da extensão universitária, objetiva tanto a formação de profissionais mais capacitados a atuarem junto aos agricultores familiares e movimentos rurais quanto à avaliação e reelaboração das políticas existentes, adequando-as às particularidades dos modos de vida dos assentados. Dessa forma, a construção de uma agenda comum que combine os interesses, habilidades e saberes das famílias assentadas, dos movimentos sociais do campo, da comunidade universitária e da sociedade civil organizada indica uma possibilidade de atuação conjunta para o enfrentamento das questões mais urgentes que perpassam a efetivação da Reforma Agrária no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Victor Gabriel de Souza Lima. **Agroecologia: Para além do rural e urbano na RMBH**. Trabalho de conclusão de curso - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

AMARAL, Ângela de Arruda Camargo. **Habitação na cidade de São Paulo**. 2ª edição revisada. São Paulo, Pólis / PUC-SP, 2002. 120p.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA HO CHI MINH. **Para Além Das Bananas: Preservação, Restauração Ecológica, Ecoturismo e Empreendedorismo Socioambiental no Assentamento da Reforma Agrária Ho Chi Minh – Nova União/MG**. Proposta de trabalho para Fundo de Direitos Difusos (FDD). Nova União, 2018.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. **Assessoria Técnica com interfaces**. In: IV ENANPARQ, 2016, Porto Alegre. IV ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Estado da arte. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf**. 2017. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp](https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp)>. Acesso em: 20/08/2018.

BRASIL. **Decreto no 9.424**, de 26 de junho de 2018. Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da

Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.htm)>. Acesso em: 20/08/2018.

CIMBLERIS, A. **Utilização de plantas medicinais no assentamento Ho Chi Minh (MG), do MST: pesquisa-ação**. Dissertação (Mestrado em Farmácia) - Faculdade de Farmácia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 180. 2007.

GARCIA, A. **A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 154-189, jul/dez. 2003.

INCRA. **Obtenção de terras**. 2018. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/Aquisicao\\_de\\_terras](http://www.incra.gov.br/Aquisicao_de_terras)>. Acesso em: 15/08/2018.

LEFEBVRE, Henri. **La Revolución Urbana**. Madrid: Alianza, 1972.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Políticas de habitação popular, trabalho associado e relações de gênero: a experiência da USINA**. São Paulo: FCC/DPE, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. vol. I, T 2, São Paulo: Abril. Cultural, 1984 (Coleção os Economistas)

MONTE-MÓR, R. L. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. D.; SILVEIRA, M. L. (Eds.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994, p. 169-181.

NUNES, Fábio Ramos. **Uma análise da política de ATER no DF e entorno**. Brasília, Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, 2018. Dissertação (Mestrado).

RUA, João. **Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SILVA, Rosana de Oliveira Pithan. **Análises e Indicadores do Agronegócio - v.11**, n.5, maio 2016

STEDILE, J. P. **Latifúndio: o Pecado Agrário Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2003.



## DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA VISÃO SOBRE A ÉTICA NA PROFISSÃO

**Maria Helena Silva Gonzaga**

Universidade Estadual de Alagoas – Bacharel em Ciências Contábeis, Arapiraca – Alagoas.

**RESUMO:** A ética é um princípio necessário no exercício da profissão contábil. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo discorrer acerca do conhecimento dos discentes do curso de Ciências Contábeis, na Universidade Estadual de Alagoas-Campus I, sobre a importância dada pelos mesmos a ética na profissão e a respeito do Código de Ética do Profissional Contábil. Para isso, foi realizado uma pesquisa de caráter descritivo exploratório através de questionários aplicados aos acadêmicos. A partir da análise, obteve-se que todos os estudantes consideram a ética profissional como uma disciplina importante e que apenas 12% não tiveram acesso ao Código de Ética do Profissional Contábil. Este estudo tem como principal contribuição despertar o interesse dos discentes para conhecerem mais a respeito do Código e o cumprirem devidamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade, Acadêmicos, Princípios morais.

**STUDENTS OF THE COURSE OF ACCOUNTING SCIENCES: A VISION ABOUT THE ETHIC IN THE PROFESSION**

**ABSTRACT:** Ethics is a necessary principle in the exercise of the accounting profession. Therefore, the present work aims to discuss the knowledge of the students of the course of accounting sciences, in Universidade Estadual de Alagoas- Campus I, about importance given by them to ethics in the profession and regarding the Accounting Professional's Code of Ethics. For this, a descriptive exploratory research was carried out through questionnaires applied to the academics. From the analysis, it was obtained that all students consider professional ethics as an important discipline and that only 12% did not have access to the Accounting Professional Code of Ethics. This study has as main contribution to arouse the interest of the students to know more about the Code. This study has as main contribution to arouse the interest of the students to know more about the Code and to comply properly.

**KEYWORDS:** Accounting, Academics, Moral principles.

### 1 | INTRODUÇÃO

É notável a importância da ética na sociedade, mas foi a partir de Aristóteles que

a ética passou a ser a ciência da moral, já que tanto a ética como a moral significam costume, com isso a ética tornou-se a disciplina que estuda e regula as ações comportamentais humanas, tendo como responsabilidade construir uma base para a conduta do indivíduo.

Em essência, acredita-se que o ser humano age e toma decisões seguindo o bem, como Aristóteles também acreditava nisso e o evidencia em sua obra *Ética a Nicômaco*, que o fim de todas as coisas é o bem, “[...] toda arte e toda investigação, bem como toda ação e toda escolha visam a um bem qualquer; e por isso foi dito, não sem razão, que o bem é aquilo a que as coisas tendem” (ARISTÓTELES, 2009, p. 03)

Enquanto para Aristóteles a ética é fundamentada no bem, para Kant (1724-1804), a ética é fundamentada no dever, para o mesmo o bem é uma forma de egoísmo, já que o bem não é algo definido, sendo assim a única ideia não egoísta é o cumprimento de um dever. Desse modo, o autor afirma que ação só é boa quando realizada por puro respeito ao dever, não se deixando levar pela emoção ou sensibilidade humana, mas sim pela razão.

Embora a ética e a moral devam ser regidas pela razão, o comportamento humano é também seguido pela emoção. Uma vez que a ética influencia a moral, porém tal comportamento ético exige muito mais que leis, normas, regulamentos ou códigos, visto que nenhum deles contempla todos os acontecimentos ou situações que podem surgir no exercício da profissão que exija um posicionamento pessoal.

Para os profissionais da área contábil, há o código de *Ética Profissional Contábil*, que deve ser respeitado e seguido por todos os profissionais da área, uma vez que o código de ética propõe obrigações e deveres com a sociedade.

Justifica-se um estudo realizado sobre ética, pela importância da mesma para a sociedade e no auxílio ao combate a corrupção e na procura de que não seja cometido atos antiéticos. O presente estudo foi feito com os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis, para que se possa analisar a percepção do mesmo sobre o tema e fazê-los pensar no quanto isso é importante.

Este presente trabalho tem como objetivo geral verificar o conhecimento e a percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Alagoas, sobre a importância da ética na profissão contábil. Compreendo ainda como objetivos específicos, pesquisar sobre a ótica dos discentes o conceito de ética, analisar o conhecimento dos acadêmicos sobre o código de ética, levantar a importância dada pelos acadêmicos a disciplina de ética e ao código.

Em 27 de maio de 1946, com o Decreto-Lei nº. 9.295, foram criados o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), tais órgãos foram criados com o intuito de representar os profissionais contábeis, além de regulamentar as normas e atos da profissão.

O Código de Ética do Profissional Contábil surgiu no Brasil, pela Resolução nº 803/96, sendo aprovado em 1970, com o intuito de regulamentar, construir e fiscalizar a profissão contábil. Segundo Lisboa (1996), a ética profissional de cada grupo, pode

ser entendida como a prática comportamental que pode ser observada no exercício da profissão, sendo assim o código de ética profissional é um guia que apresenta os princípios éticos.

No Código de Ética Profissional do Contador, são dispostos os princípios que regem a profissão para uma boa conduta, além de deveres e proibições, apresentando ainda a fixação do valor dos serviços profissionais prestados e os deveres em relação aos colegas e a classe, e por fim, as penalidades para os casos de infrações. Sendo assim, um instrumento regulador e fiscalizador da classe, além de não permitir um colega diminuir outro, independente da modalidade, seja ela por meio de comentários ou algum meio de comunicação.

O Contador por meio de seu elemento ético, que acompanha suas práticas, deveres e proibições, regulamentando assim a profissão, além de delimitar seus deveres, sendo representado no Capítulo II do Código de Ética do Profissional Contábil, presente na Resolução CFC N° 803/96:

I -- exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

II - guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;

III- zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo.

Além de outros deveres e proibições expressos no Capítulo II do Código de Ética, tem-se também capítulos, como a fixação do valor dos serviços profissionais, deveres em relação aos colegas e a classe e também as penalidades. Mesmo sem a presença do código, o profissional contábil trabalha diariamente com serviços para outras pessoas, uma atividade perante a sociedade, e sendo assim é necessário, conservar uma boa conduta baseada nos princípios éticos, para o desempenho de um bom serviço.

## 2 | PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva que foi desenvolvida por meio de uma pesquisa de campo, para fornecer uma base mais segura para uma posterior análise e discussão teórica e possibilitar uma melhor compreensão da realidade estudada. De acordo com Cervo e Bervian (2004) este tipo de pesquisa consiste em analisar os dados sem manipulá-los.

Segundo Fonseca (2012), a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza

coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.). Sendo assim, foi de grande importância a realização da pesquisa tanto por meio documental como a pesquisa de campo feita com os discentes do curso de Ciências Contábeis.

A população escolhida para a realização do presente estudo foi formada por acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Alagoas-Campus I, a pesquisa foi realizada entre os dias 17 a 24 de setembro de 2018, sendo um total de 50 universitários que responderam à pesquisa, do 4º, 6º e 8º período, já que na universidade só ingressam no início do ano.

A amostra, não probabilística, foi escolhida por uma vantagem de acesso e o direcionamento aplicado à procura por discentes que já tivesse cursado a disciplina de ética, visando obter resultados com relação a percepção dos acadêmicos sobre a disciplina cursada e a importância da mesma para profissão. A pesquisa foi feita por meio de questionários impressos, que foram distribuídos pessoalmente aos participantes.

O questionário aplicado estava subdividido em duas partes, sendo a primeira com intuito de coletar informações gerais, (idade, trabalho) para que possibilitasse a caracterização da amostra, e a segunda abordava variáveis específicas ao tema, como o conceito de ética, se a disciplina já foi cursada, se já leu o código de ética e onde teve acesso, se já presenciou um ato antiético, a importância da ética para a matriz curricular, e por fim, a importância do Código de Ética na profissão contábil.

### **3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este estudo foi elaborado por meio da aplicação de questionários sobre a percepção dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Alagoas, com relação ao tema ética na profissão contábil. Tendo como finalidade a análise dos dados coletados, assim para uma melhor compreensão foi dividido em quatro partes: na primeira, o perfil dos respondentes, evidenciando a faixa etária e se trabalha ou não; na segunda subseção, buscou-se saber o conhecimento sobre ética, evidenciando o conceito de ética no modo geral, se já cursou a disciplina, se já leu o Código de Ética, e onde teve acesso ao Código; no terceiro tópico, procurou-se saber se os acadêmicos já presenciaram um ato antiético, e por fim, a importância da disciplina na matriz curricular e a importância do Código de Ética na profissão contábil.

#### **3.1 Perfil dos respondentes**

##### *3.1.1 Faixa Etária*

Na tabela 01, são apresentados os dados referentes a faixa etária dos respondentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Alagoas-

Campus I, que fizeram parte deste estudo.

| Variáveis       | N  | %     |
|-----------------|----|-------|
| De 18 a 24 anos | 39 | 78,0% |
| De 25 a 29 anos | 9  | 18,0% |
| Mais de 30 anos | 2  | 4,0%  |
| TOTAL           | 50 | 100%  |

Tabela 01: Faixa etária

Para a análise, foram utilizados intervalos de faixa etária, como visto acima. A partir disso, mostra-se a faixa etária dos alunos abordados, sendo um total de 50 alunos, tendo apenas 4% com mais de 30 anos, e sua maioria sendo entre 18 a 24 anos representando 78%.

### *3.1.2 Exercício de funções: trabalho*

Neste tópico, mostrou-se importante analisar quais dos discentes exerce alguma função remunerada ou não, ou seja, se o acadêmico trabalha. Pois normalmente quem trabalha, ver a ética ou a falta da mesma, no seu dia a dia, uma vez que estará diariamente lidando com outras pessoas e informações sigilosas.

| Variáveis | N  | %     |
|-----------|----|-------|
| Sim       | 43 | 86,0% |
| Não       | 7  | 14,0% |

Tabela 02: trabalho

Por meio, da tabela acima é possível perceber, que a maioria dos discentes trabalham, representado por 86%, sendo assim a maioria vivenciam dia a dia, atos que podem ser éticos ou antiéticos.

### *3.1.3 Conhecimento sobre ética*

Este tópico mostra-se importante, visto que será a partir dele que será possível saber qual o conhecimento que os discentes detém sobre a ética e o conhecimento do código de ética. Na tabela 03, será abordado o conceito de ética, de um modo geral, para avaliar na visão dos dados, qual o conceito na ótica dos discentes.

| Variáveis                            | N  | %     |
|--------------------------------------|----|-------|
| Princípios e valores morais          | 33 | 66,0% |
| Responsabilidade perante a sociedade | 3  | 6,0%  |
| Princípios e valores profissionais   | 8  | 16,0% |
| Base da construção pessoal           | 4  | 8,0%  |
| Não souberam responder               | 2  | 4,0%  |

Tabela 03: Conceito de ética

Para os discentes do curso de Ciências Contábeis, a ética se conceitua pelos princípios e valores morais, já que em sua maioria com 66% responderam isso. Vale ressaltar, que a partir dessa porcentagem, é possível perceber que para os mesmos, a ética vai além dos valores profissionais, visto que apenas 16% consideram isto como conceito para ética.

É importante destacar, ao desenvolver deste presente trabalho o intuito era que a todos ou sua maioria dos respondentes já tivessem cursado a disciplina de ética, como segue os dados abaixo:

| Variáveis | N  | %     |
|-----------|----|-------|
| Sim       | 44 | 88,0% |
| Não       | 6  | 12,0% |

Tabela 04: Disciplina de ética cursada

Na pesquisa, procurou-se alcançar o maior número de discentes que já estivesse cursado a disciplina em comparação aos que ainda irão cursar, para que assim, os mesmos detivessem de um maior conhecimento sobre. Mas mesmo que em porcentagem menor, alguns acadêmicos ainda não cursaram a disciplina, representando 12% do total de respondentes.

A leitura do código, infelizmente ainda não é algo tão disseminado entre os estudantes e os profissionais, com isso mostrou-se importante, levantar dados referentes a quem já leu o código, observados na tabela a baixo:

| Variáveis | N  | %     |
|-----------|----|-------|
| Sim       | 26 | 52,0% |
| Não       | 24 | 48,0% |

Tabela 05: Leitura do Código de Ética do Profissional Contábil

Ao analisar se os discentes já leram o Código de Ética, tem-se porcentagens aproximadas uma da outra, já que 52% leram em comparação de 48% que não leram o código, isso mostra que embora, o código ainda precise de um maior enfoque, os acadêmicos estão interessados sobre o tema, e que mesmo que não lembrem de tudo que já leram, já tiveram algum contato, além do visto em sala de aula.

Na tabela a seguir, teve como interesse conhecer onde os discentes tiveram acesso ao código, visto que alguns podem conhecer na faculdade, estudando para concurso ou mesmo para a prova de suficiência ou até mesmo ainda não ter tido acesso.

| Variáveis                   | N  | %     |
|-----------------------------|----|-------|
| Faculdade                   | 32 | 64,0% |
| Estudando para concurso     | 2  | 4,0%  |
| Estágio e/ou trabalho       | 2  | 4,0%  |
| Por meio deste questionário | 8  | 16,0% |
| Não teve acesso             | 6  | 12,0% |

Tabela 06: Acesso ao código

Neste tópico, visou compreender onde os discentes do curso tiveram acesso ao Código de Ética da profissão, a partir dos dados apresentados na tabela acima, é possível perceber que a maioria dos acadêmicos tiveram conhecimento do código na faculdade, com 64%. Do total dos respondentes, 12% não tiveram acesso ao código, embora pequena porcentagem, mas o código deveria ser algo difundido entre os acadêmicos e profissionais da área.

Além disso, teve-se o intuito de saber quais dos acadêmicos já presenciaram algum ato antiético, seja ele no exercício de suas funções ou mesmo algum do qual ficou conhecendo, este tópico é importante, pois sabe-se que mesmo que tenha um código regulamentando algo, como nesse caso, a ética, nem todos os profissionais o conhecem.

| Variáveis | N  | %     |
|-----------|----|-------|
| Sim       | 37 | 74,0% |
| Não       | 13 | 26,0% |

Tabela 07: Ato antiético

Neste tópico, preocupou-se em saber a porcentagem dos discentes que já chegaram a presenciar um ato antiético, sem pergunta-lhes o que ocorreu, apenas para conhecer se o número de pessoas que já presenciaram é alto ou não. Por meio da tabela acima, é notável que a maioria representada por 74% já presenciaram atos antiéticos, sendo algo de uma boa reflexão sobre, não sobre quais os atos, mas sim, o porquê de serem tão frequentes.

Na tabela 08, abordou-se a importância da disciplina de ética na matriz curricular, para que por meio desta saiba qual a importância dada pelos estudantes a disciplina, devido que apesar de obrigatória, nem todos cursaram.

| Variáveis | N  | %    |
|-----------|----|------|
| Sim       | 50 | 100% |
| Não       | 0  | 0%   |

Tabela 08: A importância da disciplina

Com relação a importância da disciplina de Ética profissional na matriz curricular do curso, 100% dos discentes a consideram importante, mesmo os que ainda não leram o código e até mesmo aqueles que ainda não cursaram, consideram a disciplina como importante.

Na tabela abaixo, demonstra-se a importância que os estudantes do curso de Ciências Contábeis dão ao Código de Ética no exercício da profissão.

| Variáveis | N  | %   |
|-----------|----|-----|
| 1         | 0  | 0%  |
| 2         | 0  | 0%  |
| 3         | 0  | 0%  |
| 4         | 0  | 0%  |
| 5         | 0  | 0%  |
| 6         | 0  | 0%  |
| 7         | 0  | 0%  |
| 8         | 4  | 8%  |
| 9         | 4  | 8%  |
| 10        | 42 | 84% |

Tabela 09: Grau de importância do Código de Ética na profissão

Ao se referir na importância do Código de ética na profissão contábil, grande maioria dos acadêmicos consideram que o Código tem um grau de importância de 10, representando 84% do total dos discentes, e os demais ficam entre 8 e 9 como grau de importância, ou seja mesmo os que não consideram 10 como grau de importância tem um número aproximado.

#### 4 | CONCLUSÃO

A partir da análise de dados, observa-se que a maior parte dos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Alagoas - Campus I, estão entre 18 a 24 anos, e do total de respondentes a maioria trabalha, tendo assim, um convívio diário com temas ou situações éticas.

Vale ressaltar também que 88% dos respondentes também já cursaram a disciplina de ética profissional, conseqüentemente tem um maior conhecimento sobre, já que os que discentes que tiveram acesso ao Código de Ética, a maioria deles, representando 64% tiveram acesso na faculdade. Todavia, todos os respondentes acham a disciplina importante na matriz curricular, uma vez que todos, até mesmo os que ainda não cursaram, responderam sim para esta pergunta, representando assim o total de 100%, esse direcionamento dos estudantes é essencial, porque os leva a conhecer mais sobre e disseminar o conhecimento.

É importante salientar que 52% do total dos respondentes já leram o Código de Ética Profissional do Contador, mesmo a quantidade sendo bastante aproximada dos



que não leram, isso mostra que além dos estudantes terem tido acesso na universidade, acharam importante pesquisar mais sobre e ler o código, sendo assim, algo bastante positivo para a comunidade acadêmica e para os profissionais contábeis, além de ter uma importância direta com os seus clientes e colegas de trabalho. Além disso, 84% consideram como 10 o grau de importância do Código na profissão contábil, evidenciando assim, que até mesmo que não leu o código ou não teve acesso, nota a importância da regulamentação da ética na profissão.

Com o presente estudo, foi possível identificar que 66% consideram a ética como princípios e valores morais, mostrando assim, que para os estudantes a ética não diz respeito apenas a valores profissionais ou códigos e leis, mas sim valores morais e honestidade, e até mesmo costume.

Há ainda outra questão a ser destacada, é a porcentagem representativa dos estudantes que já presenciaram um ato antiético no exercício de suas funções, com a análise dos resultados teve-se 74% das respostas sim, ou seja, 74% já testemunharam um ato antiético, sendo assim, uma quantidade consideravelmente alta, por meio disso, ver-se a importância da disseminação do conhecimento sobre o código e o cumprimento do mesmo.

Como sugestões de pesquisas futuras, outros estudos podem ser realizado no mesmo molde que este com público diferente, como por exemplo, com contadores já formados ao invés de contadores em formação, buscando a opinião dos mesmos sobre o mesmo tema, para que assim possa haver uma comparação de resultados e constar se essa hipótese continua ao realizar a pesquisa com outro público.

## REFERÊNCIAS

A. DE SOUZA P. CAMPOS, Suzana; LIMA, Mário de. Ética na profissão contábil: Um estudo sobre a percepção dos alunos sobre a contribuição da disciplina “Ética e legislação profissional” para a formação em Ciências Contábeis. In: Encontro de Produção Científica e Tecnológica, ed. VIII, Paraná, Anais do VIII EPCT, Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar da Universidade Estadual do Paraná, 2013.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. MARTIN CLARET, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Abordagens éticas para o profissional contábil**. Brasília: CFC, 2003.

CORREA, Denise Virgínia; RODRIGUES FERREIRA, Clemilda; SHINZAKI, Keiko. **Uma breve reflexão sobre a importância da ética na profissão contábil**. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, vol. 02, nº 03, pág. 57-72, janeiro-junho, 2005.

FEIL, Alexandre André; DIEHL, Liciane; SCHUCK, Rogério José. Ética profissional e estudantes de contabilidade: análise das variáveis intervenientes. *Caderno EBAPE.BR*, vol. 14, nº 02, pág. 256-273, abril-junho, 2017.

KANT, Immanuel. **Critica da razão pura**. Vozes, 2015.

RAMOS OLIVEIRA, Robson; LOUREIRO DOS SANTOS MARIA, Daiane; MENEZES ALVES,

Maria Regina; SALGADO LOPES, Daniel. **PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE ÉTICA: Um estudo comparativo a partir de replicação.** In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, ed. XIII, Resende, RJ. Anais do XIII SEGeT, Associação Educacional Dom Bosco, 2016.

Resolução CFC nº 803/1996 e posterior Resolução CFC nº 1.307 de 09/12/2010. Estabelece a aprovação do **Código de Ética Profissional do Contador.**

SCUSSIATO TRENTIN, Grazielle Ninbla; CARVALHO DE SOUZA DOMINGUES, Maria José; MEES STRINGARI DE CASTRO, Diva Regina. **Percepção dos alunos de Ciências Contábeis sobre a ética profissional.** In: XV Congresso Brasileiro de Custos, ed. XV, Curitiba, PR. Anais do XV CBC, Associação Brasileira de Custos, 2008.

## A FENOMENOLOGIA DA ADOÇÃO: REFLEXÃO SOBRE A TEMÁTICA NO AMBIENTE ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO

**Geraldo Alves Lima**

**Francisco Adaldson Junior Veras**

**RESUMO:** Este estudo analisa a temática da adoção no ambiente acadêmico do curso de Direito em Araguaína-TO. O objetivo é compreender como o tema é abordado: por acadêmicos em suas produções científicas; por professores adotantes e das disciplinas afins; na matriz curricular e projeto pedagógico do curso. Como objetivos específicos busca-se ainda: descrever o fenômeno da adoção no universo acadêmico; a disseminação da utilização da fenomenologia como método de pesquisa e apresentar dispositivos legais a respeito do tema, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como metodologia foi utilizada a revisão bibliográfica com o uso do método de abordagem dedutivo, qualitativo, além do método fenomenológico para analisar os sujeitos envolvidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fenomenologia. Adoção. Estatuto da Criança e do Adolescente. Curso de Direito.

**THE PHENOMENOLOGY OF ADOPTION:  
REFLECTION ON THE THEME IN THE  
ACADEMIC ENVIRONMENT OF LAW  
SCHOOL**

**ABSTRACT:** This study analyzes the thematic of the adoption in the academic environment of the

course of Law in Araguaína-TO. The objective is to understand how the theme is approached: by academics in their scientific productions; by adopting teachers and related disciplines; and in the curriculum matrix and pedagogical project of the course. As specific objectives it is still searched: to describe the phenomenon of the adoption in the academic universe; the dissemination of the use of phenomenology as a research method and to present legal provisions on the subject, such as the Statute of the Child and the Adolescent. As methodology was used the bibliographic review using the method of deductive approach, qualitative, in addition to the phenomenological method to analyze the subjects involved.

**KEYWORDS:** Phenomenology. Adoption. Statute of the child and adolescent. Law school.

### 1 | INTRODUÇÃO

A prática da adoção está presente no cotidiano das sociedades humanas há bastante tempo. No Brasil, várias foram as alterações ocorridas na legislação, como forma de se adequar o tema as necessidades que foram surgindo diante dos novos modelos de família existentes e de forma a dar maior assertividade no processo de adoção. Tais alterações reforçam a busca do melhor interesse da

criança e adolescente. Este estudo aborda o contexto contemporâneo da adoção no Brasil diante de todas estas mudanças. O Direito deve sempre se refazer de acordo com a realidade em que está inserido, pois somente assim continuará sendo instrumento eficaz na garantia de direitos positivados constitucionalmente.

A Fenomenologia nas palavras de Petrelli (2001), se preocupa em colher relações constantes entre as circunstâncias, e nestas chegar a compreensão de cada um e do conjunto dos fatos, sendo uma ciência descritiva da realidade que busca as essências. É impossível enxergar o Direito como plano meramente normativo sem considerar todos os fatos que o fizeram ser como é, considerando para isso aspectos históricos, sociais, políticos, educacionais, dentre outros. Através do estudo da fenomenologia, se reforça a necessidade do Direito de se deslocar do plano meramente normativo para considerar o fato e suas essências, realidade esta que se reflete tanto no cotidiano dos profissionais do Direito quanto nas atividades da comunidade acadêmica do curso.

Instiga-nos, portanto essa temática, uma vez que procura entender como a adoção é pensada num ambiente acadêmico se utilizando de instrumento pouco abordado pelo Direito, a fenomenologia. Aproximar a essência dos fatos e suas interpretações ao cotidiano dos operadores do Direito possibilita uma melhor adequação da norma a casos reais, humanizando a ciência do Direito.

Abordaremos inicialmente a temática relacionada a fenomenologia trazendo suas diferentes linhas teóricas e o pensamento de algumas figuras consideradas centrais. Em seguida é apresentado o instituto da adoção, abordando características, alterações legislativas e assuntos correlatos. Ao final nos debruçamos sob os documentos institucionais; as produções científicas de acadêmicos do curso de Direito e sob os sujeitos envolvidos nestas produções como forma de entender como tais temáticas são abordados pela academia. Iniciemos nossa caminhada.

## **2 | CAMINHADA DA FENOMENOLOGIA**

O estudo da fenomenologia considerando sua definição, abordagens, autores, não se apresenta como uma tarefa simples. Existem diversas formas de se abordar a fenomenologia, muitas conceituações em que aparece como método filosófico, movimento, escola filosófica, descrição e estudo das aparências e até mesmo como ciência.

A fenomenologia adquire diferentes linhas teóricas e seu estudo não se resume a apenas escolher uma delas e defini-la. Trata-se de uma tarefa histórica. Entender fenomenologia significa abordar seu desenvolvimento histórico, observar as várias contribuições de autores identificando figuras centrais e buscando sob esta perspectiva de entendimento geral abordar de forma significativa as principais ideias sem que tal ordenação ou identificação destas figuras resulte numa graduação de importância.

A fenomenologia, dentro da Filosofia, nas palavras de Petrelli (2001, p. 9), “[...] pode ser considerada como ciência teórico-prática do conhecimento”, sendo assim assunto da filosofia. Vale trazer a abordagem da fenomenologia como conteúdo filosófico e método para assim enxergá-lo como aplicável ao Direito.

A Fenomenologia nasceu e se identifica com a própria filosofia. Os dois grandes mestres e pais da filosofia antiga, Platão e Aristóteles, são os dois polos da Fenomenologia moderna, a qual se fecha e se completa com E. Husserl, que assimilou o olhar platônico, e com M. Heidegger, que se identificou com o realismo ôntico de Aristóteles (PETRELLI, 2001, p.17).

O termo fenomenologia deriva de duas outras palavras de raiz grega: *phainomenon* (aquilo que se mostra; fenômeno) e *logos* (razão; ciência e estudo). Etimologicamente, conforme Moreira (2002, p. 63) “a Fenomenologia é o estudo ou a ciência do fenômeno”, entendendo como fenômeno qualquer espécie de coisa sensorialmente entendida.

O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa aborda como significado o sentido de Edmund Husserl e seus seguidores caracterizado pelo método que busca a volta “às coisas mesmas”. Japiassú e Marcondes (2006), no Dicionário básico de filosofia apresentam uma definição histórica que reforça seus diferentes sentidos, trazendo a fenomenologia como: “o estudo puramente descritivo do fenômeno tal qual este se apresenta a nossa experiência” na abordagem do filósofo J. H. Lambert; como “ciência da experiência da consciência” na definição de Hegel; e como corrente filosófica na abordagem trazida por Husserl reforçando sua consideração de ser umas das principais correntes filosóficas do séc. XX e influenciada fortemente pelo “pensamento de Heidegger e o existencialismo de Sartre e dando origem a importantes desdobramentos na obra de autores com Merleau-Ponty” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 105-106).

Destas afirmações e das leituras das diferentes tendências a máxima da fenomenologia seria a volta às próprias coisas, ou como bem sintetizado por Petrelli (2001, p. 16), “[...] das aparências às essências, isso é a Fenomenologia”.

Entre as figuras centrais necessárias ao melhor entendimento e abordagem sobre a fenomenologia podemos relacionar: Husserl; Heidegger, Sartre e Merleau-Ponty. Como já abordado a seleção de figuras centrais não caracteriza grau de importância de suas contribuições, uma vez que demais nomes poderiam estar aqui presentes

Iniciemos nossa abordagem histórica tratando de Edmund Husserl (1859-1938), matemático e filósofo alemão, influenciado pelo psicólogo e filósofo Franz Brentano (1838-1917). Husserl pensa a fenomenologia em termos transcendentais buscando difundir a ideia da fenomenologia como disciplina pura.

Fenomenologia designa um novo método descritivo que fez sua aparição na Filosofia em princípios do século XX e uma ciência apriórica que se desprende dele e que está destinada a fornecer a base fundamental para uma filosofia rigorosamente científica e a possibilidade, em um desenvolvimento subsequente, uma reforma metódica de todas as ciências” (HUSSERL, apud MOREIRA, 2002, p. 95).

Para Husserl o conhecimento dos fenômenos não são ilusões aparentes, mas o próprio ser, como se revelam. Segue o princípio pelo qual o conhecimento dado pela intuição originalmente é conhecimento verdadeiro devendo ser aceito como se apresenta. O foco estaria em no que é dado pela intuição. Conforme Castilho (2017, p. 220) “O método fenomenológico de Husserl consiste em mostrar o objeto, o dado real, e sem esclarecer esse dado”. O saber estaria baseado em sua essência e não nas impressões do sujeito envolvido sobre o objeto. Sua fenomenologia está completamente orientada pela ideia de essência.

Um dos pontos centrais da Fenomenologia de Husserl é a redução fenomenológica ou transcendental, também chamada de epoqué (suspensão de julgamento na Filosofia grega; abstenção). É comum também distinguirem-se outro tipo de redução, a chama redução eidética. Na época o filósofo coloca a existência do mundo entre parênteses, não duvidando de sua existência, mas pelo fato do real tema da fenomenologia estar em entender a forma pela qual o conhecimento do mundo se demonstra, se revela. Na redução trazida por Husserl, devemos suspender nossas crenças nas tradições e nas ciências colocando-as entre parênteses, juntamente com opiniões acerca da existência externa dos objetos da consciência (MOREIRA, 2002).

Nossa colocação entre parênteses exclui o mundo simplesmente do campo da consciência do sujeito e substitui o mundo provado, percebido, memorado, julgado, pensado, avaliado...Agora não é mais o mundo ou qualquer uma de suas regiões que aparece, mas o sentido do mundo. (NUNES, 2013, p. 63).

A atitude do fenomenólogo de buscar as essências das coisas é chamada por Husserl como redução eidética. A palavra eidos significa “forma” em grego. Na redução eidética o filósofo se move da consciência dos objetos para o campo das essências puras. Eidos seria a estrutura necessária da coisa, o que existe em sua estrutura essencial. “A essência definir-se-á pela análise mental como uma “consciência da impossibilidade”, ou seja, como aquilo que é impossível a consciência pensar de outro modo, ou, então, como aquilo sem o que a coisa ou o fenômeno é impensável.” (MOREIRA, 2002, p. 91).

Husserl exerceu profunda influência entre filósofos e psicólogos. Entre suas obras pode-se destacar: Sobre o conceito de número (1887); Filosofia da aritmética (1891); Investigações Lógicas (1900-1901); Lições para uma Fenomenologia Interna do Tempo” (1905); A ideia da fenomenologia (1907), dentre outras.

Passemos a abordar as contribuições do filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) para a fenomenologia. Heidegger pensa a fenomenologia de forma

hermenêutica e existencial. Foi aluno de Husserl. Este o via com grandes expectativas de colaboração e continuação na fenomenologia, mas Heidegger em sua obra *Ser e tempo* (1927) segue diferente perspectiva que para Husserl tratava-se de uma má compreensão acerca da fenomenologia (CERBONE, 2013).

Na perspectiva de Husserl, Heidegger tinha abandonado inteiramente as aspirações fenomenológicas de levantar e responder questões transcendentais para se tornar uma “ciência rigorosa”, e se conformou, em vez disso, com um tipo de antropologia arrogante, contribuindo com outro verbete da moda no campo florescente da “Lebensphilosophie” (filosofia da vida). (CERBONE, 2013, p. 66).

Heidegger teve como preocupação central a busca do sentido do “Ser” em seu conjunto, empreendendo assim uma nova ontologia tendo em seu campo de investigação o “Ser” e os “entes” como figuras que aparecem no domínio do existente, chamando de “domínio ôntico” e “domínio ontológico” o domínio do Ser. (NUNES, 2013). Em sua obra *Ser e tempo* Heidegger se orienta por abordar o que significaria para qualquer coisa ser, nomeando de “Dasein” o tipo de entes que somos.

[...] com Husserl, a fenomenologia está precisamente interessada nessas noções de manifestação e aparição: a fenomenologia se esforça para tornar explícitas as estruturas da manifestação, a partir das quais as entidades são manifestas. Para Heidegger essas “estruturas” não são senão o ser dos entes: “aquilo que determina as entidades como entidades, aquilo a partir do qual as entidades são já compreendidas”. (CERBONE, 2013, p. 72).

A ideia de fenomenologia de Heidegger rejeita a redução fenomenológica como ponto de partida para a fenomenologia diferindo consideravelmente da visão de Husserl. A experiência consciente, para Heidegger, não deveria ser isolada, uma vez que tal ação distorceria os fenômenos fundamentais a serem observados, aqueles que de fato tornam nossa própria existência manifesta. Deve-se interpretar as atividades diárias, dando cotidianidade a fenomenologia e se opondo a fenomenologia pura de Husserl.

A fenomenologia com Heidegger é transformada, não buscando apenas descrever os fenômenos excetuando-se todo o resto, mas a partir de vários pontos e relações. A estrutura do eu para as quais os fenômenos se manifestam se torna relevante e acaba por influenciar e moldar o interesse da fenomenologia. Entre suas obras podemos destacar: *Ser e Tempo* (1927); *Que é Metafísica?* (1929); *Da Essência do Fundamento* (1929); *Kant e o Problema da Metafísica* (1929); *O Que é Isto, a Filosofia?* (1956); dentre outras.

Jean-Paul Sartre (1905-1980), além de filósofo se destaca como romancista, dramaturgo, editor, jornalista e ativista político. Sartre pensa a fenomenologia de forma existencial trazendo que a existência precede a essência.

A filosofia existencialista sartriana parte de uma concepção do homem como “o ser cuja existência precede a essência”, isto é, o homem não tem uma essência predeterminada, mas ele se faz em sua existência. Contudo, o homem é também um ser marcado pela consciência da morte e da finitude, o “único animal que sabe que vai morrer”, e por isso, ao buscar essa identidade absoluta, está condenado ao fracasso. Portanto, a existência humana é, em última instância, absurda, sem sentido. (MARCONDES, 2011, p. 162).

A concepção de intencionalidade da consciência de Sartre em certo sentido radicaliza a fenomenologia de Husserl quando defende que o ego está no mundo e não se encontra formal ou materialmente na consciência. “Como um ser do mundo, o ego não pode sobreviver à redução fenomenológica”. (CERBONE, 2013, p. 111). Sartre defende que ao delimitar a atenção ao fluxo da experiência como unicamente experimentada, que em fundamento é o que a redução fenomenológica pretende trazer, nenhum eu ou ego se manifesta como parte deste fluxo. O ego seria um objeto transcendente para a consciência.

A noção de intencionalidade da consciência de Sartre torna-se a base de sua interpretação da Fenomenologia. A intencionalidade é interpretada como caráter fundamental da consciência.

A crítica de Sartre força não somente uma re-avaliação dos resultados dos procedimentos fenomenológicos, mas uma reconsideração desses próprios procedimentos. A descrição fenomenológica adequada da consciência de primeiro grau não pode ser via reflexão, uma vez que a reflexão falha em preservar o caráter sem sujeito da experiência não reflexiva. (CERBONE, 2013, p. 118).

A noção de intencionalidade da consciência de Sartre torna-se a base de sua interpretação da Fenomenologia. A intencionalidade é interpretada como caráter fundamental da consciência. Dentre suas obras destacamos: A transcendência do ego (1937); A náusea (1938); Imaginação, uma crítica psicológica (1939); Esboço para uma teoria das emoções (1939); O ser e o nada (1943), considerado uma homenagem a Heidegger; dentre outras.

Passamos a abordar a contribuição do filósofo Maurice Merleau-Ponty (1908-1961). Sua abordagem nos remete a uma fenomenologia da corporificação e existencial. Merleau-Ponty via a fenomenologia mais como uma forma de pensar do que como um sistema filosófico.

A fenomenologia, desse ponto de vista, consiste em voltar a pedra basal, a experiência humana direta, pondo de lado quaisquer ideias preconcebidas derivadas de nossas teorias científicas ou de filosofias que se apoia, nessas teorias científicas e tentam dar-lhes um status metafísico. (MATTHEWS, 2011, p. 27).

Para Merleau-Ponty a redução fenomenológica de Husserl representava uma mudança na maneira de ver o mundo comparando-a com a arte no sentido de que tal olhar diferente cria uma nova verdade. A forma como Merleau-Ponty aborda a fenomenologia resulta da combinação de uma visão subjetivista, por abordar que toda



experiência é experiência de alguém, com uma forma objetivista, quando defende que uma descrição de uma experiência não significa a descrição de algo interior mas sim do envolvimento com um mundo que existe independente da experiência. (MATTHEWS, 2011).

A fenomenologia de Merleau-Ponty prossegue sob o lema “Eu estou aberto ao mundo”, e a tarefa da fenomenologia é recuperar e preservar esse sentido de abertura, sem falsificá-lo, introduzindo clandestinamente hipóteses explicativas ou uma concepção de coisas formadas no nível da expressão de segunda ordem. (CERBONE, 2013, p. 161).

A ideia de percepção de Merleau-Ponty como um envolvimento prático com as coisas se aproxima de Husserl. Só podemos atribuir algum significado a algo através da experiência direta com tal coisa. A fenomenologia se torna fenomenologia da percepção. A percepção de algo é empreendida como parte de um mundo unificado que ganha significado para alguém a partir do papel que desempenham nesse mundo. Perceber reflete o olhar a partir de uma certa perspectiva.

Quando empreendemos esse esforço, descobrimos acima de tudo que o mundo que percebemos, ao contrário do mundo da teoria científica, não é uma coleção de objetos separados, mas um todo no qual a maneira como percebemos um objeto é sempre afetado por sua relação com outros. (MATTHEWS, 2011, p. 40)

Tal entendimento a respeito da percepção leva a questão de corporeidade em Merleau-Ponty. O sujeito da percepção age e sofre sob a ação do mundo. Seriam sujeitos essencialmente corporificados. Os seres humanos seriam tanto sujeitos como objetos, e como tal reagiriam sob as influências das coisas pelo mundo. Seriam sujeitos incorporados.

A visão subjetiva do meu próprio corpo deve ser primordial. Devo ter a experiência do mundo antes de passar a conhecê-lo, e assim desenvolver a concepção de um mundo objetivo, independente da experiência que tenho dele – um mundo do que não é meu, mas o mundo comum de todas as experiências. (MATTHEWS, 2011, p.71).

Para Merleau-Ponty a fenomenologia se ocuparia da experiência primária, que é pré-objetiva contrapondo-se a concepção secundária objetiva cujo conhecimento seria explorado pelas ciências naturais. Seu envolvimento com as pesquisas empíricas nas ciências naturais se tornaram a característica mais surpreendente de sua fenomenologia contrastando com as visões de Husserl, Heidegger e Sartre. (CERBONE, 2013). Entre suas principais obras podemos destacar: A estrutura do comportamento (1942); Fenomenologia da percepção (1945); Humanismo e terror (1947); Sentido e não sentido (1948); Elogio a filosofia e outros ensaios (1960); dentre outras.

Encerramos assim nossa tarefa histórica de abordar, dentro do estudo da

fenomenologia algumas contribuições de figuras centrais que devem auxiliar num entendimento geral quanto ao tema identificando em suma, tendências filosóficas dominantes: a fenomenologia transcendental de Husserl; a fenomenologia hermenêutica e existencial de Heidegger; a fenomenologia existencial de Sartre e corporificada em Merleau-Ponty.

### 3 | A FENOMENOLOGIA COMO DISCIPLINA NO DIREITO

E impossível enxergar o Direito como plano meramente normativo sem considerar todos os fatos que o fizeram ser como é, considerando para isso aspectos históricos, sociais, políticos, educacionais, dentre outros.

No entender de Cossio (1964, apud Garcia, 2003, p. 39):

[...] a norma não é o objeto da ciência do direito. A norma é apenas o instrumento de expressão do direito; portanto, ela não cria ou extingue o direito. A norma tem um papel constitutivo do modo de ser do direito (ora como faculdade, ou prestação, ou ilícito, ou sanção). A criação legislativa do direito pode apenas confirmar ou modificar os modos de vida existentes e não elaborar a vida existente. A norma jurídica é, concomitantemente, um juízo imputativo e um conceito que pensa uma conduta.

A Fenomenologia possibilita perceber a mudança de lugar do direito, que deve se deslocar do plano puramente normativo e passar a sublinhar o fato, o valor e suas essências. Tal afirmação se reflete tanto no cotidiano dos profissionais do Direito quanto na elaboração dos trabalhos e atividades da comunidade acadêmica do curso.

Garcia (2003), baseado nos estudos de Dworkin traz que o direito busca sempre em certa maneira uma “resposta correta”, já que o juiz, ao julgar, determina a continuidade de uma história, percebendo o direito como integridade e a resposta judicial como algo “encontrado” pelo intérprete da norma.

A Fenomenologia está inserida no Direito desde a criação da norma, a partir da percepção dos fenômenos pelos legisladores, juristas ou ainda pela sociedade civil, os positivando através da criação de leis que visam regular tais realidades. Está presente na realidade do Estado e se manifesta diariamente nos papeis, seja do poder legislativo, quanto do executivo ou ainda do judiciário.

[...] a “reflexão fenomenológica” culmina numa “reflexão histórico-axiológica”, o sujeito cognoscente se reconhecendo refletido nas suas próprias objetivações espirituais, no plano das realizações culturais, como as das Artes, das Ciências ou do Direito, cujo sentido autêntico e válido é preciso reconduzir às suas fontes originárias, numa operação de desocultamento e de busca das intencionalidades fundantes, sem as quais não logramos saber o que elas significam. (REALE, 2002, p. 357)

A abordagem da fenomenologia nos livros dedicados ao estudo do curso de Direito limita-se quase que exclusivamente aos livros de Filosofia do Direito. A

Fenomenologia nas palavras de Petrelli (2001), se preocupa em colher relações constantes entre os fatos, e nestas chegar a compreensão de cada um e do conjunto dos fatos, sendo uma teoria descritiva da realidade. A fenomenologia, como visto na abordagem histórica de seus pensadores aparece na Filosofia no século XX fato que pode justificar tal limitação de abordagem no curso.

O conteúdo que a maioria dos livros de Filosofia do Direito fazem a respeito da fenomenologia está restrita quase sempre a poucas páginas onde se descreve de maneira sucinta a contribuição daqueles autores identificados como figuras centrais do pensamento fenomenológico. Existem casos em que tal abordagem fica restrita a descrever a contribuição de Husserl exclusivamente. Miguel Reale traz uma abordagem que foge desta realidade quando aceita o método fenomenológico como necessário para compreensão de um fenômeno:

Aceitamos, em suma, o método fenomenológico como um processo feliz de descrição e compreensão de um fenômeno, especialmente sendo de natureza cultural, mas o integramos, [...], na correlação subjetiva-objetiva (ontognoseológica) conatural ao espírito culminante numa “reflexão histórico-axiológica”, visto como o homem acaba se reecontrando nas obras e bens que institui no processo da experiência histórica, ainda que delas possa dissentir hic et nunc. (REALE, 2002, p. 357).

A tendência de a fenomenologia ser pouco utilizada no Direito se reforça quando observamos que grande parte dos seus operadores acreditam ser o Direito um conjunto de regras ou de normas bem definidas, dando a sua interpretação um caráter exclusivamente legalista se abstraindo por vezes em analisar toda construção histórica envolvida.

## 4 | ADOÇÃO

As principais normas sobre a adoção estão dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/1990); no Código Civil (Lei 10.406/2002); na Lei 13.509/2017, que alterou alguns dispositivos do ECA e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; na Lei 12.010/2009 que também alterou dispositivos do ECA, da CLT e do Código Civil de 2002, e na Constituição Federal de 88.

Conforme informações do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atualmente existem 8.512 crianças e adolescentes cadastrados e aptos para adoção no Brasil. O número total de pretendentes a adoção cadastrados no CNA chega a 43.408. O CNJ, com fundamento no Art. 227 da Constituição Federal, instituiu entre outros projetos o CNA. Tal centralização possibilita um melhor acompanhamento dos atendidos além de viabilizar políticas públicas a respeito do tema.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao

adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela EC 65/2010). (BRASIL, 1988).

O Cadastro Nacional de Adoção foi implantado em 2008 pelo CNJ através da Resolução n. 54, e serve como instrumento de auxílio as varas da infância e da juventude na condução dos processos de adoção.

É sabido que o instituto da adoção passou por diversas alterações legislativas no decorrer dos anos, ganhando este, vários conceitos por parte dos doutrinadores. Nas palavras de Gonçalves (2017, p. 575) a “adoção é o ato jurídico solene pelo qual alguém recebe em sua família, na qualidade de filho, pessoa a ela estranha”. Nesta definição a adoção se apresenta como negócio bilateral e solene que cria um vínculo jurídico de filiação. Nas palavras de Diniz (2012, p. 558):

A adoção vem a ser o ato judicial pelo qual, observado os requisitos legais, se estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha. Dá origem, portanto, a uma relação jurídica de parentesco civil entre adotante e adotado. É uma ficção legal que possibilita que se constitua entre o adotante e o adotado um laço de parentesco de 1º grau na linha reta.

Apesar de todas as alterações que o instituto recebeu com a revogação de vários artigos do Código Civil, mantém-se a ideia que a adoção “continua sendo medida excepcional e irrevogável (art. 39 § 1º do ECA)”, seguindo entendimento de Fuller, Dezem e Martins (2013, p.71). Outro ponto seria a observância do princípio do melhor interesse da criança, que segundo Gonçalves (2017) mesmo com a revogação do Art. 1625 do Código Civil com a Lei 12.010/2009, o Art. 100, inciso IV do ECA juntamente com o Art. 43 do mesmo instituto reforçam tal princípio. Tais alterações deixaram apenas dois artigos que trata sobre o tema no Código Civil, conforme disposto:

Art. 1.618. A adoção de crianças e adolescentes será deferida na forma prevista pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 1.619. A adoção de maiores de 18 (dezoito) anos dependerá da assistência efetiva do poder público e de sentença constitutiva, aplicando-se, no que couber, as regras gerais da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) (BRASIL, 2002).

Desta realidade afirma-se que o instituto da adoção é regido pelo ECA, uma vez que o legislador dispôs no Código Civil que mesmo para adoção de maiores de 18 anos aplica-se as regras da Lei 8.069/1990.

Entre as espécies de adoção conforme Ichida (2015) podemos citar a unilateral, prevista no Art. 41 § 1º do ECA, que ocorre quando se mantém vínculo de filiação com um dos genitores, dispensando-se o procedimento de cadastramento, podendo

ainda ser direcionada a pessoa determinada. Exemplificando, ocorre quando é permitido que “um dos cônjuges ou concubinos adote o filho do outro, caso em que são mantidos os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes” (FULLER, DEZEM E MARTINS, 2013, p. 73). Já a adoção bilateral, mais incidente na prática, é aquela em que ocorre o rompimento do vínculo de filiação com o pai e a mãe biológicos (ICHIDA, 2015).

Reconhece-se ainda, conforme Gonçalves (2017), a denominada Adoção “simulada” ou “à brasileira”. Trata-se de uma criação da jurisprudência, sem previsão nos dispositivos legais citados. Ocorre, como exemplo nos casos em que casais registram filho alheio como próprio, com a simples intenção de dar apoio, e com o consentimento dos pais biológicos. Seria uma adoção simulada a margem dos dispositivos legais. Os principais julgados seguem a linha de garantir a proteção integral à criança e acabam por efetivarem e reconhecerem tais situações, levando-se em consideração sempre cada caso concreto.

Passamos a abordar os requisitos para o processo de Adoção. Entende-se como requisitos as exigências impostas pela legislação para aqueles que desejam adotar. De acordo com os ensinamentos de Gonçalves (2017), são requisitos exigidos pelo ECA: idade mínima de 18 anos (Art. 42, caput); diferença de 16 anos entre adotante e adotado (Art. 42, § 3º); consentimento dos pais ou dos representantes legais de quem se deseja adotar. Tal requisito, conforme Art. 166 pode ser dispensado, observando-se sempre procedimento contraditório de acordo com o trazido no Art. 24 do ECA; necessidade de concordância do adotante, quando este contar com mais de 12 anos (Art. 28, § 2º); processo judicial (Art. 47, caput do ECA e Art. 1.619 do Código Civil); efetivo benefício para o adotante (Art. 43).

A adoção traz efeitos que podem ser de ordem pessoal e patrimonial para adotantes e adotados conforme ensinamentos de Gonçalves (2017). Entre os efeitos de ordem pessoal, estão o parentesco, o poder familiar e o nome. A adoção gera o chamado parentesco civil, que embora com nome diferente, apresenta-se em tudo equiparado ao parentesco consanguíneo conforme Art. 227 § 6º da Constituição Federal: “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”; e Art. 41 do ECA: “A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.” Quanto ao poder familiar o filho adotivo, conforme Art. 1.634 do Código Civil, fica sujeito a todos os aspectos do poder familiar. Em relação ao nome, conforme descrição legal no Art. 47 § 5º do ECA: “A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome.” (BRASIL, 1990).

Quanto aos efeitos de ordem patrimonial destaca-se o relacionado ao direito sucessório. O filho adotivo concorre em iguais condições com os filhos de sangue, conforme paridade reconhecida no art. 227, § 6º da Constituição Federal: “Os filhos,

havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.” E do disposto no Art. 41 § 2º do Eca. Entre o procedimento para se realizar a adoção, conforme Ichida (2015) de forma sucinta o mesmo é composto por três fases: a preparação psicossocial e jurídica, conforme previsão no Art. 50, § 3º do ECA; inscrição no cadastro e procedimento de adoção efetiva.

Uma questão que merece certa atenção e abordagem seria a da adoção por homossexual e por casal homossexual. O art. 42 do ECA não faz qualquer tipo de restrição ou menção. Seguindo o ordenamento existente, no Art. 1723 do Código Civil, e no Art. 226 § 3º da Constituição Federal é reconhecida a entidade familiar apenas entre o homem e a mulher. A Lei 12.010/2009, conforme Ichida (2015) pontuou e a lei 13.509/2017 nada mencionaram sobre o assunto. Segundo Gonçalves (2017, p. 580) a adoção por homossexual individualmente “tem sido admitida, mediante cuidadoso estudo psicossocial por equipe interdisciplinar que possa identificar na relação o melhor interesse do adotando”.

A união homoafetiva como entidade familiar foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIn nº 4277 de 05/05/2011 tendo como relator o Ministro Ayres Britto, posição esta, também reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça, que expressamente defendeu a inexistência de impedimento relativo a igualdade dos sexos no REsp 1.183.378-RS, julgado em 25/10/2011 pela 4ª Turma, tendo como relator o Ministro Luís Felipe Salomão. Admite-se reconhecidamente o casamento homoafetivo como passível de ser compreendida dentro do conceito de entidade familiar e conseqüentemente tem-se admitido a adoção por casais homoafetivos, levando-se em consideração sempre o melhor interesse da criança ou adolescente envolvido.

## 5 | METODOLOGIA

Este estudo constitui-se de uma pesquisa descritiva, utilizando-se as formas de pesquisa qualitativa, revisão bibliográfica e estudo de caso, além do método fenomenológico. A fenomenologia como método de pesquisa se baseia na filosofia trabalhando as intencionalidades, buscando descrever a essência dos fenômenos que nos aparecem. Conforme Vergara (2010, p. 77) “nas pesquisas norteadas pelo método fenomenológico, a fonte essencial de dados refere-se ao relato dos próprios sujeitos”, assim permitindo explorar situações baseando-se na visão dos sujeitos envolvidos. Esta pesquisa tem o intuito de compreender como o tema adoção é abordado pela comunidade acadêmica do curso de Direito.

Inicialmente foi realizada vasta pesquisa bibliográfica envolvendo os assuntos: adoção e fenomenologia. Em relação a adoção procurou-se abordar o contexto contemporâneo da temática no Brasil considerando todas as mudanças

legislativas ocorridas no instituto e assuntos correlatos que tais alterações fizeram surgir. Quanto a fenomenologia, conforme já descrito buscou-se identificar figuras centrais de pensadores que trataram da temática, buscando sob esta perspectiva de entendimento geral abordar de forma significativa as principais ideias sobre o assunto. Pela densidade da temática fenomenologia buscou-se a leitura de interpretações e comentários de autores sobre as figuras centrais identificadas, se justificando tal seleção pela profundidade das abordagens das obras originárias.

A pesquisa foi realizada como forma de abranger apenas aspectos voltados a instituição alvo do estudo de caso, Faculdade Católica Dom Orione - FACDO, localizada no município de Araguaína-TO, não existindo comparativos com os de outras instituições de ensino presentes na localidade do estudo.

A cidade de Araguaína, município brasileiro localizado no Estado do Tocantins na região Norte do país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2010, ano do último censo, apresentava uma população de 150.484 habitantes e população estimada de 175.960 em 2017 tendo como diferenciais econômicos o setor de serviços e o agronegócio.

A Faculdade Católica Dom Orione trata-se de instituição de ensino superior que tem como mantenedora a Fundação Educacional Dom Orione, com início de suas atividades em agosto de 2005 com o curso de Administração e do curso de Direito, em fevereiro de 2006 (Portaria de autorização nº 4.044, de 25/11/2005). Atualmente a instituição também oferece os seguintes cursos: psicologia, gestão financeira e gestão hospitalar. A instituição é referência de ensino para a região se preocupando em ofertar ensino superior de qualidade.

Para fins do estudo foi realizada pesquisa na biblioteca da instituição de todos os trabalhos de conclusão de curso abrangendo os anos de 2010 a 2017 do curso de Direito. A busca se limitou a selecionar os trabalhos cuja palavra “Adoção” estivesse presente no tema. Entre os 1.570 trabalhos produzidos pelos acadêmicos, apenas 16 (dezesesseis) atenderam tal critério de busca. Identificados tais trabalhos foi realizada leitura minuciosa das produções científicas selecionados e foram relacionados os alunos e professores orientadores dos mesmos.

Entre as orientações identificou-se a quantidade de oito professores, tendo em vista que alguns destes foi orientador de até três trabalhos sobre o mesmo tema. Entre estes oito orientadores selecionados foram entrevistados sete deles. É importante colocar que um destes orientadores selecionados também se enquadrou em mais um critério de seleção para a entrevista que é o de ser adotante.

O critério utilizado para selecionar o público para entrevista também levou em consideração os docentes que ministram aula na instituição relacionada ao tema (Estatuto da Criança e do Adolescente e Direito de Família), resultando assim em oito entrevistados no total, sendo sete deles orientadores, destes um deles também adotante, e um docente da disciplina relacionada a temática (entre os orientadores já selecionados pelo primeiro critério, 4 deles também já ministraram as disciplinas

relacionadas a temática).

Foi realizada entrevista semiestruturada com os oitos selecionados seguindo os critérios já explicitados. Foram estabelecidas as seguintes perguntas pré-definidas, sem prejudicar o caráter de informalidade da conversa: existe alguma diferença entre orientar uma pessoa que fala sobre adoção e outros assuntos correlatos?; qual o perfil do aluno que você orientou com a temática?; foi detectado algum tipo de relação afetiva com a temática adoção por parte do orientado ou do orientador?; por qual motivo que você acredita ter sido escolhido para orientar?; e ainda, qual o motivo você acredita ser determinante para o baixo número de trabalhos científicos a respeito da temática na faculdade?. Para aqueles selecionados por serem docentes de disciplinas afins ainda foi perguntado: existe algo que poderia ser alterado na legislação para melhoria no processo de adoção?

Também foi realizada leitura minuciosa dos seguintes documentos relacionados a instituição de ensino e ao curso de Direito oferecido de forma a se atingir os objetivos propostos pela pesquisa: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – Período 2013-2017; o Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Facdo – 2010.2 e a Matriz Curricular do Aluno do curso de Direito. A leitura destes documentos procurou analisar se a fenomenologia é abordada em algum momento pelo curso.

## 5.1 Resultados e análise dos dados

Da leitura dos dezesseis trabalhos de conclusão encontrados sobre a temática cabe destacar inicialmente que todos eles foram produzidos por mulheres. A análise das obras permitiu separar os trabalhos em três grupos: no primeiro grupo se encontram os trabalhos cuja temática abordou a questão da adoção homoafetiva sendo oito no total; no segundo grupo se encontram os trabalhos que tratam das mudanças legislativas sobre adoção (alterações na lei 12.010/2009), sendo quatro no total; e por fim no terceiro grupo se encontram abordagens gerais quanto a temática (burocracia no processo de adoção; a juridicidade da adoção a brasileira; adoção e o modelo legal previsto na constituição; e o livre convencimento motivado dos magistrados nas decisões judiciais sobre adoção), sendo quatro no total. Quanto a metodologia utilizada nos trabalhos, todos apresentaram a revisão bibliográfica com o uso do método de abordagem dedutivo, não sendo encontrada nenhuma referência a utilização da fenomenologia.

Destes resultados podemos ponderar as seguintes questões: doze dos trabalhos analisados, estando estes enquadrados no grupo um e dois, se aproveitaram de momentos de discussão quanto a questões correlatas a adoção. Momentos de alteração de lei e jurisprudenciais (reconhecimento pelo STF em 2011 da união homoafetiva como entidade familiar) com reflexos diretos na temática adoção. O ambiente de discussão proporcionado por tais alterações refletiu no número de trabalhos produzidos. Outro ponto que denota atenção é o fato de todas os estudos



terem sido produzidos por mulheres, fato este que pode abrir a discussão sobre diversos pontos entre eles a questão do espírito materno.

Da entrevista semiestruturada obtivemos as seguintes ponderações: com exceção de um dos entrevistados todos os demais acreditam que existem diferenças na orientação de quem decide falar sobre adoção, considerando aspectos que envolvem questões práticas, éticas e envolvimento emocional. Em relação ao perfil das alunas orientadas, foi relatado em quatro dos casos que se tratavam de pessoas com envolvimento íntimo com o tema: um caso de orientanda adotada, casos de adoção na família ou desejo de ter filhos ou adotar. Nos demais casos não foi observado particularidade. Foi detectado entre todos algum tipo de relação afetiva com o tema, hora por parte do orientador nas demais das orientadas como já citado. No que se refere aos orientadores, todos trabalham com questões relacionadas a temática, tendo nesse perfil de entrevistados: professores de disciplinas afins (Direito de família e do Estatuto da Criança e do Adolescente); defensor público atuante na área; magistrado do juizado Especial da Infância e Juventude; um caso de orientadora adotante e outra com sobrinhos adotados. Tal envolvimento observado acabou por responder à questão relacionada aos motivos que acreditam terem sido escolhidos como orientadores. Quando questionados dos possíveis motivos para baixa produção científica com a temática foram abordadas as seguintes questões: a desinformação do brasileiro em adotar; maior afinidade por parte dos acadêmicos em temas da esfera penal; a falta de uma experiência direta ou indireta com a adoção; questões práticas, éticas e de envolvimento emocional com o tema; as muitas alterações legislativas que ocasionaram a mudança do instituto; e preconceito com a adoção. Em relação a possíveis mudanças legislativas no instituto, foram abordadas as diversas alterações já sofridas e a estruturação das Varas da Infância e Juventude pelo Estado que aproximaram a legislação referente a adoção da perfeição não sendo necessária novas alterações, mas sim, efetividade na sua aplicação.

A análise das respostas apresentadas pelos entrevistados confirmou a questão levantada anteriormente nas ponderações das leituras das produções científicas. Os trabalhos relacionados no terceiro grupo são aqueles em que foi identificado relação afetiva das orientadas com a temática, enquanto os demais, como já citado são fruto do ambiente de discussão proporcionado pelas alterações legislativas e jurisprudenciais.

Em relação a leitura dos documentos institucionais da Faculdade, abordando inicialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional, que trata das definições de missão, diretrizes, os objetivos assim como os desafios a serem enfrentados pela instituição, não foi encontrada nenhuma referência quanto a palavra fenomenologia em seu conteúdo. Na análise da matriz curricular do aluno do curso de Direito, que prevê disciplinas obrigatórias e optativas oferecidas pela Faculdade especificadas por período para o curso, também não foi localizado referência para a palavra.

Da leitura do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Facdo, documento que define a identidade do curso, abordando princípios pedagógicos, políticos e

administrativos, foi localizada referência a palavra fenomenologia na parte que trata sobre o ementário. A disciplina Metodologia da Pesquisa em Direito, com carga horária de 40 horas-aula e ministrada no 8º Período do curso apresenta em sua bibliografia complementar a sugestão de leitura do livro: “HERKENHOFF, João Batista. Como aplicar o Direito: a luz de uma perspectiva axiológica, **fenomenológica** e sociológico-política. 9. ed. São Paulo: Forense, 2004.” (FACULDADE CATÓLICA DOM ORIONE, 2010, p. 103, grifo nosso).

A análise dos documentos da instituição de ensino possibilitou a constatação de que a fenomenologia não é explorada de forma significativa pela faculdade. A presença de um livro na bibliografia complementar em disciplina do 8º Período não é suficiente para considerar a abordagem. A fenomenologia não é utilizada como método de pesquisa, fato este confirmado pela ausência de referências quanto ao termo tanto nos documentos da instituição quanto nas produções científicas dos acadêmicos. Existe disciplina específica já no primeiro período do curso, metodologia do trabalho científico, com carga horária de 40 horas-aulas cujo tema poderia ser abordado, porém a análise demonstrou a ausência de tratamento.

## 6 | CONCLUSÃO

Quanto ao uso da fenomenologia como método de pesquisa percebeu-se o desconhecimento por parte dos acadêmicos a respeito da temática. Tal realidade, conforme observado, é fruto da baixa exploração do tema também por parte da instituição de ensino. Como método de pesquisa com base na filosofia que trabalha as intencionalidades procurando descrever a essência do objeto pesquisado, o uso da fenomenologia na produção científica enriqueceria as produções tendo em vista o seu foco de abordagem.

Produções científicas que além da pesquisa bibliográfica abordam também a essência dos sujeitos envolvidos com a temática tornariam o estudo mais completo revelando novas aspectos e hipóteses a serem trabalhadas. Como o método fenomenológico não possui uma hipótese, sua utilização permite descobrir situações e conhecimentos abordados pelos sujeitos envolvidos não limitando o estudo ao saber já conceituado fruto do estudo bibliográfico.

A análise proposta pelo estudo demonstrou que a temática adoção é pouco abordada pelos acadêmicos. Dos possíveis motivos apontados pelos entrevistados, tais como: a maior afinidade por parte dos acadêmicos em temas da esfera penal; a falta de uma experiência direta ou indireta com a adoção; e questões práticas, éticas e de envolvimento emocional com o tema, cabe-nos acrescentar o baixo envolvimento dos acadêmicos em atividades práticas já no início do curso. Possíveis ações que poderiam incentivar uma maior produção científica a respeito do tema entre todos os acadêmicos incluindo os do sexo masculino, seria a realização de visitas as casas

de acolhimento de crianças e adolescentes locais acompanhados dos professores das disciplinas afins. As visitas possibilitariam aos acadêmicos entender o direito como fato social, onde a morosidade em decisões judiciais, burocracias criadas pela legislação ou falta de informação da população refletem diretamente na vida das pessoas. Outra ação seria a valorização da temática adoção nas disciplinas iniciais do curso trazendo a discussão os temas correlatos e incentivando o diálogo entre a comunidade acadêmica.

Aceitar o Direito como fato social não torna as normas menos importantes e não as dão um caráter secundário, somente fornecem ao estudo e sua interpretação um caráter fenomenológico. Compreender o direito é revelar o seu sentido. Suas essências. Deve-se priorizar sempre a compreensão da conduta humana e suas relações como determinantes na criação e desenvolvimento do ordenamento jurídico.

Aproximar a essência dos fatos e suas interpretações ao cotidiano dos profissionais do Direito possibilita uma melhor adequação da norma a casos reais. Aproximar o Direito do ideal “justiça”, humaniza a ciência, e isso deve ser entendido desde os estudos na vida acadêmica resultando na formação de bons profissionais.

## REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência**. – 5. Ed. Substancialmente revista e ampliada. – São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **Código Civil: Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Vade Mecum JusPodivm: 2018. 3. Ed. – Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Vade Mecum JusPodivm: 2018. 3. Ed. – Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Vade Mecum JusPodivm: 2018. 3. Ed. – Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.183.378**. - Rio Grande do Sul. 4ª Turma. Relator Min. Luís Felipe Salomão. Julgamento em 25 de out. de 2011

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277** – Distrito Federal. Relator Min. Ayres Britto. Julgamento em 05 de maio de 2011.

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia do direito**. – 4. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

CERBONE, David R. **Fenomenologia**. Tradução de Caesar Souza. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. – Série Pensamento Moderno.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Cadastro Nacional de Adoção (CNA)**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/cadastro-nacional-de-adoacao-cna>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FACULDADE CATÓLICA DOM ORIONE - FACDO. **Matriz curricular do Curso de Direito**. Araguaína

– TO, 2018. 3 p.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**: Período 2013-2017. Araguaína – TO, 2013. 130 p.

\_\_\_\_\_. **Projeto pedagógico do curso de Direito da Facdo**. Araguaína – TO, 2010. 172 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0**. Editora Positivo, 2004 by Regis Ltda. Corresponde à 3. ed. rev., ampl. do Aurélio Século XXI, O Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FULLER, Paulo Henrique Aranda; DEZEM, Guilherme Madeira; MARTINS, Flávio. **Estatuto da criança e do adolescente: difusos e coletivos**. – 3. Ed. rev., atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. – (Coleção elementos do direito; v. 14).

GARCIA, Jaci Rene Costa. Fenomenologia e Direito: Investigação sobre a Aplicação da Matriz Fenomenológica no Direito Brasileiro. **Vidya Revista Eletrônica do Centro Universitário Franciscano** – ISSN 2176-4603, Santa Maria, v. 23, n. 39, 2003.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil, 3: responsabilidade civil, direito de família, direito das sucessões**. 4. Ed. – São Paulo: Editora Saraiva, 2017. (Coleção Esquematizado – coordenador Pedro Lenza).

ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. – 16. Ed. – São Paulo: Editora Atlas, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades@**. Ferramenta onde se obtém informações sobre todos os municípios do Brasil. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. – 4. Ed. Atual. – Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. – 7.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MATTHEWS, Eric. **Compreender Merleau-Ponty**. Tradução de Marcus Penchel. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. – Série Compreender

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo – SP: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NUNES, Rizzato. **Manual de filosofia do direito**. 5. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

PETRELLI, Rodolfo. **Fenomenologia: teoria, método e prática**. Goiânia – GO: Editora da UCG, 2001. Coleção de Bolso; 3.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. – 20. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em Administração**. 4. ed. – São Paulo: Atlas: 2010.

## PROJETO CIVIS: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

### **William Mog**

Associação Saúde Criança, Pilar Moradia  
Porto Alegre – RS

### **Livia Teresinha Salomão Piccinini**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Faculdade de Arquitetura  
Porto Alegre – RS

### **Renata de Figueiredo**

Associação Saúde Criança, Pilar Moradia  
Porto Alegre – RS

### **Beatriz da Fé Reis**

Associação Saúde Criança, Coordenação Geral  
Porto Alegre – RS

**RESUMO:** O artigo aborda uma experiência de assistência técnica na área habitacional em Porto Alegre/RS a partir da atuação de uma Organização Não Governamental (ONG) intitulada Associação Saúde Criança (ASC). Esta ONG possui como principal objetivo o atendimento de crianças enfermas em condições de vulnerabilidade social através de uma estrutura interdisciplinar organizada em “Pilares”. Neste contexto, desenvolve-se o Projeto Civis enquanto um espaço de diálogo entre os arquitetos do Pilar Moradia e o público atendido pela instituição. Entende-se que esta atuação viabiliza não apenas a solução de problemas habitacionais de uma população vulnerável socialmente, mas a abertura pedagógica

de um espaço de autonomia que promove uma mudança social a partir do processo de resolução de problemas espaciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência técnica, Saúde Criança, Projeto Civis.

### **CIVIS PROJECT: A PEDAGOGICAL EXPERIENCE OF TECHNICAL ASSISTANCE**

**ABSTRACT:** The article addresses a technical assistance experience in the area of housing in Porto Alegre/RS, based on the activities of a Non-Governmental Organization (NGO) entitled Associação Saúde Criança (ASC). This NGO has as main objective the care of sick children in conditions of social vulnerability through an interdisciplinary structure organized in "Pilares". In this context, the Civis Project is developed as a space for dialogue between the architects of Pilar Moradia and the public attended by the institution. It is understood that this action makes possible not only the solution of housing problems of a socially vulnerable population, but the pedagogical opening of a space of autonomy that promotes a social change from the process of solving spatial problems.

**KEYWORDS:** Technical assistance, Saúde Criança, Civis Project.

## **1 | INTRODUÇÃO**

O artigo problematiza a precariedade das

periferias das cidades brasileiras a partir de uma experiência de assistência técnica na área habitacional associada a uma Organização Não Governamental (ONG) intitulada Associação Saúde Criança (ASC) na cidade de Porto Alegre/RS.

Entende-se que as instituições sem um caráter governamental possuem um papel importante na busca por melhores condições de vida para as populações periféricas e em vulnerabilidade social dentro de um contexto em que o poder público deixa de atender as demandas sociais mais necessárias. Tal atuação se destaca não como simples assistencialismo, mas como um espaço de diálogo na busca da cidadania e da autonomia.

A ONG Associação Saúde Criança objetiva a melhora da saúde de crianças em situação de vulnerabilidade social a partir da articulação entre cinco pilares interdisciplinares: Pilar Saúde, Pilar Moradia, Pilar Cidadania, Pilar Renda e Pilar Educação. O presente trabalho pretende aprofundar uma atividade de assistência técnica desenvolvida no Pilar Moradia intitulada Projeto Civis assim como os seus resultados a partir de três casos.

## 2 | A ASSOCIAÇÃO SAÚDE CRIANÇA

Porto Alegre, a capital mais ao sul do território brasileiro (Figura 1), apresenta uma estrutura sócio-espacial desigual.

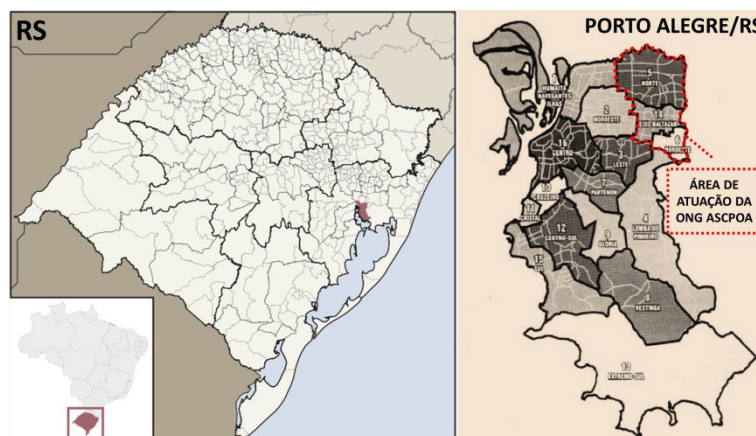


Figura 1: Localização de Porto Alegre e da área de atuação da ASC. Fonte: MOG, 2018.

Dentro deste contexto, onde o Estado é pouco atuante no atendimento das demandas sociais, as instituições não governamentais apresentam uma importância significativa na promoção de ações que objetivam viabilizar parte deste atendimento. A ONG Associação Saúde Criança é um exemplo.

A Associação Saúde Criança é um empreendimento social, sem fins lucrativos e sem filiação política ou religiosa, que criou uma metodologia pioneira visando a reestruturar as famílias de crianças com doenças crônicas e vítimas da desigualdade social, e promover o seu autossustento. Como a pobreza e a miséria são multidimensionais, o Saúde Criança trabalha de forma multidisciplinar e integrada

em cinco áreas: saúde, moradia, cidadania, renda e educação. Portanto, atua no cerne da inclusão social promovendo o desenvolvimento humano. (ASCPOA).

A ONG Associação Saúde Criança possui matriz no Rio de Janeiro e uma filial na cidade de Porto Alegre, a Associação Saúde Criança Núcleo Porto Alegre (ASCPOA). O público atendido pela ASCPOA é encaminhado pelo Hospital Conceição que possui um cadastro das famílias com crianças enfermas e em condições de vulnerabilidade social. Ao serem encaminhadas para a ONG, as famílias destas crianças passam por uma triagem com a intenção de identificar o interesse delas em participar das atividades multidisciplinares propostas pela instituição. Caso a família queira fazer parte da instituição e esteja de acordo com as regras de participação, esta é direcionada para um dos três grupos de atendimento que se fundamentam em uma troca entre família e ONG. O Projeto Civis é parte deste processo de diálogo e se desenvolve a partir da atuação dos arquitetos voluntários do Pilar Moradia que objetivam atender as necessidades habitacionais das crianças e das famílias com a intenção de contribuir com a saúde de ambas a partir de diagnósticos, propostas e execuções de melhorias na condição das moradias via assistência técnica.

### 3 | O PROJETO CIVIS

O termo *civis* é originário do latim e está relacionado à cidadania ou ao indivíduo que possui a capacidade de exercê-la. Logo, o projeto se vale desta imagem para promover ações com o objetivo de atender as necessidades habitacionais de crianças e de famílias em vulnerabilidade social a partir de melhorias na condição das moradias. As letras do termo *civis* simbolizam os objetivos específicos do projeto:

- CONHECER a moradia da família atendida;
- IDENTIFICAR os problemas da moradia da família atendida;
- VIABILIZAR a solução dos problemas identificados;
- IMPLEMENTAR a proposta para a solução dos problemas;
- SOLUCIONAR o caso através da proposta.

Os atendimentos às famílias pelo Projeto Civis ocorrem nos grupos distribuídos nas três primeiras terças-feiras de cada mês no turno da tarde e eventualmente nas visitas domiciliares realizadas. O serviço de assistência técnica se fundamenta em um espaço de diálogo que envolve uma troca de informações entre a família e o profissional através de 3 tipos complementares de atendimento: *diagnóstico*, *proposta* e *execução*. Logo, trata-se de uma construção coletiva em que a família atendida participa de todo o processo com a assessoria técnica do voluntário responsável. Na quarta terça-feira do mês, acontece a Reunião Geral da ONG quando as atividades do Projeto Civis desenvolvidas pelos integrantes do Pilar Moradia ao longo do mês são discutidas e avaliadas e o planejamento para o próximo mês é realizado.

Os três tipos de atendimento do Projeto Civis são os seguintes:

DIAGNÓSTICO – Conhecer a moradia e identificar os problemas:

- Aplicação de questionários e realização de visitas domiciliares.
- Relatórios e levantamentos fotográficos.

PROPOSTA – Viabilizar a solução dos problemas identificados:

- Realização de projetos ou propostas para intervenção.
- Montagem de orçamentos de materiais e mão-de-obra.

EXECUÇÃO – Implementar a proposta e solucionar os problemas:

- Compra/doação de materiais e contratação de mão-de-obra.
- Acompanhamento da intervenção na moradia e relatório da intervenção.

Ao final do atendimento de cada família nas terças-feiras, esta é orientada para o próximo encontro conforme a situação do caso. Ao final de quatro semestres que corresponde ao período de vínculo da família com a ONG, espera-se que cada família tenha solucionado ao menos parcialmente as suas dificuldades habitacionais a partir dos três tipos de atendimento. Contudo, em função do grau dos problemas habitacionais e das mudanças frequentes no cotidiano das famílias ao longo do processo é comum alguns casos completarem o ciclo proposto pelo Projeto Civis antes do final do quarto semestre enquanto que, em outros casos, o ciclo pode se estender para além deste período a partir da autorização da coordenação da ONG ASCPOA. Logo, o projeto é encarado de forma flexível atuando conforme o ritmo e as necessidades de cada caso.

#### **4 | OS CASOS E SEUS RESULTADOS SÓCIO-ESPACIAIS**

As famílias atendidas pela ONG residem principalmente nas Regiões Norte, Eixo Baltazar e Nordeste que configuram a periferia da Zona Norte da cidade de Porto Alegre (Figura 2). Estas áreas da cidade apresentam em comum um território marcado por precariedades sócio-espaciais evidenciadas a partir do levantamento fotográfico e documental de três casos. Este levantamento é oriundo das visitas domiciliares realizadas pela ONG e do processo de desenvolvimento de cada caso.





Figura 2: Área de atuação da ONG ASCPOA e localização dos casos. Fonte: MOG, 2018.

Estas precariedades produzem um espaço urbano com condições limitadas. Trata-se de áreas distantes das principais centralidades da cidade de Porto Alegre e precárias do ponto de vista da infraestrutura o que obriga as famílias atendidas pela ONG a um cotidiano desgastante em função dos longos deslocamentos diários e das condições da moradia e do entorno já que não possuem renda suficiente para adquirir uma casa bem localizada e com melhores condições de habitabilidade. O resultado deste processo que envolve um Estado inoperante que negligencia o atendimento das demandas básicas, um mercado especulativo que objetiva o lucro antes de qualquer coisa e uma população que está à margem da sociedade estabelecida é a reprodução de um modelo de urbanização que preserva as desigualdades sócio-espaciais.

Este modelo evidencia padrões espaciais que possibilitam uma leitura do território vivido em função das suas espacialidades construídas. As imagens a seguir apresentam as realidades habitacionais de três famílias atendidas pelo Projeto Civis correspondentes às três regiões de atendimento destacadas. Enfatiza-se o contraste espacial entre os casos tanto no âmbito urbano como no âmbito arquitetônico o que representa demandas e necessidades distintas apesar de estarmos falando de uma mesma população periférica e desassistida.

### O CASO DA REGIÃO NORTE

Este primeiro exemplo corresponde à casa de uma família composta por três pessoas: a mãe, a filha e o irmão. A criança assistida pela ONG é a menina que apresenta Asma Brônquica e Neuropatia.



Figura 3: Casa localizada na Região Norte. Fonte: GOOGLE EARTH; ASCPOA.

A casa está localizada no limite norte da periferia de Porto Alegre (Figura 3) em uma área regular, mas precária do ponto de vista do espaço urbano tendo em vista a ausência de equipamentos urbanos no entorno imediato. Trata-se de uma área predominantemente residencial caracterizada por moradias unifamiliares. Do ponto de vista da moradia, esta apresenta sala, cozinha, banheiro e dois quartos. A estrutura é de alvenaria portante, as esquadrias são metálicas, o piso é cerâmico nas áreas comuns e, inicialmente, assoalho nos quartos e o telhado é de telha fibrocimento. Originalmente, a moradia apresentava precariedades importantes que influenciavam no quadro de saúde da criança atendida e que foram identificadas no diagnóstico inicial durante a visita domiciliar: a casa não possuía forração o que a tornava fria no inverno e quente no verão, o banheiro apresentava uma máquina de lavar no seu interior e era mal organizado o que prejudicava o acesso da criança na cadeira de rodas e o assoalho dos quartos estava cedendo (Figura 4).



Figura 4: Telhado sem forro, banheiro e um dos quartos. Fonte: ASCPOA.

Dentro deste contexto, após uma série de orçamentos, os arquitetos voluntários do Pilar Moradia em associação com a mãe, responsável pela família, desenvolveram a proposta e a reforma da casa sendo que os materiais foram custeados pela ONG enquanto a mão-de-obra foi custeada pela mãe que se planejou para isso. A proposta se fundamentou na colocação de forro do tipo PVC, na reorganização do banheiro e

na troca do assoalho dos quartos por piso cerâmico (Figura 5).



Figura 5: Forro colocado, banheiro reformulado e novo piso dos quartos. Fonte: ASCPOA.

Após a fase de execução da obra, a moradia da família apresenta atualmente um ambiente adequado tanto para a criança doente, motivo da ação, como para toda a família. O forro melhorou a condição térmica da casa, a reorganização do banheiro com a retirada da máquina de lavar e a colocação de uma porta sanfonada facilitou o acesso e o novo piso nos quartos garantiu uma maior segurança para a família.

#### O CASO DA REGIÃO EIXO BALTAZAR

Este segundo exemplo corresponde à casa de uma família composta por cinco pessoas: a mãe, o pai e três crianças sendo que a criança com problemas de saúde atendida pela ONG é um menino. O seu diagnóstico é de Prematuridade acarretando em sucessivas internações hospitalares.

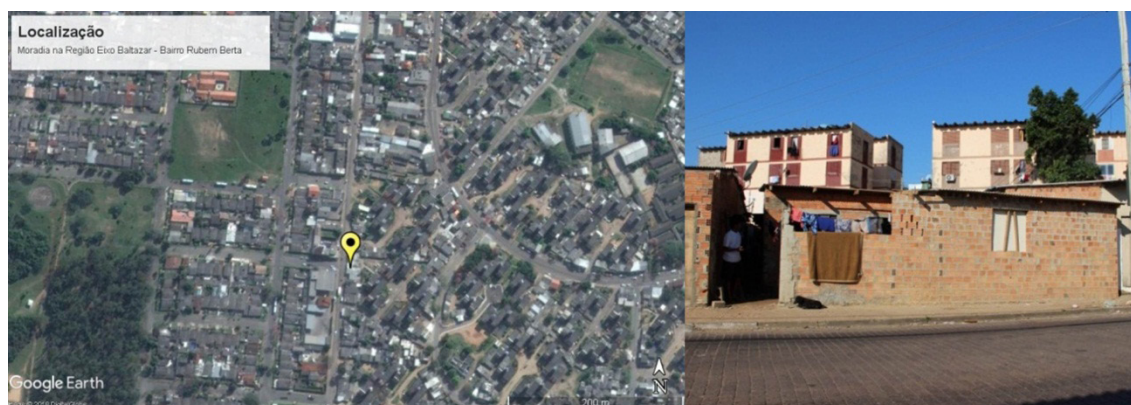


Figura 6: Casa localizada na Região do Eixo Baltazar. Fonte: GOOGLE EARTH; ASCPOA.

Ao contrário do caso anterior, esta casa está localizada nas proximidades de um dos principais cruzamentos viários da periferia da Zona Norte de Porto Alegre o que garante um entorno com um maior número de tipos de atividades (Figura 6). Trata-se de uma área residencial irregular, mas com vários serviços e comércios populares no entorno o que reduz a necessidade de deslocamento da família. Contudo, quando visitada, a moradia não apresentava a mesma qualidade estrutural da casa

da família da Região Norte. A moradia de alvenaria estava em obra e apresentava pouca iluminação e ventilação tanto no banheiro como no espaço comum, que servia de sala, cozinha e quarto. Não havia piso, instalações hidráulicas (água e esgoto), forração e nem esquadrias no espaço comum e no banheiro o que prejudicava a saúde da criança atendida e da família (Figura 7).



Figura 7: Piso por fazer, espaço comum e banheiro inacabado. Fonte: ASCPOA.

O desenvolvimento do orçamento dos materiais necessários para a obra e da proposta de resolução dos problemas identificados seguiu uma estrutura organizativa semelhante ao caso anterior com a diferença de que a mão-de-obra ficou a cargo do pai que é pedreiro o que reduziu os gastos da obra. A proposta envolvia um projeto de instalação da rede hidráulica (água e esgoto), a colocação do piso, do forro, de duas esquadrias, uma no espaço comum e outra no banheiro, e a divisão entre a área íntima e a social com divisórias baixas. Com o acompanhamento dos arquitetos voluntários do Pilar Moradia, a rede hidráulica de água e esgoto já foi instalada e o piso e as esquadras colocados (Figura 8). O forro e as divisórias baixas foram instalados posteriormente.



Figura 8: Piso colocado, novas esquadrias e rede hidráulica instalada. Fonte: ASCPOA.

As mudanças realizadas qualificaram o ambiente. A colocação do piso e das esquadrias e as instalações hidráulicas de água e esgoto promoveram uma melhora na habitabilidade da moradia e na qualidade de vida da família e da criança enferma. É fundamental para a saúde de qualquer pessoa uma casa bem higienizada, iluminada,

ventilada e atendida pela rede de água e de esgoto.

## O CASO DA REGIÃO NORDESTE

Este último exemplo diz respeito à casa de uma família composta por seis pessoas: a mãe, o pai e quatro crianças sendo um dos meninos a criança adoentada que exige cuidados especiais. O seu quadro clínico apresenta Bronquiolite, doença do aparelho respiratório, e Verminose, doença infecciosa e parasitária.



Figura 9: Casa localizada na Região Nordeste. Fonte: GOOGLE EARTH; ASCPOA.

Assim como no primeiro caso abordado, a casa desta família está localizada em uma área periférica predominantemente residencial com poucos equipamentos urbanos no entorno, mas em condições regulares como evidencia o grão das quadras na Figura 9. A moradia se encontra junto do limite municipal de Porto Alegre delimitado por uma grande ocupação irregular a leste. Contudo, apesar da condição regular, a moradia ocupa uma posição inapropriada no lote, pois esta está implantada nos fundos e nas divisas laterais do lote (Figura 9) gerando problemas graves de ventilação e iluminação. Há apenas duas janelas e a porta de entrada para iluminar e ventilar uma casa de grandes proporções em comparação às duas anteriores. Quando a visita domiciliar foi realizada, foi notória a percepção de um ambiente insalubre em função da falta de aberturas. Além disso, o tamanho dos ambientes estava superdimensionado em alguns locais como na sala e na cozinha e subdimensionado em outros como no corredor e nos três quartos (Figura 10).



Figura 10: Sala e corredor e quarto de casal. Fonte: ASCPOA.

Inicialmente, o grupo de arquitetos voluntários do Pilar Moradia sugeriu a supressão de um dos três quartos da casa com a intenção de criar um pátio aberto junto ao fundo do lote para ventilar e iluminar o restante da casa. Contudo, o casal preferiu optar pela construção de uma nova residência na área que hoje corresponde ao pátio tendo em vista que a casa atual está localizada na área mais baixa do terreno e não apresenta uma fundação alta acarretando em sucessivos alagamentos quando chove. Logo, junto com o casal foi desenvolvido um anteprojeto para a nova moradia a ser implantada próxima à testada do lote (Figura 11).

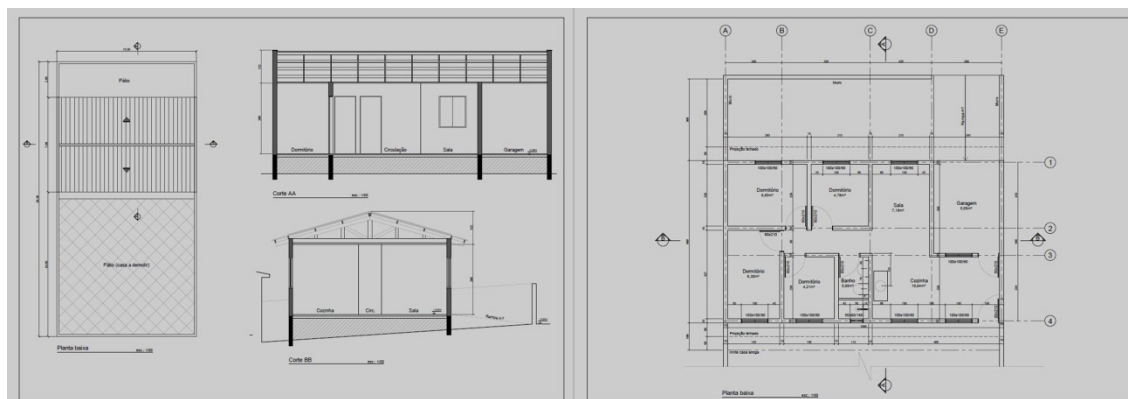


Figura 11: Implantação, cortes e planta baixa do projeto desenvolvido. Fonte: ASCPOA.

Ao contrário dos outros dois casos anteriores que já alcançaram a fase de execução, este ainda se encontra na fase da proposta, pois se trata de uma intervenção de maior porte o que exige um planejamento mais detalhado tanto por parte da família como por parte da ONG. Como o pai é mestre de obras, ele se responsabilizou pela execução do projeto. Contudo, o presente empecilho corresponde aos materiais que apresentam um custo cuja ONG não possui condições financeiras para pagar.

Estes três casos são sintomáticos das diferentes demandas das famílias atendidas pela ONG ASCPOA no que diz respeito à moradia. Enquanto os dois primeiros casos demandaram reformas de caráter pontual, o terceiro caso envolveu uma proposta estrutural. Logo, apesar destas realidades estarem inseridas em territórios periféricos semelhantes em Porto Alegre, as situações sócio-espaciais apresentam diferenças consideráveis o que aumenta a complexidade dos atendimentos tanto do Pilar Moradia como das demais áreas que compõem a ONG Associação Saúde Criança. Tal panorama exige uma abordagem capaz de dar conta desta diversidade de casos e necessidades específicas objetivando a cidadania e a saúde mental e física a partir de padrões habitacionais que promovam inclusão sócio-espacial (PICCININI, 2007; PICCININI; MELLO, 2011).

Tendo em vista que as grandes cidades brasileiras crescem a partir de territórios irregulares ou regulares com precariedades urbanísticas, atuar na periferia da Zona Norte de Porto Alegre significa se deparar com uma realidade desigual com raízes históricas e estruturais que clama por melhores condições de vida. É necessário tornar

visível o que costumeiramente é invisibilizado e negligenciado pelas políticas públicas. Logo, mais do que solucionar as dificuldades habitacionais de algumas famílias via Projeto Civis, a ONG ASCPOA possui um papel político de colocar em evidência uma população localizada nas “zonas opacas” do espaço urbano segundo a conceituação de Milton Santos (2014). Trata-se de iluminar estas zonas a partir de iniciativas que promovam oportunidades de transformação social como as desenvolvidas pela ONG Associação Saúde Criança Núcleo Porto Alegre.

## **5 | CONCLUSÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA**

A assistência técnica para a população de baixa renda relacionada ao projeto e à construção de habitação de interesse social no Brasil tem ocupado cada vez mais os espaços de discussão e debates tanto no meio acadêmico como no profissional, sobretudo após a aprovação da lei 11.888 de 2008 que assegura este direito. Contudo, assegurar um direito não significa o mesmo que materializá-lo. Entre a lei e a materialidade há um caminho árduo e complexo em que a garantia da lei nem sempre representa a garantia da sua materialização. Logo, mais do que uma lei, a assistência técnica precisa ser uma iniciativa de grupos politicamente engajados em uma mudança social. O Pilar Moradia da ONG ASCPOA enxerga esta problemática deste ponto de vista e vislumbra alguma mudança a partir de ações como as do Projeto Civis.

O Projeto Civis objetiva solucionar problemas espaciais no âmbito da moradia com a intenção de melhorar as condições de saúde tanto da criança como da família envolvida, mas, além disso, esta iniciativa promove uma mudança social a partir do processo de resolução do problema espacial. Logo, mais do que uma simples assistência técnica, o trabalho que tem sido desenvolvido pelos arquitetos voluntários da ONG ASCPOA possui um caráter pedagógico de formação e conscientização social. As famílias e os voluntários do Pilar Moradia participam do processo de reforma e reabilitação das moradias juntos adquirindo aprendizados a partir da troca de conhecimentos ao longo do processo o que viabiliza o entendimento por parte de ambos dos problemas associados à moradia. O resultado é um ganho de autonomia importante na resolução destes problemas nos moldes preconizados por Paulo Freire (1996). Isso não quer dizer que as famílias vão ter condições de solucionar todas as dificuldades sozinhas, mas, a partir da conscientização e da compreensão da problemática social em que estão inseridas, elas terão condições de se organizarem e de se planejarem de forma qualificada e sistemática visando à solução das necessidades que pode eventualmente envolver a figura do arquiteto ou de outro profissional. Trata-se da criação de um conhecimento voltado à capacitação pessoal a partir de uma construção coletiva em um contexto marcado por poucas oportunidades e que, em vários casos, estão restritas ao assistencialismo.

Uma amostra deste trabalho de caráter pedagógico desenvolvido na ONG ASCPOA foi noticiada recentemente no Facebook da instituição. No mês de maio de 2018, a equipe do Pilar Moradia da ONG ASCPOA desenvolveu uma dinâmica com as mães atendidas no espaço correspondente à equipe da psicologia conforme as imagens da Figura 12:



Figura 12: Atividade com o Pilar Moradia. Fonte: SAÚDE CRIANÇA PORTO ALEGRE.

A dinâmica proposta tinha como objetivo instrumentalizar as mães para resolver alguns problemas básicos de organização espacial interna das moradias considerando variáveis como iluminação, ventilação e circulação a partir de um exercício prático que envolvia uma planta baixa de uma casa, alguns recortes de mobiliários e a possibilidade de expansão da moradia conforme um universo familiar. Os grupos de trabalho tinham que organizar a moradia internamente e propor uma ampliação se necessário a partir da associação entre a oferta de mobiliários e o universo familiar proposto com o assessoramento dos voluntários do Pilar Moradia. O foco estava na resolução de um problema sócio-espacial, mas por de trás desta ação havia algo mais significativo: a ideia de promover um espaço de reflexão sobre uma determinada realidade o que convida a pessoa a pensar para além do padrão usual. Trata-se de um deslocamento pedagógico que viabilizou um ganho de autonomia tendo em vista que as tomadas de decisão por parte das mães representaram, além da solução de um problema fictício, um ato de cidadania ou a capacidade de atuar no contexto em que se está inserido.

Este pequeno exercício colocou em evidência a importância do processo educacional e pedagógico enquanto ferramenta transformadora da intimidade e do mundo. Mas, o interessante desta atividade é que ela não ficou restrita às quatro paredes da sala de atendimento, pois no mês seguinte os arquitetos voluntários da ONG ASCPOA receberam uma série de depoimentos de mães que começaram a refletir e a transformar o seu espaço habitacional a partir dos conhecimentos compartilhados no exercício. A atividade, portanto, potencializou uma mudança tanto espacial como social a partir de um processo reflexivo sobre uma realidade. Neste caso, o limite



era a moradia, mas tal reflexão pode extrapolar as fronteiras do espaço privado e ganhar as ruas do espaço público, aquele que deveria ser de todos e compartilhado por todos.

## REFERÊNCIAS

ASCPOA – Associação Saúde Criança Porto Alegre. **Sistema ASC**, Porto Alegre. Disponível em: <<https://sistema.saudecrianca.org.br/Home/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PICCININI, Livia Salomão. **A flexibilização dos padrões habitacionais e urbanísticos e as formações sócio-espaciais informais**. 301 f. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

PICCININI, L. S.; MELLO, O. S. Avaliação da política urbana: A relação entre padrões habitacionais e urbanísticos e inclusão sócio-espacial. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR: QUEM PLANEJA O TERRITÓRIO? ATORES, ARENAS E ESTRATÉGIAS, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Enanpur**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDITORA EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SAÚDE CRIANÇA PORTO ALEGRE. **Facebook da Associação Saúde Criança Porto Alegre**, Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.facebook.com/saudecriancapoa/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

## “DESINVIBILIZANDO AS MULHERES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO INTERNO”: INTERFACES ENTRE MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO

### **Guélmer Júnior Almeida de Faria**

Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social  
Montes Claros-MG

### **Maria da Luz Alves Ferreira**

Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social  
Montes Claros-MG

### **Andrea Maria Narciso Rocha de Paula**

Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social  
Montes Claros-MG

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo contribuir para a visibilidade da componente feminina em contexto migratório interno, na perspectiva das relações de gênero e do trabalho. Aborda-se o termo migração, entendendo-o como um processo. Trata-se de um estudo exploratório da inter-relação entre as mudanças nos sistemas sociais de gênero e a mobilidade feminina. As considerações sobre as migrações internas de mulheres terão por referência um estudo exploratório com investimento bibliográfico e um estudo feito pelo Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG) que integra o projeto de estruturação de um amplo Programa de

Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base no Censo Demográfico de 2010. Concatena-se a este estudo uma pesquisa qualitativa realizada com 6 mulheres de uma comunidade rural do Distrito de Muquém no município de Mirabela-MG, utilizando a observação participante e entrevistas em profundidades. Considera-se para a mobilidade feminina a emancipação das mulheres nas suas comunidades de origens, a predominância da “feminização da pobreza” e a segmentação do mercado de trabalho. O que há por trás das migrações femininas tem a ver com o curso da vida, com o empoderamento, ciclo de vida, estratégias, formação de redes dessas mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração interna, razão de sexo, relações de gênero, trabalho, taxa líquida de migração.

### “UNLOADING WOMEN IN THE INTERNAL MIGRATORY CONTEXT”: INTERFACES BETWEEN MIGRATION, LABOR AND GENDER

**ABSTRACT:** This job aims to contribute to the visibility of the female component in an internal migratory context, from the perspective of gender and labor relations. The term migration is understood, understanding it as a process. It is an exploratory study of the interrelation between changes in gender social systems

and female mobility. The considerations on the internal migrations of women will have as reference an exploratory study with bibliographical investment and a study done by the National System of Information of Gender (SNIG) that integrates the project of structuring of a broad Program of Gender Statistics of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) based on the 2010 Demographic Census. A qualitative study was carried out with 6 women from a rural community in the district of Muquém in the municipality of Mirabela, MG, using participant observation and interviews at depths. Women's emancipation in their communities of origin, the predominance of the "feminization of poverty" and the segmentation of the labor market are considered for female mobility. What lies behind women's migrations has to do with the course of life, with empowerment, life cycle, strategies, networking of these women.

**KEYWORDS:** Internal migration, gender ratio, gender relations, labor, net migration rate.

## 1 | INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordamos o termo migração, entendendo-o como um processo. Trata-se de um estudo exploratório da inter-relação entre as mudanças nos sistemas sociais de gênero e a mobilidade feminina. O papel assumido por muitos pesquisadores nos estudos sobre as migrações foram de colocar a mulher como companheira nesse processo migratório, sem autonomia. Por muito tempo, as migrações masculinas ditaram as tendências teóricas e incluíram as mulheres apenas como cônjuge.

No entanto, Curtis e Pacecca (2013) perceberam a inclusão da feminização às correntes migratórias, a partir da década de 1950 e 1960, em uma clara tendência a nível mundial de incorporar gênero nas teorias da migração internacional, adotando a variável "mulher" e a exploração dos modos como o gênero incide sobre a multiplicidade de fatores que estão em jogo no fenômeno migratório.

E como são os determinantes de quem se move, como esses movimentos ocorrem e o futuro resultante das mulheres e de suas famílias migrantes. Ao incorporar as relações de gênero nas migrações devem-se levar em conta os fatores sutis e óbvios que se fundem para criar experiências diferentes ao longo de todo o processo da migração e as experiências individuais das mulheres migrantes em todo o mundo (BOYD; GRIECO, 2003, p. 61, tradução nossa).

A tentativa é aglutinar os marcadores de diferenças por sexo e as relações de gênero a contextos migratórios internos, se atendo para além das descrições das diferenças entre homens e mulheres, Peres (2009) aponta que as teorias de migração avançam no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho.

Neste processo estão imbuídos pontos importantes para pensar as interseccionalidades presentes em constantes mudanças, sejam através dos papéis de gênero, as redes estratégicas de migração e a consequente inserção em mercados

de trabalho atrelados à função das migrantes. E quando se pensa no segmento feminino essas estruturas provocam profundas transformações.

Para Morales (2004) as fontes de informação sobre migração internacional são heterogêneas e não captam a totalidade das múltiplas dimensões do fenômeno, uma das dimensões de gênero, limita-se a apenas a variável quantitativa de sexo (número de homens e mulheres migrantes). Se gênero é uma construção social que organiza as relações entre homens e mulheres, gênero atravessa e condiciona todos os aspectos da vida social, configurando de maneira diferente as experiências migratórias de cada sexo. Deste modo, a migração desconhece a contribuição da mulher para a economia, política e a vida social.

Neste sentido, Lisboa (2007) ressalta a importância de considerarmos a perspectiva de gênero nas migrações internas, ou seja, levar em conta que os fatores que originam e estimulam a migração de homens e mulheres são diferentes.

Na visão de Sertório e Santos (2012) o gênero é analisado como um princípio classificatório que atravessa o movimento migratório e que, juntamente com outras categorias como “classe”, “geração” e “etnia”, configuram as oportunidades de mulheres e homens migrantes. O processo migratório funciona muitas vezes como um elemento fundamental para a rearticulação das relações familiares e de gênero.

Logo, pensar na migração feminina e sua interconexão com a esfera do trabalho, revela-se que é o trabalho doméstico, um dos alvos adotados pelas mulheres para ingressarem no mercado de trabalho e com isso garantir sua reprodução da vida. Diante, de tais constatações o objetivo deste artigo é o de contribuir para a visibilidade da componente feminina em contexto migratório interno, na perspectiva das relações de gênero e do trabalho.

## 2 | NOTAS METODÓLOGICAS

Neste estudo, as considerações sobre as migrações internas de mulheres terão por referência um estudo exploratório com investimento bibliográfico e de dados secundários feito pelo Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG) que integra o projeto de estruturação de um amplo Programa de Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base no Censo Demográfico de 2010.

Para Peres e Baeninger (2012) tomando as mulheres como agentes secundários de processos migratórios, invisíveis em suas especificidades, implicam em ignorar complexidades e heterogeneidades. Pois, para Morokvasic e Erel *apud* Peres e Baeninger (2012, p. 5-9) “o atual contexto dos fenômenos migratórios obriga a construção de novos olhares e perspectivas, fazendo-se necessário, então, lançar mão de outros recursos metodológicos que superem as limitações dos censos demográficos”.

Logo, concatena-se a este estudo uma pesquisa qualitativa realizada com seis mulheres de uma comunidade rural do Distrito de Muquém no município de Mirabela-MG, no Norte de Minas Gerais, essas mulheres foram escolhidas por meio de informantes-chaves e famílias de origem, empregadores e através dos testemunhos das pesquisadas. Como nos propusemos a pesquisar um grupo de mulheres migrantes que participasse do trabalho doméstico urbano, pareceu-nos viável identificar na comunidade de origens informantes privilegiados e que pudessem apontá-las. A técnica de pesquisa principalmente utilizada é a da observação participante fundada nas entrevistas em profundidade e no convívio com os informantes.

### 3 I “**DESINVIBILIZANDO**”: MIGRAÇÃO FEMININA E RELAÇÕES DE GÊNERO

O fenômeno migratório é fundamentalmente de caráter interdisciplinar, uma vez que permite interpretações de variadas ordens: demográfica, econômica, política, psicológica, cultural e/ou sociológica. No contexto das migrações, uma vertente que vem chamando a atenção dos estudiosos e demais interessados na temática da mobilidade humana e áreas afins é a questão de gênero.

A intenção assumida neste estudo foi contrariar nas palavras de Marques e Góis (2012) “a cegueira de gênero das migrações” abandonando essa tendência para assumir que o papel da mulher migrante era de subordinação ao homem durante o processo migratório.

Primeiramente, a intenção aqui é apenas localizar a discussão em torno da questão da mulher e sua inserção no trabalho doméstico. Não se trata de um estudo de gênero, mas de mulheres. O esforço é desnaturalizar o que é ser homem e mulher. Desta forma, trazer para o debate questões sobre a condição da mulher.

Vários autores vêm se debruçando sobre a perspectiva relacional do conceito do que é gênero. Joan Scott (1989) o definiu como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Ou seja, é o sexo social do corpo, visto como categoria analítica.

A Antropologia caracteriza “gênero” como a forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e *status* atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos.

Para além da diversidade biológica segundo Pierrucci *apud* Casagrande e Carvalho (2005, p. 10) “trata-se de uma classificação cultural com base no sexo, sexo é a base biológica sobre a qual se constrói o gênero. Desta forma, um corpo sexuado como fêmea é culturalmente percebido e socialmente construído como feminino”.

Na Sociologia, as relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construídas em cada sociedade, ao longo de sua história, para atribuir significados, símbolos e diferenças a cada um dos sexos (CASAGRANDE; CARVALHO, 2005).

Saffioti (1999) demonstra em seu livro *O poder do macho* as relações de poder da nossa sociedade. Segundo ela há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira.

Deste modo, para esclarecer qualquer confusão terminológica, fêmea é o sexo biológico, feminino são modos, maneirismos e comportamentos idealizados das mulheres num lugar e época específicos, que podem também ser adotados por homens. Feminista define uma posição ou agenda política.

Os estudos sobre mulheres foram os grandes responsáveis pela introdução da categoria gênero na academia. Gênero, portanto, não significa “coisa de mulher”, mas sim, uma perspectiva relacional aos homens. A partir da década de 1980, surgem as contradições em relação ao próprio conceito de gênero, fragmentando-se e a necessidade de desnaturalizar a condição da mulher na sociedade. Gênero passa a ser entendido como uma maneira de se referir à organização social das relações entre os sexos. Na década de 1990 assume a perspectiva de homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais, raça, dependendo do lugar de onde esse sujeito fala. A hierarquia de gênero independe do corpo, porém do seu contexto.

A “dominação masculina”, que foi construída socialmente, está calcada e se utiliza da “diferença biológica” entre os sexos, para justificar a sua suposta naturalidade. Para Bourdieu (1999) a evidência é de que a “dominação masculina” é resultante de uma espécie de violência suave, imperceptível, que se coloca na ordem das coisas, isto é, que é vista como normal, natural, inclusive pelas suas próprias vítimas.

Na visão de Angelin (2012) a mulher na sociedade, especificamente em nossa sociedade enquanto sujeito social, faz parte de um sistema estruturado e pautado por subordinação da mulher em relação ao homem, já que a ele são atribuídos aspectos de positividade e à mulher aspectos de negatividade.

Os estudos de gênero focam nesse ponto, desmistificando as diferenças biológicas delimitado por uma visão sócio histórica. Na divisão sexual do trabalho percebe-se a dimensão do conflito, das relações de dominação versus subordinação.

Hirata (2009) esclarece que a internacionalização do trabalho reprodutivo como uma das consequências da externalização crescente do trabalho doméstico em regiões mais favorecidas engendra uma relação em que a servidão doméstica esta sempre presente. É uma mulher fazendo o trabalho doméstico para que outra mulher possa de fato fazer parte do mercado de trabalho. A razão dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, no mesmo contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, permanece sendo um dos problemas mais importantes nas análises das relações sociais de sexo/gênero.

E o que é mais alarmante é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico.

Ao incorporar os diferenciais por sexo, bem como as relações de gênero às análises de fluxos migratórios, Peres e Baeninger (2012) sugerem ir além da descrição das diferenças entre homens e mulheres, e que as teorias de migração devem avançar no sentido, no significado e nas experiências das mulheres migrantes através de sua interface com o trabalho, o arranjo familiar e as unidades domésticas.

Deste modo, Neto e Nazareth (2012) trazem um importante contributo sobre a força e representatividade com que as mulheres veem aparecendo nos números e nas discussões sobre migração no mundo globalizado fazendo com que muitos especialistas venham tratando de um processo de *feminização dos fluxos migratórios* ou dos *deslocamentos populacionais* (LISBOA, 2007), tornando necessária uma reflexão mais profunda sobre as especificidades da migração feminina, abordando fatores de vulnerabilidade e desigualdade, quanto à abertura de possibilidades e transformações na estrutura social, familiar e do trabalho.

No Brasil, segundo Chaves (2006) apesar do reconhecimento da intensa participação das mulheres nas migrações internas, a migração feminina não mobilizou nenhum estudo mais específico sobre o tema até a década de 1990, quando o fez, foi sob a ótica econômica dos diferenciais salariais nos locais de origem e destino, comparam as probabilidades de migrarem para mulheres e homens casados(as) e solteiros(as) e na migração feminina rural-urbana a partir do envelhecimento demográfico e do alto índice de masculinidade das áreas rurais.

Finalmente, Marques e Góis (2012) chamam a atenção para a subestimação do número de mulheres migrantes. Acrescentam que falar de uma “*feminização*” das migrações não é falar apenas de um aumento quantitativo da presença de mulheres nos fluxos migratórios, mas, de uma série de mudanças qualitativas das suas motivações, dos meios e formas da migração feminina, das redes sociais, dos processos de inserção econômica ou de sua integração social, do seu contributo social econômico, bem como de sua visibilidade das relações de gênero nos processos migratórios.

#### **4.1 “UM ROSTO NOVO DA MIGRAÇÃO?”: INTERFACES ENTRE TRABALHO, GÊNERO E MIGRAÇÃO**

Após anos de invisibilidade feminina, mas, como importante ator no centro das mudanças contemporâneas, hoje, percebem-se o reconhecimento dos direitos das mulheres nas distintas dimensões de suas trajetórias, ciclo e curso de suas vidas, tanto a nível público quanto privado. O próprio trabalho doméstico remunerado passou da esfera domiciliar para ganhar *status* de política pública. E nesta ótica que as mulheres vêm ganhando notoriedade dentro dos processos históricos e sobreposto a isto a questão de gênero.

Entre as mudanças demográficas que ocorreram recentemente no Brasil, observam-se a concentração da população em áreas urbanas, a diminuição das

taxas de fecundidade e mortalidade e a tendência de envelhecimento populacional (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE GÊNERO, 2014).

Segundo o Censo do IBGE de 2010, entre os 4.643 mil indivíduos que migraram entre as Unidades da Federação nos últimos 5 anos antes do Censo, 2.363 mil eram homens e 2.280 mil, mulheres. A maior parte dos migrantes eram formados de adultos jovens, de 20 a 29 anos de idade, cujo percentual atingiu 31,5% do total de migrantes. Em seguida, representando 19,8% dos migrantes, figuram aqueles de 30 a 39 anos de idade.

Embora os homens continuem a migrar mais do que as mulheres, estas possuem significativa contribuição no movimento migratório, sobretudo na faixa etária de 20 a 29 anos de idade. Desta forma, uma das explicações se manifesta pela escassez de oportunidades de trabalho para as mulheres em comunidades rurais como no Distrito de Muquém/Mirabela-MG. Mas também, como salienta Lisboa (2007) as mudanças relacionadas à condição feminina e a uma maior conscientização das mulheres, que não apenas ambicionam uma vida melhor em termos objetivos, como trabalho e estudos, mas também em termos subjetivos, como a tentativa de romper com situações de opressão, discriminação e violência.

A composição sexual dos fluxos migratórios apresentam interessantes variações regionais e históricas que impõem um olhar diferenciado sobre os dados de migração. É possível constatar que a contribuição da migração para a população ao final do período, medida pela taxa líquida de migração, foi menor que 1,0% nas Regiões Norte, Sudeste e Sul, enquanto, na Região Nordeste, registrou-se ligeira perda de 1,32% e, na Região Centro-Oeste, chegou a 2,0% de ganho populacional para os homens. Isso mostra que, em termos regionais, a migração não apresentou grande contribuição para o estoque final da população no quinquênio (2005-2010) analisado, a não ser para a Região Nordeste, onde a população diminuiu em pouco mais de 1,0% no período, devido à migração e, para a Região Centro-Oeste, cuja população aumentou em 1,87% (Tabela 1) (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE GÊNERO, 2014).

| Região       | Sexo     |          | Total    |
|--------------|----------|----------|----------|
|              | Homem    | Mulher   |          |
| Norte        | 0,38     | 0,07     | 0,23     |
| Nordeste     | (-) 1,46 | (-) 1,18 | (-) 1,32 |
| Sudeste      | 0,43     | 0,38     | 0,41     |
| Sul          | 0,30     | 0,26     | 0,28     |
| Centro-Oeste | 2,00     | 1,74     | 1,87     |

Tabela 1 - Taxa líquida de migração (%).

Fonte: SNIG (2014) adaptado por Guélmer Faria.



Na visão de Baeninger (2011, p. 33-34) a continuidade das mudanças nos movimentos migratórios, e as tendências na migração interna no Brasil nos anos 1990 apontaram:

- 1) Os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas;
- 2) Mantiveram-se como área de absorção de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;
- 3) Houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos;
- 4) Houve o surgimento e consolidação de polos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de população, mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

A análise dos movimentos migratórios, em anos recentes indicam o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

A partir do Censo Demográfico de 2010, podem se perceber os fluxos migratórios como enfraquecidos ou renovados com novas áreas de absorção migratória. A imigração está diminuindo. Existe um maior espalhamento (dispersão) da migração interna, os novos polos de atração migratória são: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Região metropolitana de Curitiba, Centro Goiano, Oeste do Paraná, Ribeirão Preto e Norte Mato-Grossense.

Os dados da série histórica como revela Brito (2015) sinalizam que incorporando a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI há um aparente paradoxo: “a mudança no padrão migratório e a manutenção das principais trajetórias migratórias. De fato, as trajetórias se mantêm, mas quase todas apresentam a novidade: além do fluxo, um expressivo contra fluxo” (BRITO, 2015, p. 21). E esses contra fluxos são alimentados pelo aumento na reemigração interestadual de retorno, um dos fenômenos marcantes nas mudanças ocorridas no padrão migratório (BRITO, 2015).

Salientando uma mudança no padrão migratório que até a década de 1970 se pretendia dominante. Revelando estados e regiões como diferentes bolsões de absorção ou expulsão dos fluxos migratórios.

As diferenças verificadas na porcentagem do gênero feminino entre as principais regiões são, desde logo, um indício sobre a variedade que podemos deparar quando analisamos a *feminização* das migrações internas no Brasil. Essa abordagem inclui cada vez mais processos motivados pela “busca por trabalho”, tornando importante a análise das condições que determinam e influenciam a entrada das mulheres migrantes

no mercado de trabalho. Obviamente, não devemos descartar o item “acompanhar a família” como um dos motivos da migração também. De fato, percebe-se a migração de jovens para a cidade, segundo o relato oral de uma das entrevistadas:

“Lá é difícil pra ficar, assim quem quer trabalhar e conseguir alguma coisa, tipo estudar tem que sair se não lá não dá para conseguir nada não, porque não tem serviço é difícil” (Aparecida, 21 anos, Doméstica).

Esse relato coaduna com a perspectiva de Tavares (2005) que pela falta de opção de trabalho para as jovens nas pequenas cidades de onde vieram, as migrações para o trabalho doméstico passam de temporárias a definitivas.

O trabalho doméstico de jovens é uma realidade mundial, segundo Félix (2010) praticado especialmente em países de Terceiro mundo, por se tratar de atividade de fácil inserção no trabalho precoce e serve de porta de acesso ao trabalho, principalmente para jovens migrantes do interior que não encontram trabalho em sua região. Quando questionadas sobre as condições do trabalho doméstico e sobre a valorização dele, elas relataram:

“Eu gosto do que faço. Eu arrumo casa e lido na cozinha, gosto das condições de trabalho, minha patroa não se mete nas minhas coisas. Eu acho que é um trabalho como qualquer um, apesar de ter gente que julga, né? Mas que é um trabalho como qualquer um, que dá futuro.” (Aparecida, 21 anos, Doméstica).

“Quando eu falei pros meus pais que ia arrumar serviço de doméstica em Montes Claros, minha família me apoiou, a gente já sabia que tinha umas meninas indo, eu fui também.” (Penha, 23 anos, Doméstica).

A socialização de muitas mulheres no âmbito doméstico se dá via processo de re(produção) dos papéis das mães, avós e bisavós. Quando se trata de um ambiente em que pesa a situação econômica, a pobreza, o desemprego, a falta de oportunidade, o trabalho doméstico acaba por representar um “trampolim”. Muito comum, no Brasil, o apadrinhamento, o “ajudar para estudar” de meninas das zonas rurais para atuarem como serviçais nas casas das famílias de classe média e alta. Entre a maioria das entrevistadas a primeira atividade na cidade foi trabalhar como doméstica.

O emprego de meninas do interior como domésticas é legitimado tanto pelas famílias de origem como pelas famílias “que acolhem”, como estratégia viável para sustentação das famílias e único meio possível para sair dos lugares em que vivem rumo à “cidade grande”, lugar desejado para aqueles que há muitas gerações buscam na migração a “saída” para os seus problemas (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2002).

As formas migratórias adotadas por ambos os sexos acabam por segmentar e subsidiar a mobilidade sociolaboral, os homens ocupam-se na sua maioria na construção civil, no comércio, nos transportes e armazenagens, no saneamento e limpeza e nas indústrias transformadoras. As mulheres concentram-se nos serviços

pessoais, domésticos e de cuidado; presentes em atividades ligadas a restaurantes e hotéis, saneamento e limpeza, comércio e serviços sociais (MARQUES; GÓIS, 2012).

A análise das razões de sexo dos imigrantes e dos emigrantes, ou seja, da composição por sexo dos fluxos de entrada e saída das Grandes Regiões, mostra a contribuição da migração para alterações na distribuição regional de homens e mulheres. Na Região Norte, entraram 113,9 homens para cada 100 mulheres, enquanto saíram desta mesma região 95,9 homens por 100 mulheres (Tabela 2). Isso mostra que a migração intensifica a concentração de homens nesta região, uma vez que entraram mais homens que mulheres e saíram mais mulheres que homens (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE GÊNERO, 2014).

| Região       | Total     | Nº de mulheres | Nº de homens | Razão de sexo |
|--------------|-----------|----------------|--------------|---------------|
| Norte        | 260 670   | 127 579        | 133 091      | 95,9          |
| Nordeste     | 1 272 413 | 669 609        | 602 804      | 111,1         |
| Sudeste      | 838 080   | 431 832        | 406 248      | 106,3         |
| Sul          | 268 892   | 137 032        | 131 860      | 103,9         |
| Centro-Oeste | 341 240   | 171 498        | 169 742      | 101,0         |

Tabela 2 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade que residiam na Grande Região em 31.07.2005 e deixaram de residir, segundo o local de residência em 31.07.2005.

Fonte: SNIG (2014) adaptado por Guélmer Faria.

Para Peres e Baeninger (2012) a incorporação das diferenças assinaladas entre homens e mulheres na migração, demonstra a importância das diferenças socialmente construídas ao longo das trajetórias migratórias. A perspectiva regional se acentua sendo transposta e corporificada em certa autonomia. As pesquisas sobre o deslocamento dos jovens apontam como fatores: as dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e ao trabalho; e a atração do jovem pelo meio urbano, sobretudo, pelo estilo de vida urbano. Abaixo os relatos ilustram essa afirmação:

“Lá tem escola eu estudei, do 1º ao 2º grau tudo lá, mas depois não tem mais nada pra fazer, tem que ir buscar formação em outra cidade” (Aparecida, 21 anos, Doméstica)

“Vontade de vim para trabalhar, conseguir minhas coisas, estudar. Que até hoje ainda não consegui estudar, vou começar a estudar se Deus quiser” (Janaína, 20 anos, Doméstica).

“Eu vejo assim, Montes Claros como uma cidade que gera muito emprego e que eu acho assim que tem futuro e aqui igual te falo é a cidade do estudo, que aqui é bem mais fácil para estudar e arrumar serviço” (Socorro, 26 anos, Doméstica).

Nas demais regiões, a razão de sexo para imigrantes e emigrantes foi sempre superior a 100, o que quer dizer que o fluxo migratório foi sempre mais intenso para

homens que para mulheres. Na Região Nordeste, que apresentou saldo migratório negativo, a razão de sexo dos emigrantes (saída) foi maior que a dos imigrantes (entrada), o que significa que proporcionalmente saíram mais homens que mulheres desta região, contribuindo para diminuir a participação de homens que nela permanecem, diminuindo, assim, a razão de sexo. Nas Regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, o saldo migratório foi positivo, sendo que a razão de sexo dos imigrantes (entrada) foi maior que a dos emigrantes (saída), resultando em uma entrada maior de homens em relação às mulheres. No entanto, como mencionado anteriormente, uma vez que a taxa líquida de migração para as regiões foi baixa, o efeito final da migração sobre o indicador da razão de sexo, mesmo sendo diferencial por sexo, foi marginal (Tabela 3) (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE GÊNERO, 2014).

| Região              | Total     | Nº de mulheres | Nº de homens | Razão de sexo |
|---------------------|-----------|----------------|--------------|---------------|
| <b>Norte</b>        | 297 152   | 138 911        | 158 240      | 113,9         |
| <b>Nordeste</b>     | 571 335   | 280 965        | 290 371      | 103,3         |
| <b>Sudeste</b>      | 1 163 575 | 563 289        | 600 287      | 106,6         |
| <b>Sul</b>          | 345 184   | 167 909        | 177 275      | 105,6         |
| <b>Centro-Oeste</b> | 604 048   | 292 671        | 311 377      | 106,4         |

Tabela 3 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam na Grande Região em 31.07.2005, segundo o local de residência atual.

Fonte: SNIG (2014) adaptado por Guélmer Faria.

De acordo com Brito (2015) as antigas regiões que até os anos 1970 cumpriam os seus papéis de reservatórios de mão de obra ou de absorção de mão de obra necessária ao crescimento da economia urbana industrial, ou à expansão da fronteira agrícola e mineral, hoje já não exercem mais exclusivamente esses papéis. Contudo, a persistência das grandes trajetórias migratórias impede, por exemplo, que São Paulo deixe de ser o estado que mais receba imigrantes e que os estados nordestinos, em seu conjunto, e Minas Gerais, em particular, deixem de ser grandes fornecedores de emigrantes interestaduais.

As desigualdades regionais em parte reforçam os movimentos migratórios que acompanham o processo de industrialização/urbanização via expansão do capitalismo. O binarismo socioeconômico, há anos postulado por análises comparativas entre as regiões Nordeste e Sul do país, acaba por influenciar as fronteiras intra-regionais e tem efeito direto sobre o capital humano e a migração.

Assim, Montes Claros-MG possui uma população com mais de 344.000 habitantes na zona urbana e menos de 18.000 habitantes na zona rural (IBGE, 2010), apresentando um índice de urbanização de cerca de 95%. Essa cidade se destaca no contexto regional, como principal polo, e sua área de influência ultrapassam os limites da mesorregião Norte de Minas Gerais. Exercendo forte atração de migrantes, pois é uma característica comum das cidades médias brasileiras.

Como caracteriza Batista (2010, p. 14) “o Norte de Minas Gerais é visto no imaginário nacional como terra de pobres, uma espécie de viveiro de migrantes”. São jovens que saem de seus lugares de origem para trabalhar nas cozinhas de famílias de classe média de Brasília (DF), nas grandes plantações do cerrado brasileiro, na construção civil das grandes cidades e em outras ocupações que requer baixa qualificação profissional, como salões de cabeleireiro, atendente de telemarketing e de postos de gasolina em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo (BATISTA, 2010).

Diante disso, a migração é parte de uma estratégia de reprodução social. Claudia Maia (2000) analisando as migrações camponesas no Vale do Jequitinhonha, revela que a migração em suas diversas modalidades sempre foi utilizada como estratégia para reprodução social de grupos camponeses e de cada família em particular. Ela se apresenta como recurso tradicional para aliviar tensões econômicas e sociais.

Deste modo, os migrantes do norte de Minas Gerais, determinam em suas comunidades o calendário e o tempo da migração ditada pelos períodos em que homens e mulheres vão à busca de trabalho para garantir a reprodução de suas famílias. Por isso, o *ficar* e o *partir* têm em si significados simbólicos cujo motivo é dado pelo econômico.

Assim é possível falar em tempos da migração, que segundo Batista (2010) os que “*estão lá*” interferem na vida dos que “*estão aqui*”. Há, portanto, uma conexão dos que saem e dos que ficam. São partes complementares. Como numa trama da rede, essas partes se entrelaçam. Uma é parte contínua da outra. Compreender a circularidade dessa população é uma tentativa de não cair no simplismo.

No livro *a Casa e a Rua*, Roberto da Matta (1997) faz uma reflexão sobre o que é o tempo da casa e o tempo da rua (linear), tempo e espaço se constroem e ao mesmo tempo, são os homens em sociedade quem os cria. Deste modo, Da Matta (1997, p. 22) diz que “não há sistema social onde não exista uma noção de tempo e outra de espaço”.

No Quadro 1, notam-se os tempos da migração, o tempo da casa é a saída do presente, é o “deixar” a família, os amigos, tem uma duração cíclica que se reproduz todas as vezes que alguém “deixa” a casa ou entra em casa. O tempo da rua é linear, é a volta ao passado, tem duração cumulativa e histórica. Possui uma temporalidade impessoal que não dá nenhum direito à saudade ou à reversibilidade plena. Caracteriza-se pelo tempo da rua com seus movimentos desordenados e suas “arruaças”; às vezes tempo imoral de mudanças.

| Saída do Presente<br>(O ir)   | Volta ao Passado<br>(O viver)  | Retorno ao Presente<br>(O voltar)          |
|---|--|--|
| Abandono da terra com a família, geralmente mulheres e crianças. Deixar os modos de vida. | Trabalho (colheita do café, corte da cana de açúcar, trabalho doméstico, etc.) geralmente alguma atividade que foi passada de pai para o filho. Novos modos de vida no trabalho. | A volta que garante a reprodução familiar. |

Quadro 1 - Tempos da Migração.

Fonte: Guélmer Faria (2014).

Percebe-se ao longo do tempo que as famílias foram construindo estratégias de partida, permanência e reprodução. Cujas manutenções da terra e da família possa ser diminuída sem ter que se dissolver. Entretanto, esse deslocamento espacial adquire significados distintos, ditados pelo atual contexto familiar. Batista (2010) exemplifica como as razões da migração se apresentam: de pobreza (saída para reprodução física do grupo), necessidade de progressão nos estudos (ampliação do capital cultural), casamento (saída para “juntar recursos”, voltar, construir residência, casar, constituir uma nova família), a saída para “conhecer o mundo”, vivenciar novos espaços, paisagens, lugares, cenas e cenários, entre outras.

É neste cenário que a região norte-mineira se insere dentro do quadro das migrações internas no Brasil. Onde a migração rural-urbana na visão de Paula (2003, p. 79) “tem destaque em todo o país, do grande sertão, lugar de conflitos de terras, da indústria da seca, das políticas públicas desenvolvimentistas que objetivaram a transformação da região e não transformaram a qualidade da vida da população sertaneja”.

Pensar nessa migração com enfoque no gênero, também se configura como tarefa difícil, já que são as mulheres e crianças que ficam para tomar conta da terra. Nunca são vistas como autônomas nos projetos migratórios, sempre são os homens a sair. Embora, Batista (2010) apontou em sua pesquisa que a saída das moças para Brasília (DF) e Montes Claros (MG) para trabalhar como domésticas são na sua maioria de famílias pobres, que não possuem rendimento estável, somada à dificuldade de obter trabalho na comunidade de origem.

Especialmente as mulheres solteiras elaboram um projeto migratório autônomo e no dizer de Maia (2000) também migram em resposta a necessidades individuais – expressas principalmente na necessidade de ganhar dinheiro e na “falta do que fazer no lugar” – mas também como estratégia auxiliar na reprodução social da unidade familiar, através da “expulsão” de um dos seus membros.

Logo, a diferenciação por sexo baseada na distinção biológica influencia direta ou indiretamente no projeto migratório. Se as mulheres migram, perdem o elo com

a terra e sua condição social se redefine, como afirma Maia (2000). Além disso, é através da permanência das mulheres na casa, no “*lugar de origem*”, e do seu trabalho na terra que o retorno dos homens é garantido.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho contribuir para a visibilidade da componente feminina em contexto migratório interno, na perspectiva das relações de gênero e do trabalho. Algumas explicações para a mobilidade feminina se sobrepõe a emancipação das mulheres nas suas comunidades de origens, à predominância da “*feminização da pobreza*” e a segmentação do mercado de trabalho.

Partindo-se de dados secundários concatenados entre o estudo feito pelo Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG) que integra o projeto de estruturação do Programa de Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base no Censo Demográfico de 2010 e uma pesquisa qualitativa local. As análises qualitativas revelaram, por fim, importantes conexões entre essas esferas e, ainda especificidades das mulheres que migram internamente, sobretudo para atuar como domésticas.

Quanto à percepção das relações de gênero um dos aspectos importantes da análise é a de que homens e mulheres passam por variadas experiências ao longo de suas trajetórias migratórias. Rechaçando a tese dos cálculos racionais individuais. O que há por trás das migrações femininas tem a ver com o curso da vida, com o empoderamento, ciclo de vida, estratégias e formação de redes dessas mulheres.

Por fim, “*desinvisibilizar*” o papel das mulheres nos movimentos migratórios é tecer duras críticas às teorias que não incorporaram as mulheres em seus modelos, analisar a segmentação do trabalho dentro de uma divisão sexual do trabalho, pois, às mulheres de origens mais desfavorecidas recai o trabalho doméstico, o trabalho do *care (cuidado)*, a prostituição etc. Assim, incorporam-se as fontes de dados agregados com dimensões qualitativas como pano de fundo para compreender as mudanças nos papéis desempenhados pelas mulheres. Apesar disso, há um conjunto de questões importantes para as quais ainda se fazem necessário encontrarem respostas: As mulheres surgem como agentes ativos ou passivos nos movimentos migratórios internos? Há destinos específicos para as mulheres migrantes internas? Quais são os setores de inserção laboral? Como as fontes de dados trabalham metodologicamente com a componente feminina?

## REFERÊNCIAS

ANGELIN, Paulo Eduardo. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares**. 255 f. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, 2012.

- BAENINGER, Rosana. Migração, migrações. **Ideias**, Campinas, n. 2, nova série, jan./jun. 2011.
- BATISTA, Elicardo Heber Almeida. “**Povos de Santana**”: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais. 131 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.
- BRITO, Fausto. **A transição para um novo padrão migratório no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015.
- BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. **Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory**. Migration Policy Institute. Washington, 2003.
- CASAGRANDE, Lindamir Salete; CARVALHO, Marília Gomes. Gênero: um conceito, múltiplos enfoques. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, ano 1, n. 1, p. 9-25, fev./mar./abr. 2005.
- CHAVES, Maria de Fátima Guedes. **Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981-1991**. 2009. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- DA MATTA, Roberto. **A Casa e A Rua**. Rio de Janeiro: Quanabara-Koogan, 1991.
- FÉLIX, José Fontes. **O trabalho doméstico de adolescentes: naturalização da exclusão e submissão**. 111 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.
- HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez. 2009.
- LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 805-821, set. /dez. 2007.
- MAIA, Claudia de Jesus. “**Lugar**” e “**Trecho**”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. 194 f. 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 2000.
- MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro. **A emergência das migrações no feminino**. Príncípa, Cascais. 2012.
- MORALES, Liliana Aurora. **Mujeres jefas de hogar, características y táticas de supervivencia**. Uma intervención desde el trabajo social. Espacio Editorial: Buenos Aires, 2004.
- NETO, Maria Inácia D’ávila; NAZARETH, Juliana. **Redes sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas**. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/315.%20redes%20sociais%20na%20experi%C3%ancia%20migrat%20D3ria%20de%20mulheres%20nordestinas.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/315.%20redes%20sociais%20na%20experi%C3%ancia%20migrat%20D3ria%20de%20mulheres%20nordestinas.pdf)>. Acesso em: 23 outubro 2012.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Trabalho digno para o trabalho doméstico**. 2010. Disponível em: <[http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub\\_trabdomestico.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_trabdomestico.pdf)>. Acesso em: 4 dezembro 2012.
- COURTIS, Corin; PACECCA, María Inés. Género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el amb. **Papeles de Población**, Toluca, v. 16 n. 63, ene./mar. de 2010.



PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha. **Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, norte de Minas Gerais**: “a esperança de melhoria de vida”. 151 p. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

PERES, Roberta Guimarães. Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 2, p. 120-137, jul./dez. 2015.

PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana. Espaços Migratórios na Fronteira: Imigração Boliviana e Gênero. In: IV CONGRESSO PARAGUAIO DE POPULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PARAGUAIA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, 4., Assunção. **Anais ...** Assunção, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. 5ª edição. Editora Moderna. 1999.

SERTÓRIO, Lidiane Bruno; SANTOS, Mirian de Oliveira. O. **Relações entre trabalho, educação, gênero e migração**. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Lidiane\\_Bruno\\_Sertorio\\_e\\_Miriam\\_de\\_Oliveira\\_Santos\\_relacoes\\_entre\\_trabalho\\_educacao\\_genero\\_e\\_migracao.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Lidiane_Bruno_Sertorio_e_Miriam_de_Oliveira_Santos_relacoes_entre_trabalho_educacao_genero_e_migracao.pdf)>. Acesso em: 23 março 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez.1995.

SNIG. **Sistema Nacional de Informações de Gênero. Estatísticas de gênero uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 33, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941>>. Acesso em: 23 setembro 2012.

TAVARES, Gilson Queiroz. **Migração interna populacional e sua participação no desenvolvimento regional no final do século XX**. 107 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, 2001.

## UMA ANÁLISE FEMINISTA ATRAVÉS DAS GERAÇÕES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA MILITÂNCIA SINDICAL RURAL PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES

**Débora Bianco Lima Garbi**  
**Jáder Ferreira Leite**  
**Elisa Maria Andrade Brisola**

**RESUMO:** As formas de se viver as ruralidades feminina são marcadas por histórias de luta, seja pelo respeito ao seu corpo ou pela legitimação do seu trabalho, as mulheres ao longo dos anos, nos mais distintos tipos de vivências dos campos do nosso Brasil, têm se colocado como um sujeito de resistência e militância, tanto no sentido de resistir às imposições sexistas, que avassalam muitas vezes com o pouco do feminino que ainda a compõem, como também apresenta uma enorme capacidade de responder com uma força que apenas quem sabe o valor da luta consegue. Neste contexto de tensão entre os gêneros nos espaços públicos e privados, cujo patriarcado faz a ordem, em que meninas são invisibilizadas e ceifadas de vivenciarem sonhos por serem mulheres, onde a violência simbólica, sexual, patrimonial, e física as assolam emerge o sindicalismo como uma via de união entre as forças de mulheres. Inicialmente com pautas que norteavam direitos primários como acesso a identidade, carteira de trabalho e aposentadoria, aos poucos, a partir de uma agenda feminista, as reivindicações passaram a ser por mais igualdade entre os gêneros, melhor divisão das atividades domésticas e

mais autonomia, tanto financeira como sexual. Como consequências, um exército de mulheres que a cada dia, resistindo às imposições do patriarcado, fazem aumentar a massa que marcha rumo a igualdade. Contrariando a lógica de nossa cultura, muitas meninas estão se despertando para a militância, entendendo que a politização é uma saída para o enfrentamento das condições de subalternidade em que muitas delas estão inseridas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sindicalismo rural; Cidadania; Feminismo; Gênero.

Andreucci (2012) pontua que as primeiras organizações relativas às mulheres rurais tiveram início em 1980, culminando em 1986 no “Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTRNE)” e em 1989 no “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS)” e destaca a importância de outro movimento, a “Marcha das Margaridas”, cuja 1ª edição aconteceu no ano 2000, marcando a virada do século com a possibilidade de negociação direta entre o governo e as mulheres do campo.

Cruz, Miranda e Fiúza (2017) em seu artigo “Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte”, após uma análise das teses e dissertações relativas aos movimentos sociais

rurais no Brasil desde a década de 1980, destacou que de 1980 até os anos 2000, as reivindicações sindicais se desbordavam sobre as condições do trabalho, porém, os movimentos dos anos 2000 voltam-se de forma crescente para a vida cotidiana, com demandas relativas à educação, ao uso dos meios de comunicação, bem como às questões relativas à juventude e às desigualdades de gênero.

Portanto, diante da transformação social que as mulheres do campo vêm vivendo, a possibilidade de exercer a militância política sindical confere às mulheres, não somente as que ocupam postos de liderança, um lugar de fala cujo espaço é legitimado pelas necessidades coletivas, em que suas posições ultrapassam as concepções individuais e faz emergir uma dinâmica social que visa conquistas importantes para as mulheres que vivenciam não somente o âmbito do trabalho, mas, sobretudo, conquistas que atravessam a vida cotidiana como um todo e que altera a forma de se viver não apenas delas, mas de todas a sua volta.

Abramovay e Silva (2000) afirmam que a organização sindical rural das mulheres é algo relativamente novo e que passou a ter maior visibilidade a partir de 1995, com foco na aposentadoria e em 1990 com a discussão dos direitos previdenciários, portanto, a partir da completa invisibilidade que se encontravam, começaram a se organizar em comissões que mais adiante mudaram radicalmente a vida destas e de outras mulheres do campo.

Em consonância, Giuliani (2017, p. 640) diz que, historicamente, vemos que as negociações muitas vezes conflituosas entre as organizações sindicais, o Estado e os empresários não se limitam às reivindicações trabalhistas dos primeiros; na verdade, acabam atingindo as relações de toda a sociedade.

Portanto, como pontuado por Maciazeki-Gomes, Nogueira, Vásquez e Toneli (2016) todo esse contexto social e cultural contribuiu para a abertura de níveis maiores de participação política das mulheres, assim como para importantes mudanças subjetivas no modo de ser mulher trabalhadora rural e auxiliou no rompimento com posições tradicionais de gênero.

Giuliani (2017) ao problematizar a questão do movimento sindical e os reflexos da militância em outras esferas para além do trabalho, afirma que as reivindicações e os movimentos das trabalhadoras atingiram áreas não ligadas exclusivamente às atividades produtivas, mas até a vida familiar, sendo válido dizer que até 1960, mais da metade da população brasileira vivia no meio rural, inserida em regimes de produção familiar ou de assalariamento informal e instável.

Deste modo, o próprio campo de pesquisa nos mostra, que se faz necessário problematizar no coletivo os espaços sociais vivenciados por estas mulheres, sobretudo em relação aos papéis sociais de gênero, hierarquização sexual do trabalho e as diversas faces da violência, de modo a compreender os deslocamentos de sentidos operados por elas e os processos de construção de sua identidade, sobretudo no âmbito privado e como essas mudanças afetaram o seu modo de estar e vivenciar o espaço público na sua condição de mulher em uma sociedade patriarcal e marcada

pelo machismo e sexismo.

Como já dizia Roxa Luxemburgo, importante revolucionária russa, “Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”, sendo então uma das formas que emergem como uma possibilidade de conquista de direitos é por meio de um ativismo político de organização de classe, sendo o sindicato das(os) trabalhadoras(os) um importante meio de se produzir cidadania através campanhas que envolvem questões que transcendem o ambiente do labor, onde observa-se que as mulheres vão ganhando força pautada na sororidade.

De certo, pode-se afirmar que o movimento sindical feminino, primeiro restrito ao âmbito público de trabalho, se inicia com base em pautas feministas com reivindicações acerca de salário e condições de trabalho, porém, desta luta das trabalhadoras, nasce uma luta de classe que também ganha espaço no âmbito privado, cujo foco mais que defender, é assegurar condições de dignidade e cidadania às mulheres em todas as esferas.

Abramovay e Casto (1998) afirmam que o novo feminismo esta para além do movimento de mulheres e a nomenclaturas feministas, mas, se faz presente no sentido de promover empoderamento por meio de um processo de conquista, que questiona subordinações de classe, gênero e raça, “em que o poder sindical aparece como uma marca de gênero”.

A luta sindical incorpora assuntos que vão desde a saúde da mulher, passando pelo direito à previdência, e o reconhecimento do trabalho delas e que estes temas ganham significados para além do direito propriamente, mas que se estende a novas formas de constituição de subjetividade que compõem mais autonomia. [...] algo tão direto, como ter uma identidade, passa a significar uma trincheira de resgate de autoestima, prova para os direitos do(a) trabalhador(a), elemento de identidade de gênero, bandeira de direitos humanos e de respeito como pessoa, como trabalhador(a) específico(a) (ABRAMOVAY e SILVA, 2000, p. 353).

Desta maneira, para Garcia (2011), além de ser uma teoria política e uma prática social, o feminismo é uma reflexão sobre a forma de estar no mundo; uma forma de consciência crítica que questiona a teoria que coloca o masculino como universal [...] o feminismo foi além da teoria sociopolítica, mas, tornou-se uma espécie de reflexão sobre a forma com que a sociedade e a própria mulher enxergavam o feminino.

Portanto, como destacado por Maciazeki-Gomes, Nogueira, Vásquez e Toneli (2016, p. 156), a participação política, ao demarcar posicionamentos coletivos do movimento social aciona modos de vida produzidos por diferentes posicionamentos subjetivos, trazendo para o centro discussões atreladas ao privado como político.

Assim sendo, é importante destacar que a convergência entre o feminismo e o sindicalismo se dá no sentido de produzir a dimensão de cidadania, extremamente negado ao feminino, que, ao criar a capacidade de as mulheres definirem o que é cidadania para elas e integrar isso à sociedade, “estas se tornaram sujeitos políticos, tendo os direitos sociais como campo de lutas e de negociações” (PEREIRA-

MARQUES, 2009, p. 39).

Silva (2017) destaca que as mulheres participantes de diversos movimentos sociais se consideram mais fortalecidas enquanto sujeito e representantes dos movimentos femininos dos quais participam, bem como sente que seu trabalho é reconhecido e valorizado no contexto social e político em que estão inseridas.

Portanto, como pontuado por Maciazeki-Gomes, Nogueira, Vásquez e Toneli (2016, p. 151-152) a escuta e o compartilhar das histórias de cada uma, reverbera no coletivo, diz um *nós* que as fortalece para os embates cotidianos, assim, a participação no movimento social contribui para repensar sobre os modos de ser mulher, trabalhadora rural, mãe e esposa.

E é justamente este o ponto de guinada social promovido pela militância: por meio da união destas mulheres em torno de pautas comuns a todas, nasce a possibilidade de ser um sujeito de fala, de desejo e de direito, não mais invisibilidade, mas sim reconhecido para além de um sexo secundário, cuja dimensão cidadão aparece na forma de resistência e luta.

Menciona Biroli (2013, p. 85) que “o compartilhamento das experiências é a base para a resignificação das identidades das mulheres e das relações de gênero”. Corroborando Oliveira (2012, p. 161), “ganhar voz social foi, para as mulheres, a grande vitória histórica com que marcaram o século XX”.

Moraes (2016) completa destacando três pontos importantes acerca da importância da participação política de mulheres, sendo que, em primeiro lugar: ajuda na ruptura de um padrão de invisibilidade e subalternidade, em segundo, promove um questionamento acerca dos papéis de gênero e por fim, promove uma maior escolaridade destas mulheres.

Portanto, é inegável como a participação política das mulheres foi e é de suma importância para a maior legitimação delas não apenas no ambiente de labor, mas, enquanto cidadãs de direito e de poder político e social, tanto que a autora defende que a formação política das mulheres passa pela luta da superação da divisão sexual do trabalho.

Giulani (2017) relembra que no início do século passado a cidadania era restrita aos homens e que as reivindicações sindicais não faziam menções às especificidades das mulheres trabalhadoras, sendo que este cenário começa a se modificar a partir do fim da década de 1970, quando as práticas sindicais ganharam força e as reivindicações das mulheres começaram a ganhar voz por meio da militância delas próprias.

Assim, como destacados pelas autoras por Maciazeki-Gomes, Nogueira, Vásquez e Toneli (2016) “pensar a participação política como dispositivo de subjetivação abre espaço para composição de uma identidade coletiva que ancora e defende as necessidades das mulheres a partir de uma privacidade compartilhada”.

Vale destacar que é no meio rural que a luta sindical ganha força, como apontado por Giulani (2017), sendo que até hoje ganha-se destaque a greve realizada pelos

trabalhadores e trabalhadoras rurais dos municípios de Guariba e Bebedouro, onde mais de 60 mil boias-frias de cana e 200 mil trabalhadores safristas de laranja se uniram em 1984 para reivindicar maiores salários e a assinatura da carteira de trabalho.

Mas, como a luta dos trabalhadores é antes uma luta de cidadãos, a autora segue discorrendo acerca das solicitações que começaram focadas no trabalho se estenderam para questões envolvendo transporte, condições de moradia e saúde pública. Assim, fica evidente a intersecção entre a militância sindical e cidadania em sua dimensão política, sendo muitas vezes esses movimentos de classe dos trabalhadores o “pontapé” inicial para a construção de uma lógica de seguridade de direitos que transbordam a esfera do labor e se reflete na condição total de sujeito.

Portanto, a partir dos estudos apresentados por Oliveira e Leite (2016) em “Produções de sentidos sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST” vale a ressalva que com resultado os autores chegaram a conclusão de que “os sentidos da militância vêm justificados pelo investimento coletivo de luta, não só pelo acesso à terra, mas por conquista de direitos sociais”, e que como consequência “coloca a mulher em um novo local de vivência de seu feminino e contribuiu para a desconstrução das assimetrias entre os gêneros”.

Para Abramovay e Silva (2000, p. 354), em uma entrevista da coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres da Contag na época, Margarida Pereira da Silva afirma que as mulheres tiveram que elaborar estratégias para serem ouvidas e que obtiveram êxito apenas cinco anos depois. “[...] quando levávamos propostas para o conselho Contag, tínhamos vontade de chorar, de morrer, de matar, por que os homens não discutiam as propostas com seriedade, hoje pelo menos eles discutem, sendo a favor ou não.”

Desta forma, pode-se chegar à conclusão de que a militância é um importante instrumento de empoderamento, bem como para a garantia e conquista de direitos, mas também um mecanismo de subjetivação que orienta à mulher para práticas emancipatórias, resultando em uma maior vivência da cidadania.

Portanto, por meio do exercício da participação política, as mulheres podem ir além do ambiente privado e vivenciam de forma mais igualitária, justa e participativa, sendo que, como aponta Oliveira e Leite (2016):

Os efeitos da militância na vida das participantes do estudo assinalam permanências e rupturas em relação ao papel feminino no âmbito familiar, seja na reprodução de um lugar socialmente designado às mulheres de cuidado da casa e da família, seja no questionamento desse lugar ao vivenciar conquistas nas decisões familiares e de fomento da participação política, ao se inserirem em instâncias de representação institucional (associações, movimentos sociais, sindicatos rurais etc.).

Oliveira e Leite (2016, p. 188) seguem apontam que em seus estudos acerca da prática da militância junto às mulheres, também se encontrou um resgate no que diz respeito a contribuição, esperança, reconhecimento, transformação, conscientização

e luta e que “Tais sentidos evidenciam um jogo discursivo de posituação da vida, das conquistas de um processo de formação política, de um novo lugar enquanto mulher.

A participação política proporciona sonhos, desejos e conhecimentos que as mulheres rurais sequer pensavam que poderiam desejar e alcançar. [...]. A participação política influencia a vida privada das mulheres rurais na medida em que abre diversas janelas da esfera pública, deixando claro que a esfera privada não é o único espaço em que as mulheres podem transitar e sequer é um espaço exclusivo das mulheres (MORAES, 2016, p. 280).

Portanto, é urgente compreender a constituição subjetiva das mulheres com um enfoque crítico acerca de como a militância confere a elas uma dimensão política, cidadão e da autonomia e como isso produz deslocamento de sentidos em sua forma de experienciar essa vivência e como essa mudança de paradigmas afeta a geração posterior, mais especificamente, as jovens da comunidade.

Para tanto, Oliveira e Leite (2016, p. 188) apontam como uma sugestão de pesquisar futuras, estudo acerca dos rebatimentos produzidos a partir das gerações e de como essa continuidade poderia trazer benefícios para a sociedade:

Sinalizamos questões que ficam para novos estudos, como a relação entre militância e dimensão geracional, haja vista termos identificado como o processo de militância política, sob a perspectiva das mulheres entrevistadas, necessita de novos quadros, de militantes mais jovens que possam dar continuidade às conquistas alcançadas por meio da luta de suas antecessoras possibilitando, dessa maneira, que um investimento tão marcante como a militância política possa promover sentidos vinculados à transformação social (OLIVEIRA, LEITE, 2016, p. 189).

Desta maneira, assim como também pontuado por Garbi e Brisola (2017) “defende-se a necessidade da participação das mulheres nos movimentos sociais e partidos políticos cujas bandeiras de lutas se voltem à igualdade de gênero”, pois, como afirmado por Simone de Beauvoir “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”.

Abramovay e Silva (2000) pontuam que apesar do aumento do número de mulheres sindicalizadas e da existência delas nos postos de liderança, ainda são os homens a maioria a ocupar os postos de decisão “obedecendo a lógica da cultura masculina, que reserva ao homem esses cargos e maior facilidade de trânsito no espaço público (p. 358).

Nos estudos elaborados por Maciazeki-Gomes, Nogueira, Vásques e Toneli (2016), também é apontado que o estudo acerca da participação da política na psicologia social é escasso, assim como a intersecção com o feminismo e gênero em contexto de ruralidade. Vale ressaltar também que como resultado da pesquisa realizada, as autoras destacaram a necessidade de angariar novas militantes, pois, de acordo com a fala das próprias entrevistadas, elas estão envelhecendo e a incorporação de novas mulheres auxilia na manutenção dos direitos conquistados e seguem afirmando que:

“A participação política se dá, também, como parte de um processo crítico, atravessado por processos socializadores imersos na vida cotidiana. De modo que, o acompanhar das novas gerações o envolvimento da mãe nas atividades do movimento de mulheres produziu incentivos à participação, ao trilhar um caminho que foi construído em meio as privações e as dificuldades enfrentadas” MACIAZEKI-GOMES, NOGUEIRA, VÁSQUES E TONELI (2016, p. 154).

Reafirmando a necessidade de se aprofundar estudos acerca das condições das mulheres, não somente como trabalhadora, mas também como cidadã, mãe, esposa e filha, Cruz, Miranda e Fiúza (2017) advogam que foi no período entre 2003 e 2015, entre os governos de Lula e Dilma, houve o maior interesse em se conhecer como ação coletiva dos movimentos sociais rurais, sobretudo em questões relativas às condições de vida das pessoas com o foco para o reconhecimento dos direitos de novos atores sociais, como as mulheres e os jovens.

Desta forma, os autores defendem que as pesquisas analisadas em seu estudo acerca das publicações, cuja temática foi centrada nos movimentos sociais rurais, “evidenciam fatos e apontam caminhos para a emancipação, a tomada de consciência, a autonomia e a organização coletiva dos movimentos sociais no espaço rural” (CRUZ, MIRANDA e FIÚZA, 2017).

Os autores seguem afirmando que o aumento das pesquisas sobre os movimentos sociais rurais é fruto mais do que um engajamento dos pesquisadores das áreas sociais, mas também “das próprias urgências e demandas da realidade sob estudo, uma vez que as experiências realizadas pelos movimentos sociais rurais, instituídos ou não, vêm ganhando força sociocultural e acadêmica nos diferentes estados brasileiros”.

Para tanto, ao se analisar a condição de mulher militante sindical do âmbito rural, que é conhecedora de seus direitos como cidadã, pode-se apontar reflexões acerca da liberdade e autonomia de seus corpos, até então assuntos invisibilidades não apenas pela sociedade, por elas próprias.

Cabe destacar que a participação das mulheres nos sindicatos ainda é algo marcado pelo sexismo e pela divisão sexual do trabalho, como apontado por Abramovay e Silva (2000) em seu estudo acerca das relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (Contag), “apesar do discurso de gênero ter sido incorporado na Contag como um todo, é no momento da discussão sobre postos e poder que se acentuam os conflitos e divergências e as mulheres aparecem como o outro, o desconhecido, o que se teme”.

Neste sentido, mais um dado corrobora com essa situação. Em três livros consultados na Biblioteca Central da UFRN, cujo tema era os novos desafios sindicais, nenhum deles fazia qualquer menção à participação das mulheres. Apenas em um, cujo foco de todo livro foi analisar as entrevistas dos líderes sindicais sobre vários aspectos, sendo que não havia nenhuma mulher exercendo a liderança. Chama



atenção da fala de um dos entrevistados que diz:

“É preciso investir na juventude e nas mulheres. Há uma grande quantidade de mulheres na indústria metalúrgica, mas elas não vêm para o sindicato. Primeiro, porque o próprio sindicato não valoriza. Segundo, porque os maridos acreditam que a mulher é do lar e dos filhos, mesmo ela trabalhando e ajudando na tarefa financeira” (MISAILIDIS, 2001, p. 216).

Desta maneira, entender como as jovens mulheres entendem a militância sindical como importante modificador do contexto privado e a sua relação com as hierarquias de gênero- cuja realidade do patriarcado e do sexismo marcam a dinâmica familiar e social como um todo, se faz pungente no sentido de promover continuidades de lutas que possam garantir vivenciar a experiência de sua condição de mulher, sobretudo no campo, lugar tão marcado pela violência contra elas, como apontado por Butto (2010, p. 220):

Movimentos sociais de mulheres e a sua auto-organização, em ambientes mistos de organização da sociedade civil, foram capazes de transformar relações na família, contestando, por exemplo, a violência doméstica e garantindo a inclusão sindical como filiadas, e não como esposas e filhas de homens sindicalizados.

Assim sendo, Leite, Dimenstein, Dantas, Macedo e Freitas (2016) destacam que as vitórias das mulheres do campo no sentido de lutas contra a hierarquia dos sexos permitem uma possibilidade de visibilidade destas mulheres que até então pareciam não existirem.

Para Butto (2010) a questão do poder social exercido pelos homens, resultado de uma massiva participação deles nos processos de gestão, “não se resolve com o mero estímulo à participação dos distintos atores/atrizes sociais, mas com a combinação do maior protagonismo das mulheres rurais, as consideradas mais pobres e excluídas”.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. As relações de gênero na confederação nacional de trabalhadores rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. (org) **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.

ANDREUCCI, A. C. P. T. **Igualdade de gênero e ações afirmativas**: desafios e perspectivas para as mulheres brasileiras pós Constituição Federal de 1988. São Paulo: LTr, 2012.

BIROLI, F. **Autonomia e desigualdade de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo, SP: Horizonte, 2013.

BUTTO, A. Mulheres na reforma agrária: experiência recente no Brasil. São Paulo: MDA, 2010.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, , p. 221-36, Universidade de Minho, Portugal, 2003.

CRUZ, E. F.; MIRANDA, E. L.; FIÚZA, A. L. C. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte.

**Rev. Econ. Sociol. Rural.** Brasília. v.55, 2017, p. 123-135.

GARBI, D. B. L.; BRISOLA, E. M. A. **Mulheres trabalhadoras no capitalismo contemporâneo.** Curitiba: Prismas, 2017.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Claridade, 2011.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, M. D.; PINSKY, C. B. **História das mulheres no Brasil.** 10 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

LEITE, J.L.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C.; MACEDO, J. P.; FREITAS, A. B. Pobreza, participação política e autonomia de mulheres no meio rural brasileiro. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CAMURAÇA, E.; MOURA JÚNIOR, J. F. **Implicações psicossociais da pobreza.** Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016.

MACIAZEKI-GOMES, R. C.; NOGUEIRA, C.; VÁZQUEZ, C. L.; TONELI, M. J. **Participação política e subjetividade- Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do Sul do Brasil.** *Psico* nº47(2), 2016, p. 148-158

MISAILIDIS, M. L. **Os desafios do sindicalismo brasileiro diante das atuais tendências.** São Paulo: LTR, 2001.

MORAES, L. L. Eu escuto o lado bom! Um estudo obre mulheres rurais do sertão pernambucano que enfrentam julgamentos e ampliam desejos a partir da participação política. **Amazôn., Rev. Antropol.** (Online). v. 8 (2), 2016, p. 264 - 282.

OLIVEIRA, A. B. F.; LEITE, J. F. Produções de sentido sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST. **Revista Subjetividades.** Fortaleza, v. 16(1), 2016. P. 181-190.

OLIVEIRA, R. D. **Elogio da diferença:** o feminino emergente. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PEREIRA-MARQUES, B. Cidadania. In: HIRATA, H. *et al.* **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009. p. 35-9.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História.** v. 15, São Paulo, 1997.

SILVA, L. A. Mulheres quebradeiras de coco babaçu e movimentos sociais. **P2P & INOVAÇÃO.** Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, 2017. p.161-176.

SILVA, M. A. M. De colona a boia-fria. In: PRIORE, M. D.; PINSKY, C. B. **História das mulheres no Brasil.** 10 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

## ECONOMIA CRIATIVA E SUSTENTABILIDADE RURAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE MULHERES ARTESÃS DO SEMIÁRIDO ALAGOANO

### **Silvania Monteiro da Silva**

Graduanda do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Santana do Ipanema, E-mail: silvania.eco@gmail.com;

### **Manoel Valquer Oliveira Melo**

Professor da Unidade Santana do Ipanema da UFAL, Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara-UNIARA/SP, pesquisador do Centro de Estudos em Ecodesenvolvimento, Ruralidades, Gestão (CEERG)  
E-mail: manoel.melo@delmiro.ufal.br

**RESUMO:** Objetivou-se com este trabalho descrever uma experiência realizada no campo da economia criativa, baseou-se numa alternativa de mulheres rurais, que se uniram em torno das suas capacidades e habilidades artesanais, com ideias originais e criatividade. A partir do capital intelectual disponível na comunidade, o objetivo foi gerar renda para melhorar a vida das famílias, bem como a autoestima do grupo. A metodologia usada foi com base na pesquisa de campo, na qual foram realizadas entrevistas com questionário semiestruturado apresentando questões abertas e fechadas, com temas ligados a formação do grupo, à obtenção da matéria prima para confecções dos produtos, geração de renda e empoderamento das mulheres. O grupo cognominado de Anny Artesanato,

composto por 10 mulheres residentes da zona rural do município de Olho D'Água das Flores, Sertão de Alagoas. O conceito de economia criativa será analisado dentro do contexto da participação do grupo de artesãs, que mesmo com a insuficiência de campo de trabalho no povoado conseguem suprir suas limitações através da criatividade. Para tanto, observa-se que a produção do artesanato no local se aplica preceitos sustentáveis em diversos aspectos, a saber, associando valores culturais, geração de renda e a preservação do patrimônio cultural e ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capital intelectual, Empoderamento feminino, Zona rural.

### CREATIVE ECONOMICS AND RURAL SUSTAINABILITY: AN APPROACH FROM ARTISAN WOMEN OF THE SEMI-ARID ALAGOANO

**ABSTRACT:** The objective of this article is to describe an experience in the field of creative economics, based on an alternative of rural women, who have come together around their skills and craftsmanship, with original ideas and creativity. From the intellectual capital available in the community, the goal was to generate income to improve the lives of families, as well as the self-esteem of the group. The methodology used was based on field research, in which interviews were conducted with semi-structured

questionnaire presenting open and closed questions, with themes linked to the formation of the group, to obtaining the raw material for confections of Products, income generation and women empowerment. The called Group of Anny Crafts, consisting of 10 women residents of the rural area of the municipality of the Olho D'Água das Flores, *backwoods* of Alagoas. The concept of creative economics will be analyzed within the context of the participation of the group of artisans, that even with the insufficiency of the field of work in the village they can supply their limitations through creativity. For this reason, it is observed that the production of handicrafts on the site applies sustainable precepts in many respects, namely, associating cultural values, generation of income and the preservation of cultural and environmental heritage.

**KEYWORDS:** Countryside, Female empowerment, Intellectual Capital.

## INTRODUÇÃO

Objetivou-se com este trabalho a necessidade de se pensar em novas alternativas econômicas que visam meios criativos e menos impactantes ao meio ambiente rural. Ao tratarmos da economia criativa, partiremos de uma experiência com um grupo de mulheres artesãs, evidenciando-se na importância da visibilidade desse grupo frente à negação da oferta e do acesso ao mercado de trabalho na zona rural do município de Olho D'Água das Flores, Sertão de Alagoas: “A vegetação é basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta Caducifólia. O clima é do tipo Tropical Semiárido, com chuvas de verão. O período chuvoso se inicia em novembro com término em abril. A precipitação média anual é de 431,8mm” (MASCARENHAS; BELTRÃO; SOUZA JUNIOR, 2005, p. 04). Salientamos que a questão climática incide irremediavelmente na produção artesanal do grupo.

A motivação do estudo sobre a produção do artesanato pelo viés da economia criativa é decorrente da ampliação da atividade no local, por se tratar de geração de fonte de renda e ao mesmo tempo em que serve como forma de preservação do patrimônio cultural, ambiental e simbólico que envolve a palmeira presente na vegetação do semiárido alagoano.

Considerando que tais atividades não devem ser desconsideradas como menos importantes nos meios econômicos consolidados. Sabe-se que o setor econômico sofre modificações conforme as inovações nos segmentos de mercado. Desse modo, a criatividade destaca-se como um importante papel indutor para os que almejam alcançar uma maior visibilidade em meio à concorrência econômica. Assim, os modos de produção para o mercado estão proporcionando formas atrativas, sendo uma delas a economia criativa, que se destaca na produção de produtos ou serviços com o uso do conhecimento criativo via capital intelectual.

No contexto da história de vida dessas mulheres, o artesanato tem sido destacado primeiramente através da produção simplista obtidas de matérias-primas providas do próprio ambiente, como a extração das folhas de uma palmeira típica

do semiárido. Posteriormente diante da necessidade de continuidade do trabalho durante os períodos chuvosos, encontraram na utilização de materiais descartados, mas potencialmente recicláveis em objetos artesanais. Dessa forma, a produção artesanal está conectada com as inovações econômicas no meio rural, gerando assim benefícios para a permanência cultural e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda.

Do ponto de vista teórico, a exposição do conceito de economia criativa será analisado dentro do contexto da participação do grupo de artesãs, expondo suas principais características e retratando o artesanato como um modelo análogo ao tipo de negócio criativo que depende do capital intelectual. Ressaltando que mesmo com a insuficiência do mercado de trabalho no Sítio Gato, elas conseguem suprir suas limitações através da criatividade e da inovação, considerando uma atitude de respeito social e ambiental para o local. A economia criativa é um ramo econômico que proporciona produtos ou serviços ofertados a partir do conhecimento e da criatividade. De acordo com o Reis e Deheinzelin (2008, p. 13):

A Economia Criativa pode ser definida como um conjunto de atividades econômicas baseadas no conhecimento, que fazem uso intensivo do talento criativo incorporando técnicas e/ou tecnologias e agregando valor ao capital intelectual e cultural. Através da cultura, ela gera riqueza e se constitui num poderoso instrumento de alavancagem do desenvolvimento socioeconômico.

Assim, percebe-se que a economia criativa compreende os bens e os serviços que são gerados a partir da inclusão do conhecimento e do capital intelectual. Desse modo, sua principal fonte de conhecimento é utilizada no processo de produção, tendo em vista que é a capacidade intelectual adquirida é que vai determinar a fabricação dos produtos ou serviços. O capital intelectual está inserido na economia criativa e pode ser definido como patrimônio de conhecimento, criatividade e inteligência de indivíduos ou grupos de organização para alcance de seus objetivos. A capacidade intelectual tem a possibilidade de agregar valor sustentável, com vistas suas experiências podem ser transferidas ao longo do tempo para outras gerações dos grupos familiares.

Dentro de uma perspectiva idealizadora, o artesanato na comunidade estudada é atribuído ao mercado criativo, pois possibilita a inserção de formas criativas que fazem o uso do conhecimento para produzir artefatos que promovem a cultura e a geração de renda no local. O modo de criação das peças artesanais pode ser feito através da produção individual ou coletiva que gera uma ação lucrativa, resultante do trabalho desenvolvido em meios tradicionais, com habilidade, qualidade e criatividade.

O objetivo que propomos neste trabalho é ressignificar o modelo econômico solidário circunscrito no território rural. Tendo em vista que o mesmo está interconectado com o mercado urbano, entretanto o trabalho desenvolvido na comunidade tem se mostrado carente de instrumentalização intelectual e de estratégias políticas públicas

que reforcem o empoderamento dessas mulheres, e concomitantemente com os cuidados em gerir o extrativismo das folhas das palmeiras de forma sustentável. Haja vista, é preciso romper com a lógica econômica de exclusão e subalternidade para esses coletivos e cuidar do meio ambiente rural em questão.

## PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para qualificar o recorte metodológico da pesquisa, utilizam-se como objeto de análise, as perspectivas do trabalho desenvolvido por um grupo de Artesanato do Sertão de Alagoas. O trabalho se desenvolve mediante o trabalho coletivo e solidário de 10 artesãs, o grupo é composto estritamente por mulheres agricultoras. O nosso trabalho de campo foi mediado pelas experiências transcorridas durante as visitas a comunidade conhecida por Sítio Gato, área rural do município de Olho D'Água das Flores, semiárido alagoano. Preliminarmente, percebeu-se que o grupo de agricultoras artesãs busca uma notoriedade econômica através da produção das suas peças artesanais.

Os procedimentos metodológicos utilizados para analisar empiricamente as tramas sociais imbricadas na pesquisa têm vieses exploratórios e descritivos. Sobretudo, amparamo-nos a partir do conceito da economia criativa para qualificar a produção artesanal de um grupo de 10 mulheres agricultoras que se utiliza da criatividade e do seu capital intelectual como uma nova alternativa de gerar renda para suas famílias. Ressalta-se sobre o ponto de vista da ética na pesquisa, o anonimato de todas foram preservadas. Como o grupo ainda não dispõe de uma razão social registrada, sendo assim garante-se a privacidade das informações sobre os participantes durante todas as fases da pesquisa, não havendo possíveis ônus a saúde física e mental, tendo em vista que este tipo de pesquisa não é invasiva sobre os aspectos físicos e mentais.

Deste modo, o estudo teve por base a pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas com aplicação de questionário semiestruturado apresentando questões abertas e fechadas, tendo em vista à obtenção de informações sobre a história de vida das integrantes. A pesquisa foi iniciada em meados de agosto, desenvolvida em setembro e finalizada em novembro de 2017. *A priori*, a investigação teve como finalidade apresentar o grupo de Artesanato composto mulheres agricultoras, como um modelo que se enquadra nos aspectos intrínsecos da economia criativa, com vistas à capacidade de criatividade do grupo de produzir bens que tendencialmente pode favorecer o desenvolvimento sustentável no local.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as informações colhidas, o artesanato começou na comunidade através de um morador que há muitos anos saiu da região e foi morar em Juazeiro do

Norte - CE, depois de algum tempo retorna a sua antiga morada no Sitio Gato, isso nos idos de 1925. As narrativas recontam que o morador trouxe consigo conhecimentos sobre o artesanato e com isso transmitiu suas experiências aos moradores locais. Desde então, tradicionalmente os conhecimentos adquiridos foram repassados de geração em geração. Entretanto, restou apenas uma única família e algumas poucas pessoas que conseguiram manter viva a tradição da produção artesanal no local a partir da extração das folhas da palmeira.

A resistência para produzir o artesanato culminou com a formação do grupo, atualmente composto por 10 mulheres que além de artesãs são agricultoras que trabalham no cultivo do Feijão, Milho, Mandioca e Castanha de Caju. O grupo recebeu uma razão social provisória para vender o artesanato, tendo em vista os convites para exposições e vendas das peças em outras regiões do país.

As artesãs agricultoras também trabalham individualmente, porém quando surge o aumento na demanda das encomendas, as produtoras se reúnem para produzir coletivamente. Algumas delas têm no artesanato uma fonte de renda, outras mantêm apenas como complemento da renda familiar. Contudo, as produtoras relatam a importância da renda promovida pelo artesanato, recebendo considerável participação para o auxílio na compra de produtos domésticos ou de alimentos.

As mulheres do grupo partilham da ideia de que a partir do artesanato diversos benefícios foram concedidos, não apenas econômico, mas também social, modificando sua qualidade de vida e autoestima. A produção das peças auxiliam as produtoras a enfrentar fatores adversos como a depressão e a solidão, entre outros fatores. Todas retratam o artesanato como uma companhia nas horas que estão sós. Por isso, as peças artesanais se ampliam como fontes de renda mais ao mesmo tempo como meio de enfrentamento das adversidades do dia a dia.

O modo de confecção utilizado para a produção das peças de artesanato tem como base, as folhas secas da palmeira Ouricuri, do ponto de vista socioambiental, “A planta apresenta relevante importância ecológica, social e econômica para as populações locais, pois seus frutos e sementes são comestíveis e fazem parte da dieta de animais silvestres e de grupos humanos” (LOPES; MOURA, 2012, p. 11).

Para o referido grupo, o material para confeccionar o artesanato é extraído da referida planta disposta nas cercanias do povoado. As artesãs colhem as folhas e posteriormente colocam para secar ao sol, quando as folhas tornam-se totalmente secas, as produtoras começam os trabalhos manualmente reinventando e redescobrimo objetos. Através da criatividade, muitas artesãs produzem peças mais elaboradas com formas e cores diferentes, agregando valor ao produto, como podemos observar na figura a seguir:



**Figura 1** - Galo feito de palha em forma de depósito de ovos.

A confecção das peças do artesanato apresenta consigo um dos exemplos da criatividade gerada a partir do grupo de artesãs com o manuseio habilidoso das referidas folhas da palmeira. Como se pode observar, o objeto foi elaborado em forma de um galo para servir como depósito de ovos, proporcionando-se deste modo, peças com novos valores agregados, evidenciando-se através da originalidade e criatividade. Corroborando para esta discussão, sabe-se que:

A economia criativa é um conceito novo que tem sido bastante discutido devido ao seu destaque no desenvolvimento nos campos social, cultural e econômico, devido a seu papel inovador, com características novas diante da economia tradicional, onde seu maior recurso é o capital intelectual relacionado à criatividade e inovação (OLIVEIRA et al., 2016, p. 123).

Neste contexto, a produção artesanal tem partilhado com uma perspectiva de sustentabilidade naquela área rural, tendo em vista que existe um cuidado especial com a colheita das folhas que são extraídas da palmeira Ouricuri, ou Licuri, como também é conhecida, pois as sobras são utilizadas como ferramentas para a produção, evitando-se assim o desperdício na utilização das plantas. Desse modo, a coleta das folhas e posteriormente a elaboração das peças pressupõem um modelo ecologicamente sustentável num espaço de criatividade e inovação, pelo qual se conserva a natureza da planta, tirando apenas os instrumentos de trabalho sem modificar o habitat das espécies da flora que estão dispostas naturalmente no semiárido alagoano.





**Figura 2** - Cestas confeccionadas com palhas de coqueiro cultivadas na região

Outro objeto produzido são as cestas feitas com a folha seca do Ouricuri, e servem para carregar diversos produtos. Tais peças confeccionadas pelas agricultoras artesãs acabaram-se destacando entre as outras obras devido às suas inúmeras utilidades. Por outro lado, pesquisas apontam alguns problemas, a saber: “Com relação à preservação da palmeira estudada, a literatura sugere o extrativismo é uma prática comum, vivenciadas pelas populações locais do Semiárido brasileiro, onde o uso desordenado dos recursos do Ouricuri poderá representar uma ameaça à sua sustentabilidade” (Ibid., 2012, pp. 22/23).

Neste cenário ambiental, pode-se compreender que a extração das folhas de forma desordenada pode comprometer o trabalho artesanal no local. Por outro lado, as artesãs também apostam em outros materiais, afinal, devido ao cenário econômico e ao uso da criatividade, apostam também no crochê como matéria-prima, implementando um diferencial no processo artesanal, sendo a realização de peças a partir de produtos que podem ser reutilizados. Desse modo, as produtoras artesanais perceberam o potencial que os produtos descartados possuem e após sua reutilização realizaram sua criatividade para fazer as peças, gerando renda e agregando valor onde muitos não veem as possíveis possibilidades. Como podemos observar na figura abaixo.



**Figura 3** - Toalha feita de crochê com CDs reutilizados como base.

A peça confeccionada com crochê que destacamos para o relato é uma toalha de mesa produzida pelas artesãs do grupo. A produção é feita a partir da reutilização de CDs, servindo-se para modelar a peça de artesanato de forma criativa.

Nesse sentido, a reutilização acaba beneficiando a comunidade, tanto no aspecto econômico quanto no social, pois entre algumas artesãs existe a grande adesão às práticas de desenvolvimento sustentável, visto que as produtoras acabam gerando bens coletivos com o auxílio de produtos reutilizados na localidade.

Para além do trabalho artesanal, as artesãs com o uso de materiais potencialmente recicláveis fazem sua intervenção no local, acabam-se introduzindo na comunidade suas obras através da produção de alguns bens que podem ser convividos e utilizados por todos os moradores. Como observado, podemos exemplificar na figura abaixo.



**Figura 4** - Parque infantil feito de materiais potencialmente recicláveis

Na imagem, podemos perceber que além da produção do artesanato algumas artesãs residentes do centro da comunidade produziram no local um parque infantil, *reelaborado com base de materiais* reutilizados, com o objetivo de entretenimento para as crianças da comunidade. O parque é aberto a todos, inclusive as crianças que estudam na escola próxima ao local são as mais beneficiadas. Os principais brinquedos confeccionados, a saber, são: balanços, redes de vôlei, carrinho e trens com formatos de animais.

Contudo, o grupo de Artesanato enfrenta desafios na produção e comercialização das peças artesanais. Pois, além de fatores climáticos influenciarem no processo de produção; quanto mais o clima torna-se frio e úmido, menos as artesãs produzem pelo fato de secagem ao sol as folhas das plantas das palmeiras utilizadas. Outro fator que impacta no crescimento do grupo é a falta de incentivos dada à cultura artesanal pelas políticas públicas desenvolvidas no local.

Mas mesmo diante das adversidades, a formação do grupo das artesãs permitiu a oportunidade delas terem o seu trabalho reconhecido em outras freguesias. Sobretudo, elas têm a consciência que os fatores adversos podem comprometer a permanência do trabalho do grupo, por isso, mantem-se atentas às inovações e

flutuações do ambiente socioeconômico no qual estão inseridas de modo solidário.

Neste cenário, o modelo econômico aplicado pode favorecer a cultura local através do uso do saber tradicional. Segundo Howkins (2013), a economia criativa é uma nova forma de considerar e priorizar os recursos de uma sociedade. Logo, a produção ou manifestação dos valores culturais para realizar as atividades econômicas tanto contribui na economia como proporciona incentivos à cultura local. Assim, a contribuição da criatividade beneficia a cultura e a capacidade de se tornar uma atividade sustentável, o que difere de outros modelos econômicos. Conforme aponta a consulta Deheizelin (2016, p. 01):

Economia criativa é uma nova forma de gerar riqueza e qualidade de vida. Na verdade, não é nova, mas é a solução de futuro. A matéria prima é diferente da economia tradicional. Na economia tradicional, a matéria prima são coisas tangíveis: terra, água, ouro, petróleo, agronegócio. Na economia criativa, a matéria prima são coisas intangíveis: cultura, conhecimento, criatividade, informação. A grande vantagem, razão pelo qual ela é chave de futuro, é que coisas tangíveis se consomem pelo uso. O intangível se multiplica com o uso.

Dessa maneira, o modelo criativo se configura como um ramo do setor econômico que gera atividades que visam não apenas a produção, mas sim o cuidado em elaborar seus produtos com o máximo da utilização da capacidade humana, visando valorizar o homem, seus conhecimentos e sua cultura. Pontua-se que a criatividade no setor econômico favorece não somente a renda e o desenvolvimento sustentável, mas dispõe de benefícios que auxiliam na qualidade de vida. Segundo Newbiggin (2010, p. 17):

Em geral, as indústrias criativas enriquecem a vida das pessoas na medida em que definem as características distintivas de diferentes sociedades, bem como oferecem os meios através dos quais as culturas e as comunidades se comunicam entre eles; geram prazer, cor e interpretação, tornam a vida mais fácil e, de uma maneira muito ampla, são uma expressão da elevação de nosso padrão de vida.

Desse modo, a concepção da renda atrelada a criatividade pode contribuir também para a geração do bem-estar, ou seja, a ideia de produzir elementos criativos é pensada no sentido da elaboração de bens que produzam uma satisfação na geração do bem ou serviço. Além do mais, a economia vai estar relacionada com a grande adesão de trabalhar com o que se conhece, fazendo uso dos objetos que estão à volta, para movimentar os conhecimentos tradicionais da região.

Segundo Toledo e Toledo (2013), a economia criativa é um estímulo à desmarginalização das comunidades periféricas, que realizam artesanato como modo de aumentar renda. Logo, o aproveitamento de símbolos ou questões culturais, expressas dentro de uma comunidade, podendo-se proporcionar movimentos que possibilitam a geração de renda.

Conforme Santos (2012) o artesanato se expressa de acordo com aspectos peculiares da identidade local, com especificidades da tradição e hábitos inerentes

ao modo de vida. Para tanto, o artesanato influencia diretamente na economia e na vida das artesãs, pois o modo artesanal proporcionado através dos produtos se caracteriza pelo conhecimento expresso em parte por suas experiências ao longo da vida. Com isso, o ingresso do talento na produção artesanal produz conhecimentos e hábitos particulares, produzindo bens originais específicos da região agregando assim valor ao produto. O artesanato é umas das formas de manifestação da vida comunitária, sendo um tipo de produção voluntária e pessoal, portanto, conceitos de artesanato e tradição caminham juntos (OLIVEIRA, 2007).

O estudo dos conceitos da economia criativa no âmbito do trabalho artesanal nos revela que grande parte da criatividade pode ser evidenciada através de particularidade e manifestações de culturas locais. O artesanato tem forte impacto na construção de uma identidade local, expressando a arte em suas diversas formas e contribuindo para caracterizar uma identidade cultural local (SANTOS, 2013, p. 15).

Dessa forma, os indivíduos podem fazer uso desses aspectos particulares para promover o desenvolvimento do humano na região, pois a interação dos objetos culturais com o auxílio do saber tradicional pode promover a geração de emprego e renda. Conforme apontado por Santos:

Num cenário no qual há busca crescente, por parte dos consumidores, de produtos diferenciados e originais o artesanato emerge como um contraponto à massificação e à uniformização de produtos globalizados ao promover o resgate cultural e a identidade regional (Ibid., p. 16).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a economia criativa e seu potencial para o desenvolvimento rural a partir da perspectiva do artesanato produzido por mulheres agricultoras, sendo possível constatar que este modelo econômico atua com bens e serviços usando o conhecimento como fonte de criatividade e desenvolvimento local. Por outro lado, “O empreendedorismo está diretamente ligado ao desenvolvimento da economia criativa através da transformação de recursos e ativos econômicos as habilidades criativas visando à criação e manutenção dos negócios do campo da economia criativa” (OLIVEIRA et al., 2016, p. 110)

Tomando como ponto de partida, a questão da originalidade dos produtos, o grupo de artesanato das mulheres sertanejas apresentaram formas particulares de produzir e desenvolver seus produtos artesanais. Tendo em vista que as confecções das peças ressaltam a relevância das produtoras locais, sendo assim, todo o trabalho é realizado manualmente, evidenciando-se no humano como um fator preponderante para manutenção do próprio grupo. Além disso, a produção se faz através da utilização de produtos sustentáveis retirados do bioma da Caatinga sem impactar negativamente o ecossistema local.

Com isso, a economia criativa acaba proporcionando um modelo sustentável que visa não apenas o lucro como única saída, mas sim outras formas de criar produtos fazendo uso do capital intelectual. Sobretudo na valorização do humano e sua inserção como sujeito responsável pela utilização dos recursos ambientais disponíveis, o valor se estabelece de acordo com capacidade de criar e promover o desenvolvimento econômico sem impacto predatório ao ecossistema que é a matéria prima do trabalho artesanal.

Nesse sentido, podemos perceber que a criatividade abrange diversos setores, entre estes está o artesanato sustentável. Deste modo, pode-se dizer que a economia criativa se adapta em diversos segmentos sociais, mostrando que é possível ser sustentável, gerando mais empregos e inclusão social. O que indica que a produção exibe benefícios socioeconômicos, pois, o fato de elaborar as peças ajudam as produtoras a melhorar a qualidade de vida gerando bem-estar ao realizar os objetos, além do mais, a produção integra ações lucrativas, pois com as peças criadas as artesãs conseguem abastecer-se de produtos de gêneros alimentícios necessários para seu dia a dia.

Mesmo com as intempéries cotidianas, com o tempo as produtoras receberam a oportunidade de participar de feiras artesanais que contribuíram e ainda colaboram para o desenvolvimento do grupo. Entretanto, a pouca participação dos incentivos municipais, retém o aumento da atuação do grupo na comercialização das feiras, uma vez que, as colaborações poderiam gerar um aumento na quantidade de produtos para o alcance de novas frentes de comercialização dos produtos.

Salientamos que os maiores desafios enfrentados pelas produtoras são constatados em sua maior parte pela falta de incentivos e apoio técnico dos gestores locais, em fomentar a organização social. Haja vista que elas estão inseridas no mercado do trabalho informal. Mas o cenário não nos parece tão desolador, pois com a presença de investimentos, as artesãs poderiam ampliar sua produção através da construção e consolidação de uma associação, composta por um coletivo de mulheres agricultoras artesãs. É evidente que fomentar as atividades criadoras das artesãs com o auxílio de técnicas inovadoras, pode-se pensar em crescer a produção, inibindo ao máximo o impacto do fator climático que quase sempre tem prejudicado a produtividade artesanal.

Destacamos o aspecto mais relevante dentre o que foi abordada sobre grupo, são as considerações em torno de uma base de produção que visam princípios ecológicos. Dessa feita, mulheres produtoras desenvolveram em sua localidade rural, um ambiente propício para compactuar relações econômicas solidárias e inovadoras a partir da criatividade e coletividade.

## REFERÊNCIAS

- DEHEINZELIN, L. Economia criativa é uma nova forma de gerar riqueza e qualidade de vida. Itajaí: **Jornal Diarinho**. 2016. Disponível em: < <https://diarinho.com.br/noticias-quentinhas/entrevistao-com-a-consultora-lala-deheinzelin/>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- HOWKINS, J. **Economia Criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M.Books do Brasil, 2013.
- IRVING, M. A. Participação – questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Júlia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.
- LOPES, U. G. C.; MOURA, FLÁVIA de B. P. Ouricuri: Etnoecologia e Religiosidade no Semiárido Brasileiro. **Revista Ouricuri**, Paulo Afonso, v. 2, n 1, p. 9 – 26, jan/jun. 2012.
- MASCARENHAS, J. de C.; BELTRÃO, B. A.; SOUZA JUNIOR, L. C. de (Org.). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Olho D' Água das Flores, Estado de Alagoas**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
- NEWBIGIN, J. **Economia Criativa: um guia introdutório**. Reino Unido: British Council, 2010.
- OLIVEIRA, P. G. G. et al. Economia criativa e o empreendedorismo no Ceará: um estudo de campo em uma empresa de design. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação – Brazilian Journal of Management & Innovation**. v.3, n.2, p. 110-126, 2016.
- OLIVEIRA, C. D. **As Relações Artesanais e o Estímulo ao Desenvolvimento Local no Brasil, em Gouveia-MG e Outras Diferentes Escalas**. (Dissertação de Mestrado), apresentada na Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Acesso em 13 out. 2017.
- REIS, A. C. F.; DEHEINZELIN, L. (Org.). **Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local**. Vitória: SEBRAE, 2008.
- SANTOS, T. de S. **Desenvolvimento local e artesanato: uma análise de dois municípios de Minas Gerais**. (Dissertação de Mestrado) apresentado no programa da Universidade Federal de Lavras, 2012.
- TOLEDO, N. A. de; TOLEDO, L. A. de. Economia Criativa como Ferramenta para desmarginalização das Comunidades Artesanais. **9º Colóquio de Moda**, Fortaleza (CE) – 2013. Disponível em: <[http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202013/POSTER/EIXO-3-CULTURA%20\\_POSTER/Economia-criativa-como-ferramenta-para-desmarginalizacao-das-comunidades-artesanais.pdf](http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202013/POSTER/EIXO-3-CULTURA%20_POSTER/Economia-criativa-como-ferramenta-para-desmarginalizacao-das-comunidades-artesanais.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2017.

## O MORTO E SUA REPRESENTAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA SIMBÓLICA

### **Davi Kiermes Tavares**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/IFBA.

Eunápolis - BA

### **José Paulo Siefert Brahm**

Universidade Federal de Pelotas/UFPeL – Bolsista CAPES (Código de financiamento 001).

Pelotas - RS

### **Diego Lemos Ribeiro**

Universidade Federal de Pelotas/UFPeL.

Pelotas - RS

**RESUMO:** Este artigo enfoca um túmulo edificado em homenagem a Joaquim Nabuco - personagem da história política e intelectual do Brasil -, no cemitério de Santo Amaro, na cidade do Recife, e a representação que sugere ao público que o conhece. Seu escopo é desvelar, a partir de aspectos da obra escultórica que compõe o mausoléu, o sentido que a morte e o morto revelam através da simbolização cunhada na obra. Ao modo etnográfico, ancorado nas técnicas de observação sistemática (GIL, 2015), descrição densa (GEERTZ, 2014); em diálogo com a produção teórica de autores como Rodrigues (2006; 2009), Motta (2006), DaMatta (1985), Alonso (2007), dentre outros, o estudo se desenvolveu. Em conclusão, dispõe que o tipo estudado de representação do morto corresponde a um processo social voltado à

produção de “heróis nacionais” nos primeiros decênios da república brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Morte. Morto. Representação. Antropologia.

### THE DEAD AND ITS REPRESENTATION IN A PERSPECTIVE OF SYMBOLIC ANTHOPOLOGY

**ABSTRACT:** This article focuses on a tomb built in honor of Joaquim Nabuco - a character in Brazilian political and intellectual history - in the Santo Amaro cemetery in Recife, Brazil, and the representation that suggests to the public that knows him. Its scope is to reveal, from aspects of the sculptural work that composes the mausoleum, the meaning that death and the dead reveal through the symbolization coined in the work. In the ethnographic mode, anchored in the techniques of systematic observation (GIL, 2015), dense description (GEERTZ, 2014); in dialogue with the theoretical production of authors such as Rodrigues (2006, 2009), Motta (2006), DaMatta (1985), Alonso (2007), among others, the study developed. In conclusion, he states that the studied type of representation of the dead corresponds to a social process aimed at the production of "national heroes" in the first decades of the Brazilian republic.

**KEYWORDS:** Death. Dead. Representation. Anthropology.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este texto enfoca um túmulo edificado em homenagem a Joaquim Nabuco - personagem da história social, política e intelectual do Brasil imperial e republicano em primeiro decênio -, no Cemitério Bom Jesus da Redenção de Santo Amaro das Salinas, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, região Nordeste do Brasil, e a representação que sugere ao público que o conhece. Seu escopo é desvelar, a partir de aspectos da obra escultórica que compõe o mausoléu, o sentido que a morte e o morto revelam através da simbolização cunhada na mesma.

O sentido e a simbolização da morte provém de mitos e ritos, enquanto sistemas lógicos abrangentes e coerentes construídos por todas as culturas, através daquilo que “contêm de inestimáveis e sofisticados saberes de conjugar o tudo e o nada, a angústia e o alívio, a tristeza e a alegria, a falta e a substituição, o inteligível e o incompreensível, a ruptura e a continuidade, o aqui e o além, a vida e a morte...” (RODRIGUES, 2009, p. 131).

No campo da história de vida das grandes personalidades que marcaram a história do Brasil (ligados à vida pública ou às atividades políticas e humanísticas reconhecidas), Joaquim Nabuco, as cerimônias fúnebres que se seguiram ao seu falecimento (velório, cortejo, sepultamento) e o túmulo celebrativo construído em sua homenagem constituíram e constituem caso singular. Na ocasião, o Barão do Rio Branco – cujo prestígio social era igual ou maior que o falecido -, em meio a suspiros, mencionou que valia a pena morrer para ganhar velório de tamanha envergadura (ALONSO, 2007, p. 15). O túmulo é a derradeira etapa de um processo ritualístico consagratório que buscou heroificar o homenageado. Ele será interpretado, no que segue, após um bosquejo biográfico do personagem.

## 2 | JOAQUIM NABUCO: NOTAS BIOGRÁFICAS, PRESTÍGIO E HOMENAGENS

Existe uma fortuna bibliográfica, em língua portuguesa, sobre Joaquim Nabuco. Nossa abordagem se restringirá a um sobrevoo sobre a sua existência no intuito de mostrá-la como fundamentação à homenagem que lhe foi proporcionada em forma de arte funerária, no Cemitério de Santo Amaro.

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (Figura 1), nasceu no Recife, em 19 de agosto de 1849, e faleceu em Washington, D. C., Estados Unidos da América do Norte, em 17 de janeiro de 1910. Descendente de uma família de políticos do Império escravocrata, proprietária de engenhos de cana-de-açúcar em Pernambuco, foi um importante ator social da história pública brasileira. Abolicionista *avant la lettre*, é conhecido e admirado como intelectual, escritor, cientista social, jurista, entre outros qualificativos. Sua produção intelectual contempla ensaios, artigos, discursos, livros, nos quais a coerência de suas ideias e a solidez de seus argumentos se sobressaem.

Vivenciou um período histórico de transição entre a Monarquia e a República,



no qual, como político monarquista, teve grande influência sobre a princesa Isabel e conseguiu estabelecer uma política favorável à causa abolicionista. Lutou com grande empenho contra a escravidão e, para isso, fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, com André Rebouças. É considerado pelos historiadores como um dos maiores responsáveis pela abolição da escravatura no país, ocorrida em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea.

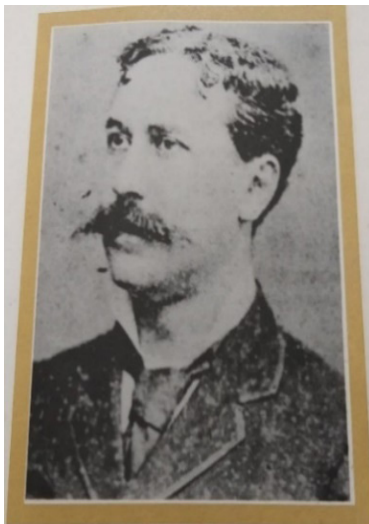


Figura 1: Joaquim Nabuco, então Deputado pelo Província de Pernambuco, em 1880.

Fonte: Mello (Org.) (1995), p. 39.

Ao lado de Ruy Barbosa, defendeu a separação entre Estado e religião e a laicidade do ensino público. Nesse âmbito, foi favorável ao projeto de secularização dos cemitérios então sob o domínio da Igreja Católica. Seu discurso no parlamento intitulado *Secularização dos Cemitérios* se constituiu em poderoso argumento para afirmar as necrópoles públicas naquele momento.

Joaquim Nabuco também recebeu reconhecimento pela sua habilidade em negociações tanto no campo da política como na jurisprudência. Elegeu-se deputado pela província de Pernambuco (1879-1880, 1885-1889), Partido Liberal; chefiou missão diplomática na defesa dos direitos brasileiros na questão com a Guiana Inglesa (1889); representou o país como embaixador (o primeiro) nos Estados Unidos (1905-1910). Antes, atuou como legado do Brasil junto à Inglaterra e à Itália.

Como literato, escreveu obras voltadas à sua proposta de vida, como *O Abolicionismo* (1883), suas memórias, *Minha Formação* (1900), que são bem avaliadas pela crítica literária. Juntamente com Machado de Assis e outros escritores fundou a Academia Brasileira de Letras em 1897.

O reconhecimento ao conjunto de qualidades atribuídas a Joaquim Nabuco e acima esboçado é atestado por ocasião de seu falecimento. Tanto no Brasil quanto nos EUA foram-lhe prestadas homenagens condizentes àquelas devotadas aos “heróis nacionais”.

Ao morrer vítima de congestão cerebral em 17 de janeiro de 1910, aos 61

anos incompletos, no cargo de primeiro embaixador do Brasil nos EUA, recebeu, em Washington, D.C., um funeral com honras de Chefe de Estado. Seu corpo foi conduzido, com solenidade, para o cemitério da capital norte-americana, e depois foi trasladado para o Brasil, no cruzador North Carolina, em uma viagem que durou três meses até ancorar na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país; dali, foi transportado para o Recife, sua cidade de nascimento, onde se encontra em mausoléu construído pelo governo do Estado de Pernambuco no Cemitério de Santo Amaro.

Entre a sua morte e o sepultamento de seu corpo decorreram mais de dois meses, incluso os dias – quatro - da passagem de seu féretro pelo Rio de Janeiro, onde foi homenageado pelas autoridades e pela população mais simples social e economicamente. Foi um dos funerais mais longos da história do Brasil. Pela vez primeira, nos EUA, um estrangeiro merecia um funeral com esse tratamento. Prova é que tomaram parte da solenidade o presidente americano William H. Taft (1909-1913), o secretário de Estado Philander Knox, membros da Suprema Corte, membros do Congresso e senadores, altas patentes militares e o corpo diplomático. (Cf. em Vinhosa, 2002.)

Na extensão das exéquias pomposas que recebeu, está o jazigo-capela erigido em sua memória e construído sobre a cova onde foi colocado seu corpo. Tanto esta como aquela homenagem devem ser reconhecidas e examinadas na perspectiva de seu momento histórico, onde rito e prestígio se imbricavam e revelavam a distância que balizava o homem comum do “herói”.

Para finalizar este bosquejo biográfico, mencionemos que Joaquim Nabuco tem seu nome associado, em várias cidades brasileiras, a ruas, avenidas, praças, universidade, município até. (Em 9 de dezembro de 1892, foi criado o município de Joaquim Nabuco no Estado de Pernambuco.)

Além disso, foi criada, em 1949, na cidade do Recife, a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), que tem entre seus objetivos manter viva a memória do homenageado como uma das suas preocupações. A Lei nº 11.946, de 15 de junho de 2009, decretada pela Presidência da República Federativa do Brasil, instituiu o ano de 2010 como “Ano Nacional Joaquim Nabuco em celebração ao centenário de sua morte” (BRASIL, 2009). Em 2 de junho de 2014, o nome de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo foi inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, pela Lei nº 12.988, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República (BRASIL, 2014).

### **3 | O TÚMULO MONUMENTAL**

Borges (2002, p. 178-179) conceitua “túmulo monumental” como sendo construções “grandiloquentes”, com “qualidades artísticas e decoração apurada”. Significa dizer que este tipo de túmulo tende a ocupar uma área maior, muitas vezes apresentando uma verticalidade peculiar. Usualmente construído sob encomenda,

pode destacar-se pela presença da estatuária refinada, por vezes, exclusiva. Túmulo exuberante, em geral é construído em alvenaria e mármore, demandando altos custos, o que o torna acessível somente a uma minoria da população. Posto isso, prossigamos na exposição.

“Se o Recife reclamar o meu corpo, não o negue”, recomenda Nabuco à esposa Evelina Torres Soares Ribeiro (ALONSO, 2007, p. 341) ao pressentir que a “Indesejada das gentes” (BANDEIRA, 2012, p. 13) estava em iminência de chegar. Diversos problemas de saúde sinalizavam-no quanto a isso. E a “indesejada” veio. E o Recife reclamou seu corpo.

Herculano Bandeira de Melo, que governava o Estado de Pernambuco (1908-1911) à época, propicia que este encomende um conjunto escultórico para sobrepor à cova, como forma de prestar mais uma homenagem a tão insigne pernambucano. Foi confeccionado, então, na Itália, um jazigo-capela todo ele em mármore de Carrara pelo marmorista italiano Renato Beretta (Carrara, 1891-1963) com a ajuda do escultor italiano Giovanni Nicolini (Palermo, 1872–Roma, 1956). Trata-se de uma construção em forma de capela construída em cemitério ao ar livre, cuja sepultura subterrânea reúne todos os mortos de uma mesma família. “Esse tipo de jazigo se impôs a partir do século XIX, quando a burguesia teve o privilégio de poder construir um recinto privativo, em local público, para fazer suas orações, sem ser importunada, e para aproximar-se fisicamente dos entes mortos” (BORGES, 2002. p. 176). Para instalá-lo, vem ao Recife o marmorista já mencionado, entregando-o em novembro de 1914. (“Os túmulos, de mármore, eram comprados na Itália e vinham desmontados em navio, assim como as estátuas decorativas, diz o arquiteto e pesquisador José Luiz Mota Menezes”. Cf. em Alves, 2015.)

O conjunto estatuário é composto de duas faces: uma, que contém a herma (lado posterior – Figura 2), outra, que encerra a capela (lado anterior – Figura 3), compondo uma construção suntuosa e integrada. (A herma é uma representação do busto memorial. Este, por sua vez, “é uma escultura idealizada da sociedade burguesa, esculpido segundo o padrão da arte neoclássica e realista”, designa todos os bustos e suas variantes instalados em túmulos. Cf. Borges (2015, p. 10)).

O jazigo está situado na parte à esquerda da entrada, primeira quadra.



Figura 2: Lado posterior do jazigo-capela – a herma.

Fonte: Autores, 2014.



Figura 3: Lado anterior do jazigo-capela - capela.

Fonte: Autores, 2014.

O lado da herma apresenta elementos figurativos, dotados de simbolismo, os quais remetem à causa maior que Nabuco emprestou sua capacidade e empenho: a libertação dos escravos no Brasil. Libertação essa que propunha, em sua completude, a integração social dos ex-cativos – o que ainda está por acontecer. No alto, vemos esculturas - crianças, mulheres, homens seminus e entrelaçados - representando ex-cativos, que conduzem, sobre suas cabeças, um caixão (o caixão de Nabuco) (Figuras 4 e 5).

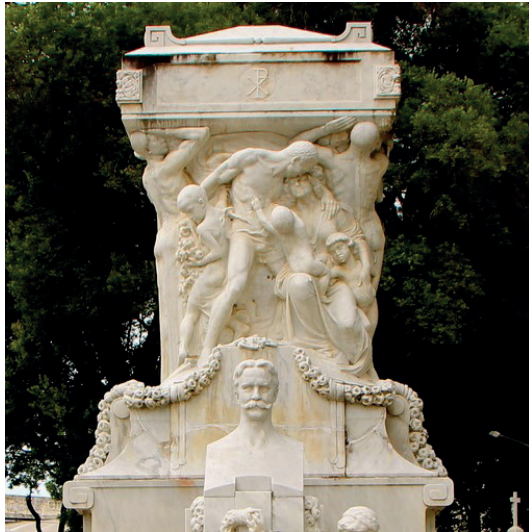


Figura 4: Lado da herma: detalhe, no alto, dos ex-cativos carregando um caixão.

Fonte: Autores, 2014.



Figura 5: Lado da capela: detalhe, no alto, dos ex-cativos carregando um caixão.

Fonte: Autores, 2014.

Em primeiro plano, o busto de Joaquim Nabuco, em mármore, tendo ao seu lado uma figura de mulher, a História, que ornamenta de rosas o pedestal do busto, onde está escrito: “A Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo. Nasceu a 19 de agosto de 1849. Faleceu a 17 de janeiro de 1910” (Figuras 6 e 7).



Figura 6: Detalhe do busto memorial e figura de mulher.

Fonte: Autores, 2014.



Figura 7: Detalhe do pedestal com a homenagem.

Fonte: Autores, 2014.

Na parte concernente à capela, existe outra dedicatória a Nabuco: “Homenagem do Estado de Pernambuco ao seu dilecto filho, o Redemptor da raça escrava no Brasil” (Figura 8).



Figura 8: Detalhe da parte posterior com os dizeres.

Fonte: Autores, 2014.

Avançando mais um pouco na descrição analítica do túmulo celebrativo de Nabuco, podemos acrescentar, recorrendo novamente à Borges (2014), que a força simbólica (a ele atribuída) que o painel de esculturas comunica é um dos componentes a contribuir para o destaque do túmulo em meio a tantas outras esculturas suntuosas que compõem o acervo do cemitério. Em sua apreciação, a pesquisadora observa:

De acordo com os postulados do estilo simbolista – que agrega valores *art nouveau e liberty* –, o escultor italiano Giovanni Nicolini realizou uma narrativa visual – *Alegoria da Gratidão* – composta de homens, mulheres e crianças seminus, que, com uma movimentação cadenciada dos corpos dotados de beleza clássica, teatralizam o esforço realizado para levantar aos céus o esquife daquele que foi o “redentor da raça escrava no Brasil”, segundo o texto que está sobre a porta da capela (BORGES, 2014, p. 372).

Por outro referencial, o conjunto escultórico de Nabuco pode ser analisado como um túmulo-monumento de tipologia celebrativa ou cívico-celebrativa, uma vez que possui uma dupla função: serve de sepultura; celebra a memória do sujeito destacado no mundo político, social e cultural, que ele foi. Coaduna-se, desse modo, à classificação elaborada por Bellomo (2008) - um “inventário tipológico” da escultura funerária, com três tipos: tipologia cristã, tipologia alegórica e tipologia celebrativa ou cívico-celebrativa -, sendo o último tipo deste modo considerado:

Devido a essa dupla função [serve de sepultura e celebra a memória do sujeito destacado], estes túmulos costumam ter a imagem do morto e alegorias representativas das atividades exercidas ao longo da vida ou da sua ideologia. Em geral, essas sepulturas foram financiadas pelo Governo Estadual, corporações, entidades empresariais ou, mesmo, por grupo de amigos e familiares (BELLOMO, 2008, p. 21, interpolação nossa).

Dessa mirada, não é difícil admitir o túmulo em homenagem a Nabuco como reflexo do “espírito de época”, o espírito positivista: caracterizado pela simbologia alegórica típica dessa corrente de pensamento a demonstrar ideias que lhe são caras como a exaltação do político, da figura do herói, da imortalidade.

Vale lembrar que as concepções positivistas permeavam o campo do pensamento intelectual brasileiro a partir da segunda metade do século XIX num processo de expansão, e que se configurarão predominantes após a “proclamação” da República. No Brasil, os ideais positivistas ganharam divulgação sobretudo através dos militares e de suas escolas de formação.

Além disso, setores do Estado que defendiam a filosofia positivista desempenharam papel expressivo, impulsionando tanto a campanha republicana quanto a abolicionista no país, contexto que possibilitou o destaque de personagens como Joaquim Nabuco. E, por mais de um quarto de século, o predomínio político-ideológico de matiz positivista se sobrepôs nas estruturas do poder governamental em seus diversos níveis.

Nesse cenário, era natural o Governo ter por norma a celebração cívica principalmente dos líderes políticos vinculados ao grupo dominante. Assim, patrocinou não só a construção de monumentos públicos, mas também de uma série de jazigos monumentais pelos cemitérios, reafirmando seus valores políticos e igualmente atendendo ao princípio positivista do culto cívico ao líder e da conservação de sua memória.

Para os positivistas, o indivíduo só existe no coletivo. Aplicado esse ideário à simbólica cemiterial, resulta considerar os túmulos como representações da vida social conexas à comunidade, sendo as personalidades fenecidas - públicas e de destaque - objeto de homenagem, imortalizadas pela arte. Logo, as obras tumulares buscavam aprimorar o caráter dos indivíduos representados através da consagração da coragem, prudência, firmeza, entre outras virtudes.

Françoise Choay (2006) ressalva que os monumentos possuem um caráter propedêutico em relação à sociedade porque, por meio da observação dos princípios que moveram os homens do passado – idealizados em determinados símbolos -, os homens do presente são emocionalmente tocados e mobilizados. Ela diz:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte



Desse modo, o sentido do monumento devotado a Nabuco, que se localiza no Cemitério de Santo Amaro, será melhor compreendido dentro desse quadro de referência. A homenagem funéreo-escultórica encerra em si os ideais positivistas de exaltação do herói, imortalização do homenageado pela perpetuação da memória (de sua memória). Foi erigido ainda no intento de servir como exemplo às gerações vindouras, que, destarte, manteriam ou procurariam manter a ordem fundamental para o progresso da humanidade.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do momento da morte, os sobreviventes são encarregados de recompor o sentido da vida. A individualização das sepulturas e todos os valores expressos nestas, por meio das representações que encerram em si mesmas, demonstram o desejo de preservar a identidade e a memória do morto, servem à expressão e/ou transmissão dos valores culturais e, por extensão, à própria reconstituição do sentido existencial dos vivos.

Por essa perspectiva, os mortos parecem existir não somente na memória dos vivos, mas também de forma independente daqueles. O medo de morrer se relaciona ao medo da perda e da destruição daquilo que é significativo aos próprios moribundos. Assim, considera Norbert Elias (1987-1990), apenas as gerações posteriores podem avaliar, de forma efetiva, se o que parece significativo para as gerações anteriores possuirá significado para as outras pessoas, para além das suas vidas. O seu argumento é o que segue:

O medo de morrer é sem dúvida também um medo de perda e destruição daquilo que os próprios moribundos consideram significativo. Mas só o tribunal daqueles que ainda não nasceram pode decidir se o que parece significativo para as gerações anteriores será também significativo, para além de suas vidas, para as outras pessoas. Mesmo as lápides, em sua simplicidade, dirigem-se a esse tribunal — talvez um passante venha a ler na pedra, julgada imperecível, que ali estão enterrados tais pais, tais avós, tais filhos. O que está escrito na pedra é uma mensagem muda dos mortos para quem quer que esteja vivo — um símbolo de um sentimento talvez ainda não articulado de que a única maneira pela qual uma pessoa morta vive é na memória dos vivos. Quando a cadeia da recordação é rompida, quando a continuidade de uma sociedade particular ou da própria sociedade humana termina, então o sentido de tudo que seu povo fez durante milênios e de tudo o que era significativo para ele também se extingue (ELIAS, 2001, p. 41).

Portanto, a continuidade dos mortos é estabelecida por intermédio da memória dos vivos. Na pedra, são e estão expressos os valores dos mortos, o que era significativo para eles, e, por conseguinte, para a sociedade na qual estavam e estão inseridos; valores estes julgados importantes para a reconstituição do sentido

existencial, no momento da morte.

No Brasil, conforme esclarece Roberto DaMatta (1997), fala-se muito mais dos mortos que da morte; fato contraditório que revela uma forma sutil de negação da finitude, estabelece o prolongamento da memória do morto e a concessão de um novo tipo de realidade ao que foi vivo. Ele destaca, com base em Gilberto Freyre, que a proximidade moral entre os vivos e os mortos reafirma o sujeito social enquanto relação social, cujos selos sobrevivem à destruição do tempo e da morte (DAMATTA, 1997, p. 140-144).

A individualização de cada túmulo é indicativa do desejo de perpetuação existencial: buscamos expressar as particularidades do morto na construção tumular (ornatos, adereços, símbolos) para preservar a memória e a individualidade dele. Além disso, as expressões e transmissões culturais, através dos valores e das representações coletivas, servem ao estabelecimento e à reafirmação das relações sociais.

O túmulo que foi oferecido a Joaquim Nabuco, acontecimento eivado de sentidos, de simbologia, se adequa, enquanto componente do processo ritual consuetudinário do costume funerário da época: opulento em seus componentes; redobrado em cuidados aos seus componentes éticos e estéticos; útil na elaboração do luto; indicador do grau de prestígio do morto e, por extensão, de suas relações sociais, políticas e econômicas e de sua parentela; por derradeiro, fixador de uma memória coletiva: Nabuco, “herói cívico” da nação, tão ao gosto dos ideais republicanos do momento.

Quanto ao último aspecto, José Murilo de Carvalho (2001), observa: “o processo de ‘heroificação’ inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas” (p. 14, destaque do autor). O herói, assim, caracteriza-se “por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva”, [e, portanto,] “nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz” (p. 14).

Por esse enquadramento, podemos dizer que Nabuco jamais morreu; vive eternamente na forma de recordações. O jazigo-capela construído em sua homenagem é uma prova disso. Na construção dos ideais republicanos a morte não tem poder sobre aquele que já nasceu para se tornar imortal.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco**: Os salões e as ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ALVES, Cleide. Turismo Cemiterial em Santo Amaro. Já Pensou Nessa Ideia? **Jornal do Comércio**. Recife, 01 nov. 2015. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/11/01/turismocemiterial-em-santo-amaro-ja-pensou-nessa-ideia-206078.php>. Acesso em: 01 nov. 2015.

BANDEIRA, Manuel. **Bandeira de bolso**: uma antologia poética. Porto Alegre: LP&M, 2012.

BELLOMO, Harry R. A arte funerária. In: BELLOMO, Harry R. (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do**

Sul. 2ª ed. rev. ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 13-22.

\_\_\_\_\_. Cemitérios Secularizados no Brasil: um olhar histórico e artístico. In: RODRIGUES, C.; LOPES, F. H. (Org.). **Sentidos da Morte e do Morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 355-378.

BONAFÉ, Luigi. **Como se Faz um Herói Republicano**: Joaquim Nabuco e a República. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2008.

\_\_\_\_\_. O Demorado Adeus a Nabuco. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 5, p. 44-48, 2010.

BORGES, Maria Elisa. **Arte Funerária no Brasil (1890-1930)**: Ofícios de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

\_\_\_\_\_. Cemitérios Secularizados no Brasil: um olhar histórico e artístico. In: RODRIGUES, C.; LOPES, F. H. (Org.). **Sentidos da Morte e do Morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 355-378.

\_\_\_\_\_. Monumento Funerário de Joaquim Nabuco e o Seu Brasão Burguês Póstumo. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS, 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**... Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. p. 7-21. Disponível:

[https://docs.wixstatic.com/ugd/a77533\\_ec961f957fee485da85dda0875e43963.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/a77533_ec961f957fee485da85dda0875e43963.pdf). Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.946, de 15 de jun. de 2009. **Institui o ano de 2010 como Ano Nacional Joaquim Nabuco**, Brasília, DF, jun. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11946.htm). Acesso em: 27 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.988, de 2 de jun. de 2014. **Inscreve o nome de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo no livro dos Heróis da Pátria**, Brasília, DF, jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L12988.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12988.htm). Acesso em: 27 mai. 2019.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.

DAMATTA, Roberto Augusto. **A morte nas sociedades relacionais**: reflexões a partir do caso brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **A Casa & A Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 121-144.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MELLO, Frederico Pernambucano de. (Org.). **Iconografia de Joaquim Nabuco**. 2ª ed. rev. e ampl. Recife: Massangana, 1995.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas Fronteiras do Além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Claudia. A secularização da morte no Rio de Janeiro oitocentista. In: RODRIGUES, Claudia; LOPES, Fábio Henrique (Orgs.). **Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 289.

RODRIGUES, José Carlos Souza. A morte numa perspectiva antropológica. In: SANTOS, Franklin Santana; INCONTRI, Dora. (Orgs.). **A Arte de Morrer: Visões Plurais**. 2ª ed. Bragança Paulista, SP: Comenius, 2009. p. 129-136. (v. 1)

VINHOSA, Francisco Luiz T. O Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (Orgs.). **Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002. p. 157-173.

## REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DA SOCIEDADE EM REDE DE CASTELLS E A TEORIA DA REDE DE AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS

**Lademir José Cremonini**

Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS),  
Chapecó, SC.

**Odete Maria de Oliveira**

Universidade Comunitária Regional de Chapecó  
(UNOCHAPECO), Chapecó, SC.

**RESUMO:** Uma das principais características da sociedade contemporânea encontra-se na dimensão do universo da rede de redes e na complexidade do poder e extensão de seu uso. Nesse sentido, o presente estudo busca abordar tão polêmico assunto e, para tal finalidade, adotou como seu marco teórico condutor a teoria da sociedade em rede, de Manuel Castells e a teoria da rede de ação comunicativa de Jürgen Habermas. Neste ensaio usou-se o método dedutivo, a pesquisa de caráter qualitativo e bibliográfico, e a análise de cunho descritivo e explicativo. Enquanto, Castells avança nos estudos em torno do Paradigma Tecnológico da Informação, Habermas introduz importante instrumento de análise, o denominado mundo da vida, composto em três distintos mundos – a cultura, a sociedade, a pessoa - destinados à compreensão da rede de ação comunicativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade em Rede. Revolução Tecnológica Informacional. Manuel Castells. Rede de Ação Comunicativa. Mundo da Vida. Jürgen Habermas.

**ABSTRACT:** One of the main characteristics of contemporary society lies in the dimension of the network's universe and in the complexity of the power and extension of its use. In this sense, the present study seeks to address such a controversial subject and, to this end, adopted as its theoretical framework conductive Manuel Castells 'network society theory and Jürgen Habermas' theory of the communicative action network. In this essay we used the deductive method, the qualitative and bibliographic research, and the descriptive and explanatory analysis. While Castells advances studies on the Information Technology Paradigm, Habermas introduces an important instrument of analysis, called "world of life", composed of three distinct worlds - culture, society and the person intended for understanding the network of communicative action.

**KEYWORDS:** Network Society. Information Technology Revolution. Manuel Castells. Network of Communicative Action. World of Life. Jürgen Habermas.

### 1 | INTRODUÇÃO

O instigante estudo da evolução histórica das sociedades – sociedade sucedendo sociedade - mostra que o homem sempre apresentou a tendência de viver em grupos e

de manter entre si os mais diversificados tipos de comunicação e relacionamento – fluxos - que em sua trajetória milenar passaram a se desenvolver entramados em teias, estruturados na lógica de cadeias e corredores, rotas e redes, constituindo sistema complexo de ramificações e sub-ramificações - um mosaico original - desmembrando-se em ramificações principais e secundárias, essas, por sua vez, constituíam-se em formas locais e periféricas, resultando densa e poderosa cadeia de redes – rede de redes - o prenúncio da sociedade contemporânea em rede, objeto de conhecimento deste estudo.

Esses originais e importantes fluxos de tempos tão antigos, em certos momentos alcançaram dimensão mundial, nos exemplos da conhecida rede de redes – Rota das Sedas – orientando-se e se conduzindo, tanto por terra quanto por mar, foi unindo o Ocidente e o Oriente. Outra grande rota deslocava-se a regiões longínquas, atingindo partes da Europa, Ásia, Índia, Japão e África, conectando o Império Romano com o Império Han Chinês.

O fenômeno da rede projetou-se até os presentes dias e contemporaneamente constitui uma de suas principais e impactantes características globais. Interconectadas e inter-relacionadas em múltiplos canais, dessa forma, atingem os mais curiosos, diversificados e estranhos objetivos, conduzindo-se em direção do bem, nos exemplos dos movimentos sociais pacificadores e das organizações não governamentais humanitárias, ou decididamente propensos ao mal, como os casos das organizações terroristas e do crime organizado. Quanto à tipologia, avultam tipos de redes tecnológicas de interconexão eletrônica e de redes de contatos sociais, configurando a própria estrutura social em sua forma de organização e interações humanas, comunicação e aproximação. Essas duas tipologias ilustram as teorias de Castells e de Habermas abordadas neste ensaio.

O objetivo deste trabalho é realizar estudo orientado ao universo da sociedade contemporânea e abordar a questão da dimensão e extensão da rede de redes e de seus usos, uma das mais importantes variáveis da presente contemporaneidade. Para essa finalidade adotou-se como marco teórico de base a teoria da sociedade em rede, do conhecido sociólogo espanhol, Manuel Castells, também a teoria da rede de ação comunicativa de Jürgen Habermas, notável filósofo alemão e membro da Escola da Teoria Crítica de Frankfurt.

O artigo estrutura-se em dois momentos distintos, inicialmente ocupou-se com acepções teóricas da teoria do primeiro mestre e seus desdobramentos, como a Revolução Tecnológica Informacional, suas inusitadas inovações, entre as quais perfila a complexa questão da rede de redes e, na sequência, dedicou-se às concepções pertinentes a teoria do segundo pensador, focalizando a temática da rede de ação comunicativa e o seu conceito de mundo da vida, emoldurado em três diferentes mundos – a cultura, a sociedade, a pessoa – horizonte e cenário no qual os atores sociais estão em movimentos de interações e do agir coletivo.

Neste ensaio usou-se o método dedutivo, a pesquisa de caráter qualificativo e

bibliográfico e a análise de cunho descritivo e explicativo. Em suas considerações, a pesquisa observa que em suas construções teóricas e argumentativas, em certos momentos, os entendimentos dos dois atores aproximam-se e, em outros, se afastam, contudo, ambos comungam de uma mesma preocupação, a necessidade de um paradigma adequado e consistente para interpretar a realidade da sociedade contemporânea. Nesse sentido, Castells apresenta o seu próprio modelo, o Paradigma da Tecnologia da Informação, enquanto Habermas propõe um grande salto paradigmático para romper com o modelo da razão científica e da consciência, construído nos moldes do Iluminismo do século XVIII.

Entre as considerações conclusivas, anotam-se algumas convergências e divergências entre as duas teorias, observando sua destacada importância à abertura de discussões e reflexões ao ensejo de ser repensado os efeitos do uso da rede de redes, tanto para a sociedade contemporânea como para o mundo da vida como um todo, presentemente onde todos nós estamos mergulhados.

## 2 | APORTES SOBRE A SOCIEDADE EM REDE DE MANUEL CASTELLS

A milenar e intrigante história das sociedades através dos tempos, inicialmente leva a refletir sobre as primitivas comunidades denominadas arcaicas e a natureza *sui generis* de seus atores – coletores, caçadores, pescadores – adentrando, espalhando-se e se fixando nas mais longínquas e desconhecidas regiões da *Mãe-Terra*, criando diferentes linguagens e costumes, crenças e ritos, como anotado por Oliveira (CARDOSO, 2001).

Lamentavelmente, os importantes saberes milenares dessas diásporas nativas perderam-se nas páginas significativas da memória dos tempos, destruídos pelas posteriores civilizações – sociedade sucedendo sociedade – fazendo desconhecer o seu rico conteúdo construído durante milhares de anos – o saber primeiro da humanidade - magno manancial da mais pura alquimia, de sinais e de empirias, tanto de experiências quanto de vivências, por isso, como observam Morin e Kern (1995), restando conhecida como a era do paradigma perdido.

Nessa trajetória milenar, as sociedades arcaicas foram cedendo lugar a bizarros impérios, curiosas civilizações, feudos seculares, singulares nações e mais tarde a Estados, ocupados com políticas de força e inusitadas conquistas, alguns deles transformando-se em potências mundiais (WIGHT, 1985). A sociedade como um todo, historicamente pode ser configurada por quatro longos períodos e seus memoráveis feitos – Clássica, Medieval, Moderna e Contemporânea – passando a moldar os destinos dos homens por meio de seus impulsos, os mais diversos e curiosos, povoados por aventuras e perigos, descobertas e avanços, no transportar-se muito além dos horizontes e oceanos, por que não desvendar a lua? Um dia, em lá chegando, exclamou-se em hino de contemplação – *Oh! Como a Terra é Azul!*

Nessa evolução tão milenar e tão deslumbrante, leciona Oliveira (2016), cada sociedade foi criando suas próprias estruturas e conceitos, regras de seus jogos de poder, travando lutas de conquistas, enfim, fazendo emergir cenários e protagonismos estatais de seus tradicionais atores. Mas - de repente no século XX - esses atores foram intimidando-se, exatamente ao se defrontarem com gestações nascentes de novas e surpreendentes personalidades e que começavam firmemente a emergir e a constituir uma multiplicidade de diversificados e hábeis agentes não estatais, tanto constituindo-se quanto operando em rede de redes, conformando um outro tipo inusitado de sociedade – a sociedade em rede.

Nesse sentido, a sociedade em que hoje vivemos, denominada sociedade em rede por Manuel Castells (1999), apresenta-se complexa, permeada por grandes inovações e virtualidades, tecnologias sensíveis e comunicações instantâneas. Sem dúvida, mudanças radicais e assim descrita por Truyol y Serra (1998): trata-se de uma sociedade humana, podendo ser considerada sob certos aspectos profundamente heterogênea, de contornos difusos, politicamente não-estruturada e tampouco integrada.

A sociedade contemporânea, conformando-se por múltiplas características, entre elas, a rede de redes, passou a constituir um dos seus fenômenos mais intrigantes e polêmicos, levando a formular as seguintes indagações? Na contemporaneidade, como é a sociedade e a sua realidade? Como funciona e se relaciona? Quem são os seus atores? Enfim, o que se entende por sociedade em rede? O que é a rede? Como se organiza e opera? Existe um conceito?

A sociedade contemporânea, segundo anota Olsson, “resulta da singular confluência histórica de diversos elementos, sob o influxo de variáveis importantes, em que interagem múltiplos atores mediante mecanismos de grande complexidade” (2007, p. 167).

No mesmo sentido, em outra de suas obras, o citado autor leciona:

A sociedade internacional como complexo relacional subjacente das próprias relações internacionais em si, desdobra-se na conjugação de componentes essenciais: de um lado, um ambiente, meio ou cenário no qual esses relacionamentos ocorrem; de outro, um conjunto de agentes ou atores que constituem os protagonistas dessa sociedade e relacionam-se na esfera internacional (2003, p. 82).

Segunda Oliveira, “A realidade contemporânea da sociedade internacional, apresentando-se globalizante, constitui-se de complexa e vasta rede de interações, relações de diversos tipos – rede de redes - conectadas por interessante multiplicidade de diferentes atores” (2011, p. 11).

Abordando a tipologia dos atores, Oliveira (2011 e 2016) apresenta três distintas categorias: os atores tradicionais, compreendendo os Estados e seus desdobramentos; os novos atores, perfilando as organizações internacionais, organizações não governamentais e as empresas transnacionais e, finalmente, os atores emergentes,

entre eles, citando vários agentes, como: as redes de política global, coalizões e as redes transnacionais, crime organizado, organizações criminosas, terrorismo, narcotráfico, movimentos sociais globais, gênero, estruturando-se e se organizando, operando e se solidificando por meio de extensas e densas redes.

Também Bedin (2001) direciona-se nesse sentido de atores e da rede. Analisando a questão dos agentes internacionais e seus elos com a interdependência, aduz que esse fenômeno apresenta-se mais visível entre os Estados, nos fluxos de dinheiros, bens, pessoas e ainda nas mensagens que transpõem as fronteiras nacionais por meio de redes tecnológicas avançadas.

Nesse viés, além da interdependência e da globalização, outro forte elemento da sociedade contemporânea surgida após a Segunda Guerra Mundial, encontra-se na denominada Revolução da Tecnologia Informacional. Esse fenômeno pode ser considerado o mais importante das últimas duas décadas do século XX, evoluindo e avançando com muita solidez até os presentes dias, configurando-se por meio de uma sociedade constituída por redes de força e poder, tanto atrativas quanto eficientes, sendo de fácil acesso e ainda apresentando opções de variados e baratos custos, como informa Oliveira (2016).

Por sua vez, com o uso a tecnologia da informação tudo interconecta-se por meio de múltiplos canais e virtualmente se comunica. Nesse sentido, as ideias fluem pelas redes *intra* e *inter* computadorizadas, ligando empresas, cidades, Estados, instituições, organizações, movimentos, indivíduos, além de uma grande e emergente variedade de atores não estatais.

A final, o que é a rede? De forma ampla e geral, em sua obra, *The Rise of the Network Society*, traduzida como *A Sociedade em Rede*, Manuel Castells apresenta a sua concepção, conceituando-a como um conjunto de nós interconectados e definindo o “nó como o ponto no qual uma curva se entrecorta [...]”. As redes são estruturas abertas, capazes de se expandirem de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que partilham os mesmos códigos de comunicação “ (1999, p. 498).

Continua ensinando o mestre espanhol, como instrumentos de poder, as redes representam meios de inclusão e exclusão, motivados por tecnologias da informação e que operam à velocidade da luz, configurando processos e funções predominantes em nossa sociedade: a sociedade em rede (Idem, *ibidem*).

Por sua vez, as conexões que ligam as redes – fluxos de interações - representam ferramentas privilegiadas de força, podendo-se entender os atores internacionais como nós conectores de poder e de influência na citada sociedade em rede. Como as redes são múltiplas, as conexões entre elas tornaram-se as fontes essenciais da formação, orientação e também da desorientação da sociedade, dando forma à própria estrutura social. (Idem, p. 498 e 499).

Nesse sentido, importa entender como se organizam na sociedade em rede, quais as suas características e tipologias. Autônomas e descentralizadas, constituem



uma das formas de organizações sociais mais comuns, existindo invisivelmente em todas as partes e lugares do mundo, apresentando-se simultaneamente e de modo onipresente, transpondo e superando todos os tipos de espaços, cenários e barreiras, podendo tanto existir em âmbitos de organizações fechadas quanto abertas. Esse fato de poder coexistir dentro e fora - aqui e ali - facilita seus fluxos de informações, proporcionando-lhes qualidade inalterada, moldando-se de muitas e diferentes formas, como o caso das redes clandestinas.

Em certos aspectos, as redes parecem como fossem organizações plásticas. Castells, por exemplo, ao referir-se à Internet, a configura como sendo o próprio “tecido de nossas vidas, [...] em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana (2003, p.7). Nesse sentido, também manifestam-se Arquilla e Ronfeldt (2003), confirmando que a rede é a mãe de todas as formas e o mundo está formado por uma rede de redes. Vive-se a era da rede, de nós conectados até com a própria vida – rede de redes de nossas vidas – uma ampla e complexa cadeia de existências formado a grande teia da vida, como bem arremata Capra (2006). As redes passaram a ser consideradas como o tipo de organização mais sofisticada e poderosa que a humanidade jamais concebeu e conheceu.

Quanto à organização das redes, constata-se não existir uma única estrutura organizativa dominante e universal, uma vez que variam em tamanho, forma, coesão, domínio e propósito, podendo apresentar-se como grandes ou pequenas, locais ou globais, transnacionais ou domésticas, lógicas ou difusas, centralizadas ou descentralizadas, com direções fixas e direcionadas de modo rígido e preciso, ou simplesmente sem direções, ainda congregando múltiplos objetivos ou apenas uma meta, configurando-se em viés aberto ou fechado quanto à forma de admitir ou não novos membros ou células, como anota Williams (2003, 91-94).

Entre as suas principais tipologias, pode-se agrupá-las em duas vertentes principais: as redes tecnológicas ou organizativas e as redes sociais. Trata-se de diferentes organismos de redes. Em sentido amplo, a primeira vertente tipifica uma forma especial de organização, apresentando maior flexibilidade, velocidade e adaptabilidade, tendo surgido no âmbito das ciências empresariais e sendo usadas como enfoque inovador junto das organizações econômicas, dos negócios, dos processos de produção, dos meios competitivos financeiros e do comércio, todos ligados ao campo da Revolução Tecnológica Informacional.

Essa nova realidade e suas inéditas inovações passou a desenvolver outro conceito de empresa e seus negócios virtuais exigiam redes rápidas, eficazes e flexíveis, a fim de responder às oportunidades que se apresentavam, devendo processá-las com urgência, tomar as necessárias decisões com agilidade, dispor de facilidade para apreender, compreender e adaptar-se, explorar e vencer a competitividade, mediar interesses comuns em torno de certos resultados importantes. Contudo, a rede apresenta efeitos tanto positivos quanto negativos, podendo ser usada para o bem e

igualmente para o mal, assuntos esses não tratados neste estudo. Ver interessantes ilustrações sobre essa temática em Arquilla e Ronfeldt (2003), influentes estudiosos da questão das redes e de guerras das redes.

A segunda vertente, conhecida como redes sociais, relaciona-se com as interações sociais, incluindo todas as suas organizações e movimentos, vistos como um conjunto de atores (nós) e laços (vínculos interconectados), relacionados mediante estruturas e que seguem determinadas regras, como esclarecido por Zanini e Edwards (2003, p. 59).

Tais redes refletem o grau de aproximação entre os diferentes atores de um contexto determinado. Tipificam ainda os laços desses atores mantidos na rede e com a rede, o modo como funciona, e a forma como cria oportunidades ou restrições para os seus agentes. Tais laços poderão ser fortes, estreitamente associados, ou fracos e débeis. As redes sociais prosperam quando existir confiança e respeito mútuo entre os associados, dando ênfase aos laços e unidades às redes, marcadas por afinidades, fluxos de recursos, transações materiais e outras formas de apoios, interações de conduta, pertencimento ao mesmo grupo, valorização afetiva de um agente ao outro, dessa forma, fazendo existir algum tipo de intercâmbio entre os nós das redes, como leciona Williams, (2003, p. 94 et. seq.).

Os efeitos da Revolução Tecnológica Informacional são bem visíveis e presentes nos dias, originando novo modelo paradigmático, denominado Paradigma da Tecnologia da Informação por Castells e que teve o seu ponto de partida na década de 70 do século XX, evoluindo até os dias atuais, “organizado com base na tecnologia da informação, veio a ser constituído, principalmente, nos Estados Unidos” (2011, p. 45).

Tal paradigma constitui-se por um agrupamento de inovações técnicas, organizacionais e administrativas inter-relacionadas, baseadas principalmente em insumos baratos de informação, derivados do avanço da tecnologia em microeletrônica e telecomunicações. Castells apresenta os seguintes desenhos de seu citado modelo tecnológico: o primeiro se reduz à informação, sendo a sua própria matéria-prima, usando as tecnologias como meios para atingir a informação. O segundo refere-se à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, uma vez que a informação faz parte integral de toda atividade humana e os processos da existência individual ou coletiva são diretamente moldados pelo novo modo tecnológico. O terceiro envolve a lógica da rede, em qualquer sistema ou conjunto de relações usam-se essas mesmas tecnologias da informação. O quarto baseia-se na flexibilidade. Não só os processos são reversíveis, também as organizações e as instituições são modificáveis e alteradas pela reorganização de seus componentes. O que distingue a configuração do novo paradigma é sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade em rede, marcada por constante mudança e fluidez organizacional, já que tornou-se possível inverter as regras sem destruir a organização, porque sua base pode ser reprogramada e reaparelhada. O quinto e último desenho volta-se

à crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, por exemplo, a microeletrônica, as telecomunicações e os computadores são todos integrados aos sistemas de informação, tendo em vista que em termos de sistemas tecnológicos, um elemento não pode ser imaginado sem o outro, um depende do outro, podendo-se assim dizer que a convergência implica em um interessante estado de interdependência (1999, p.77-81).

A natureza e a sociedade, conclui o notável autor da teoria da sociedade em rede, possuem a faculdade de fazer, acidentalmente, descobertas felizes e inesperadas. Não se poderá afirmar que não haja regras, elas tanto poderão ser criadas como ainda mudadas em um processo contínuo de ações deliberadas e interações exclusivas. O Paradigma da Tecnologia da Informação não evoluiu para o seu fechamento como um sistema, mas como uma rede de acessos múltiplos, mostrando-se forte em sua materialidade, sendo, por outro lado, adaptável e aberto em seu desenvolvimento histórico. Nesse viés, a complexidade e a disposição em forma de rede são seus grandes atributos (1999, p. 91).

Fernando Henrique Cardoso, ao firmar a sua escrituração prefacial à obra aqui abordada, reconhecendo o talento e a sensibilidade de Castells, entende a sociedade em rede por meio da conformação do novo Paradigma da Tecnologia da Informação, que ao apresentar a ideia de espaço de fluxos e de tempo intemporal, traduz a moldura para uma fenomenologia da vida social no final do século XX, tanto em tempo real quanto virtual (CASTELLS, 1999, Prefácio. p. II e III).

Enfim, como se apresenta a sociedade em rede? Segundo depreende-se do magistério de Manuel Castells, trata-se de uma sociedade de contornos globais e cenários transnacionais, centrada na tecnologia da informação, no uso da comunicação instantânea, sobremaneira constituída por um padrão sofisticado de complexas redes, redes de redes interligadas, versátil em seu modelo aberto e flexível, onde a informação é gerada, processada, armazenada, recuperada e transmitida instantaneamente, constituindo o seu ciclo de alimentação e realimentação cumulativo entre a contínua inovação e o seu uso. Assim e no final do século XX, o mundo parecia ter se tornando um mundo digital: uma aldeia virtual como ilustra Oliveira (2005, p. 269).

Completa a autora (1998), nesse sentido, na fluidez e volatilidade da rede, fio condutor da sociedade em rede, a informação constitui o seu denso e impactante centro propulsor, enraizado na comunicação, na transmissão instantânea e acelerada de seu conhecimento. As redes criam suas próprias lógicas, regimes e também as suas culturas. No dizer de Levy (1999), uma inédita *cibercultura*. Enfim, mobilizando incrível número de fluxos virtuais, o seu denso tráfico, em grande parte encontra-se fora de regulamentações e instâncias legais.

A invenção dessas novas tecnologias proporcionou grande e desconhecida revolução, afetando o planeta de forma profunda, alterando sobremaneira as relações dos indivíduos, a sua forma de sentir, pensar e viver. Nessa direção, Veloso (2004) e também Levy (1996), entendem que com o desenvolvimento tecnológico, os atos

antes restritos ao mundo real, hoje se tornam cada vez mais comuns e frequentes no espaço virtual.

Segundo Castells (1999, p. 65), nesse contexto, pode-se verificar a mudança ou o aumento da integração entre as pessoas, também uma maior aproximação de pensamentos, tendo em vista a facilidade de discussões e trocas de informações, conceitos, ideias, objetivos, etc. Já que como aduz o autor, “as novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade (1999, p. 57).

Enfim, a comunicação mediada pela tecnologia da informação gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Com tantas inovações tecnológicas à disposição dos indivíduos, indaga-se: Como transmite-se a ação comunicativa? Nesse sentido, o livre acesso possibilita liberdade para atuar no campo individual e obviamente apresentando reflexos no âmbito coletivo, conformando o denominado o mundo da vida por Habermas.

Enquanto isso acontece - na sociedade em rede - as organizações empresariais impõem seus métodos, doutrinam os seus agentes e seguidores em qualquer lugar do planeta, criando assim o seu próprio cenário de rede de redes e o protagonismo de poder global, mediante onipresente atuação, questões essas, bem analisadas e ilustradas na teoria de Manuel Castells. Na continuidade será apresentada a teoria da rede de ação comunicativa do citado autor alemão.

### **3 | APORTES SOBRE A REDE DE AÇÃO COMUNICATIVA DE JÜRGEN HABERMAS**

O consagrado e conhecido autor alemão, Jürgen Habermas, desenvolveu vários estudos com a finalidade de analisar os pensamentos históricos de sua época - século XX - para definir a melhor forma de elaborar uma teoria crítica da sociedade e responder a indagação: O que é a sociedade?

Nesse sentido, comparando concepções de outros pensadores, por exemplo, da sociedade mecânica e da sociedade orgânica, também da representação coletiva do sociólogo francês, Émile Durkheim, conhecido autor do fato social, igualmente a noção da interação simbólica mediada pelo filósofo americano, Georg Herbert Mead, estudioso da sociologia e da psicologia social, membro da Escola de Chicago, finalmente Habermas - utilizando a sua própria conceituação de agir comunicativo – elaborou o conceito fundamental da ação comunicativa, concluindo que todas essas acepções possuem o mesmo significado e então afirmando: a sociedade é o mundo da vida dos membros de um grupo social (2012, p. 368).

Diferentemente da teoria da sociedade em rede de Manuel Castells e dos desenhos do seu paradigma da Tecnologia da Informação, como mencionado neste ensaio, ao debruçar-se sobre o estudo da sociedade, Habermas observou fazer-se necessário uma mudança paradigmática radical, para a finalidade de fundamentar

a teoria da ação comunicativa, a fim de poder apreendê-la e analisá-la de forma crítica e assim entendê-la. Na continuidade assim aduziu o autor, se os sujeitos se comunicarem poderão encontrar um caminho por meio de relações intersubjetivas. Para isso, então passou a alertar: precisa-se de novos e adequados parâmetros para dar suporte à citada teoria da ação comunicação.

E tal interpretação implica, por um lado, uma mudança de paradigma junto a teoria da ação: mudar a ação teleológica e a ação comunicativa e, por outro, uma mudança de estratégia na tentativa de reconstruir o conceito moderno de racionalidade para que a descentralização da compreensão do mundo seja possível. (HABERMAS, 1987, p. 499).

Nesse viés, o autor e membro da Escola da Teoria Crítica de Frankfurt dá um grande salto paradigmático e abandona o modelo desenhado com base na razão científica – Iluminismo – surgido no século XVIII, conhecido como o paradigma da consciência, encontrando-se já sem consistência para interpretar a realidade do século XX, principalmente com as inusitadas revelações sobre o novo conhecimento do inconsciente apresentado por Freud (1974). Tratava-se agora de outros tempos e de sua correspondente fenomenologia, por conseguinte, que exigia parâmetros epistemológicos adequados a sua compreensão.

No estudo de sua teoria de ação comunicativa, Habermas procurava um conceito de racionalidade que pudesse encontrar fundamentos nos processos de comunicação intersubjetiva, a fim de atingir o seu objetivo, já que a racionalidade moderna havia sido submetida a profundas e contundentes críticas por Weber, Adorno, Marcuse e outros mestres. Nesse viés, inexistia um referencial teórico absoluto e, por outro lado, os resultados da empiria e seus limites deveriam ser suscetíveis de críticas por meio de procedimentos intersubjetivos, enquanto que as pretensões de validade deveriam ser aferidas e igualmente criticadas. Ver mais informações no texto de Resende (1994) .

A concepção de Habermas, nesse momento passou a abandonar a relação cognitiva entre sujeito e objeto, para abraçar a interação de natureza intersubjetiva de sujeito e outros sujeitos e que afastava a visão egocêntrica do mundo. O autor fazia distinta diferença entre o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo, o que diferenciava e afastava definitivamente as acepções do pensamento moderno do Ilusionismo.

A teoria da ação comunicativa que Habermas lecionava não estava ligada à comunicação individual, mas entre dois ou mais sujeitos. O Autor avançava ainda mais em suas asserções, esclarecendo o que constituía uma comunicação ligada à sociedade e o que cada sujeito compartilhava por meio da linguagem no mundo social:

Para isso, o paradigma não constitui a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo, que pode ser representado e manipulado, mas a relação

intersubjetiva, que sujeitos que falam e atuam assumem quando buscam o entendimento entre si, sobre algo. Nesse processo de entendimento, ao atuar comunicativamente, os sujeitos se movem por meio de uma linguagem natural, servindo-se de interpretações culturalmente transmitidas e fazendo referência simultaneamente a algo de um mundo objetivo, em seu o mundo social comum e em seu próprio mundo subjetivo (1987, p. 499-500).

Sintetizando, a ação comunicativa não se estabelece por meio de um ator solitário e isolado, dominante e consciente, mas ocorre mediante interações – no mínimo - entre dois sujeitos capazes de falar e agir, mantendo relações interpessoais, buscando um entendimento orientando, tentando resolver os seus objetivos harmoniosamente, mediante um plano de definição comum, com vistas a coordenar suas ações pela via do entendimento.

Nessa direção, poder-se-á inferir, por exemplo, que o denominado agir comunicativo opera coletivamente e que se encontra concatenado com objetivos comuns, não intrínsecos individualmente, gerando o que Habermas chamou de mundo da vida e que irá dar origem a uma rede de ação comunicativa. “A linguagem é o meio do agir orientado pelo entendimento, por meio do qual o mundo da vida se reproduz, enquanto os próprios componentes do mundo da vida se entrelaçam entre si. O mundo da vida forma uma rede de ações comunicativas” (2003, p.85).

Nesse momento, oportuno indagar: Como Habermas concebeu o mundo da vida? O mestre, nascido em Dürsseldorf, apresenta a resposta a esse importante questionamento, esclarecendo que o próprio contexto cotidiano pode ser entendido como o mundo da vida, no qual os atores comunicativos situam e datam os seus pronunciamentos, em espaços sociais e tempos históricos desse mundo, construído sobre um saber implícito, geralmente dele nada sabendo-se, enquanto os atores encontram-se sempre movendo-se dentro do horizonte de seu próprio mundo da vida, não podendo se colocar fora dele (1987, p. 125 e 136).

Mais especificamente e nesse sentido, Habermas concebe o mundo da vida dividido em três distintos mundos: a) a cultura – vista como um acervo de conhecimentos – manancial onde os atores buscam o entendimento sobre o mundo; b) a sociedade – compreendida como ordens legítimas, por meio das quais os atores regulam suas relações no grupo social; c) a pessoa – entendida com competências que tornam um sujeito capaz de falar e agir, de compor a seu próprio pensamento (1987, p. 136 e s.).

Referindo-se ao assunto aqui abordado, Palermo (2013) observa que as interações entre atores sociais ocorrem no mundo da vida, sendo resultantes de ações comunicativas realizadas por indivíduos e que assim procedendo colocam em cena novas situações, que tanto reforçam como renovam o mencionado mundo da vida, gerando novos entendimentos, possibilidades, mudanças e outros objetivos aos atores sociais.

Abordando-se a temática relativa à rede de ações comunicativas, Habermas levanta alguns pontos julgados fundamentais quanto a esse meio de comunicação,

como o caso da abertura exagerada de informações que tal instrumento propicia, além de sua vinculação ideológica e dependente com quem o financia. Nota-se, que no primeiro momento da sua obra, os meios virtuais e elementos tecnológicos apontados por Castells não são mencionados nas suas elaborações. Em seus escritos, o autor do mundo da vida refere-se ao universo de filmes, rádios e da televisão, então enfatizando: “Os meios eletrônicos que representam a passagem da letra, imagem e para o som, ou seja, em primeiro lugar, o filme e o rádio, mais tarde a televisão, apresentam-se como um aparelho que perpassa e domina completamente a linguagem comunicativa cotidiana” (2012, p. 700).

Em um segundo momento, entretanto amplia o seu universo de conhecimento rumo à virtualidade, mencionando e manifestando-se sobre a criação da rede e a disponibilização de suas mensagens nos meios de comunicação em massa:

Os meios de comunicação de massa são desse tipo. À medida que criam a simultaneidade abstrata de uma rede – virtualmente presente – de conteúdos comunicativos distanciados no tempo e no espaço, disponibilizando mensagens para vários tipos de contexto, eles libertam o processo de comunicação do regionalismo de contextos limitados no espaço e no tempo, permitindo o surgimento de esferas públicas. (2012, p. 702).

Com relação à possível tendência de manipulação dos dados da comunicação difundida por esses meios, Habermas afirma que “os meios de comunicação de massa não conseguem se esquivar das obrigações que resultam de seu contrato jornalístico sem entrar em conflito”. (2012, p. 703).

Nesse sentido, Habermas critica a cultura de massa, entendendo ser exatamente criada por esses citados meios de comunicação, observando ser também possível pela manipulação das informações repassadas produzirem uma moda, com a qual os ouvintes imitam estereótipos ideológicos sem conteúdo autêntico. Dessa forma, então considerando que os meios de comunicação de massa são utilizados para a realização de um controle social imposto aos indivíduos (Idem, ibidem).

Nesse universo, o autor anota a posição privilegiada do sistema sobre o mundo da vida, afirmando que os sistemas, por sua vez, constituem instrumentais organizados pelos subsistemas econômico e político que buscam invariável e incansavelmente dominar o mundo da vida.

A separação entre sistema e mundo da vida reflete-se no interior dos mundos da vida modernos, inicialmente como reificação. O sistema da sociedade explode definitivamente o horizonte do mundo da vida, subtraindo-se a pré-compreensão da prática comunicativa cotidiana e tornando-se, a partir de então, acessível apenas ao saber contra-intuitivo das ciências sociais, que começam a surgir no século XVIII. (...) quanto mais complexos os sistemas da sociedade, tanto mais provincianos se apresentam os mundos da vida. Num sistema social diferenciado, o mundo da vida se encolhe, assumindo contornos de um subsistema (2012, p. 312).

Complementando tal problemática, citando Marx, o autor aduz que “o encanto

exercido pelo sistema sobre o mundo da vida só poderia ser quebrado numa sociedade socialista, pois aí é possível dissolver a dependência da superestrutura em relação à base” (2012, p. 335).

Nesse sistema, a comunicação é dada pelo mercado ou pelo dinheiro. “Quando o meio ‘dinheiro’ se institucionaliza juridicamente, o agir orientado pelo sucesso e controlado por cálculos egocêntricos do lucro se desliga do agir orientado pelo entendimento” (Idem, p. 254).

Destarte, o agir orientado pelo entendimento somente acontece por meio da ação comunicativa dos indivíduos na sociedade, vale dizer, no mundo da vida.

[...] a ação comunicativa está inserida em um mundo da vida que fornece uma cobertura protetora dos riscos sob a forma de um imenso consenso de fundo. As proezas da comunicação explícitas que são alcançadas pelos agentes comunicativos dão-se no horizonte de convicções partilhadas e não problemáticas. A inquietação e a crítica choca com a grande e imperturbável rocha que se projeta das profundezas dos padrões interpretativos previamente acordados, fidelidades e competências (2002, p. 127).

No estudo deste ensaio, observou-se que o autor não faz referência direta aos meios de comunicação instantânea - surgidos após os seus escritos - impulsionados pela Internet, denominados por Castells de tecnologia informacional (1999, p. 65). Apesar de Habermas ser contemporâneo, não apresentou texto específico que aborde a Revolução da Tecnologia Informacional. No entanto, sua teoria do mundo da vida e da rede de ação comunicativa remetem à rede, sendo aplicadas a qualquer sociedade e em qualquer tempo, cabendo somente interpretá-las e ajustá-las ao momento e a forma como a comunicação se desenvolve entre os indivíduos de determinada sociedade.

Nesse sentido de uso da rede tecnológica eletrônica, entende-se neste estudo que Habermas não se referia especificamente a ela quando se reportava à rede de ação comunicativa e a rede do mundo da vida, mas a outros meios de comunicação que podem ser usados pelas interações sociais em seus fluxos. Não só as Ciências Exatas, também as Ciências Sociais usam conceitos de redes, nesse caso fazendo surgir as denominadas redes sociais – compreendendo modos de interações e organizações humanas, articulações entre grupos, movimentos, indivíduos e instituições – tais redes de contatos constituem formas muito antigas de comunicação e aproximação, compreendendo simplesmente os contatos dos indivíduos entre si mesmos, sem se interconectarem com as redes tecnológicas eletrônicas. (OLIVEIRA, 2016, p. 20),

Reforça esse entendimento a obra de Khris Mattar (2013), ao afirmar que os estudos das redes, desse modo, não são somente analisados dentro do âmbito eletrônico, importa também à esfera social e aos seus respectivos atores sociais. A rede social configura-se na própria estrutura social, que observa tais atores como nós e as suas relações como linha de interconexões atuando no mundo da vida.

Uma das poucas inferências diretas encontradas sobre o assunto pela pesquisa



deste trabalho, diz respeito a uma entrevista concedida por Habermas, em 2010, ao repórter Stuart Jeffries, do *Jornal Financial Times*, quando o autor aduz que a Internet provoca força centrífuga, gerando uma onda. No seu entender, anárquica e fragmentada (JEFFRIES, 2010).

Em poucas palavras, por meio de um *e-mail* enviado ao citado entrevistador e jornalista, Stuart Jeffries (2010), Habermas deixou claro que não considerava a comunicação gerada na Internet como algo que pudesse encaixar-se em sua teoria, uma vez que a mesma não se encontrava organizada para essa finalidade e principalmente por não produzir efeitos concretos para serem alimentados por *nômades eletrônicos*. As verdadeiras decisões ocorrem fora do espaço virtual, conclui o autor.

Esse debate, por outro lado, merece breve explicação da esfera pública. Segundo observado por Habermas:

Contraposta à esfera privada, destaca-se a esfera pública como um reino da liberdade e da continuidade. Só a luz da esfera pública é que aquilo que é, consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas verbalizam-se e se configuram; na disputa dos pares entre si, os melhores se destacam e conquistam a sua essência: a imortalidade da fama (1984, p. 16)

O citado autor construiu o seu pensamento de esfera pública utilizando o exemplo de uma sociedade burguesa, todavia e como se sabe as sociedades não são estáticas, evoluem e modificam-se, tanto constroem-se como destroem-se e se reconstroem.

A esfera pública burguesa desenvolvida estava ligada a uma complicada constelação de pressupostos sociais; eles toda vez logo se modificam profundamente e, com a sua modificação, aflora a contradição da esfera pública institucionalizada no Estado de Direito Burguês (1984, p.109).

Habermas percebeu e analisou a nova imprensa de comunicação que surgia naquela sociedade, mais especificamente referindo-se os jornais, que então passaram a fazer muito além do que informar, tornando-se críticos e assim conseqüentemente seus leitores adentraram em uma fase de libertação, ao terem a real compreensão sobre os fatos sociais. “Os jornais passaram de meras instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária” (1984, p. 214).

A nova imprensa que Habermas mencionava, por analogia no tempo, pode ser comparada com as novas mídias sociais geradas no mundo da Internet. Se os jornais da época foram alavancados por indivíduos da esfera privada para participar como formadores de opinião na esfera pública, nada mais oportuno, obvio e lógico que os atores sociais que atualmente atuam em rede, sejam vistos como participantes da esfera pública e assim geradores de novas ideias e consensos no mundo da vida,

permitindo-lhes alterar o sistema quando não estiver alinhado com os desenhos da sociedade.

Na atualidade, observam-se várias ações operadas na rede virtual – utilizando a tecnologia informacional - que geraram ou geram movimentações reais. Como exemplo, cita-se a sua atuação em eleições de diversos países, organizações de passeatas, a criação das redes corporativas empresariais e até mesmo criminosas, terroristas etc.

Essas redes ligadas pela Internet possibilitam às pessoas que nunca foram ouvidas, que tenham um espaço de publicidade disponível e que com os seus pares – manifestando os mesmos desejos – possam interagir, de forma que uma ideia ou tema prolifere dentro de uma rede na medida do consenso existente sobre essa ideia ou tema. Isso retrata o exemplo dos indivíduos participando da esfera pública.

Essa nova forma e a constatação de que os meios de comunicação informacional fazem parte da esfera pública, só foi possível com a penetração desses meios tecnológicos nas periferias, atingindo assim um número representativo de cidadãos.

A mudança contemporânea de paradigma pode ser vista como uma transferência de uma tecnologia baseada principalmente em insumos baratos de energia para uma outra que se baseia predominantemente em insumos baratos de informação derivados do avanço da tecnologia em microeletrônica e telecomunicação”. CASTELLS (1999, p. 107-108).

As tecnologias inteligentes, como denominadas por Levy (1997), tornaram-se baratas e acessíveis, bem como a facilidade e qualidade das transmissões impulsionaram e motivaram a utilização das redes de transmissão para os mais diversos fins, mas sempre com a primazia de servir à integração, troca de experiência e a comunicação.

As novas tecnologias de informação, difundidas e sustentadas pela Internet, trazem um aspecto importante e nunca antes alcançado pela sociedade. A informação sempre foi privilégio de poucos, bem como também a comunicação ou agir comunicativos. Somente alguns intelectuais, formadores de opinião podiam se manifestar, no entanto, a Internet criada pela rede possui a informação como matéria prima e a todos disponível.

Exatamente, por meio desse contexto de inovação e velocidade ampliada, é que a ação comunicativa também amplia-se de forma gigantesca. A comunicação atual pela rede liga pessoas, culturas, conhecimentos, problemas, soluções, entre outras ricas ligações, proporcionando a afirmação da mudança de conhecimentos, o que faz gerar entendimentos – questionados e re-questionados – para um determinado fim comum.

Cabe aqui novamente citar o ensinamento de Habermas, “a ação comunicativa está inserida em um mundo da vida que fornece uma cobertura protetora dos riscos, sob a forma de um imenso consenso de fundo” (2002, p. 127).

As comunidades virtuais – formadas por indivíduos reais – possibilitam que o mundo da vida seja analisado com mais abrangência pelos seus componentes, formando uma vigilância permanente sobre as ações e acontecimentos, inclusive do sistema, que possam estar em desconformidade do consenso íntimo. “Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais.” (LÉVY, 1999, p. 127).

Por derradeiro, conclui-se este ensaio com os seguintes ensinamentos do notável mestre alemão: existe uma correlação direta entre a ação comunicativa e o mundo da vida, cabendo a primeira a reprodução das estruturas simbólicas do segundo (cultura, sociedade, pessoa). Assim, sob o aspecto do entendimento mútuo, a ação comunicativa serve para transmitir e renovar o saber cultural, já sob o aspecto de coordenar a ação, propicia a integração social e, finalmente, sob o aspecto da socialização, serve à formação da personalidade individual. Por outro lado, a reprodução do substrato material do mundo da vida ocorre por meio de ações dirigidas afins, pelas quais os indivíduos associados intervêm no mundo da vida para realizar os seus objetivos.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assinala-se, como uma das considerações mais significativas deste estudo – breves reflexões sobre as teorias da sociedade em rede de Manuel Castells e da rede de ação comunicativa de Jürgen Habermas, o reconhecimento de que ambas constituem poderosos instrumentos teórico-analíticos para o entendimento da sociedade contemporânea e do mundo da vida em que vivemos, estruturados, organizados e funcionando mediante um complexo universo de rede de redes, no qual perfilam tipificações de redes tecnológicas eletrônicas e igualmente de redes sociais.

Observa-se também que os dois autores comungam de idênticas preocupações, em relação à necessidade de uma adequada e consistente mudança paradigmática à interpretação e entendimento da complexa realidade contemporânea, tanto da sociedade em rede como do próprio mundo da vida.

Por outro lado, enquanto a teoria de Manuel Castells, com relevo, ocupa-se com questões da denominada ciência prática e de sua arquitetura de cunho fenomenológico, Jürgen Habermas avança em perspectivas de ordem filosófica e de fundo epistemológico. Trata-se de dois olhares de visões diferentes sobre o mesmo objeto de conhecimento. Às vezes, aproximando-se em seus entendimentos e, em outras, se distanciando.

Como resultado das específicas e importantes visões de ambos os autores,

compreendendo profundas análises e distintos enfoques práticos e teóricos, pode-se deduzir que as suas interessantes contribuições encontram-se exatamente entre convergências e divergências de seus olhares, dessa dicotomia foram construindo verdadeiro e oportuno diálogo de reflexões, culminando superações e inovações desse conhecimento.

Nesse sentido, Habermas promoveu densa e incansável interlocução com referências de vários e renomados pensadores, buscando apoio as suas argumentações filosóficas, com o intuito de acrescer novas perspectivas teóricas, discursivas e analíticas à construção de sua nascente teoria. A análise linguística e os aportes teóricos do ato da fala e da comunicação foram fundamentais à elaboração da rede de ações comunicativas e à concepção ao mundo da vida, como também a tecnologia informacional e suas crescentes inovações mostraram-se definitivas ao âmbito da comunicação instantânea e da teoria da sociedade em rede de Castells.

Nesse viés, Manuel Castells projeta uma importante teoria de abrangência e visão social, repleta de ricos dados empíricos e estatísticos, inúmeras informações e ilustrações de processos históricos, transitando com segurança em diversos âmbitos de conhecimento, como o econômico, empresarial, político, histórico, cultural e principalmente tecnológico e informacional, resultado de uma singular, relevante e densa pesquisa.

Enfim, em suas abrangências e amplitudes, as duas teorias têm seus méritos, apresentam elementos para melhor compreender a sociedade em rede e o mundo da vida em que vivemos, ambas formulam questionamentos e respostas às relações humanas em seus mais diversos aspectos e diferentes desafios, situando-se nos âmbitos das ciências social, política, econômica, cultural, entre outras, além do conhecimento filosófico, orientando as ações e o agir comunicativos dos atores como um todo, sugerindo novas formas de aproximações e interações, no sentido de construção do entendimento e da intersubjetividade comunicativa para a vida em sua plenitude, tanto na sociedade em rede em que hoje vivemos como reforçando e renovando o cenário do mundo da vida de cada indivíduo, para assim poder gerar possibilidades e novas expectativas.

Nas duas teorias abordadas nesse estudo, as relações entre a rede e a sociedade em rede e entre a rede e o mundo a vida, ao mesmo tempo constituem ponto de partida e também de chegada. Sem dúvida, a rede se faz central, como fosse a chave do mistério. Por sua vez, a tecnologia não é nem boa, nem ruim e também não é neutra. Trata-se de uma força que penetra no âmago de vida e da mente dos indivíduos. Na era da informação, quem melhor dominar as redes, contará com as suas extraordinárias vantagens e seus efeitos revolucionários.

Enfim, a rede, com os seus múltiplos e abertos acessos para todos os lados, contém ampla, densa e diversificada abrangência. Funcionando como uma totalidade, emerge como uma organização sem estrutura, sem guias, sem preconceitos e sem restrições.

A rede é a rede. Proclamada o símbolo do século XXI, com certeza, a rede de redes canaliza os poderes matérias do mundo da vida. Todavia indaga-se: Para onde estará conduzindo o mundo da vida e dos seus indivíduos, com a complexidade de seu poder e de sua fluida e volátil trajetória? Tal resposta permanece ainda desconhecida.

## REFERÊNCIAS

ARQUILLA, John; RONFELDT, David (Orgs.). **Redes y guerras en red: el futuro del terrorismo, el crimen organizado y el activismo político**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

BEDIN, Gilmar Antonio. **A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem justa e solidária**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. I-III.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, V.1.

\_\_\_\_\_. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

FREUD, Sigmund. **História do movimento psicanalítico**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social**. Tradução Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1987. V.1.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Teoria do agir comunicativo**. Sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LEVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

JEFFRIES, Straus. A rare interview wiht Jürgen Habermas, april 30, 2010. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/0/eda3bcd8-5327-11df.813e-00144feab49a.html>> Acesso em: 27 jun. 2010.

MATTAR, Khris. **O Movimento de Justiça Global: Uma nova mobilização política de resistência**. Tradução Khris Mattar e Andreia Rosenir da Silva. Ijuí: Ed. Unijí, 2013.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto

Alegre: Sulina, 1995.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Apresentação. In: BEDIN, Gilmar Antonio. **A sociedade internacional contemporânea e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2001, p. 15-20.

\_\_\_\_\_. **Teorias globais: elementos e estruturas.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. V.1.

\_\_\_\_\_. (Org). **Relações internacionais: a questão de gênero.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Relações internacionais, direito e poder: cenários e protagonismos dos atores não estatais.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2014, V. I.

\_\_\_\_\_. (Org.). O protagonismo dos atores não estatais pacíficos e violentos: a revolução da rede de redes. In: OLIVEIRA, Odete Maria de **Relações internacionais, direito e poder: atores não estatais na era da rede.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2016, p. 39-86, V. III.

OLSSON, Giovanni. **Relações internacionais e seus atores na era da globalização.** Curitiba: Juruá, 2003.

\_\_\_\_\_. **Poder político e sociedade internacional contemporânea: governança global com e sem governo e seus desafios e possibilidades.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

PALERMO, Luis Claudio. A importância da teoria do agir comunicativo na atualidade: racionalidade, mundo da vida e democracia deliberativa. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP.** Macapa, n.6, dez. p.1-17, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.unifap.br/index.php>> Acesso em: 24 ago. 2017.

TRUYOL y SERRA, Antonio. **La sociedad internacional.** 2.ed. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

VELOSO, Marcelo de Alencar. **Ciberespionagem global e o Decreto 8.135.** 2014. Elaborado em 3/2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/27383/ciberespionagem-global-e-o-decreto-8-135#ixzz3aSFzqdsb>>. Acesso em: 15 maio 2015.

ZANINI, Michele; EDWARDS, Sean J. A. Redes terroristas en la era de la información. In: ARQUILLA, John; RONFELD, David. **REDES y guerra en red: el futuro del terrorismo, el crimen organizado y el activismo político.** Madrid: Alianza editorial, 2003, p. 57-87.

WIGHT, Martin. **Política do poder.** Tradução Carlos Sérgio Duarte. Brasília: UnB, 1985.

WILLIAMS, PHIL. Redes transnacionales de delincuencia. In: ARQUILLA, John; RONFELDT, David. **Redes y guerras en red: el futuro del terrorismo, el crimen organizado y activismo político.** Madrid: Alianza Editorial, 2003, p. 88-123.

## DIGNIDADE HUMANA E LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA: A TELA DA SOLIDARIEDADE

### Ailana Amaral Alves

Graduanda Voluntária de Iniciação Científica junto ao Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família, pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL

Salvador - Bahia

**RESUMO:** O princípio da dignidade da pessoa humana constitui-se como pedra fundamental no ordenamento jurídico brasileiro. Este princípio inspira a discussão da trajetória das pessoas com deficiência no processo civilizatório. Sendo assim, este artigo tem como objetivo discutir o direito à dignidade da pessoa com deficiência física, intelectual e sensorial a partir de elementos constantes na linguagem do cinema. De acordo com essa perspectiva, foram selecionadas três produções cinematográficas – “O Sino de Anya”, “Forrest Gump - O Contador de Histórias” e “Uma Lição de Amor” – com o escopo de observar de que forma os direitos da pessoa humana estão sendo integrados, preservados e resguardados nas cenas cinematográficas conforme descritos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência sediada pela ONU no ano de 2006. Para análise o critério para seleção dos filmes foi baseado nos elementos diferenciais do diagnóstico de três tipos de deficiência nas áreas física, intelectual ou sensorial, situação

familiar e circunstância de tensão diante do diagnóstico. Neste sentido, o trabalho possibilitou identificar o potencial da linguagem cinematográfica para abordagem pedagógica da dimensão humana dos direitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cinema. Dignidade Humana. Deficiência. Família.

### HUMAN DIGNITY AND CINEMATOGRAPHIC LANGUAGE: THE SCREEN OF SOLIDARITY

**ABSTRACT:** The principle of the dignity of the human person is a cornerstone of the Brazilian legal system. This principle inspires the discussion of the trajectory of people with disabilities in the civilizing process. Thus, this article aims to discuss the right to dignity of the person with physical, intellectual and sensorial disability from elements in the language of cinema. According to this perspective, three cinematographic productions - "Anya's Bell", "Forrest Gump" and "A Lesson of Love" - were selected to observe how the rights of the human person are being integrated, preserved and protected in the cinematographic scenes as described in the Convention on the Rights of Persons with Disabilities promoted by the UN in 2006. For analysis the criteria for the selection of films was based on the differential elements of the diagnosis of three types of disability in the physical, intellectual or sensorial, family

situation and circumstance of tension before the diagnosis. In this sense, the work made it possible to identify the potential of cinematographic language for a pedagogical approach to the human dimension of rights.

**KEYWORDS:** Movie theater. Human dignity. Deficiency. Family.

## 1 | INTRODUÇÃO

Em decorrência das tragédias vivenciadas nas grandes guerras, o princípio da dignidade da pessoa humana, tornou-se o fulcro de vários sistemas jurídicos e políticos no planeta. Além da Constituição Federal de 1988, a própria Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência (CDHPcD) reafirmou um leque de direitos humanos fundamentais, visando resguardar a essência humana.

Através desse princípio, analisa-se o caminho percorrido por essas pessoas à medida que as civilizações avançam, logo, chama-se atenção que a discriminação social ainda está incrustada no seio social.

Hodiernamente, o conceito de tolerância é generalizado para o problema da convivência das minorias, os que são chamados geralmente de “diferentes”, como, por exemplo os deficientes. À vista disso, tem-se que esse problema decorre da visão preconceituosa enraizada na comunidade frente às diferenças físicas e sociais ainda não superadas (BOBBIO, 2004). Esses problemas ainda não superados pela sociedade, cada vez mais distancia os seres humanos uns dos outros levando-os a um processo de intolerância para com o outro.

Não obstante, ao passo que o desenvolvimento do cinema ocorre, a consciência global vem se transformando frente as diversidades, pois essa nova linguagem contribui para o enaltecimento do ser diferente, mas também continua incentivando a verdadeira aceitação social.

## 2 | JUSTIFICATIVA

No âmbito nacional, de acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou-se que 45,6 milhões de pessoas alegaram conviver algum tipo de deficiência, ou seja, alcança 1 em cada 4 pessoas da população. Por conseguinte, no ano de 2011, segundo o Relatório Mundial de Deficiência divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), constatou-se que, mais de um bilhão de pessoas convive com algum tipo de deficiência, isso significa que, mundialmente, há um total de 15% de pessoas com alguma deficiência.

Os direitos da pessoa com deficiência são de interesse interdisciplinar, dada a abrangência das áreas que integra, aos direitos humanos nos quais se sustenta e à sua relevância em termos numéricos. Essa importância incide, ainda, na efetivação do direito à dignidade e demais direitos decorrentes, seja a igualdade, a equidade, a



solidariedade ou até mesmo o direito de ir e vir, os quais estão devidamente elencados nos diplomas legais.

### 3 | METODOLOGIA

Tendo em vista a variedade de abordagens interligadas com as ciências sociais aplicadas, este trabalho adotou o método de natureza qualitativa, por meio do qual procedeu-se ao levantamento de dados informativos, revisão de literatura e levantamento de filmes que dialogam com o tema. Foram escolhidos “O Sino de Anya”, “Forrest Gump - O Contador de Histórias” e “Uma Lição de Amor”, observando diagnósticos de múltiplas deficiências na situação familiar e as circunstâncias de tensão diante desse diagnóstico.

### 4 | DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O princípio da dignidade da pessoa humana abrange diversos outros princípios e ideais. No decorrer do tempo, esse princípio fora interpretado como valor primordial, intrínseco ao homem, logo, pode-se afirmar que em nenhum momento o ser humano esteve separado de sua dignidade, ainda que tenha vivido processos de descaracterização dessa qualidade inata.

Conforme assinala Fábio Comparato,

A dignidade da pessoa não consiste apenas no fato de ser ela, diferentemente das coisas, um ser considerado e tratado, em si mesmo, como um fim em si e nunca como um meio para a consecução de determinado resultado. [...] pela sua vontade social, só a pessoa vive em condições de autonomia, isto é, como ser capaz de guiar-se pelas leis que ele próprio edita (COMPARATO, 2008, p. 22).

Entende-se, portanto, que a dignidade da pessoa humana caracteriza o homem como sujeito de direitos universais, o qual, pela sua própria natureza tem dignidade, não devendo ser subjugado ao patamar de coisa, uma vez que, o ser humano tem valor e não um preço, logo, é insubstituível (COMPARATO, 2008).

Corroborando com essa perspectiva, Kant afirma, a autonomia da vontade é uma faculdade de determinar a si mesmo, portanto, a natureza humana está intrinsecamente ligada à dignidade humana (SARLET, 2002). Para Kant, a dignidade se revela inseparável da “autonomia da vontade”, resulta diretamente no fato deste ser humano dispor de autodeterminação, agindo conscientemente, conforme a sua própria vontade, o que significa que somente o homem possui dignidade.

O desenvolvimento dos direitos de igualdade e liberdade, a partir da primeira dimensão de direitos humanos, modifica o fundamento histórico e transforma os paradigmas sociais e normas antagônicas ao direito natural, portanto, esse

ideal de igualdade intrínseca, constitui-se como alicerce do conceito universal de direitos humanos (COMPARATO, 2010). Destarte, o referido princípio, protegido expressamente na Carta Magna, é considerado o alicerce do Estado democrático de Direito e valor absoluto contra as descaracterizações para com os indivíduos.

## 5 | DO CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

As pessoas com deficiência, mesmo com diversas transformações sociais, ainda enfrentam qualificações discriminatórias. De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), a expressão correta é Pessoa com Deficiência. Essa modificação foi fundamental para trazer à baila a equidade, sendo uma nuance do direito à dignidade, igualou em direitos quem tem limitações e os demais indivíduos.

Nesta senda, corroborando com esse ideal, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi essencial para reiterar a necessidade de promoção dos direitos humanos não só das Pessoas com Deficiência, mas de todos os seres humanos. Neste diapasão, é necessário inferir que,

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003, *apud* IKAWA; PIOVESAN; SARMENTO, 2008, p.50).

Dessa maneira, é preciso superar a contradição das relações oprimido-opressor, ou seja, a fim de que essa batalha diária de efetivação dos direitos tenha um significado, os oprimidos não devem, tornarem-se opressores dos outrora opressores, justamente por buscarem reaver a sua humanidade, mas sim restauradores da humanidade de ambos (FREIRE, 1982).

Depreende-se que, tal princípio ressignifica o olhar de um ser humano para com o outro, conscientizando sobre satisfazer também as necessidades de outrem, ensinando que ser solidário é crescer conjuntamente (LIMA, 2011).

## 6 | FILMES

O cinema frequentemente retrata a marginalização e hostilidade que as pessoas com deficiência encaram na realidade diante das diferenças. Esse acervo cinematográfico atua mediante lentes altruísticas e humanísticas, que auxiliam na renovação da identidade e imagem virtual dos indivíduos com deficiência, estimulando a reintegração dessas pessoas socialmente.

## 6.1 O sino de Anya (deficiência Visual)

“O Sino de Anya” (1999) retrata uma pessoa com deficiência visual. Em suma, o filme aborda como a amizade de uma senhora cega, Anya, com Scott, um adolescente, transforma a vida de ambos. Nesse caso, os direitos à acessibilidade e inclusão social entram em foco (Arts. 9º e 19º da CDPcD), uma vez que, a instalação de piso tátil, acompanhado do ensino de utilização devido, seria importante para guiar e facilitar o acesso de Anya às ruas e calçadas, isso possibilita às pessoas uma forma de viver independente, participando plenamente de todos os aspectos da vida.

Por conseguinte, como aborda Ingo Sarlet, a necessidade de efetivar a dignidade da pessoa humana exige reconhecimento de direitos fundamentais, uma vez que, a dignidade humana e suas nuances fazem parte de cada direito fundamental (SARLET, 2005).

Nessa perspectiva, importa evidenciar uma cadeia de direitos, uma vez que, efetivando os direitos à acessibilidade e inclusão, conseqüentemente a dignidade estaria sendo garantida. Dessa maneira, esse direito contribui para a melhora da qualidade de vida de pessoas com deficiência visual, possibilitando independência e convivência social, ou seja, concretização da dignidade.

## 6.2 Forrest Gump – O contador de Histórias (deficiência intelectual)

Nesse longa, Forrest Gump, rapaz com um Quociente de Inteligência (QI) considerado abaixo da média, consegue participar de vários momentos históricos importantes do país. Ainda assim, apesar de agir de forma determinante para todas as situações, o personagem revela que sentiu toda a discriminação sofrida durante a vida. Essa situação lesiona o seio da dignidade, o direito à igualdade e a não discriminação (Art. 5º da CDPD). Tais garantias necessitam de prestação jurisdicional imediata por meio do ensino sem discriminação no âmbito do ensino.

Ademais, visando eliminar discriminações é necessário também reeducar a mentalidade das pessoas com deficiência, para Freire,

Os oprimidos, que introjetam a “sombra” dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, a medida em que esta, implicando na expulsão desta sombra, exigiria deles que “preenchessem” o “vazio” deixado pela expulsão, com outro “conteúdo” – o de sua autonomia (FREIRE, 1982, p.31).

Desse modo, para libertar-se, é essencial “eliminar” a consciência opressora que reside dentro da consciência oprimida. Os oprimidos imersos na estrutura dominadora devem buscar realmente a superação dessa situação, tornando-se livre, um ser digno.

## 6.3 Uma lição de Amor (deficiência múltipla)

Sam Dawson possui a mentalidade de um menino de 7 anos e problemas surgem quando sua filha Lucy supera a sua idade mental. Rita, uma advogada, aceita o caso

e juntos buscam garantir a guarda da menina.

Destaca-se no longa-metragem que, o Art. 23º da CDPD, não fora assegurado para Sam e Lucy, uma vez que, as primeiras decisões judiciais no filme, impediram-no de conviver com a filha, assim sendo, não houve respeito pelo lar e pela família, isto é, violaram os direitos de Sam, pessoa com deficiência, mas também os de Lucy, minimizando o contínuo convívio dessa família, pelo simples fato de considerá-lo incapaz de ser pai devido às limitações mentais.

As pessoas com deficiência devem ser vistas nas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge, também como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial (IKAWA; PIOVESAN; SARMENTO, 2008, p. 49).

Ante o exposto, não satisfaz tratar o ser humano de forma abstrata, dadas as suas complexidades, faz-se necessário o reconhecimento e valorização de cada ser individualmente, pois o filme evidencia que Sam, mesmo com inúmeras dificuldades tornou-se um pai exemplar, literalmente, ensinou “uma lição de amor”.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam o potencial pedagógico do cinema, promovendo a educação em direitos humanos e incentivando o acolhimento de cada pessoa, mediante lentes solidárias pela afirmação, nos respectivos enredos, do princípio da dignidade. A mudança no fundamento histórico aponta que os seres humanos são livres e iguais, permitindo o diálogo entre a dignidade e a transformação dos paradigmas sociais.

A partir das artes, ao longo dos séculos, o humanismo ganhou forma, destacando a condição humana e valorizando a sua essência. Assim sendo, mais uma vez, a dignidade foi retratada através da sétima arte, como modificador fundamental na conscientização social baseado nos princípios de dignidade, igualdade, liberdade e solidariedade humana. Portanto, essa corrente filosófica suporta uma carga ética que define diretrizes de justiça que necessitam de contínua transformação e evolução.

É necessária uma nova política de direitos, de acordo com Flávia Piovesan, “o reconhecimento de identidades e o direito à diferença é que conduzirão a uma plataforma emancipatória e igualitária” (IKAWA; PIOVESAN; SARMENTO, 2008, p.50). A partir disso, conclui-se pela reafirmação da educação a serviço da solidariedade, alavancando, portanto, a pluralidade mediante um processo de aprendizagem acadêmica, promovendo dinâmicas inclusivas, na busca por equidade de indivíduos. *In fine*, o princípio da dignidade da pessoa humana vem contribuindo para a consumação dos direitos e liberdades fundamentais por meio da linguagem audiovisual.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **A era dos Direitos**: Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 - 10ª reimpressão.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2010.

FORREST Gump: O Contador de Histórias. Robert Zemeckis. Estados Unidos da América. 1994. 1 DVD (142 min.), cor: colorido.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia; SARMENTO, Daniel (Org). **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e deficiência. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)>. Acesso em 28 de junho 2018.

LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; LIMA, Ana Karina Menezes; VILLAVERDE, Perla Mendoza. **Direito à acessibilidade: um mapa de inclusão para pessoas com deficiências nas políticas públicas urbanas**. In: Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima; Isabela Cardoso Matos Pinto; Silvia Oliveira Pereira (Org). Políticas Públicas e Pessoa com Deficiência; Direitos Humanos. Família e Saúde. Salvador: EDUFBA, 2011; v. p 261-278

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. The World Bank. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. Trad Lexicus Serviços Linguísticos – São Paulo. SEDPcD: São Paulo, 2012, p. 312.

O SINO DE ANYA. Produção de Franklin Lett. Estados Unidos da América. 1999. 1 DVD (97 min.), cor: colorido.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro**. Revista Brasileira de Direito Público, Belo Horizonte, v. 3, n. 11, out. 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

UMA LIÇÃO DE AMOR. Jessie Nelson. Estados Unidos da América. 2002. 1 DVD (2h 07min.), cor: colorido.

## DO GLAMOUR AO CHOQUE: A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA DA MODA DE REI KAWAKUBO NA DÉCADA DE 1990 A PARTIR DE CONCEITOS BENJAMINIANOS

**Camila Carmona Dias<sup>1\*</sup>**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS.  
Área de Moda e Vestuário – Erechim - RS.

**RESUMO:** A moda na década de 1990, envolta de complexidades e paradoxos, tendeu à violência e à degradação, ou seja, em uma perspectiva benjaminiana, houve um afastamento do glamour em direção a efeitos de choque. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo traçar algumas considerações a respeito da experiência estética do choque na moda de Rei Kawakubo da década de 1990. A análise é realizada a partir da teoria de Walter Benjamin e se ancora, principalmente, nos conceitos de aura, experiência, vivência e choques traumáticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** aura, choque, experiência, moda, vivência.

**FROM GLAMOUR TO SHOCK: THE AESTHETIC EXPERIENCE OF REI KAWAKUBO'S FASHION IN THE 1990S FROM BENJAMINIAN CONCEPTS**

**ABSTRACT:** Fashion in the 1990s, surrounded by complexities and paradoxes, tended to violence and degradation, meaning that

in a benjaminian perspective there was a departure from glamour towards shock effects. Therefore, the present work aims to draw some considerations regarding the aesthetic experience of shock in King Kawakubo's fashion in the 1990s. The analysis is performed from the theory by Walter Benjamin and is mainly based on the concepts of aura, knowledge, experience, and traumatic shock.

**KEYWORDS:** fashion, shock, experience, knowledge, aura.

### 1 | INTRODUÇÃO

A maior dificuldade ao se pesquisar um assunto complexo como a moda é a escolha do ponto de vista. O “fenômeno” moda serve à estrutura social; reconcilia o conflito entre o impulso individualizador e o socializador; está intrinsecamente conectada aos fatos políticos, econômicos e sociais da história mundial; exprime ideias e sentimentos, e pode ser considerada uma linguagem que se traduz em termos artísticos (SOUZA, 1996).

Svendsten relata que um dos aspectos mais “artísticos” da moda está geralmente relacionado à sua exibição. O autor, ainda, comenta que foi Poiret (início do século XX) o

<sup>1</sup> \* Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul pelo fomento concedido.

primeiro estilista a transformar o desfile de moda em um “evento social impressionante” (SVENDSEN, 2010, p.112). Conforme o desenrolar do século XX, os desfiles se desenvolveram ao ponto de não mais apenas apresentarem apenas roupas, seus objetivos tinham um ponto crucial: a construção do glamour da marca.

Entretanto, recentemente houve uma mudança de sentido. Na década de 1990, segundo Arnold (2001), a moda tendeu à violência, decadência e agressão, ou seja, houve um afastamento do glamour em direção a efeitos de choque.

Tal mudança de sentido, do glamour ao choque, foi à repetição de uma tendência que a arte moderna vivenciara anteriormente. O ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo judeu alemão Walter Benjamin (1955), em “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica”, afirmou que a essência da obra de arte havia sido transformada pelas possibilidades técnicas de reprodução.

Dessa forma, enquanto tradicionalmente a obra de arte caracterizava-se por sua unicidade, agora se tornara reprodutível. A superação da aura, pela reprodução técnica da obra de arte, e dos elementos inerentes a ela como a distância, singularidade e inacessibilidade, levam a um processo de desencantamento da obra de arte (TRAVASSOS, 2009), pois sua unicidade é substituída pelo aparecimento da reprodução em massa.

Entretanto, ao invés de acontecer um desaparecimento da aura, o autor afirma que esse processo abre novas potencialidades, ou seja, a experiência estética muda sua natureza e abandona o belo para ser liberada pelo choque (BENJAMIN, 1955).

É possível realizar, aqui, uma analogia com a moda, em que peças da alta-costura, que são únicas e exclusivas, são substituídas por um elevado número de cópias reprodutíveis caracterizados pela produção em massa, o famoso *prêt-à-porter* (SVENDSEN, 2010). Mas o que é realmente comprado e vendido são as coleções desse último tipo, que precisam ser esteticamente interessantes.

Uma possível solução, encontrada no campo da moda para solucionar tal impasse, “reside em tentar preservar a aura da alta-costura e alegar que essa aura, por meio da marca, foi herdada pelas coleções de *prêt-à-porter*.” Entretanto alegar que a aura é mantida na alta-costura e transmitida para o *prêt-à-porter*, torna-se uma afirmação duvidosa. (SVENDSEN, 2010, p114).

Outra perspectiva que tenta solucionar tal problema é a teorização de que por meio da customização o indivíduo ressignifica a aura de suas roupas, pois as transformam em peças únicas e exclusivas.

Svendsen (2010, p.114) infere que, “talvez esta seja a razão pela qual a moda abandonou tanto a estética da beleza no fim do século XX, e estilistas tão controversos tornaram-se tão centrais”.

Diante do explanado, o artigo procura mostrar, por meio da teoria de Walter Benjamin, a mudança da experiência estética na moda da década de 1990 enfocando o trabalho da marca Comme des Garçons, de Rei Kawakubo.

E para isso delimitará brevemente o pensamento benjaminiano sobre a crise

da aura e a estética do choque, além de relacionar a moda com os conceitos desse mesmo autor e logo em seguida trará algumas publicidades da marca Comme des Garçons para demonstrar a estética do choque.

## 2 | CONCEITOS BENJAMINIANOS: UMA BREVE REFLEXÃO

Walter Benjamin nasceu em Berlim em 1892 e se tornou ensaísta, crítico de literatura, tradutor, filósofo e sociólogo da cultura, sendo um dos membros mais importantes da Escola de Frankfurt. Foi um pensador que se empenhou em compreender os fenômenos que cercam a modernidade. Profundamente influenciado por doutrinas aparentemente díspares, como o materialismo marxista, o idealismo de Hegel e a mística judaica de Scholem, o pensamento benjaminiano é marcado por diversas influências e entrecruzamentos conceituais (SANTANA, 2016).

Conseqüentemente o caráter múltiplo do pensamento benjaminiano se reflete na ambigüidade de alguns conceitos. O próprio conceito de aura desenvolvido pelo autor passa por algumas transformações. Entretanto, apesar de todas as variações contidas nas análises do autor, a aura sempre aparecerá vinculada a duas características específicas: distância e proximidade (PALHARES, 2006).

Benjamin define a aura como uma aparição que engloba os elementos de distância e proximidade, como uma figura única, composta de elementos espaciais e temporais, a manifestação única de “lonjura, por muito próxima que esteja” (BENJAMIN, 1955, p.05). Diante desse conceito, e transferindo essa discussão para os domínios da estética, o autor analisa o encontro da arte com a técnica de reprodução em grande escala. Tal encontro foi responsável pela “perda da aura, pela dessacralização da arte, pela liquidação do valor tradicional do patrimônio da cultura, que era objeto de adoração, de culto” (TRAVASSOS, 2009, p.15).

Entretanto, e segundo o autor, a crise da aura e das obras tradicionais contribuiria para o surgimento de novos caminhos para a arte contemporânea. O emprego de recursos técnicos vinculados ao âmbito artístico poderia contribuir para uma vinculação da arte à práxis política (BENJAMIN, 1955).

No ensaio “*Sobre alguns temas em Baudelaire*”, de 1939, Benjamin discorre sobre a impossibilidade de restauração da experiência aurática plena na contemporaneidade.

No texto sobre Baudelaire, a aura passa a ser interpretada como uma experiência que ocorre da retribuição de olhares entre os indivíduos, e Benjamin relaciona sua dissolução ao enfraquecimento das possibilidades de experiência genuína por parte do habitante das grandes cidades, afetado em sua percepção e comprometido em sua capacidade de conservar traços mnemônicos mais duradouros, em vista da dinâmica acelerada das metrópoles (AVELAR, 2010, p.14).

Dessa forma, Benjamin passa a considerar que as circunstâncias que modificaram a percepção do indivíduo, frente à “agitação” das metrópoles, foram mais decisivas



para a dissolução da experiência aurática do que a reprodutibilidade técnica. Nota-se que o autor não exclui o fator da reprodutibilidade técnica frente à crise da aura, apenas a coloca como um fator secundário.

Um fator importante para maior compreensão da crise da aura como resultado de uma crise na estrutura social moderna implica considerar os conceitos de experiência ou experiência tradicional (Erfahrung) e vivência ou experiência vivida (Erlebnis), explanados pelo autor em diversos ensaios.

Benjamin apresenta seu conceito de vivência como polo oposto de experiência. A partir de tal distinção pode-se “analisar o papel decisivo do empobrecimento da percepção dos indivíduos para a impossibilidade da experiência aurática” (AVELAR, 2010, p.86).

As categorias experiência e vivência são fundamentais na abordagem da modernidade realizada por Benjamin, centrada na análise dos modos de perceber e sentir o mundo, que se alteraram a partir de transformações sociais profundas. Assim, compreende-se a experiência (Erfahrung) em um plano individual, como conteúdo grandioso e pleno de sentido, além disso, constitui um traço cultural enraizado na tradição, “representa o corpo de conhecimentos acumulados sem a intervenção da consciência e que permite que um indivíduo inserido em uma comunidade disponha de critérios que ordenem sua própria vida” (TROMBETTA, 2010, p.394).

Já a vivência (Erlebnis), que nada se assemelha ao compartilhamento da experiência, e possui relação com a individualização e o isolamento “diz respeito às impressões fortes (choques) experimentadas pelo indivíduo privado e que, assimiladas às pressas, produzem efeitos imediatos e subordinados às exigências do consciente” (TROMBETTA, 2010, p.394).

Dessa forma, pode-se resumir que Erfahrung é a experiência comunitariamente partilhável que se perde com o advento da fragmentação da vida moderna. Em seu lugar se impõe a privacidade de Erlebnis. Entretanto, “essa postulação da vida moderna chega a um impasse formulado na literatura por Proust e Kafka: reconhecer a impossibilidade da experiência coletiva não significa se resignar à condição de uma existência reduzida a meras vivências” (SALLES, 2010, 05).

Erlebnis (vivência) pode ser traduzida por diferentes vias, como por exemplo, o comportamento do operário com relação à máquina, pois tal relação (operário/máquina) “é uma relação de respostas aos choques, no nível da simples vivência” (TROMBETTA, 2011, p.396). Destarte, o que Benjamin busca enfatizar é o caráter autômato desta existência isolada, individual.

Baseada na teoria freudiana do choque traumático, a relação entre os choques e a vivência pode ser exemplificada como a existência do passante moderno que caminha por entre a multidão e sofre a experiência dos choques resultantes dos atritos com outros transeuntes (PALHARES, 2006).

A modernidade termina por causar um aumento radical na estimulação nervosa

e no risco corporal, no fim do século XIX, as sobrecargas sensoriais começavam a fazer parte do cotidiano do cidadão. Nas grandes metrópoles se multiplicam e se intensificam os estímulos sensoriais de ordem tátil. Multidão, automóveis, publicidade, ruídos, perigos urbanos, encontros entrecortados constroem uma nova experiência do homem com a cidade. No âmbito da vida cotidiana o choque se faz realidade onipresente. Baudelaire compara o contato do indivíduo moderno com a multidão a um choque elétrico. Para transitar em meio à densa massa que configura essa multidão, o transeunte abre caminho auxiliado por gestos convulsivos (abruptos), como os de um esgrimista. Na ausência de tais gestos automáticos, a cidade não seria transitável. (TRAVASSOS, 2009, p.80).

Dessa forma, na vida moderna das grandes cidades, caracterizada por um ritmo acelerado e fugaz, os estímulos de choques surgem e se evaporam rapidamente, acontecendo na efemeridade do momento. Assim, como consequência desse processo, o sujeito ao receber as “descargas elétricas” da multidão, se vê obrigado a desenvolver um olhar disperso, ou seja, surge um novo tipo de percepção concentrado na interceptação do choque. “Por meio dos choques, há um afastamento dos domínios da experiência, e os comportamentos automatizados dos indivíduos acometidos por um novo tipo de percepção compõem a vivência” (AVELAR, 2010). Dessa forma, é por meio dos choques que o indivíduo caracterizado por um novo tipo de percepção, um tanto quanto “embrutecida” passa a se inserir no plano da vivência cotidiana.

Assim, após essa breve síntese sobre alguns conceitos construídos por Walter Benjamin, a seguir encontra-se algumas reflexões sobre moda como vivência, e sua relação com a teoria dos choques.

### **3 | MODA, VIVÊNCIA E CHOQUE: A LÓGICA DA SOCIEDADE MODERNA**

Diante das postulações supracitadas sobre alguns conceitos Benjaminianos pode-se inferir a respeito do fenômeno moda, pois a experiência da moda está intimamente relacionada à experiência diária do sujeito, porque “é vivência (Erlebnis) - o único tipo de experiência possível na modernidade” (SALLES, 2010, 06). A moda seria, dessa forma, uma prática individual restrita a uma experiência coletiva, pois o sujeito nunca é um ser isolado da cultura.

É importante salientar que o “fenômeno” moda segue os ditames da modernidade, que repudia o passado, ou seja, a pretensão de eternidade, de imobilidade, mas mantém um vínculo com o passado, ainda que para desconstruí-lo (SALLES, 2010). Nessa lógica entre as tendências de moda existem as releituras de épocas em que se faz referência com o tempo cíclico, que repousa na permanente sequência de ciclos repetitivos realizando um movimento contínuo retornando a décadas passadas. Ou seja, diante desse prisma a moda possui uma circularidade baseada nas releituras, na volta de conceitos de determinada década ou época (DIAS, 2015).

Entretanto, é importante ressaltar que essa volta ao passado não é baseada em pura cópia, mas sim na “transmissão de valores, formas, princípios passados num

rearranjo” que ao mesmo tempo os revigora e os extingue. Revigora ao estabelecer novas correspondências e extingue na medida em que estas referências se tornam deformadas. Assim, pode-se dizer que “a moda ilustra de forma extraordinária a dialética do sempre igual no novo e do novo no sempre igual” (SALLES, 2010, p.06).

Benjamin conceitua a moda como “a eterna recorrência do novo”, (BENJAMIN, 2013 apud SVENDSEN, 2010, p.10) tal viés do legitimamente novo vem arraigado ao caráter efêmero, que impinge a moda o destino de tornar-se perecível, obsoleta e envelhecer. Dessa forma, a moda apresenta a lógica da sociedade moderna cujos valores são construídos sob o signo da efemeridade. Assim, esta é a sina da moda, que se pronuncia no eterno recomeçar.

Destarte, fazendo uso do conceito de que moda se enquadra na concepção benjaminiana de vivência e que esta possui estreita relação com os choques, a seguir encontram-se pequenas reflexões sobre a moda da década de 1990, em especial a moda de Rei Kawakubo, e sua relação com a teoria dos choques.

### 3.1 Década de 1990 e alguns choques em Rei Kawakubo

A década de 1990, assim como a década anterior, é conceituada por Braga (2007, p.100) como “a maneira de ser igual entre os diferentes e, ao mesmo tempo, diferente entre os iguais de uma outra tribo”. Com tal citação, Braga traz a ideia da tribalização e como esse conceito abrangeu o individualismo como símbolo de pertencimento a um grupo específico. Além da ênfase à tribalização, o período estudado representou a queda de determinadas barreiras, imposições e preconceitos no vestir e o surgimento de grande liberdade ao que concerne a expressão visual.

Foi a década do “supermercado de estilos” do minimalismo extremo, do desconstrucionismo, das *super models* (Kate Moss, Naomi Campbell, Cindy Crawford), onde a exuberância da beleza atingia o seu ápice. A moda do período foi recheada de paradoxos, ou seja, foi uma época de antagonismos convivendo no mesmo visual (BRAGA, 2007).

Esse momento foi palco para expressões subversivas na moda: desde o movimento grunge, passando pelo “anarquismo” de Galliano e McQueen, até a inconsequente estética do *Heroin Chic*, que foi um movimento que substituiu o glamour pela sujeira, entretanto na prática “tornou-se uma paródia não intencional do estilo de rua” (SVENDSEN, 2010, p.116).

Dessa forma, e como explanado no início do trabalho, a moda na década de 1990, envolta de complexidades e paradoxos, tendeu à violência, decadência e agressão (ARNOLD, 2001), ou seja, em uma perspectiva benjaminiana houve um afastamento do glamour em direção a efeitos de choque. Segundo Svendsen (2010) um dos espetáculos mais extremos relacionado ao conceito de violência e decadência, gerador de uma experiência de choque para o público e a crítica, foi o desfile da coleção primavera de 1995 promovido pela marca Comme des Garçons, de Rei Kawakubo. O evento foi realizado no 50º aniversário da libertação de Auschwitz, e

os modelos de cabeças raspadas entraram com roupas listradas, alguns carregavam impressões de números de identificação e marcas de impressões de botas militares obviamente semelhantes a uniformes de prisioneiros, conforme foto a seguir:



Figuar 01: Desfile coleção primavera 1995 da Comme des Garçons

Fonte: The Daily Beast

Possivelmente não foi apenas uma coincidência, como alegou Kawakubo. Quando questionada qual era o significado de sua coleção ela respondeu: “O significado é que não há significado”. Alegou que o tema da coleção era sono e daí vem o uso do pijama (roupas listradas) (MENKES, 1995). Mesmo argumentando sobre o tema da coleção (sono), as roupas foram recolhidas imediatamente depois da crítica. (SVENDSEN, 2010).

Evidenciada a situação de choque é importante notar que dentre inúmeros projetos realizados pela marca de Rei Kawakubo, a pesquisa focará, a seguir, em alguns trabalhos da marca em parceria com a renomada artista Cindy Sherman.

Sherman é uma artista americana, que se tornou reconhecida principalmente por seus retratos. Cindy fez parte da geração de artistas contemporâneos que vivenciaram o advento da televisão, quando a cultura de massa floresceu como um fenômeno cultural. Na maioria de seus trabalhos, a artista focou questões sobre o papel e a representação da mulher na sociedade, além de problematizar a natureza da criação artística (BERTINATO, 2013).

Após conhecer seu trabalho para a Harper’s Bazaar, Kawakubo entrou em contato com Sherman e forneceu a ela diversas peças de coleções da *Comme des Garçons* para serem usadas como a artista preferisse. As imagens resultantes da campanha foram utilizadas como mala-direta da coleção de Outono/Inverno 1994/1995

e também foram exibidas na loja da marca localizada no SoHo (GLASSCOCK, 2010).

As imagens resultantes desse trabalho questionaram as regras convencionais da fotografia de moda, como por exemplo, a figura 02, intitulada Sherman's Untitled (#302).

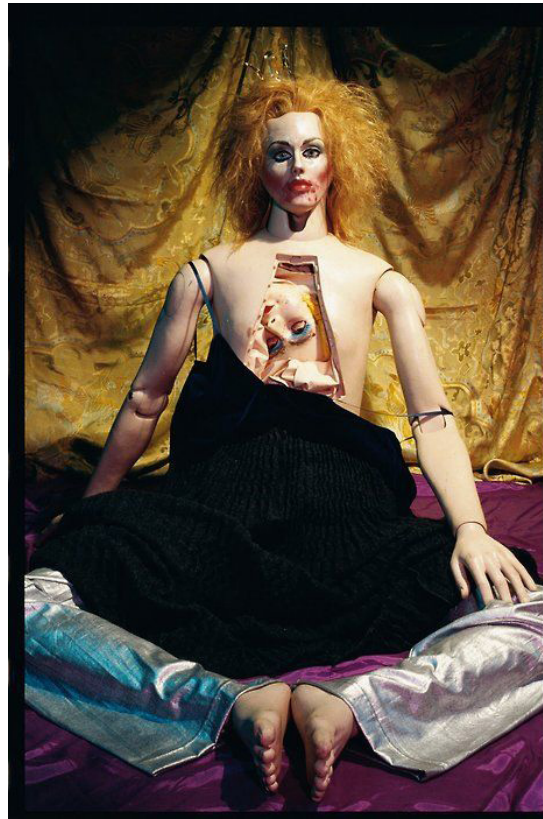


Figura 02: Sherman's Untitled (#302).

Fonte: Artnet

Benjamin (1994, p.105-106) observou que a fotografia tende a embelezar seu objeto, ele descreve que “na fotografia, ser criador é uma forma de ceder à moda. Sua divisa é: o mundo é belo”. Entretanto nos anos 1990 houve uma eliminação da maior parte do que restava de glamour na fotografia de moda (SVENDSEN, 2010). Dessa forma, nessa foto (figura 02) se encontra claramente a experiência do choque. A fotografia é centrada em um manequim desconexo, estranho e perturbador, a roupa fica para o segundo plano, a maquiagem é excessiva, o cabelo dessarumado. A modelo de forma física ideal para os padrões estéticos ocidentais do período, tão comum em editoriais de moda não é vista. Em seu lugar surge uma mistura variada de elementos de choque e violência, a imagem é ainda mais complexa caracterizada pelo peito perfurado e dentro desse uma outra cabeça de manequim. Nessa publicidade extremamente complexa perguntas são construídas. Pois “em um intervalo não-natural, as pernas aparecem vestindo o que exatamente? São as calças Comme des Garçons? Ou é o tecido pano de fundo que foi projetado por Kawakubo e desviados por Sherman?” (GLASSCOCK, 2010, p.01). Outro exemplo da efetivação do choque da marca Comme des Garçons encontra-se a seguir (figura 03).



Figura 03: Post Card Series for Comme des Garçons autumn/winter 1994

Fonte: We waste time

Tal imagem (figura 03), também extremamente perturbadora, traz um discurso fora dos padrões atuais de beleza e glamour da moda, ou seja, verifica-se, também, a passagem para um efeito de choque. A foto traz um modelo com uma maquiagem e cabelo fora dos padrões habituais de uma publicidade de moda, ainda discursiviza a relação da desconstrução da estética e do corpo. Observando a imagem supõe-se a falta do braço esquerdo, além disso, busca uma ênfase aos tamanhos dos olhos e da boca. Dessa forma, infere-se que tal imagem, também, exemplifica a passagem do glamour à experiência de choque da teoria benjaminiana.

Glassock (2010) aponta que, as peças da Comme des Garçons são apropriadas e desapropriadas por Cindy Sherman e torna-se difícil dizer se as roupas nesses manequins são usadas como planejado por Rei Kawakubo ou alteradas pela artista. Pode-se falar que essas fotografias são desconcertantes da perspectiva tradicional da moda ao mesmo tempo em que não se encontram deslocadas no contexto da Comme des Garçons.

De acordo com Glassock (2010), Kawakubo e Sherman utilizam seus trabalhos para questionar sobre a maneira como as pessoas se apresentam à sociedade e ambas subvertem as imagens tradicionais a respeito da feminilidade. Destarte, essas fotografias têm a pretensão de desafiar as expectativas sobre o que a fotografia de moda deveria ser.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua análise crítica, Benjamin analisa a experiência na modernidade. O autor passa a considerar que as circunstâncias que modificaram a percepção do indivíduo, frente à “agitação” das metrópoles, foram mais decisivas para a dissolução da experiência aurática do que a reprodutibilidade técnica.

Um fator importante para maior compreensão da crise da aura como resultado de uma crise na estrutura social moderna implica considerar os conceitos de experiência e vivência. Dessa forma, o texto benjaminiano é atravessado pelo argumento de que na era moderna fixou-se na imagem da multidão a noção de vivência do choque. O choque é ponto nodal, o elemento que funda basicamente a experiência vivida (vivência).

E partindo das afirmações no texto, infere-se que o fenômeno moda é vivência, pois é a único tipo de experiência possível na modernidade. Diante das imagens selecionadas pode-se concluir que a marca Comme des Garçons, em alguns trabalhos, na década de 1990, fez uso da estética do choque e deixou de lado o glamour e o belo convencionalizado na moda, abraçando em certa forma a estética de vanguarda.

Entretanto, não se pode esquecer que as roupas, também, foram feitas para funcionar como um investimento na marca, de modo a gerar renda. “Dissociar-se do mercado sempre foi uma estratégia importante para aumentar o capital cultural, mas o objetivo de aumentar o capital cultural da moda é em geral usá-lo depois para aumentar o capital financeiro” (SVENDSEN, 2010, p.105). Assim, infere-se que a estética do choque é uma maneira de aumentar o capital cultural para posteriormente alavancar o capital financeiro da marca.

A vida moderna intensificou as situações de choque em todos os âmbitos: no econômico, no político, no cotidiano, no artístico, e na moda dos anos 1990 não foi diferente, pois incorporou esse fenômeno que é parte da vivência. Assim, a esfera pública foi “radicalmente alterada, definida pela moda passageira, pelo acaso, pelo perigo e por impressões chocantes mais do que por qualquer concepção tradicional de segurança, continuidade e destino autocontrolado” (TRAVASSOS, 2009, p.82). A experiência da vida moderna é cada vez mais estéril e efêmera, assim como a moda o é.

## REFERÊNCIAS

ARNOLD, Rebecca. **Fashion, desire and anxiety: image and morality in the 20th century**. Londres: I. B.Tauris, 2001.

AVELAR, Sylvia Maria Marteleto. **O desaparecimento da aura em Walter Benjamin**. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Mestrado em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais– Belo Horizonte, 2010.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política:**

ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-107.

\_\_\_\_\_. **A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica**. 1955. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/obec/assets/acervo/arquivo/benjamin\\_reprodutibilidade\\_tecnica.pdf](http://www.ufrgs.br/obec/assets/acervo/arquivo/benjamin_reprodutibilidade_tecnica.pdf)>. Acesso em: abr. 2016.

BERTINATO, Flávia Tresinari. **A construção da cena: Cindy Sherman e Stan Douglas**. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Comunicação e Artes. Mestrado em Artes Visuais, Universidade de São Paulo – USP- São Paulo, 2013.

BRAGA, João. **História da moda**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2007.

DIAS, Camila Carmona. **A moda e o tempo: entre as tendências e as releituras**. *Ícônica: revista científica de design de moda e tecnologias*, v. 01, p. 113-129, 2015.

GLASSCOCK, Jessica. **Bridging the Art/Commerce Divide: Cindy Sherman and Rei Kawakubo of Comme des Garçons**. 2010. Disponível em: <https://greyartgallery.nyu.edu/2015/12/bridging-the-artcommerce-divide-cindy-sherman-and-rei-kawakubo-of-comme-des-garcons/>. Acesso em jul. 2016.

MACKENZIE, Mairi. **Ismos: para entender a moda**. São Paulo: Globo, 2010.

MENKES, Suzy. 'Auschwitz' Fashions Draw Jewish Rebuke. In: *The New York Times*, 1995. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1995/02/04/news/04iht-suzy.html>. Acesso em: jul. 2016.

PALHARES, Taisa Helena Pascale. **Aura: crise da arte em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Barracuda, 2006.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SVENDSEN, Lars. **Moda: uma filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SANTANA, Ana Lucia. **Walter Benjamin**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/biografias/walter-benjamin/>. Acesso em: jul. 2016.

SALLES, Vanessa Madrona Moreira. **Pensamentos sobre a moda e sua relação com a tradição a partir de noções benjaminianas**. In: 6º Colóquio de Moda. 2010. Disponível em: [http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/6-Coloquio-de-Moda\\_2010/71575\\_Pensamentos\\_sobre\\_a\\_moda\\_e\\_sua\\_relacao\\_com\\_a\\_tradicao\\_.pdf](http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/6-Coloquio-de-Moda_2010/71575_Pensamentos_sobre_a_moda_e_sua_relacao_com_a_tradicao_.pdf). Acesso em: jul. 2016.

TRAVASSOS, Milena de Lima. **Estética do Choque – arte e política em Walter Benjamin**. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Filosofia, Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza, 2009.

TROMBETTA, Gerson Luís. **As “frestas” do tempo: sobre a concepção de história em Walter Benjamin**. In: *História: Debates e Tendências*. v.10, n.2, jul. /dez.2010, p.390-401.

## REFERÊNCIAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Desfile coleção primavera 1995 da Comme des Garçons. **The Daily Beast**. Disponível em: <http://www.thedailybeast.com/articles/2009/07/15/top-runway-faux-pas.html>

Figura 02: Sherman's Untitled (#302). **Artnet**. Disponível em: [http://www.artnet.com/artists/cindy-sherman/untitled-302-a-lzE5to95BBU4DSn-xV\\_](http://www.artnet.com/artists/cindy-sherman/untitled-302-a-lzE5to95BBU4DSn-xV_)



WxA2

Figura 03: Post Card Series for Comme des Garçons autumn/winter 1994. **We waste time.**  
Disponível em: <https://wewastetime.com/2012/09/14/comme-des-garcons-fw9394/>

## UMA QUOTA DE CONTROVÉRSIAS SOBRE AS PESQUISAS ELEITORAIS

**Luci Nychai**

Universidade Estadual do Centro-Oeste,  
UNICENTRO

Departamento de Ciências Econômicas, DECON  
Centro de Estudos e Práticas Econômicas –  
NEPE  
Guarapuava – Paraná

**Jaíne Machado**

Universidade Estadual do Centro-Oeste,  
UNICENTRO

Departamento de Ciências Econômicas, DECON  
Guarapuava - Paraná

**RESUMO:** O artigo objetiva discutir o uso das quotas amostrais nas pesquisas eleitorais registradas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) visando fornecer argumentos para subsidiar as controvérsias sobre a eficiência probabilística dos seus resultados, além de apresentar informações econômicas sobre o mercado das pesquisas eleitorais. As análises foram realizadas com base nas pesquisas eleitorais realizadas para Governo do Estado do Paraná nas Eleições Gerais de 2014. Para tanto, foi realizado o levantamento dos documentos referente à metodologia estatística registrados junto ao TSE e os valores cobrados pelos institutos contratados. A amostragem constituiu-se de 29 pesquisas eleitorais realizadas por 11 institutos, das quais foram catalogados e

analisados os critérios estatísticos de: i) margem de erro; confiabilidade estatística; quantificação amostral; tipo de amostragem; estratificação espacial da amostra. Constatou-se que a maior controvérsia encontra-se na utilização das quotas amostrais para coleta de respostas, considerado como um procedimento não probabilístico. Os resultados evidenciam que das pesquisadas analisadas, 90% delas usaram quotas amostrais como procedimentos de coleta de respostas junto aos eleitores, movimentando um mercado de aproximadamente R\$ 135 milhões. Os institutos utilizam das quotas na estatística para economia de tempo e recursos. Contudo, esse procedimento interfere na integridade das respostas obtidas junto aos eleitores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pesquisas eleitorais. Quotas. Probabilidade. Amostragem.

### A QUOTA OF CONTROVERSIES ON ELECTORAL RESEARCH

**ABSTRACT:** The article aims to discuss the use of sample quotas in electoral surveys registered with the Supreme Electoral Tribunal (TSE) to provide arguments to subsidize the controversies over the probabilistic efficiency of its results, as well as to present economic information on the electoral polling market. The analyzes were carried out based on

the electoral surveys carried out for the Government of the State of Paraná in the General Elections of 2014. For that, a survey was made of the documents referring to the statistical methodology registered with the TSE and the amounts collected by the institutes contracted. Sampling consists of 29 electoral surveys conducted by 11 institutes, from which the statistical criteria of: (i) margin of error were cataloged and analyzed; statistical reliability; sample quantification; type of sampling; stratification of the sample. It was found that the greatest controversy lies in the use of sample quotas for collection of responses, considered as a non-probabilistic procedure. The results show that 90% of the surveyed women used sample quotas as procedures to collect responses from voters, moving a market of approximately R \$ 135 million. Institutes use quotas in statistics to save time and resources. However, this procedure interferes with the integrity of the responses obtained from voters.

**KEYWORDS:** Electoral polls. Quotas. Probability. Sampling

## 1 | INTRODUÇÃO

A finalidade deste artigo é oferecer parâmetros empíricos para as discussões sobre a controvérsia que recaem sobre os procedimentos estatísticos das pesquisas eleitorais registradas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), principalmente quanto à utilização das quotas amostrais. Recentemente os organismos ligados a área estatística passaram a discutir as Instruções Normativas das Eleições ditadas pelo TSE nos anos eleitorais, com o intuito de conceituar procedimentos da amostra por quota e analisar a existência de *viés* neste tipo de procedimento.

Da mesma forma, as controvérsias quanto aos procedimentos estatísticos aplicados nas pesquisas eleitorais fizeram com que tramitasse no Congresso Nacional, desde 2012, Projetos de Lei que tentam estabelecer critérios mais robustos para elaboração dessas pesquisas a exemplo da proibição de divulgação de resultados com margem de erro superior a 1%, 15 dias antes de uma eleição.

Para que a pesquisa eleitoral seja divulgada publicamente, o TSE tem exigido, dentre outros dados, o registro da margem de erro e do nível de confiança das prévias, contudo isso só é possível quando a pesquisa é pautada por uma estatística probabilística, embasada, principalmente pela amostragem probabilística aleatória.

Contudo, no Brasil os institutos de pesquisa, contratos em época de eleição, vêm de desde os anos de 1990, empregando a amostragem por quotas. Consequentemente seus parâmetros do erro têm suscitado discussões e controvérsias no meio profissional e político, cujas polêmicas quanto aos procedimentos estatísticos e resultados se intensificam em período eleitoral. Aspecto metodológico da estatística utilizada, tais como a margem de erro que interfere na extensão dos resultados conhecidos para mais ou para menos, além do intervalo de confiança e o nível de confiabilidade estatística são colocados em cheque polemizando os métodos estatísticos aplicados para captar a preferência antecipada dos eleitores. Contudo, uma das mais

contundentes controvérsias se refere à utilização de quotas amostrais em detrimento da amostragem probabilística robusta, para coleta de intenções de voto dos eleitores.

Apesar o uso comum das quotas amostrais entre os institutos de pesquisa, esta não pode ser considerada alternativa válida à amostragem probabilística aleatorizada. Problemas de economia orçamentária e de tempo não servem como justificativa para o seu uso. O problema decorrente do seu uso, **é que não há como se estimar parâmetros populacionais cientificamente, a partir** da amostragem por quotas. As margens de erro declaradas, pelas pesquisas eleitorais realizadas por meio de quotas, são baseadas em fórmulas de amostragem aleatória simples cuja variância é dada pelo produto da proporção de elementos da amostra que tem um atributo particular ( $p$ ) e a proporção de elementos da amostra que não possui um atributo especificado ( $q$ ) dividido pela amostra ( $n$ ). Lembrando, que a variância é uma medida que indica o quão disperso estão os dados em relação à média. Mas esta variância não se aplica à amostragem por quotas ou a qualquer método de amostragem não probabilística (FERRAZ; CARVALHO, 2006), por se tratar de uma amostra viciada e, portanto apresentar uma variância subestimada, que não representa a realidade.

## 2 | CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

As pesquisas eleitorais tem um papel coadjuvante no processo eleitoral, mas não menos importante, principalmente para os candidatos. Para Lupion (2016), as pesquisas não têm como objetivo antecipar o resultado da eleição, mas tirar uma fotografia do eleitorado em determinado momento. É importante observar as tendências de intenção de voto para acompanhamento da disputa política e de sua alternância no período que precede a eleição. Para o autor em algumas disputas eleitorais as pesquisas sofrem mais questionamento por terem mostrado um cenário no dia do pleito que não correspondeu ao resultado das urnas.

As pesquisas eleitorais quando realizada com zelo estatístico fazendo parte dos determinantes para entendimento da qualidade do sistema representativo. Neste sentido, Arraes; Amorin Neto e Simonassi (2017) ressaltam que os determinantes dos resultados eleitorais são também decisivos para a organização dos partidos e para o conteúdo das políticas governamentais. Entender os fatores associados ao processo eleitoral é fundamental para a compreensão da dinâmica e do desempenho de um regime democrático. Neste aspecto, insere-se a integridade das pesquisas eleitorais e seus critérios estatísticos a exemplo do uso ou não das quotas.

A amostragem por quota é um tipo de delimitação de *survey* pertencente à família dos métodos por seleção não aleatória e, portanto não probabilístico utilizado pelos institutos nas pesquisas eleitorais, com o intuito de oferecer uma prévia sobre a intenção de voto, que possibilite ganho de tempo e recurso. Este tipo de coleta de dados vem sendo foco de várias discussões relacionadas a sua confiabilidade e

consistência estatística.

Segundo Bueno (2010) as polêmicas relacionadas às pesquisas eleitorais são resultado do tipo de amostragem utilizada pelos institutos de pesquisas. Para economizar recursos e tempo os institutos passaram a adotar o sistema de amostragem por quotas. Esse procedimento é mais simples de ser executado, entretanto não garante margens de erro íntegras, já que se trabalha com parâmetros fictícios, tornando o método estatístico menos robusto. Neste sentido, Ferraz e Carvalho (2006) ressalta que só é possível determinar margem de erro e nível de confiança consistentes em pesquisas do tipo probabilística robusta. Entretanto esse procedimento não é amplamente e preferencialmente aplicado pelos institutos nas pesquisas eleitorais.

A aplicação da metodologia probabilística robusta numa pesquisa eleitoral é complexa, demorada e apresenta custo elevado. Por força desses fatores, a amostragem probabilística foi negligenciada pelos institutos contratados, mesmo sendo a mais apropriada em função da segurança, confiabilidade e integridade que proporciona. Por exemplo, enquanto uma pesquisa baseada no modelo amostral de quotas registrada no TSE, dura em média de dois a quatro dias, a pesquisa realizada por meio do modelo probabilístico robusto levaria pelo menos um mês para ser feita. Na pesquisa por quotas – a mais simples - antes de começarem as entrevistas, é determinado quantas pessoas (quotas) de cada tipo terá que constar no final, fazendo com que o entrevistador saia procurando um número definido de pessoas para bater a meta (proporção) de acordo com cada variável controle, sem priorizar a aleatoriedade da amostra estratificada.

De acordo com nas pesquisas probabilísticas, os respondentes entrevistados são abordados diretamente em seus domicílios após sorteio de bairros, quadras, ruas, domicílios e até indivíduos para preservar a aleatoriedade. No modelo de quotas, os pesquisadores saem às ruas ou entram em contato pelo telefone ou internet e aplicam questionários nos pontos de maior fluxo de pessoas. No primeiro caso, o método considera o sorteio aleatório dos elementos da amostra, permitindo que todos os eleitores do universo pertinentes ao objeto da pesquisa tenham aleatoriamente a mesma chance de ser consultado, o que não ocorre no procedimento por quotas. É o planejamento e organização do sorteio que garante a aleatoriedade e, portanto, a isenção, ausência de viés e precisão da pesquisa. Para calcular a margem de erro e o nível de confiabilidade estatística se leva em conta as circunstâncias da aleatoriedade dos entrevistados. No sistema de quotas esses critérios são menosprezados (FERRAZ; CARVALHO, 2006).

A controvérsia está no fato de que a amostragem por quota emprega uma estratificação a partir de variáveis de atributo que não preserva aleatorização nas pesquisas eleitorais. Neste caso, Rocha (2016) aponta que a escolha dos eleitores da amostra por quota não é aleatória, pois não é pautada por critério probabilístico e as entrevistas são realizadas em áreas geográficas definidas no plano da pesquisa.

A entrevista é frequentemente realizada na rua e a abordagem ao eleitor é ditada por critérios subjetivos do entrevistador levando em conta os atributos da quota. Raramente se faz entrevista domiciliar, pois compromete a rapidez e o baixo custo da pesquisa que são vantagens relevantes da amostra por quota. No fechamento do procedimento, os tipos de eleitores que faltam para completar as quotas são buscados nas áreas geográficas da pesquisa pelo processo das tentativas.

Rocha (2016) aponta ainda que há um impedimento do cálculo da margem de erro na pesquisa por quota. Esse impedimento se deve ao descumprimento da seleção aleatória do eleitor que impossibilita avaliar a probabilidade de ocorrência da prévia em intervalos. Na opinião do autor não se pode calcular a margem de erro das prévias eleitorais geradas por quota, a menos que, teoricamente, a amostra por quota seja equivalente à amostra aleatória e atenda o critério da distribuição normal dos dados.

Se tal requisito teórico fosse verdadeiro então a amostra por quota se transformaria num processo idealizado com a margem de erro e o nível de significância sendo calculados por fórmulas estatísticas que dependeriam somente do valor da prévia e do tamanho da amostra. Apesar de ilusório, é com essa suposição, que são calculados os parâmetros da margem de erro nas metodologias registradas no TSE. Contudo, além de causar distorções, os parâmetros calculados também sofrem deformações devido a eventual inadequação da hipótese estatística adotada.

Segundo Pereira *apud* Venturolli (2014) o emprego de métodos estatísticos probabilísticos são fundamentais para a compreensão da realidade de um universo a partir de uma amostragem aleatorizada. Neste caso, a amostragem é um dos principais instrumentos da Estatística para levantamento, organização e a análise de um conjunto grande de dados. Isso pode ser feito de duas maneiras: contando todos os elementos do universo de dados de forma determinística ou delimitando uma amostragem dentro de uma confiabilidade estatística e estimando os resultados globais por generalização de forma probabilística. A amostra, portanto, é uma parcela delimitada a ser pesquisada que representa probabilisticamente o universo de dados.

A teoria da probabilidade foi desenvolvida no século XVII pelo filósofo, matemático e físico francês Blaise Pascal (1623-1662) e o matemático, também francês, Pierre de Fermat (1601-1665). Em 1654, eles foram indagados por apostadores sobre quanto uma pessoa poderia ganhar ou perder em jogos de moedas, dados, cartas e roleta. Foi assim que surgiram as fórmulas matemáticas que definem as chances de um evento ocorrer ou não, em termos probabilísticos.

O principal objetivo do planejamento rigoroso da amostra considerando critérios probabilísticos é garantir a menor margem de erro na pesquisa. Margem de erro significa exatamente o que o nome diz, ou seja, um intervalo controlado dentro do qual podem variar os resultados finais. Assim, mesmo que uma pesquisa bem planejada não elimine o erro, ele a limita. Assim o preciosismo metodológico é fundamental, já a margem de erro pode caracterizar, por exemplo, um empate técnico entre dois

candidatos. Prestar atenção na margem de erro é o tipo de cuidado que ajuda a avaliar corretamente as porcentagens das pesquisas eleitorais que antecedem as eleições oficiais (PEREIRA APUD VENTUROLI, 2014)

Entretanto, a fraca lógica probabilística utilizada por algumas empresas que prestam serviços de pesquisa de opinião, a exemplo das pesquisas eleitorais, tem haver com a crença de que a amostragem aleatória é cara e demorada, logo inviável, levando ao uso inadequado e alternativo de amostragem por quotas, que é convenientemente mais barata e mais rápida. Contudo, os estimadores podem se apresentar de forma viesada fazendo com que as margens de erro declaradas não tenham fundamento estatístico (SOUZA, 1990).

De forma geral, as pesquisas eleitorais se enquadram dentro da categoria do método *survey*. Esse termo em inglês quer dizer a pesquisa em grande escala constituída por procedimento quantitativo cuja finalidade é investigar as opiniões de uma amostra de pessoas por meio de questionários ou entrevistas. Caracteriza um tipo particular de pesquisa empírica aplicada, principalmente, no campo social, político e econômico (BABBIE, 2001; MAY, 2004)

De acordo com Babbie (2001) a pesquisa *survey* pode ser aplicada a estudos epidemiológicos, assuntos sociais, políticos, políticas públicas, pesquisas de mercado, de opinião pública, censos demográficos. A pesquisa *survey* objetiva investigar os membros de uma amostra da população-alvo, direta ou indiretamente, de forma padronizada por meio de questionários ou entrevistas com a finalidade de coletar opiniões, percepções, preferências, conhecimento, atitude, crenças, comportamentos, planos e experiências. Também é empregada para levantamentos ou avaliações de processos, resultados de programas e políticas públicas. Para fazer inferências acerca da população-alvo ou sobre aspectos que a influênciam.

A origem do método *survey* está ligada à antiga civilização egípcia. Na Economia, um dos primeiros usos políticos do *surveys* foi feito em 1880, quando Karl Marx enviou pelo correio, 25 mil questionários a trabalhadores franceses a fim de avaliar as relações de exploração entre trabalhadores e empregadores. Entretanto, foram os americanos que desenvolveram o método e apresentaram trabalhos importantes em três nos seguintes segmentos: i) amostragem e coleta de dados; ii) marketing de produtos e de pesquisas políticas; e iii) análise dos fenômenos sociais (BABBIE, 2001).

Samuel A. Stouffer e Paul F. Lazarsfeld são considerados os pioneiros da pesquisa de *survey*, como hoje são conhecidos. Eles refinaram cientificamente a pesquisa com a aplicação de métodos empíricos aplicados a problemas sociais. Um dos mais importantes trabalhos de Stouffer foi a pesquisa sobre os efeitos da depressão dos anos 30 nos EUA e as condições dos americanos negros. Lazarsfeld trabalhou com fenômenos sociais e comportamento econômico por meio dos quais desenvolveu técnicas rigorosas para aplicar métodos empíricos a questões sociais, econômicas e políticas (FLOWER, 2014).

De acordo com Babbie (2001); Freitas (2000) e May, (2004) a pesquisa *survey* tem três finalidades básicas:

- a) Quanto à finalidade de exploração: proporciona maior familiaridade como o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou o aprimoramento de ideias.
- b) Quanto ao objetivo de explicação: preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos.
- c) Quanto ao objetivo de descrição: descreve as características de determinado fenômeno, ou o estabelecimento de relações de variáveis.

Quanto ao desenho da pesquisa *survey*, BABBIE (2001) destaca cinco tipos: i) Interseccional: quando a coleta dos dados de uma dada população é realizada em um único intervalo de tempo; ii) Longitudinal: quando dados são coletados em tempos diferentes, e relatam-se as mudanças que ocorrem em uma determinada população ou amostra; iii) Tendencial: quando uma população geral é amostrada e estudada em ocasiões diferentes. Ainda que pessoas diferentes sejam estudadas em cada *survey*, cada amostra representa a mesma população. Ex. Amostras de Eleitores do Paraná referente às Eleições Gerais de 2010, 2014; iv) Corte: quando cada população é investigada para um período de tempo, com o objetivo de se analisar o que acontece entre elas. Ex. Eleitores dos Municípios A, B, C referentes às Eleições Gerais de 2014; e v) Painel: envolve a coleta de dados, ao longo do tempo, da de várias populações. Ex. Amostra de eleitores dos Municípios A, B e C referente às Eleições Gerais de 2010 e 2014.

Para a pesquisa *survey* a amostragem é a técnica para obter uma amostra (parte) de uma população. Uma população, por sua vez, é um conjunto de elementos que possuem algumas características em comum. A coleta de uma amostra faz-se necessária quando se pretende saber informações sobre a população em estudo. A amostragem pode ser Probabilística ou Não probabilística. O princípio que fundamenta a amostragem probabilística é que uma amostra será representativa da população da qual foi selecionada se todos os membros da população tem a mesma oportunidade de serem selecionados para a amostra. A amostragem Probabilística pode ser de quatro tipos: i) Aleatória Simples: é um processo simples em que cada unidade amostral, antes da tomada, tem igual probabilidade de pertencer a ela. Também pode ser chamada de casual, randômica ou acidental; ii) Sistemática: sua aplicação requer que a população seja ordenada de modo tal que cada um de seus elementos possa ser unicamente identificado pela posição; iii) Estratificada: caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada. Os estratos são características da população que interessam à pesquisa. iv) Por Conglomerados: conglomerado é um conjunto de unidades elementares da população (subgrupos). Cada conglomerado é visualizado como uma espécie de miniatura da população (BABBIE, 2001; MAY, 2004; FLOWER, 2014). Segundo Silva (2013) o pesquisador que usa do método *survey* deve ater-se ao método para obtenção de dados científicos



e não confundir o método com senso ou pesquisas não científicas.

No caso da Amostragem Não-Probabilística pode-se utilizar amostragem não probabilística em situações em que a amostragem probabilística seja dispendiosa demais e/ou quando a representatividade exata não é necessária. Os principais métodos da Amostragem Não-Probabilística de amostragem são: i) Por Conveniência: os participantes são escolhidos por estarem disponíveis para participar da pesquisa; ii) Por Similaridade-Diferença: os participantes são escolhidos por julgar-se que representam, uma situação similar ou, o inverso, uma situação muito diferente; iv) Por Quotas: os participantes são escolhidos proporcionalmente a determinado critério; a amostra é composta por subgrupos; v) Bola de Neve: os participantes iniciais, escolhidos por outro tipo de amostragem indicam novos participantes. Os casos mais típicos são aqueles em que os participantes são escolhidos por representarem a situação típica, não incluindo extremos. Já nos casos Críticos, os participantes são escolhidos em virtude de representarem casos extremos e relevantes para o foco da pesquisa (BABBIE, 2001; MAY, 2004).

Segundo Silva (2013) o método *survey* deve ser realizado com rigor metodológico para que os dados obtidos tenham confiabilidade científica. Para tanto, envolve a coleta de informações através de um instrumento de entrevistas, seja digital, escrito ou presencial com o pesquisador, em uma amostra definida da população em estudo. O instrumento de pesquisa deve proporcionar ao pesquisador a extração de dados, de forma que possa analisá-los através de uma escala mensurável. Geralmente os Instrumentos de Coleta de dados passam por um pré-teste. O pré-teste é aplicação prévia dos instrumentos que serão utilizados para coleta de dados na pesquisa a um número reduzido de indivíduos pertencentes ao grupo que se pretende estudar a fim de se avaliar os instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente o que se pretende medir. O pré-teste não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento. Não pode trazer nenhum resultado referente a esses objetivos (GIL, 2008).

Os aspectos mais importantes a serem considerados no pré-teste são: i) clareza e precisão dos termos: identificar se os termos deverão ser autoexplicativos, não sendo necessária a explicação por parte do pesquisador; ii) quantidade de perguntas: verificar se a quantidade não está excessiva, o que poderá causar cansaço e impaciência dos respondentes; iii) Clareza e forma das perguntas: recomenda-se fazer uma mesma pergunta sob duas formas diferentes, com o objetivo de sondar a reação dos respondentes; iv) ordem das perguntas: verificar a possibilidade de influência que uma pergunta pode exercer na outra; e v) introdução: analisar a melhor forma para iniciar o contato com o participante e a melhor forma de coleta as informações (GIL, 2008).

Para Khoury (2010) e Flower (2014) o método *survey* é uma maneira eficiente de coletar informações a partir de uma amostra de respondentes. É possível trabalhar com grandes amostras. Dependem da motivação, honestidade, memória e habilidade

para responder as perguntas por parte dos participantes. Uma ampla gama de informações pode ser coletada. Técnicas estatísticas são utilizadas para determinar a validade, confiabilidade, significância estatística das informações, erros e desvios padrão.

Neste sentido, um dos fatores mais importantes é a aleatoriedade da amostra a qual se refere à incerteza inerente de um evento acontecer devido a heterogeneidade do universo analisado. Desta forma, as pesquisas eleitorais só podem prever o resultado de uma eleição, se garantir a aleatoriedade e, portanto, a incerteza dos eleitores por meio de uma amostra probabilística sem viés (PITKETHLY, 2013).

Diante do exposto, a metodologia das pesquisas eleitorais torna-se um amplo campo de pesquisa a fim de diagnosticar, compreender e estabelecer mudanças nos procedimentos estatísticos que levem a consistência e confiabilidade dos seus resultados, principalmente em pesquisas que tendem a influenciar resultados importantes como no caso das pesquisas eleitorais.

## **2.1 Amostragem por Quota (Não Probabilística)**

A amostra probabilística baseia-se no fato de que toda a população tem uma chance conhecida de ser incluída na amostra considerando a randomização. Ela garante estatisticamente a possibilidade de generalizar resultados para a população maior a partir de uma amostra precisa e aleatória. Só é apropriado anexar uma margem de erro a amostras probabilísticas que garantam estatisticamente a aleatorização (ZUKIN, 2015).

No caso da amostragem por quotas, a margem de erro é comprometida devida a fragilização da aleatoriedade (randomização) da amostra. Além do que poderá acontecer viés no resultado devido a concentração da seleção de respondentes. Porque os eleitores raramente são distribuídos uniformemente dentro de uma área é importante fazer uma amostragem aleatória para garantir uma representação verdadeira desse universo.

De acordo com Rocha (2016), geralmente, as quotas são definidas de acordo com: i) a população alvo da pesquisa eleitoral, ou seja, área geográfica correspondente à residência do eleitor dividido em subconjuntos em função de certos atributos dos eleitores; ii) a composição percentual dos subconjuntos em relação à população alvo a qual é chamada de quotas; e iii) a participação percentual dos subconjuntos na formação da amostra é igualada às quotas. De forma geral a utilização do procedimento da amostragem por quotas envolve três fases: i) segmentação; ii) definição do tamanho das quotas; e iii) seleção de participantes e comprovação da quota.

Na segmentação a população do estudo é dividida em grupos de forma exaustiva (todos os indivíduos estão em um grupo) mutuamente exclusivos (um indivíduo só pode estar em um único grupo), semelhante à divisão em camadas usadas na amostragem estratificada. Normalmente, esta segmentação é feita através de alguma variável sociodemográfica, como: sexo, idade, classe social ou região.

Na definição do tamanho das quotas é estabelecida a meta (quantidade) de eleitores a serem entrevistados para cada um desses grupos. Normalmente os institutos definem essas metas de forma proporcional ao tamanho do grupo populacional. Por exemplo, se a definição da meta for de acordo com a segmentação por sexo numa população em que há 52% das mulheres e 48% homens, e se quer obter uma amostra de 1.000 pessoas, a delimitação da meta será de 520 mulheres e 480 homens. Estas quantidades são conhecidas como quotas. Também, pode haver situações onde se definem quotas não proporcionais à população.

Na fase de seleção de participantes e comprovação de quotas os institutos de pesquisa buscam os eleitores para preencher as quotas definidas. É nesta fase, que o processo amostral de distância de uma probabilística, principalmente porque na amostragem por quotas é permitido que a seleção de eleitores não seja aleatória, ou seja, os indivíduos podem ser selecionados através da amostra por conveniência. Esta técnica é muito comum e consiste em selecionar uma amostra da população que seja acessível. Ou seja, os eleitores empregados na pesquisa de intenção de voto são selecionados porque eles estão prontamente disponíveis, não porque eles foram selecionados aleatoriamente por meio de um critério estatístico. Segundo OCHOA (2015a, 2015b) geralmente essa conveniência representa uma maior facilidade operacional e baixo custo de amostragem, porém tem como consequência a incapacidade de fazer afirmações gerais com rigor estatístico sobre a população porque o instituto entrevista aqueles eleitores que cumprem o atributo para fechar a quota referente a nossa meta.

A diferença entre a amostra probabilista estratificada e amostra por quotas utilizada em uma pesquisa eleitoral está diretamente ligada ao procedimento de seleção dos eleitores. Na amostra estratificada, tem-se obrigatoriamente uma lista de possíveis entrevistados, todos com certa probabilidade (conhecida) de serem selecionados aleatoriamente. Na amostra por quotas isso não acontece visto que na medida em que o instituto entrevista os eleitores como parte da amostra, ele deliberadamente comprovou serem válidos para a sua pesquisa de intenção de voto (ou seja, ele pode fazer parte dos participantes ou exceder as quotas). Quando, eventualmente, o instituto descarta um eleitor (precisade 100 mulheres, e já temos 101 mulheres), falamos que este indivíduo foi descartado por *quota-full*.

Na visão de Ochoa (2015) há vantagens e inconvenientes no uso da amostragem por quotas. A principal vantagem da amostra por quotas é que ela oferece resultados úteis a um custo baixo e, se as variáveis foram escolhidas de forma correta e os resultados podem ser aproveitáveis. Entretanto, este método apresenta dois inconvenientes: i) a impossibilidade de limitar o erro neste tipo de amostragem e ii) evitar o risco de uma parte significativa do estudo. Por exemplo, se num estudo eleitoral não existia uma quota por regiões, provavelmente irá existir tendências de voto diferentes em algumas regiões, distorcendo fortemente os resultados globais do estudo.

### 3 I PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Foi empregada uma pesquisa exploratória-documental, cuja coleta e análise dos dados basearam-se no levantamento dos critérios estatísticos utilizados pelos institutos de pesquisas. Para tanto, foram utilizadas as pesquisas eleitorais registradas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o cargo de governador do Estado do Paraná nas Eleições Gerais de 2014.

Ressalta-se que todas as informações contidas nas pesquisas eleitorais registradas junto ao TSE são de domínio público, não havendo restrições quanto à sua divulgação. Entretanto, neste artigo os institutos de pesquisa que fizeram parte da amostra serão tratados por meio de nome de pseudônimo. O estudo envolveu uma amostra de 29 pesquisas realizadas por 11 institutos diferentes conforme Tabela 1.

| Institutos indicados por pseudônimo                    | Pesquisas |
|--|-----------|
| IB1  | 06        |
| DF2  | 05        |
| VD3  | 04        |
| DV4  | 02        |
| GV5  | 03        |
| RP6  | 02        |
| RI7  | 02        |
| IV8  | 02        |
| LF9  | 01        |
| OP10   | 01        |
| IP-11  | 01        |
| Total de pesquisas eleitorais registradas e analisadas | 29        |

Tabela 01: Delimitação da amostragem (unidades)

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados do TSE (2015).

As pesquisas eleitorais são registradas e ficam disponibilizadas na base de dados do TSE em arquivo do tipo *Portable Document Format* (pdf). Em relação as 29 pesquisas foram catalogadas os seguintes critérios estatísticos por instituto e pesquisa: i) Margem de erro; ii) Confiabilidade Estatística; iii) Quantificação amostral; iv) Tipo de amostragem; v) Estratificação espacial da amostra. Os resultados finais foram planilhados e analisados de forma a responder o objetivo de estudo proposto. Para análises foram utilizadas função da estatística descritiva, tais como frequência, taxa de frequência e amplitude.

## 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 A Governança das Pesquisas Eleitorais

Todas as pesquisas de intensão de voto relacionadas às eleições de candidatos eletivos de qualquer nível - municipal, estadual e federal - são compulsoriamente registradas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A divulgação de pesquisa eleitoral sem o prévio registro das informações junto à Justiça Eleitoral é passível de multa no valor de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil Unidades de Referência Fiscal (UFIR) para seus responsáveis. Pelo crime de ausência de registro podem ser responsabilizados penalmente os representantes legais da empresa ou entidade que fez a pesquisa e o órgão veiculador. A penalidade, também é aplicável a quem divulga pesquisa eleitoral sem registro prévio das informações e não a quem a divulga sem as informações do registro.

Conforme TSE – BRASIL - Artigo 33 da Lei n. 9504/1997 e TSE – BRASIL - Resolução do TSE n. 23453/2015 as pesquisas devem ser registradas até cinco dias antes da divulgação de cada resultado. Contudo, é proibido segundo Artigo 35 da mesma Lei: (...) *a divulgação de pesquisas eleitorais por qualquer meio de comunicação, a partir do décimo quinto dia anterior até as 18 (dezoito) horas do dia do pleito.*

A única exceção ao registro é a possibilidade de divulgação de pesquisa eleitoral, enquetes ou sondagens, inclusive no dia das eleições, seja no horário eleitoral gratuito, seja na programação normal das emissoras de rádio e televisão acompanhada de esclarecimento técnico de que não se trata de pesquisa eleitoral. Nesse caso não há necessidade de registro da enquete, por não se confundir com pesquisa eleitoral.

As condições de obrigatoriedade de registro junto ao TSE de dados essenciais da pesquisa eleitoral, sob a pena de multa, seguem os seguintes critérios: i) quem contratou a pesquisa; ii) valor e origem dos recursos despendidos no trabalho; iii) metodologia e período de realização da pesquisa; iv) plano amostral e ponderação quanto a sexo, idade, grau de instrução, nível econômico e área física de realização do trabalho a ser executado, intervalo de confiança e margem de erro; v) sistema interno de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo; vi) Questionário completo aplicado ou a ser aplicado; e vii) nome de quem pagou pela realização do trabalho e cópia da respectiva nota fiscal.

O registro de pesquisa eleitoral não é passível de deferimento ou indeferimento, ou seja, o magistrado eleitoral não pode proibir a publicação de pesquisa eleitoral mesmo sob a alegação do exercício do poder de polícia.

Após registros dos procedimentos metodológicos a Justiça Eleitoral afixa em edital e divulga em seu sítio na Internet, num prazo de vinte e quatro horas, o aviso comunicando o registro das informações da pesquisa, e colocando-as à disposição dos partidos, coligações, candidatos ao pleito o livre acesso às informações pelo prazo de 30 (trinta) dias. Após esse prazo os procedimentos metodológicos ficam

disponíveis no site do STE.

Mediante requerimento à Justiça Eleitoral, os partidos poderão ter acesso ao sistema interno de controle, verificação e fiscalização da coleta de dados das entidades que divulgaram pesquisas de opinião relativas às eleições, incluídos os referentes à identificação dos entrevistadores e, por meio de escolha livre e aleatória de planilhas individuais, mapas ou equivalentes, para confrontar e conferir os dados publicados, preservada a identidade dos respondentes.

Para registro da pesquisa eleitoral junto à Justiça Eleitoral as entidades e empresas executoras utilizam o Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle) disponível no site do TSE. O cadastramento dessas empresas e entidades é um procedimento estritamente eletrônico, realizado via Internet a cada nova eleição. Mesmo àquelas empresas que já realizaram o registro em eleições anteriores são obrigadas a realizar novo registro. As informações e os dados registrados no sistema como resultados ficam à disposição de qualquer interessado.

O PesqEle é composto dos seguintes módulos: i) Consulta às pesquisas registradas; ii) Consulta às pesquisas eleitorais por estatísticos; iii) Registro de empresas e entidades de pesquisas e cadastro de pesquisas e iv) Validação de código de registro de pesquisas eleitorais. É importante ressaltar que de acordo com o TSE (2016) a Justiça Eleitoral não realiza qualquer controle prévio sobre o resultado das pesquisas, tampouco gerencia ou cuida de sua divulgação. Além do que, não há por parte do TSE, qualquer avaliação sobre a qualidade do procedimento estatístico empregado na pesquisa eleitoral com o objetivo de contestação e proibição de sua execução nos termos estatísticos registrados. Esse é um dos fatores que influencia na expansão do mercado de pesquisas eleitorais no Brasil.

#### 4.2 O Mercado das Pesquisas Eleitorais nas Eleições Gerais de 2014

Nas Eleições Gerais de 2014 foram registradas junto ao TSE, 2429 Pesquisas Eleitorais para os cargos de presidente, governador, senador e deputados federal, estadual e distrital no período de 03/01/2016 a 23/10/2014. A Tabela 2 apresenta a frequência de pesquisas realizada por Unidade Federativa (UF).

| UF | Frequência (unidade) | Taxa de Frequência |
|----|----------------------|--------------------|
| AC | 33                   | 2,23               |
| AL | 12                   | 0,81               |
| AM | 63                   | 4,26               |
| AP | 18                   | 1,22               |
| BA | 23                   | 1,56               |
| CE | 26                   | 1,76               |
| DF | 72                   | 4,87               |
| ES | 31                   | 2,10               |
| GO | 149                  | 10,08              |

| UF              | Frequência (unidade) | Taxa de Frequência |
|-----------------|----------------------|--------------------|
| MA              | 52                   | 3,52               |
| MG              | 176                  | 11,91              |
| MS              | 55                   | 3,72               |
| MT              | 96                   | 6,50               |
| PA              | 48                   | 3,25               |
| PB              | 21                   | 1,42               |
| PE              | 40                   | 2,71               |
| PI              | 191                  | 12,92              |
| PR              | 30                   | 2,03               |
| RJ              | 64                   | 4,33               |
| RN              | 39                   | 2,64               |
| RO              | 40                   | 2,71               |
| RR              | 13                   | 0,88               |
| RS              | 33                   | 2,23               |
| SC              | 24                   | 1,62               |
| SE              | 33                   | 2,23               |
| SP              | 53                   | 3,59               |
| TO              | 43                   | 2,91               |
| <b>SubTotal</b> | <b>1478</b>          | <b>60,85</b>       |
| <b>BR</b>       | <b>951</b>           | <b>39,15</b>       |
| <b>Geral</b>    | <b>2429</b>          | <b>100</b>         |

Tabela 02: Taxa de frequência das Pesquisas Eleitorais por UF - Eleições Gerais de 2014 (%).

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados do TSE (2016).

Do total de pesquisas realizadas nas Eleições Gerais de 2014, 39,15% ou 951 foram realizadas para o cargo de presidente e 60,85% ou 1478 abrangeram os cargos de governador, senador e deputado federal e estadual. Os Estados que mais realizaram pesquisas eleitorais, de forma relativa, foram, respectivamente, o Piauí, Minas Gerais e Goiás. Enquanto a média de pesquisas por Estado foi de 55 pesquisas, nessas Unidades Federativas o número foi de 191, 176 e 141, respectivamente. No Paraná foram realizadas 30 pesquisas para o cargo de governador e senador, ficando abaixo da média nacional. Inclusive, uma pesquisa das 30 pesquisas, foi feita só para a intensão de voto a senador.

Foram registradas junto ao TSE 986 empresas para execução das pesquisas eleitorais nas Eleições Gerais de 2014, incluindo microempresa (ME). Segundo dados levantados juntos à base de empresas do TSE, o instituto com maior número de pesquisas registradas foi o Ibope Inteligência Pesquisa e Consultoria Ltda com um taxa de frequência de 15,69%, ou seja, ela realizou 381 pesquisas. Sendo que do total, 201 foram realizadas para presidente e 180 para os cargos de governador, senador, deputado federal e estadual. De acordo com as pesquisas registradas junto ao TSE, Ibope faturou R\$ 19,8 milhões só com as pesquisas para presidente. Estima-

se que com as contratações de pesquisas para os cargos de governador, senador e deputado federal e estadual, o Ibope faturou mais R\$ 13,4 milhões, totalizando R\$ 33,2 milhões. A segunda empresa com maior número de registros de pesquisas junto ao TSE foi o Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda. com uma participação de 3,87% ou 94 pesquisas. Estima-se que o mercado das pesquisas eleitorais com foco nas Eleições Gerais de 2014 tenha movimentado, aproximadamente, R\$ 135 milhões, segundo valores registrados junto ao TSE.

No Paraná, foram gastos com pesquisas eleitorais para cargos de governador o total de R\$ 1,4 milhões. Sendo que as pesquisas realizadas pelo Ibope totalizaram R\$ 446,9 mil, ou seja, 33% do total. O custo unitário da pesquisa eleitoral para governador, deputado federal e estadual no Paraná apresentou um valor mínimo de R\$ 3,21 por entrevistado e máximo de R\$ 67,40 para uma média de R\$ 34,03. Já o custo unitário da pesquisa realizada pelo Ibope para presidente apresentou uma amplitude mínima de R\$ 3,99 e máxima de R\$ 124,38.

Contatou-se que para um mesmo número de amostra os valores cobrados não foram uniformes. Por exemplo, uma pesquisa realizada para 1000 a 1250 amostras (eleitores) variou de R\$ 15.000,00 a R\$ 81.415,38, entre as empresas que atuaram no Paraná.

A inhomogeneidade de preços cobrados pelas pesquisas foi constatada inclusive para valores cobrados dentro de uma mesma amostra, conforme mostra os dados da Tabela 03.

| Amostra | Amplitude dos valores cobrados por pesquisa (R\$ 1,00) |
|---------|--|
| 812     | 50.327,76 a 10.100,00                                  |
| 1008    | 60.480,00 a 98.521,53                                  |
| 1204    | 72.240,00 a 93.900,00                                  |
| 1512    | 90.720,00 a 134.069,04                                 |
| 1806    | 120.821,00 a 120.821,00                                |
| 2002    | 130.130,00 a 214.600,00                                |
| 2506    | 213.010,00 a 213.010,00                                |
| 3010    | 255.850,00 a 255.850,00                                |
| 4000    | 63.000,00 a 133.933,00                                 |
| 5000    | 90.720,00 a 133.933,80                                 |
| 6000    | 133.933,80   |
| 7000    | 133.933,80   |
| 64200   | 255.850,00   |

Tabela 03: Amplitude dos valores cobrados por pesquisa de acordo com a quantidade amostral

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados do TSE (2016).

A análise de regressão revelou uma relação significativa inversa entre custo



unitário e amostra para as pesquisas eleitorais para o cargo de presidente. Na medida em que a amostra aumentou (ou diminuiu) em 1%, o custo unitário diminuiu (ou aumentou) em 0,395%. Considerando que o aumento da amostra exige maior infraestrutura de pesquisa e, portanto, maior custo, não justifica, neste caso, uma condição de escala crescente decorrente da minimização dos custos em função do aumento da amostra, quando aplicados procedimentos estatísticos robustos de pesquisa. A utilização do procedimento de quotas amostrais tende a influenciar na diminuição dos custos. Segundo Lupion (2016), em São Paulo e no Rio de Janeiro, as pesquisas eleitorais realizadas pelos dois maiores institutos custa entre R\$ 79 mil a R\$ 95 mil, as quais costumam ser contratadas por entidades de representação, por veículos de comunicação e pelos próprios partidos e candidatos que têm interesse nos resultados prévios.

### 4.3 Configuração Estatística das Pesquisas Eleitorais

A análise do procedimento estatístico aplicado nas pesquisas eleitorais para o cargo de governador do Paraná nas Eleições Gerais de 2014 envolveu os seguintes critérios: i) confiabilidade estatística e significância; ii) margem de erro; iii) quantificação amostral; iv) delimitação amostral; e v) estratificação espacial da amostra.

O primeiro conjunto de critério analisado foi composto pela confiabilidade estatística, a margem de erro e a amostra. Quando se realiza uma pesquisa eleitoral, a exemplo do cargo de governador do Estado do Paraná, deve considerar o universo de eleitores definido a partir das informações estatísticas dos eleitores, fornecido pelo TSE. Essas informações são obtidas a partir dos dados do cadastro eleitoral, sendo que para fins de estatística das eleições gerais de 2014, o mês de referência para consulta, definido pelo TSE, foi julho de 2014 o qual é resultado do processamento dos dados conforme cronograma operacional constante da Resolução nº 23.402/2013. Para tanto o Paraná possuía em julho de 2014 o total de 7.865.950 eleitores representando 5,508% do total de 142.822.046 eleitores brasileiros (TSE, 2016).

A pesquisa eleitoral caracteriza-se como um processo estatístico probabilístico visando a sondagem de informações das preferências dos eleitores em relação aos candidatos aplicada junto a uma amostra do universo de eleitores. Como a amostra tem um tamanho inferior ao total do universo, é obrigatório definir certo nível de erro nos dados para a amostra de eleitores pesquisados. Portanto, ao se aceitar uma determinada porcentagem (%) de erro, deve-se definir o tamanho mínimo de amostra de eleitores que precisará ser entrevista para garantir uma determinada confiabilidade estatística.

Ao se fixar o erro máximo que se deverá aceitar em uma pesquisa eleitoral, trabalha-se com dois parâmetros: i) o nível de confiança; e ii) a margem de erro. A margem de erro segundo Larson e Farber (2010) é o intervalo no qual se espera encontrar o dado que se quer medir do universo. No caso de uma pesquisa eleitoral esse dado é geralmente uma proporção. Por exemplo, se hipoteticamente a preferência

entre os eleitores do Paraná por um determinado candidato a governador é de 45% e a margem de erro for de 2 pontos percentuais (p.p.). Isso significa que se espera que essa proporção ( $g$ ) esteja entre  $(45 - 2)$  e  $(45 + 2)$ , o que dá um intervalo de  $p(43\% \leq g \leq 47\%) = 0,95$ . Uma margem erro estimada equivocadamente gera intervalo de confiança falso, fazendo com que a pesquisa seja divulgada de forma incorreta. Faz com que a mídia divulgue um empate técnico que às vezes não se caracteriza. Ou o candidato tanto pode ter os 47% que o dariam a vitória, quanto pode ter apenas 43%, de acordo com a margem.

Para Anderson; Sweeney e Williams (2014) o nível de confiança expressa a certeza de que a informação do que se busca está realmente dentro da margem de erro. Por exemplo, no caso da pesquisa eleitoral, ao se trabalhar com um nível de confiança de 95%, pode-se dizer que a porcentagem de eleitores do universo que têm preferência por um determinado candidato a governador, se encontrará em 95% dos casos entre 43% e 47%. Ou seja, ao se repetir essa pesquisa 100 vezes, selecionando amostras aleatórias do mesmo tamanho, 95 vezes a proporção encontrada estaria dentro do intervalo e 5 vezes fora dele.

Para pesquisas que envolvem a coleta de preferência ou opinião junto a uma determinada população a confiabilidade estatística deve-se ser no mínimo, igual ou superior a 95%. Ressalta-se que a margem de erro, o nível de confiança e o tamanho da amostra estão intimamente ligados. Sendo assim, para obter-se um determinado nível de confiança e uma margem de erro - como, por exemplo, erro de 2% com confiança de 95% - é necessário um tamanho mínimo de amostra que ratifique esse critério. Ao se alterar qualquer um dos 3 parâmetros (nível de confiança, margem de erro, ou tamanho da amostra) implicará numa modificação entre os parâmetros, ou seja: i) ao se reduzir a margem de erro é obrigatório aumentar o tamanho da amostra; ii) ao se aumentar o nível de confiança é obrigatório a aumentar o tamanho da amostra; e iii) ao se aumentar o tamanho da amostra, pode-se reduzir a margem de erro ou aumentar o nível de confiança.

Exemplificando, ao se estimar a proporção de eleitores que tem preferência sobre um determinado candidato a governador de uma amostra, pode-se saber qual é a probabilidade de que no universo de eleitores tenha essa mesma proporção ou um valor próximo. Nesse caso, a proporção de preferência eleitoral estimada será o mais provável ao nível do universo. Contudo, conforme esse valor varia para baixo ou para cima, os valores ficam menos prováveis em relação ao universo. No exemplo, se 45% da amostra dos eleitores tem preferência por candidato X a Governador, pode-se afirmar que 45% é o valor mais provável de se encontrar se a pesquisa tivesse considerado todo o universo de eleitores, por que os parâmetros estatísticos foram íntegros. Uma proporção menor ou maior fora do intervalo seria menos provável de ser verdadeira para o universo.

Segundo Larson e Farber (2010) e Anderson; Sweeney e Williams (2014) são os teoremas conhecidos como Lei dos Grandes Números (LGN) e Teorema do Limite

Central que sustentam a associação entre a confiabilidade estatística, a margem de erro e a amostra. A LGN fornece o suporte matemático à ideia de que a média de uma amostra aleatória de uma população grande tenderá a estar próxima da média da população determinística (completa). Principalmente, o teorema do limite central mostra que, em condições gerais, a soma de muitas variáveis aleatórias independentes (no exemplo, os eleitores que tem preferência por um candidato a governador) se aproxima bem de uma distribuição normal, também conhecida como *Curva de Gauss*.

O que caracteriza uma distribuição gaussiana ou normal é o fato da probabilidade diminuir conforme a média amostral se distancia da média populacional. Parta tanto, pode-se fixar um intervalo ao redor do valor mais provável, de forma a englobar 95% da probabilidade - nível de confiança. A distância que se tem que tomar a partir do valor mais provável para englobar esses 95%, determina a margem de erro.

Em uma distribuição normalizada (média 0, desvio padrão 1) para se englobar os valores que cobram 95% dos casos, é preciso definir uma margem de erro entre -1,96 e +1,96 da média. Se se quer cobrir 99% dos casos, a margem de erro deve distanciar-se até +-2,58. Nesse caso, a fórmula da estimativa de uma proporção amostral considera o parâmetro do valor crítico dado o nível de confiabilidade estatística (**Z**), o qual é o desvio do valor médio que aceitável para alcançar o nível de confiança desejado. Em função do nível de confiança que se busca, deve-se usar um valor determinado que é dado pela forma da distribuição de Gauss: i) Nível de confiança 90% tem-se  $Z=1,645$ ; ii) Nível de confiança 95% tem-se  $Z=1,96$  e iii) Nível de confiança 99% tem-se  $Z=2,575$ . Embora a curva normal vá até o infinito (positivo e negativo), a quase totalidade dos casos cai entre -3 e +3 DP (ou  $z$ ) correspondendo a 99,74% dos casos.

Ressalta-se, também, que nas expressões matemática usadas para o cálculo da amostragem a exigência do registro da proporção do evento acontecer ( $p$ ) por vezes, traz certa confusão, visto que as pessoas tentem a questionar a definição da proporção esperada, uma vez que se está fazendo uma pesquisa para conhecer esta proporção. A razão pela qual a proporção  $p$  aparece na fórmula é que quando uma população é muito uniforme, a convergência para uma população normal é mais precisa, permitindo reduzir o tamanho da amostra. Se no exemplo, a esperança é de que no máximo a proporção de eleitores que tenha preferência por determinados candidatos seja de 5%, poderia usar este valor como  $p$  e o tamanho da amostra reduziria. Contudo, se não se tem ideia do que se deve esperar, a opção mais prudente é usar o pior cenário: a população se distribui em partes iguais entre os candidatos, no caso de dois candidatos tem-se  $p=50\%$ , no caso de 4 candidatos tem-se 25%. Geralmente quando não se tem nenhuma informação sobre o valor que se espera encontrar usa-se 50%.

Os dados da Tabela 04 contém a quantificação amostral, o nível de confiança, a margem de erro e a aferição da amostra por instituto para as pesquisas eleitorais a governador do Paraná analisadas nas Eleições Gerais de 2014.

| Instituto | Pesquisa | Amostra<br>(Nº De Entrevistas) | Nível De Con-<br>fiança (%) | Margem De Erro<br>(%) | Aferição<br>Amostral |
|-----------|----------|--------------------------------|-----------------------------|-----------------------|----------------------|
| IB1       | 1        | 5000                           | 99,0                        | 2,00                  | 4144                 |
|           | 2        | 1512                           | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
|           | 3        | 1512                           | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
|           | 4        | 1204                           | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
|           | 5        | 1008                           | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
|           | 6        | 1008                           | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
| DF2       | 1        | 1392                           | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
|           | 2        | 1344                           | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
|           | 3        | 1280                           | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
|           | 4        | 1248                           | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
|           | 5        | 1248                           | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
| VD3       | 1        | 780                            | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
|           | 2        | 500                            | 95,0                        | 4,38                  | 501                  |
|           | 3        | 780                            | 95,0                        | 3,50                  | 784                  |
|           | 4        | 500                            | 95,0                        | 4,38                  | 501                  |
| DV4       | 1        | 1536                           | 95,0                        | 2,00                  | 2401                 |
|           | 2        | 600                            | 95,0                        | 2,00                  | 2401                 |
| GV5       | 1        | 1057                           | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
|           | 2        | 800                            | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
|           | 4        | 1067                           | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
| RP6       | 1        | 629                            | 94,0                        | 3,10                  | 978                  |
|           | 2        | 629                            | 94,0                        | 3,10                  | 978                  |
| RI7       | 1        | 1208                           | 95,5                        | 2,90                  | 1154                 |
|           | 2        | 1199                           | 95,5                        | 2,90                  | 1154                 |
| IV8       | 1        | 1199                           | 95,0                        | 2,05                  | 2285                 |
|           | 2        | 2302                           | 95,0                        | 2,05                  | 2285                 |
| LF9       | 1        | 2625                           | 98,0                        | 2,00                  | 2555                 |
| OP10      | 1        | 600                            | 95,0                        | 4,00                  | 600                  |
| IP11      | 1        | 602                            | 95,0                        | 3,00                  | 1067                 |
| Total     | 29       |                                |                             |                       |                      |

Tabela 04: Quadro comparativo da amostra, nível de confiança, margem de erro e aferição amostral para pesquisa eleitoral para governador do Paraná nas Eleições Gerais de 2014.

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados do TSE (2016).

Contatou-se que apenas 6,9% das pesquisas analisadas definiram uma confiabilidade estatística com parâmetro de 94%. A grande maioria das pesquisas, ou seja, 79,31% definiram a confiabilidade estatística de 95% para as pesquisas eleitorais para o governador do Paraná.

Quanto à margem de erro, constatou-se que 51,72% das pesquisas utilizaram o parâmetro de 3%. A menor margem de erro foi de 2% encontrada em 13,79% das pesquisas. No geral, o intervalo da margem de erro foi 2% a 4,38%.

Quanto à quantificação amostral, em média foram utilizadas 1254 entrevistas por pesquisas, contudo constatou-se uma dispersão muito grande identificada por um

coeficiente de variação de 69,56%. Ou seja, foram identificadas amostras mínimas de 500 e máxima de 5000 entrevistados por pesquisa.

A aferição amostral constatou-se que 41,38% das pesquisas eleitorais para o cargo de governador do Paraná nas Eleições Gerais de 2014 utilizaram uma amostragem abaixo do necessário de acordo com os parâmetros da margem de erro e do nível de confiança registradas junto ao TSE. O déficit amostral foi de -4 a - 1771 entrevistas. Portanto nesses casos, ao se diminuir o tamanho da amostra, ocorre um aumento da margem de erro e também uma diminuição do nível de confiança, não refletindo a confiabilidade registrada junto ao TSE e conseqüentemente divulgada. Destaca-se que apenas quatro institutos de pesquisa que atuaram no Paraná nas Eleições Gerais de 2014, apresentam 100% de integridade por ter definido corretamente o tamanho da amostra em todas as suas pesquisas.

O terceiro critério analisado foi a caracterização do tipo de amostragem probabilística utilizada pelos institutos. Das 29 pesquisas eleitorais analisadas para o cargo de governador do Estado do Paraná nas Eleições Gerais de 2014, 90% usaram amostragem estratificada não probabilística por quotas. O procedimento de amostragem estratificada por quotas consiste em buscar repetir na amostra a proporção de elementos de cada estrato da população. O que diferencia a amostragem por quotas da amostragem estratificada proporcional é que, no primeiro caso, os elementos da amostra não são selecionados através de sorteio aleatório dos elementos da amostra. Contudo, em ambos os casos, se, por exemplo, a proporção de mulheres na população for de 52%, a porcentagem do gênero feminino na amostra deverá ser também de 52%.

Nas pesquisas eleitorais para o cargo a governador do Paraná (Eleições Gerais de 2014) catalogou-se os tipos de amostragem e respectiva estratificação espacial da amostra, conforme relação abaixo:

- Amostragem Aleatória Simples (AAS) da População  $\geq 16$  anos: com *quotas* proporcionais de acordo com a faixa etária com dicotomia de gênero para cada bairro.
- Amostragem Aleatória Simples (AAS) em 2 Estágios compreendendo: i) sorteio dos setores censitários; ii) quotas amostrais proporcionais de acordo com sexo, idade, grau de instrução e nível econômico do eleitor.
- Amostragem Aleatória Simples (AAS) em 3 Estágios: i) sorteio das cidade/proporcional aos eleitores; ii) sorteio dos setores censitários/cidade; iii) seleção dos eleitores por *quotas* amostrais proporcionais de acordo com sexo, idade, instrução e nível econômico
- Amostragem Aleatória Simples (AAS) em 3 Estágios: proporcional abrangendo os bairros, simples constituída do sorteio das quadras dentro dos bairros e amostragem sistemática de domicílios. Nas regiões de grande concentração de prédios, as entrevista são constituídas de quotas de passantes

e moradores das quadras selecionadas. Trata-se de entrevista com eleitor residente, tendo como população alvo o eleitorado do município de Foz do Iguaçu.

- Amostragem Aleatória Simples (AAS) em 2 Estágios: Sorteio dos Bairros e *quotas* da população por faixa-etária e dicotomia de sexo.
- Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPT) de eleitores em 3 Estágios: i) sorteio de Municípios; ii) PPT para zonas/seções de votações; iii) *quotas* amostrais proporcionais de acordo com sexo e idade.
- Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPT) em 2 Estágios: PPT-População  $\geq 16$  anos e *quotas* proporcionais com dicotomia de gênero de acordo com idade, escolaridade, nível econômico categorizado pela População Economicamente Ativa (PEA) e Não PEA);
- Amostragem Probabilística Domiciliar em 2 Estágios: i) PPT-Setores/Eleitores; ii) seleção de respondente (população) por *quotas* proporcionais (sexo, idade, nível econômico, escolaridade)
- Estratificação do Estado por agrupamento de Microrregiões obedecendo a critério geográfico e porte dos Municípios. Sorteio de setores censitários em cada estrato; Seleção de domicílios por Amostragem Aleatória Sistemática compreendendo entrevista por idade/sexo.
- Estratificada por mesorregião paranaense em 3 Estágios: i) Amostragem estratificada para seleção dos municípios (31); ii) amostragem aleatória do eleitores segundo o TSE; delimitação das quotas por sexo, faixa etária, renda familiar.
- *Quotas* amostrais proporcionais de acordo com região, sexo e faixa etária, Sendo escolaridade e renda familiar não são controladas nas contas. Adapta-se o resultado às proporcionalidades da faixa-etária, escolaridade e renda familiar.
- Sem especificação do método apenas indicação dos números (*quotas*) de entrevistas por sexo, faixa etária, instrução e nível econômico. Pode haver sobreposição de entrevistas.

Quanto a utilização de amostragem por quotas Bracarense (2012) ressalta que institutos de pesquisa utilizam o levantamento por quotas, com entrevistas na rua, em que o pesquisador de campo escolhe as pessoas ate que cada uma das quotas seja completada. Segundo o autor, a possibilidade de escolha dos elementos da amostra tende a ser influenciada pelo pesquisador de campo o que impute viés ao levantamento lesando as previsões em relação à população de onde saiu à amostra.

Pessoas andando rápido ou mais concentradas acabam não sendo abordadas pelo agente de campo apesar de poderem representar uma parcela importante de opinião, dependendo do objeto da pesquisa. Neste caso as podem ter resultados tendenciosos em razão da escolha da amostra. Se a divulgação do resultado de pesquisas eleitorais pode de fato influenciar a opinião de eleitores indecisos, candidatos podem forçar o resultado de uma pesquisa Induzindo que colaboradores de sua campanha participem várias vezes de uma pesquisa de rua (BRACARENSE, p. 87-88, 2012).

De acordo com Curtice (1997) e March; Scarbrough (1990), a amostragem por quotas compreende, basicamente, três fases: i) Segmentação da população objeto de pesquisa: divide-se a população em grupos semelhante à divisão usada na amostragem estratificada, de forma de um indivíduo só pode estar em um único grupo. Essa categorização é feita por meio de variáveis sociodemográficas como sexo, faixa-etária, nível de renda, escolaridade, regiões, e outras; ii) Definição do tamanho da quota: estabelece-se o número de indivíduos a serem entrevistados para cada um dos grupos. Esses números são definidos de forma proporcional ao tamanho do grupo populacional. Por exemplo, se há 52% de mulheres eleitoras e 48% de homens, e se quer obter uma amostra de 1000 pessoas define-se 520 mulheres (52%) e 480 homens (48%). Estes objetivos são conhecidos como quotas. Nesse exemplo, tem-se uma quota de gênero de 520 mulheres e 480 homens. Em alguns casos, se definem quotas não proporcionais à população, para poder aprofundar a análise de um grupo específico; iii) Seleção de participantes e execução das quotas: nesta fase busca-se por pessoas para cobrir a metas das quotas definidas, afastando-se da amostra probabilística conforme ressaltou BRACARENSE (2012). Na amostragem por quotas é permitido que a seleção de indivíduos não seja aleatória, ou seja, os indivíduos podem ser selecionados através da amostra por conveniência. Por exemplo, em uma pesquisa se define uma quota de 100 pessoas com menos de 25 anos e 100 pessoas com idades igual ou maior que 25 anos, caso não se consiga atingir 100% da quota prometida, os pesquisador podem sair às ruas e abordar pessoas, entrevistando aquelas que cumprem as idades restantes para fechar a quota referente a nossa meta.

De forma geral e de acordo com as etapas acima, a diferença entre a amostra estratificada e amostra por quotas está na forma como é realizada a seleção dos participantes que compõe a amostra da pesquisa. Na amostra estratificada, tem-se uma lista de possíveis entrevistados, todos tem aleatoriamente a mesma chance de ser entrevistado, portanto, com uma probabilidade conhecida de serem selecionados. Já na amostra por quotas isso não acontece, pois na medida em que se vai abordando candidatos para fazer parte da amostra, se comprova se são válidos para a pesquisa, ou seja, verifica-se se ele pode fazer parte ou excede à quota. Quando, eventualmente, se descarta um participante este elemento é denominado *quota-full*.

Nas pesquisas analisadas observou-se que a amplitude espacial abrangeu os Municípios do Paraná, a exceção de duas pesquisas que foram realizadas

especificamente com foco no Município de Maringá e Foz do Iguaçu. Quanto a seleção de variáveis de controle para fins de delimitação de quotas das pesquisas analisadas foram identificadas o uso mais frequente das seguintes variáveis: i) Sexo: feminino e masculino; ii) Faixa-etária; iii) Grau de instrução; iv) Nível econômico; v) Renda familiar; vi) População Econômica Ativa (PEA) e Não PEA; vii) Setores Censitários/Cidade; viii) Zonas/seções de votação; ix) Quadras/Domicílios; x) Microrregiões; xi) Porte do Município.

A estratificação da população por meio da seleção de variáveis de controle está relacionada ao fato de que o uso de quotas precisa garantir que a amostra seja o mais representativa possível dentro do universo estudado. Quando o instituto define quotas de sexo e faixa-etária em uma amostra, independente do método de seleção de indivíduos está se tentando garantir que a amostra apresente proporções idênticas do universo quanto ao sexo e a idade. Neste sentido, a definição das variáveis de controle para delimitação das quotas apresenta duas fragilidades: i) a população pode ser alterada devido ao processo de seleção não aleatório que se aplica; e ii) pode influenciar no dado que se quer medir.

O problema é definir quais variáveis devem ser delimitar cada quota. Geralmente, o mais usual nos procedimentos adotados pelos institutos é definir quotas por sexo, idade, classe social e quotas geo-espaciais. Em 20% delas a margem de erro reestimado ficou acima do parâmetro informado ao TSE. Contudo, esse não é o grande problema das pesquisas eleitorais, mas sim o fato que a pesquisa eleitoral realizada por meio de quotas amostrais induz as resposta, já que a aleatorização amostral é negligenciada.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num processo eleitoral as pesquisas eleitorais tentem a influenciar voto. Eleitores indecisos, essencialmente, são mais sensíveis à influência das pesquisas eleitorais, tendendo a votar no candidato que apresenta maior intenção de voto, o qual hipoteticamente terá mais chance de ganhar. Esse comportamento do eleitor conhecido como “efeito manada”. Por outro lado, as pesquisas eleitorais podem ser utilizadas por partidos ou coligações que defendem o “voto útil”, ou seja, o candidato que tem mais chance de vencer o candidato concorrente.

Diante da importância que as pesquisas eleitorais têm para o cenário político brasileiro, este estudo teve como finalidade apresentar argumentos para subsidiar as discussões sobre a eficiência da condução metodológica, principalmente amostral, sobre as pesquisas eleitorais tomando como base as Eleições Gerais de 2014 para o cargo de governador do Estado do Paraná. Neste sentido, constatou que em 90% das pesquisas eleitorais analisadas, os institutos contratados utilizaram a amostragem não probabilística por quotas, alegando motivos de economia de tempo e custos.



É fato que a utilização das quotas amostrais é muito comum quanto se trata das pesquisas eleitorais, por meio da qual a coleta de opinião ou preferência se dá por meio telefônico, internet ou entrevista pessoal sem o cumprimento ao critério robusto da aleatorização da amostra. O método de amostragem não probabilística por quotas apresenta dois inconvenientes. O primeiro é a impossibilidade de limitar o erro neste tipo de amostragem e o segundo é que a amostragem por quotas poderá resultar em viés de uma parte significativa do estudo. Em pesquisa do tipo eleitoral, quando não se atende a exigência de aleatorização, dentro de uma estratificação, seja por regiões, mesorregião, microrregião, municípios ou bairro provavelmente irá existir viés espacial de voto, distorcendo os resultados globais do estudo.

O fato é que a utilização de quotas em uma amostragem não probabilística não permite transformá-la em probabilística. Não é possível calcular a margem de erro e nível de confiança dos resultados. Ou seja, o uso de quotas não permite medir a precisão dos resultados.

Os institutos para minimizar o problema do uso de quotas descrevem seu método estatístico, inicialmente, como a configuração de amostragem probabilística, inserindo a indicação das quotas de acordo com as variáveis de controles, paliadamente, no meio da descrição do método estatístico registrado junto ao TSE. Para os institutos contratados pelos candidatos, o uso das quotas possibilita ganho de tempo e diminuição de recursos em detrimento da confiabilidade estatística da pesquisa. Contudo, no aspecto científico não se caracteriza como uma pesquisa probabilística. Sugere-se que o TSE instrua ou normatize os critérios probabilísticos estatísticos da pesquisa eleitoral de forma a padronizar a metodologia estatística não permitindo o uso de quotas.

Em janeiro de 2018 TSE aprovou as regras para as pesquisas eleitorais para as Eleições correntes. Contudo, o documento disciplina somente procedimentos relativos ao registro e à posterior divulgação, além da proibição de que se faça perguntas sobre temas não relacionados à eleição, sem mencionar o método estatístico. Desta forma, as informações que devem cadastradas junto TSE referem-se, basicamente, a quantas pessoas foram ouvidas, onde foram realizadas as entrevistas, quais perguntas foram feitas e quem pagou pelo serviço. Não há aferição quanto ao cumprimento das regras estatística como, por exemplo, a obrigatoriedade da preservação da aleatorização da amostra de forma probabilística.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. (2014). *A. Statistics for business and economic*. London: South-Western College Pub. 12<sup>a</sup> ed. 2014.

ARRAES, Ronaldo; AMORIN NETO, Octavio; SIMONASSI, Andrei. **Despesas de Campanha e Sucesso Eleitoral nos Pleitos Legislativos Brasileiros**. *DADOS* [online]. - *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 60, no 4, pp. 1059 a 1093. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/>

dados.

BABBIE, Earl. (2001). **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, 519 p.

BRACARENSE, Paulo A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Curitiba: IESE, 2012, 288 p.

BRASIL. LEI N. 9.504 de 30 de setembro de 1997. **Estabelece normas eleições** e para realização e registro das pesquisas eleitorais para entidades e empresas que realizam pesquisas de opinião pública relativas às Eleições. Disponível no endereço: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997#art33-35>

BRASIL. Resolução – TSE n. 23400 de 17 de dezembro de 2013. **Dispõe sobre pesquisas eleitorais** para as eleições de 2014. Disponível no endereço: [ww.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br) > ... > *Eleições anteriores* > *Eleições 2014* > *Normas e documentações*. Acesso em 02/09/2015.

TSE – BRASIL - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle)**. Disponível em <<http://www.tse.jus.br>. Acessado em junho de 2015.

BUENO, Manual Rosa. (2010). **As críticas à metodologia das pesquisas eleitorais**. *Jornal Data Folha*. Publicado em 25/07/2010.

CARVALHO, José Ferreira; FERRAZ, Cristiano. **A falsidade das margens de erro de pesquisas eleitorais baseadas em amostragem por quotas**. Texto motivado por ocasião do debate: A Estatística na Pesquisa Eleitoral, promovido pelo CONRE. São Paulo: CONRE, 2006.

CURTICE, John & SPARROW, N. (1997). **How accurate are traditional quota opinion pools**. *Journal of the Market Research Society*. Vol. 39. No.3. 1997.

FLOWER JR, Floyd. **Survey research methods**. 5 ed. Boston: Center for Survey Research, University of Massachusetts Boston, 2014, 185 p.

FREITAS, Henrique; et al. **O método de pesquisa survey**. *Revista de Administração*, São Paulo, v.35, n.3, 2009, p.105-112. Disponível em: [http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/o\\_metodo\\_de\\_pesquisa\\_survey.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_metodo_de_pesquisa_survey.pdf).>Acesso em 10.09.2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KHOURY, Hilma Tereza Torres. **Survey**: características e condução. 2010. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/Hilmaps/urveys-e-coleta-dados-12885820>. Acesso em 14.09.13

LARSON, R.; FARBER, B. **Estatística aplicada**. 4ª ed. São Paulo: Pearson, 2010.

LUPION, Bruno. **Quanto custam e como são reguladas as pesquisas eleitorais**, 2016. Disponível no endereço: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/09/29/Quanto-custam-e-como-s%C3%A3o-reguladas-as-pesquisas-eleitorais>

MARCH, Catherine & SCARBROUGH, Elinor. **Testing nine hypotheses about quota sampling**. *Journal of Market Research Society*. Vol. 32. No. 4. October/1990.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. Trad. Carlos A. S. Netto Soares. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004, p.109-230.

OCHOA, Carlos. **Amostragem não probabilística: amostra por conveniência**. 2015, Disponível no endereço: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-conveniencia>. Acesso em 02/11/2016.

PITKETHLY, Jane. **Random sampling**. Australian Mathematical Sciences Institute, Melbourne, 2013.

ROCHA, Luiz Carlos da. **Pesquisas eleitorais e as amostras por quota**. Nota N° 1. Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Rosana Kelly Pedro. Método de Pesquisa Survey. *Revista Partes*. 2013. Disponível no endereço: <http://www.partes.com.br>. Acesso em 12/07/2015.

TSE – BRASIL. Estatísticas de eleitorado – Consulta. Disponível no endereço <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo>. Acesso em 08/12/2015.

TSE – BRASIL. Pesquisas eleitorais – Eleições 2014. Disponível no endereço <http://www.tse.jus.br>. Acesso em 04/01/2016.

ZUKIN, Cliff. **A primer on pre-election polls**: or why different election polls sometimes have different results. 2015. Disponível no endereço: [https://www.aapor.org/getattachment/Education-Resources/Election-Polling-Resources/Election-Polling-AAPOR-2015-primary\\_cz120215-FINAL.pdf.aspx](https://www.aapor.org/getattachment/Education-Resources/Election-Polling-Resources/Election-Polling-AAPOR-2015-primary_cz120215-FINAL.pdf.aspx). Acesso em 07/05/2016.

## ÍNDICE DOS ATOS DE INFRAÇÕES COMETIDOS PELOS CONTADORES FISCALIZADOS

### **Mariana de Oliveira Santos**

Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) - Teresina, PI.

### **Joice da Cunha Soares**

Graduando em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) – Teresina, PI.

### **Lilane de Araújo Mendes Brandão**

Graduada em Matemática pela Universidade Federal do Piauí (1996), Mestre em Matemática pela Universidade Federal do Ceará (1999) e Doutoranda pela Universidade Paulista (2018)

**RESUMO:** O profissional contábil além das constantes atualizações para seguir a legislação vigente, possui o Código de Ética que regulamenta a profissão. O presente artigo tem como objetivo geral analisar o processo de fiscalização e as penalidades aplicadas aos profissionais da contabilidade do Piauí em consequência das infrações cometidas pelo não cumprimento do que está estabelecido no CEPC Código de Ética do Profissional Contábil. A pesquisa apresenta o resultado que identificou a percepção sobre a ética profissional de Ciências Contábeis. Realizou-se uma pesquisa do tipo descritiva com levantamento dos dados no órgão de fiscalização responsável. As informações utilizadas para as análises foram: as ações e as atividades fiscalizatórias desenvolvidas

pelo Conselho Regional de Contabilidade, as decisões dos processos julgados e as autuações aplicadas aos profissionais da contabilidade. Os dados analisados foram submetidos a métodos estatísticos básicos e análise de conteúdo dos relatórios do CRC, PI. Observou-se, que as infrações mais cometidas pelos profissionais é a Emissão de Decore com um percentual 48%, em seguida Ausência de Responsáveis para informações em visitas com 19,58%.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ética, Infração, Profissional.

### TABLE OF CONTENTS OF THE ACTS OF INFRARATIONS COMMITTED BY AUDITED ACCOUNTS

**ABSTRACT:** The accounting professional, besides the constant updates to follow the current legislation, has the Code of Ethics that regulates the profession. The purpose of this article is to analyze the process of supervision and penalties applied to accounting professionals in Piauí as a consequence of infractions committed for non-compliance with what is established in the CEPC Code of Ethics of Accounting Professionals. The research presents the result that identified the perception about the professional ethics of Accounting Sciences. A descriptive research was carried out with data collection in the responsible inspection body. The information used for the analyzes were: the actions and the

audit activities developed by the Regional Accounting Council, the decisions of the processes judged and the assessments applied to the accounting professionals. The data analyzed were submitted to basic statistical methods and content analysis of the CRC, PI reports. It was observed that the infractions most committed by professionals are the Issue of Decore with a percentage of 48%, then Absence of Responsible for information on visits with 19.58%.

**KEYWORDS:** Ethics, Infraction, Professional.

## 1 | INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma atividade que está presente em todos os segmentos de negócios, incluindo ainda as organizações não empresarias e demais entidades. É uma profissão cujo resultado do trabalho desenvolvido tem repercussão na sociedade, notadamente junto aos usuários das informações contábeis, neles são incluindo o fisco, os investidores, acionistas, instituições financeiras, trabalhadores, dentre outros.

A fiscalização do exercício da profissão contábil é exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, por intermédio dos fiscais designados para esta tarefa, objetivando valorizar a imagem da profissão, como também a proteção ao usuário da contabilidade. Há uma percepção de que nem todos os profissionais seguem regularmente as premissas de ética para o exercício da Contabilidade, o que tornam necessários dispositivos de sanções para essas ações indevidas (ALVES, 2007).

Dessa forma, conhecer o código de ética, sua fiscalização e punições garantem um entendimento mais completo para as atividades do especialista contábil. Os dados usados para a realização desse estudo englobam de forma geral todos os profissionais da área da contabilidade, ou seja, todos os profissionais registrados.

## 2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem natureza descritiva, com pesquisa documental e abordagem qualitativa e quantitativa. Esses procedimentos de métodos se justificam, pois, se buscou avaliar relatórios, com mensurações numéricas simples e análise de conteúdo, com visita na sede física do CRC, bem como as informações disponíveis no sítio do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí, sobre as infrações e penalidades aplicadas aos profissionais contábeis do Piauí.

## 3 | REFERENCIAL TEÓRICO

### 3.1 Ética e Moral

Ética é o conjunto de valores morais e princípios que orientam a conduta humana na sociedade. A palavra ética tem origem grega (éthos), que significa “caráter moral”. Ser ético ou ter um comportamento íntegro refere-se a um modo exemplar de viver seguindo os valores morais e sociais.

Conforme Silva (1995, p. 62):

“Aristóteles a empregou pela primeira vez para denominar um dos seus livros, Ética a Nicômaco, onde descrevia que a ética existe, sempre, para a busca incessante da felicidade, da virtude, da prudência e da Justiça cultivada pelos homens”.

Moral são os preceitos e regras que governam as ações dos indivíduos, segundo a justiça e a equidade natural; as leis da honestidade e do pudor; a moralidade.

Para Passos (2004), a moral vem do latim mores, que quer dizer costume, conduta, enquanto que ética vem do grego ethos e quer dizer costume, modo de agir.

Ética e moral possui significados diferentes, mas finalidades semelhantes. Elas têm o compromisso de construir bases que irão orientar a conduta do indivíduo.

### 3.2 Ética Profissional

A sociedade espera que todo profissional seja ético, prudente, responsável e obedecem as normas que regulamentam sua profissão. Ao exercer a profissão de Contabilista e prestar contas para o governo e para a sociedade em geral, o Contador passa por várias situações éticas em seu cotidiano. O dever para o Contabilista está relacionado ao cumprimento dos prazos tanto para finalidade fiscal quanto para a tomada de decisões pelos gestores das organizações.

Para Lopes (2006) o profissional contabilista não deve deixar de lado a conduta ética ao exercer a profissão, sendo capaz de integrar o conhecimento técnico, apesar da elevada competitividade.

### 3.3 O Código de Ética

Um código de ética geralmente busca relacionar as condições ou regras para um comportamento adequado nas relações entre profissionais de uma mesma classe, e nas relações que estes desenvolvem com diversas instituições na sociedade. Estas regras são organizadas e coladas para consenso das pessoas que representam a instituição profissional.

Ao exercer a profissão de contabilista, deve-se observar os princípios, postulados e convenções contábeis para os exercícios da atividade. Conforme Braga (1998) “A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)”.

### 3.4 Principais infrações e suas penalidades

Estabelece, portanto, o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade que constitui infração, por exemplo:

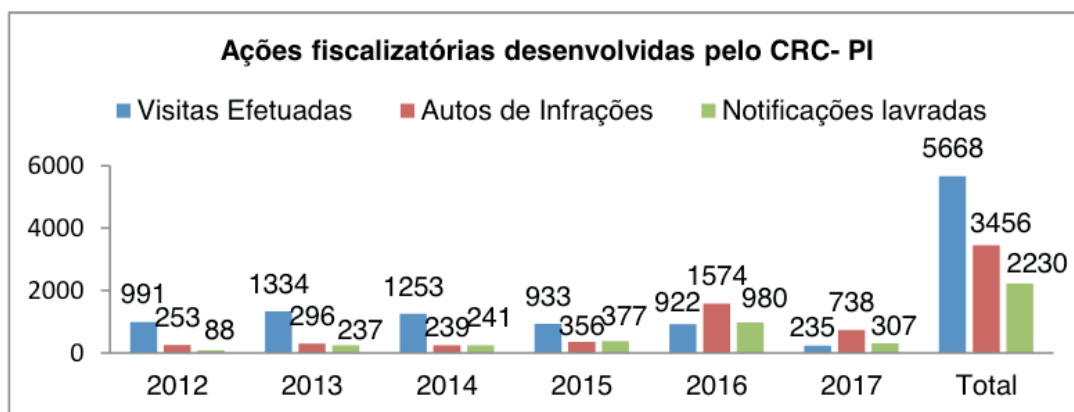
- I - Transgredir o Código de Ética Profissional;
- II - Exercer a profissão sem registro no CRC ou, quando registrado, esteja impedido de fazê-lo;
- III - Manter ou integrar organização contábil em desacordo com o estabelecido em ato específico do CFC;
- IV - Transgredir os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

É comum quando se comente uma infração ela conseqüentemente acarretará em uma penalidade que o profissional terá que cumprir.

O artigo 12 do Código de Ética do Contabilista trata das penalidades que o contador possa a vim receber segundo a gravidade, é aplicada para cada caso uma das seguintes penalidades: **advertência reservada**, advertência ao contador, quando o mesmo comete algum ato imprudente, **censura reservada** comunicado pessoal enviado ao contador pelo conselho, informando sobre sua infração de forma reservada, **censura pública** comunicado público ao contabilista infrator, onde toda classe contábil fica conhecendo o infrator.

## 4 | RESULTADOS DA PESQUISA

Os dados relacionados nessa pesquisa referem-se às infrações e penalidades sofridas pelos contabilistas no Estado do Piauí e foram obtidas, a partir de um levantamento nos relatórios do Departamento de Fiscalização do CRC-PI e nos relatórios de atividades disponibilizados no site virtual deste mesmo conselho, durante o período correspondente entre os anos de 2012 a maio de 2017. Nesse período foram realizadas um total de 5.668 visitas fiscalizatórias pelo CRC- PI, dentre as diligências efetuadas, estão os autos de infrações e as Notificações Lavradas. Tais dados foram analisados e desta consolidação extraíram-se os seguintes resultados:



Fonte: Relatórios das atividades do CRC- PI

Observamos que, no ano de 2016 ocorreu um nível elevado de autos de infrações representando cerca de 45,54% do total bruto, também notamos que 2014 foi o ano em que aconteceu o menor número de autos de infrações, correspondendo a 6,91%.

| TIPOS DE INFRAÇÃO   | ANO DA INFRAÇÃO |            |            |            |             |
|---|-----------------|------------|------------|------------|-------------|
|   | 2012            | 2013       | 2014       | 2015       | TOTAL       |
| A CORBERT. DE LEIGO/ALTERA. DE ENDEREÇO                     | 4               | 3          |            | 1          | 8           |
| AUSÊNCIA DE RESP. P/ INFORM. EM VISITAS                     | 55              | 108        | 20         | 41         | 224         |
| A VERB DE ALT. CONTR. OU DISTR SOCIAL                       | 2               |            | 1          | 1          | 4           |
| BASE LEGAL DE DECORE  | 108             | 126        | 171        | 155        | 560         |
| CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS                           | 6               | 8          | 3          | 6          | 23          |
| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS / DENÚNCIA                          | 5               | 5          |            | 3          | 13          |
| FALTA DE REGIST. DA ORG. CONTÁBIL NO CRC                    | 16              | 5          | 17         | 97         | 135         |
| FALTA DE REGISTRO DO ESCRITÓRIO                             | 10              | 2          | 3          | 9          | 24          |
| LEIGO E/OU PROFISSIONAL SEM REGISTRO                        | 3               | 11         | 5          | 6          | 25          |
| DESCUMPRIMENTO DE PRAZO ESTABELECIDO POR NOTIFICAÇÃO NO CRC | 38              | 20         | 13         | 11         | 82          |
| OUTROS  | 6               | 8          | 6          | 26         | 46          |
| <b>Total do tipo de infrações no período de 2012 a 2015</b> | <b>253</b>      | <b>296</b> | <b>239</b> | <b>356</b> | <b>1144</b> |

Tabela 1– Quantidade de infrações aferidas pelo CRC-PI no período 2012-2015.

Fonte: Relatórios das atividades do CRC, PI.

É notório que as infrações mais frequentes identificadas no período estudado são as relacionadas com emissão de DECORE, tanto sem base legal, quanto com informações divergentes (48,9%) e a Ausência de responsável para informações, que obteve (19,8%). Vale ainda ressaltar a falta de registro da organização contábil no CRC, com (11,80%) e esse item deve ser analisado com cuidado, pois as organizações que desejam prestar serviços contábeis devem estar habilitadas e para isso precisam ter registro em dia no CRC.

| PENALIDADES JULGADAS NA CÂMARA E PLENÁRIO |      |      |      |       |
|---|------|------|------|-------|
| PENALIDADES                               | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Advertência Reservada                     | 22   | 6    | 11   | 39    |
| Arquivamento                              | 70   | 53   | 31   | 154   |
| Baixa em Diligência                       | 0    | 7    | 3    | 10    |
| Censura Pública                           | 0    | 1    | 1    | 2     |
| Censura Reservada                         | 0    | 0    | 1    | 1     |
| Multa                                     | 42   | 40   | 15   | 97    |



|                                   |            |            |            |            |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| Multa e Advertência Reservada     | 115        | 127        | 88         | 330        |
| Multa e Censura Pública           | 21         | 22         | 10         | 53         |
| Multa e Censura Reservada         | 22         | 35         | 0          | 57         |
| Suspensão e Advertência Reservada | 0          | 3          | 0          | 3          |
| Suspensão e Censura Pública       | 1          | 8          | 0          | 9          |
| Suspensão e Censura Reservada     | 22         | 1          | 0          | 23         |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>315</b> | <b>303</b> | <b>160</b> | <b>778</b> |

**Tabela 2** – Quantidade de punições aplicadas pelo CRC-PI de 2015 a maio de 2017

Fonte: CRC- PI.

Após, julgamento dos processos na câmara e plenária realizados pelo CRC – PI tem-se o aval cabível para tomada de decisão de acordo com cada auto de infração.

Ao analisar as decisões dos julgamentos das infrações é importante ressaltar que um processo pode gerar mais que uma decisão, ou seja, um profissional infrator pode receber mais de uma penalidade.

No período de 2015 a 2016, a decisão por arquivamento dos processos possuía uma grande participação, chegando a 19% nos dois primeiros anos. Esse percentual de Arquivamentos foi superado pelos números de Multas e Advertências Reservadas, que se aplica a esses profissionais chegando a 41% no ano de 2016, a Multa Censura Reservada é uma decisão, já com participação menor, tendo no ano de 2016 o maior percentual sobre a decisão, de 11,55%, as suspensões, também possuem uma pequena representatividade no total de decisões, alcançando sua maior participação no ano de 2015 com 7,30%, a censura pública e a cassação, consideradas penalidades máximas, são aplicadas de forma pouco frequente.

Notou-se nos resultados que a penalidade mais frequente aplicada aos profissionais infratores é multa com advertência reservada

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como propósito analisar as infrações cometidas pelos profissionais contábeis do Estado do Piauí, no período de 2012 a maio 2017, identificando quais infrações são cometidas, além de penalidades aplicadas com mais frequência, resultados dos processos julgados pelo CRC-PI. Os resultados apresentados na presente pesquisa buscaram reunir informações necessárias para que pudesse ser desenvolvida a análise estatística dos dados coletados, corroborando para que objetivo geral do estudo fosse atingido.

Assim, é possível concluir, que uma parcela dos profissionais contábeis existente no mercado ainda cometem infrações ao CEPC e a legislação profissional. Essa situação encontrada é preocupante, pois novos profissionais estão surgindo no mercado e os mesmos erros continuam sendo cometidos.

É fundamental que os profissionais conscientizem-se quanto a isso, tendo em mente, que são as suas atitudes perante a sociedade que formarão a imagem que a sociedade terá de toda uma classe profissional.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, F. J. S. et al. **Um estudo empírico sobre a importância do código de ética profissional para o contabilista**. Revista Contabilidade & Finanças – USP, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34224>. Acesso em: 30 de mai de 2017.
- BRAGA, Hugo Rocha, **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução nº 803/96. **Aprova o código de ética profissional do contabilista**, p.77-87. Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_803.pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_803.pdf). Acesso em: 07 de junho de 2017.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PIAUÍ (CRC, PI). Portal da Transparência e Acesso a informações. Piauí. Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx> Acesso em: 07 de jun. 2017.
- LOPES, Espedito de Gusmão et. all. **Uma análise avaliativa de atitudes de estudantes de ciências contábeis e dilemas éticos sob uma perspectiva de gênero maturidade acadêmica e ambiente institucional**. Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 209. 222, abr./jun. 2006.
- PASSOS, E. Ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.
- SILVA, Antonio Carlos Morais. **O código de ética deve mudar?** Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, v. 26, n.105, p. 61-63, set/out. 1995.

## PAISAGEM URBANA E IMPACTO DE VIZINHANÇA: CONSEQUÊNCIAS DA INSERÇÃO DE UM EDIFÍCIO NO ESPAÇO URBANO

**Susie Fonseca de Souza**

Universidade de São Paulo/Instituto de Arquitetura  
e Urbanismo

IAU/USP, São Carlos - SP

**RESUMO:** Impactos são efeitos provocados em alguma coisa ou lugar, a partir de uma ação, tornando-se seus reflexos diretos ou indiretos. Quando produzem mudanças na paisagem da cidade, tais efeitos são quase sempre percebidos positivamente. Compreendendo a paisagem urbana como ambiente resultante da técnica, sendo esta um meio de transformação e construção, o texto apresenta uma análise das interferências ocorridas no espaço urbano, em função da inserção de um *shopping center* e pela observação das alterações visuais e estruturais na paisagem de seu entorno. Inicialmente, para efeito de comparação, foram utilizadas imagens aéreas obtidas de fonte digital – tomando períodos anteriores e posteriores à construção do edifício, e fotos captadas em três áreas específicas, localizadas em pontos determinados, que foram diretamente modificados em sua configuração territorial e sua infraestrutura, assim como em sua paisagem. Utilizando o conceito de “impacto de vizinhança”, a presente abordagem trata dos impactos provocados na área do entorno do edifício, observando a estrutura

urbana construída para favorecer sua inserção, e ainda, as consequências relacionadas às características de sua área de influência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Impacto de Vizinhança. Paisagem Urbana. Cidade.

### URBAN LANDSCAPE AND NEIGHBORHOOD IMPACT: CONSEQUENCES OF THE INSERTION OF A BUILDING IN THE URBAN SPACE

**ABSTRACT:** Impacts are effects brought about in something or place, from an action, becoming their direct or indirect reflexes. When it causes changes in the city’s landscape, such effects are almost always perceived positively. Understanding the urban landscape, as an environment resulting from the technique, being this a means of transformation and construction, the text presents an analysis of the interferences occurred in the urban space, due to the insertion of a shopping center, by the observation of the visual and structural changes in the landscape of its surroundings. Initially, for comparison purposes, aerial images obtained from a digital source were used - taking periods before and after the construction of the building. By the same purpose, some photos captured in three specific areas, located at determined points, which were directly modified in their territorial configuration and their infrastructure, as well as in its landscape. Using the concept

of "neighborhood impact", the present approach deals with the impacts caused in the area surrounding the building, observing the urban structure built to favor its insertion, and also the consequences related to the characteristics of its area of influence.

**KEYWORDS:** Neighborhood Impact. Urban landscape. City.

## 1 | INTRODUÇÃO

A intenção de avaliar as consequências e impactos de um edifício implantado na área específica parte do ponto de vista pessoal; uma vez que o fato de ser moradora de um dos bairros mais diretamente influenciados pela construção do “Shopping Center Vila Velha”, localizado nas proximidades, favoreceu a observação mais próxima das mudanças perceptíveis na paisagem urbana e na configuração das vias ligadas ao novo edifício. No período durante e após sua construção, tais mudanças foram prontamente percebidas, com a melhoria da sinalização e da iluminação pública, além da ampliação de ruas para acesso direto ao edifício. Para confirmar estas impressões, foram também consultados outros moradores da vizinhança, e pequenos comerciantes localizados em determinados pontos e vias, intencionando obter informações sobre os efeitos produzidos na sua apreensão, bem como sua opinião pessoal a respeito da presença do shopping nas imediações.

Ao buscar o entendimento a respeito de paisagem, cabe a reflexão sobre seus conceitos, sob o aspecto da percepção visual e questões formais. Assim, procuramos identificar e relacionar alguns elementos de sua construção – especificamente na construção da paisagem urbana, compreendida por Cullen (1983) como a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano. Compreendendo o urbano como um modo de vida em espaços construídos e comumente identificados pela sua forma na paisagem, ao observarmos suas transformações, ponderamos a “técnica” como meio pelo qual essa paisagem é transformada. Na sequência, lançamos a ideia de um “objeto técnico”, representado pelo edifício de grande porte que se insere em um enclave territorial entre três bairros, caracterizados como prioritariamente residenciais, embora diferenciados quanto à volumetria e tipologia de suas edificações e ao traçado de suas ruas, bem como à estrutura urbana constituída ao longo do tempo.

Após essas considerações, seguimos à observação do ambiente urbano alterado e da paisagem modificada em consequência da inserção do *shopping center*, a partir da percepção visual do espaço requalificado. Para auxiliar essa análise foram utilizadas imagens de satélite da área, captadas de períodos diferentes, buscando constatar as transformações visuais e estruturais percebidas no espaço urbano. Para observar as mudanças atribuídas à inserção do edifício na perspectiva mais próxima, em nível do solo, foram obtidas fotografias do período recente, nos pontos destacados como efetivamente alterados em decorrência da construção do edifício. A intenção é

constatar o que constituiu esta paisagem e qual a natureza dos impactos causados ao lugar.

Em seguida, avaliamos o conceito de vizinhança no espaço urbano, refletindo sobre os efeitos produzidos em consequência da presença de um edifício de grande porte, levando-se ainda em conta suas características formais e funcionais. Vale considerar que a inserção de um elemento da natureza de um *shopping center* altera significativamente o entorno, gerando impactos tanto na paisagem (não apenas sua percepção visual), quanto em sua infraestrutura, além de interferir na mobilidade e acessibilidade das pessoas, entre outras consequências. Portanto, reconhecendo-se a importância da avaliação dos impactos por meio do instrumento legal denominado Estudo de Impacto de Vizinhança, constatamos que, no caso em questão, substituiu-se o Estudo por outra solução, com o objetivo de amenizar os impactos negativos e compensar as possíveis alterações estruturais, muito além do aspecto da paisagem.

Para proceder a uma análise do espaço modificado, que configura a área de influência do edifício, intentamos uma observação mais detida: tendo como ponto de partida as modificações da paisagem, destacamos três áreas específicas situadas no entorno imediato do edifício. Lançando o foco para a análise das impressões, separadamente em cada trecho destacado, com o objetivo de comparar as condições estruturais então produzidas, seguem-se as considerações finais.

## 2 | PAISAGEM E TERRITÓRIO: A TÉCNICA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE

Ao tomar inicialmente o termo pelo aspecto da percepção visual, *paisagem* pressupõe uma relação direta com a visão humana, tendo-se também em conta as proposições de Gordon Cullen (1983) e seus conceitos sobre sua apreensão visual e sensorial. Ao consultar o dicionário, encontramos a definição de “paisagem” como “extensão de território que se abrange com um lance de vista”; que corrobora com o entendimento de Milton Santos (2008, p.103) – da paisagem como um “conjunto de objetos reais-concretos e a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão”.

Juan Mascaró (2008) propõe que *paisagem*, também definida como um “espaço aberto”, pode ainda ser entendida como uma “realidade ecológica, materializada fisicamente num espaço que se poderia chamar de natural (se considerado antes de qualquer intervenção humana)” (MASCARÓ, 2008, p.15). Segundo o autor, devido ao fato de se inscreverem elementos construídos pelo homem, impondo à paisagem sua *cultura*, admite-se a designação de “paisagem cultural”. Ainda conforme Mascaró, a palavra “paisagem” tem, em sua raiz etimológica, a conotação espacial geográfica, reforçando-se sua direta ligação com o território. O autor acrescenta que a partir do século XIX, o termo *paisagem* encerra a dicotomia entre cidade e campo, ou “entre a vida inóspita e artificial das cidades e a natureza”, atribuindo à cidade o conceito

de “paisagem globalizante na qual, sobre um substrato natural é impressa a ação do homem” (MASCARÓ, 2008, p.15). Reconhecendo assim a cidade – paisagem urbana – como território de transformações por meio das ações humanas, podemos admitir também que “a cidade pode ser vista como uma história, [...] um espaço de produção e de distribuição” (LYNCH, 2012, p.44).

Ao pretendermos avaliar mudanças em uma determinada paisagem, conseqüentemente percebidas e experimentadas por seus habitantes, deparamos com o sentido pragmático e “técnico” da sua construção, ora considerando que, segundo Santos, “são as técnicas que nos dão a estrutura de um lugar” (SANTOS, 2008, p.58). Nestes termos, o conceito de paisagem e da técnica como transformadora do espaço urbano admite o pensamento de alguns autores que preconizam a técnica como fruto do trabalho humano, caracterizando o homem como um “fazedor de paisagens” (SANTOS, p. 33), que, na cidade, são constituídas ao longo do tempo. Portanto, entendendo também a técnica como um dos meios pelos quais é construída a cidade, tomamos de empréstimo o que Santos afirma sobre paisagem como “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.” (SANTOS, 2008, p.103).

Considerando a arquitetura um dos meios técnicos utilizados na construção e transformação do espaço da cidade, um edifício – “objeto arquitetônico”, apresenta-se como elemento que redefine, reconstrói e constitui a paisagem. Um grande edifício, como o que será destacado nesta análise, devido à sua atividade e ao seu porte, e também com relação ao espaço em que se insere, constitui um elemento representativo do que R. Lobato Corrêa (2003) caracteriza como “proprietários dos meios de produção”:

[...] grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes **consumidores de espaço**. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas [...] ou em locais de ampla acessibilidade à população. (CORRÊA. 2003, p. 13; grifo meu).

Em conseqüência da sua ocupação no território, grandes edifícios produzem grandes reflexos no local: pelo interesse do próprio empreendedor, os percursos passam a ser recriados ou ampliados, deslocamentos precisam ser facilitados. Inevitavelmente, as conseqüências se estendem a uma área de maior abrangência, porquanto tais empreendimentos são, potencialmente atrativos e geradores de tráfego. Como referenciais e centros polarizadores, além de influenciadores no processo de urbanização, estes empreendimentos se tornam responsáveis, conjuntamente, por mudanças que se colocam como “fluxos espaciais resultantes, [...] características físicas que modificam o espaço de um modo significativo” (LYNCH, 2012, p.53).

### 3 | HISTÓRICO: TRANSFORMAÇÕES VISÍVEIS E EFEITOS INVISÍVEIS

Inicialmente, com o propósito de analisar as transformações na paisagem do entorno imediato do edifício em questão, denominado “Shopping Vila Velha”<sup>1</sup>, propomos a comparação destas transformações desde um período anterior à sua inserção, para, em seguida, considerar as condições observadas a partir de sua construção e seu funcionamento. Em busca de uma breve análise do processo de evolução da área circundante ao edifício do *shopping*, com o objetivo de identificar as transformações morfológicas e as mudanças estruturais ocorridas, procuramos localizar resultados aparentes dessas transformações. Para auxiliar nessa análise foi utilizado um recurso digital que possibilitasse um tipo de reconstituição histórica, tomando imagens de dois períodos distintos, constatando-se as diferenças físicas da área em estudo<sup>2</sup>.

Verificamos também, nessa comparação entre os dois períodos, as consequências da desobstrução de uma rua – antes interrompida por um canal (que configurava um tipo de fronteira territorial). De modo complementar, constatamos as alterações visuais e estruturais também perceptíveis por parte dos moradores da área próxima, após a construção de uma ponte que daria acesso direto ao *shopping*.

Os chamados “vazios urbanos” – parcelas do território, remanescentes de áreas, ou terrenos subutilizados, em muitos casos permanecem por longo período nestas condições. Muitas vezes, como objeto de especulação imobiliária, à espera de valorização, por óbvio interesse do mercado da construção civil, esses espaços vagos, além de tipificarem o descumprimento de sua função social, representam obstáculos à continuidade do tecido urbano. Por diversas razões, esses vazios se configuram também como barreiras, gerando vários fatores negativos, como segregação e desvalorização das áreas vizinhas.

Tais “fronteiras”, como afirma Jane Jacobs (2000), também acabam por “formar hiatos de uso em suas redondezas” cujas “áreas subjacentes” menos frequentadas, e que se tornam áreas estéreis, simplificadas, motivam um processo de “desconstrução ou deterioração” (2000, p. 287). Tais relações se aplicam ao contexto e se aproximam das características do grande espaço vazio onde mais tarde se instalaria o novo edifício.

Na imagem a seguir (Figura 1), observa-se a configuração da área em período anterior à construção do edifício, constatando-se que o grande terreno que por anos permaneceu vazio, e, por conseguinte, a área em seu entorno, constituíram-se como

1 O Shopping Center “Vila Velha”, anunciado como o maior do Estado do Espírito Santo, foi inaugurado em agosto de 2014, após um período de cerca de 2 anos de construção. Localiza-se sobre um terreno de 140 mil m<sup>2</sup>, possui 71 mil m<sup>2</sup> de área bruta locável, 233 lojas satélites, um hipermercado, 8 megalojas, 18 lojas âncoras, 4 mil vagas de estacionamento, uma área externa de eventos (10 mil m<sup>2</sup>) que abriga diversas atividades culturais, entre outras atrações. (informações: [www.shoppingvilavelha.com.br](http://www.shoppingvilavelha.com.br))

2 Para uma leitura geral das alterações visíveis na morfologia e das mudanças estruturais da área em questão, o único modo disponível que possibilitasse uma comparação, foi a utilização de imagens do *Google Earth*, ferramenta eficaz para este propósito, por disponibilizar algumas imagens do passado, que auxiliaram na montagem de uma ‘linha do tempo’ (pelo modo de visualização de “imagens históricas”). (<https://www.google.com/earth/>).

obstáculos “naturais” que funcionavam como barreiras territoriais, reforçando sua configuração de espaços igualmente subutilizados e descontínuos.

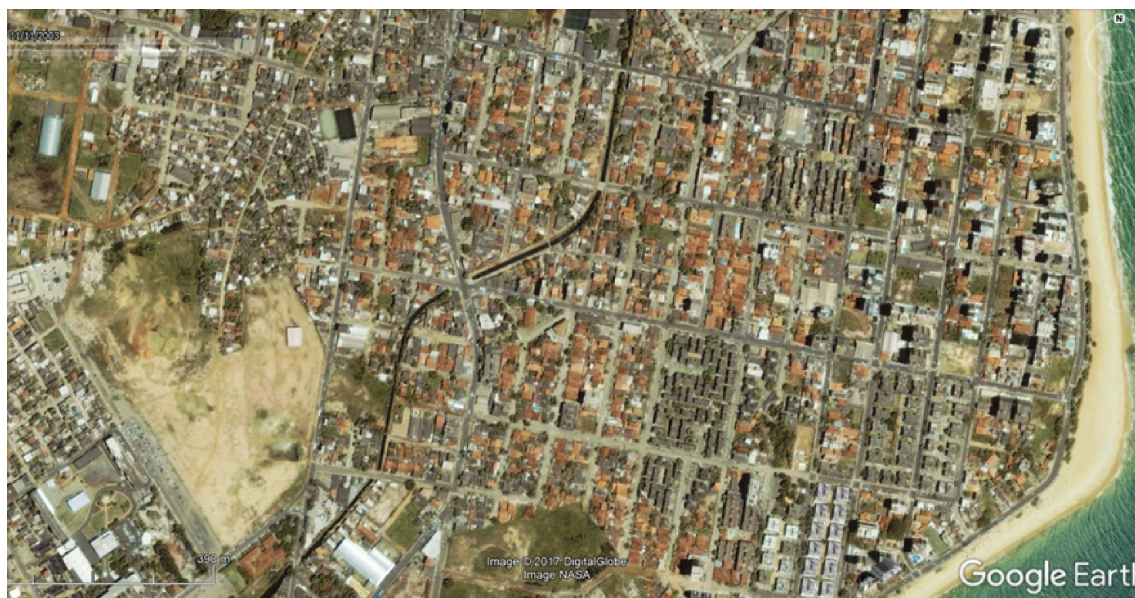


Figura 1 – Imagem aérea da área de como se configurava anteriormente (2010) – no destaque, o recorte mais aproximado pela figura 2

(Fonte: Google Earth)

No recorte em destaque (Figura 2) evidencia-se a interrupção da rua, pelo canal que separava dois trechos entre esta e outro terreno vazio. Este canal também representava uma “fronteira” que por muito tempo separou as áreas como dois territórios distintos, impondo-se como demarcador do espaço e também como obstáculo ao percurso.



Figura 2 – Recorte da área em destaque na figura 1; na indicação por seta, o ponto de visada da figura 5 (imagem do ano de 2010 -

Fonte: Google Earth)

Conseqüentemente à inserção do edifício, houve uma mudança considerável no trecho em destaque (Figura 3). Com a ampliação e reurbanização da rua existente, fez-se a ligação entre as duas áreas anteriormente separadas, gerando um fluxo



significativo que reconfigurou a rua.



Figura 3 – Imagem aérea da área em sua configuração atual – no destaque, o recorte mais aproximado pela figura 4

(Fonte: Google Earth)

O que era antes uma via secundária e hierarquicamente inferior, tornou-se um dos principais acessos diretos ao edifício e uma importante via de ligação, que passou a ser alternativa para o sistema viário local (Figura 4).

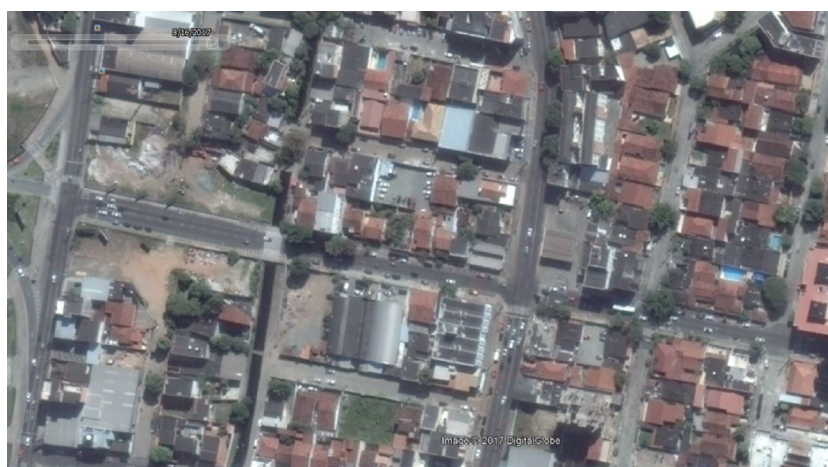


Figura 4 – Recorte da área em destaque na figura 3; na indicação por seta, o ponto de visada da figura 6 - imagem atualizada.

(Fonte: Google Earth)

Nas imagens a seguir, captadas do local (Figuras 5 e 6), podemos observar nas duas situações (anterior e atual), diferenças tanto visuais quanto estruturais. A princípio, a impressão positiva de que a rua, em consequência das novas infraestruturas, ganhou vida também por sua nova função de via de acesso ao edifício do *shopping*, característica positivamente reconhecida, principalmente pelos moradores do entorno.



Figura 5 – (esq.) imagem captada na parte final da rua (indicada na figura 2), na situação em que se encontrava o lugar em uma imagem do ano de 2010.

(Fonte: *Street view - Google Earth*)

Figura 6 – (dir.) imagem do trecho da Rua Belém, tomada do mesmo ponto de visada, (como indicada na figura 4) como se configura atualmente; ao fundo, parte do edifício do *shopping center*.

(Fonte: acervo pessoal)

Pelas imagens acima, notamos a diferença de percepção visual, quando consideramos o foco no edifício do shopping ao fundo (Figura 06). Como podemos observar, a ponte construída para transpor o canal e favorecer a continuidade da rua, também contribui para nova apreensão visual da paisagem.

Em consequência da nova configuração viária, melhorias como iluminação, sinalização, e outros “benefícios” creditados à urbanização, foram positivamente recebidas. Contudo, ao criar acessos que contribuiriam também para melhorias visíveis nas áreas mais próximas, alguns efeitos, de certo modo menos perceptíveis – melhor observados por quem reside ou trabalha no local – podem ser atribuídos à nova configuração da área: o proprietário de uma banca situada nas imediações do trecho urbanizado (segundo o qual, “antes, nem tinha rua”), relatou que houve melhora no movimento de seu comércio; contudo, informou que em certos períodos, especificamente aos sábados à tarde, ocorre um esvaziamento da mesma rua; assim, com o risco de assaltos, o comércio das proximidades não costuma funcionar nos finais de semana.

#### 4 | IMPACTO DE VIZINHANÇA

Quando um edifício de grande porte é implantado em qualquer lugar, especialmente em uma área urbana, total ou parcialmente consolidada, além dos eventuais transtornos provocados no período de sua construção, as mudanças em sua vizinhança serão certamente percebidas. Considerando-se sua relação com o

entorno e sua situação futura (funcionamento), os impactos gerados por esse edifício (positivos e negativos) produzirão mudanças atribuídas à inserção do novo “objeto”, muito além das alterações visíveis da paisagem. Neste caso, tomando-se a vizinhança como a região mais próxima do edifício, e destacando-se a relação espacial deste com suas áreas lindeiras, constataremos como a estrutura urbana pode ser também alterada.

Para uma eficaz investigação desses impactos, tanto positivos como negativos, impõe-se o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) instrumento de política urbana previsto e exigido nestes casos<sup>3</sup>. Sobre o EIV, Rogério Rocco (2008) afirma que sua principal característica é a “democratização das decisões proferidas sobre a possibilidade de instalação, ou não, de determinados empreendimentos a serem realizados na cidade” (ROCCO, p. 25); o que reforça sua importância no contexto das relações e da gestão urbanas. No entanto, embora o EIV seja amplamente difundido e sua implementação já tenha sido consolidada em muitos municípios, muitas vezes ainda é negligenciado quanto à sua exigência e aplicabilidade.

Em decorrência de mudanças aparentemente favoráveis, constatadas pelos efeitos positivos que a abertura e iluminação de uma rua pode trazer, as melhorias na urbanização de uma determinada área são geralmente bem aceitas. Admite-se também como positiva, a perspectiva de melhora na qualidade de vida da população, eventualmente motivada por um novo empreendimento construído nas imediações. Contudo, considerando-se também os conflitos que tais mudanças podem vir a provocar, além dos transtornos imediatos da sua construção, os impactos futuros da inserção de um empreendimento de grande porte devem ser previstos, de modo a propor soluções para problemas gerados. Consequências como gentrificação (admitindo-se seus aspectos negativos e positivos), geração ou aumento do tráfego, adensamento populacional, poluição ambiental e sobrecarga nas infraestruturas urbanas, entre outras questões, devem ser consideradas, com o objetivo de minimizar os efeitos potencialmente negativos. Também, para evitar maiores transtornos, o estudo deve buscar formas de atender equilibradamente à área do entorno – nos termos do EIV, denominada “área de influência direta”<sup>4</sup>.

Embora os responsáveis pela construção do empreendimento não tenham submetido um EIV para a aprovação do edifício<sup>5</sup>, vale citar que, em resposta à

---

3 Conforme o “Estatuto da Cidade” (Lei Federal 10.257/2001) o Estudo de Impacto de Vizinhança deve ser regulamentado por Lei municipal, para os “empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana”, (art.36) e deverá “contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades” (art. 37).

4 “Área de Influência Direta” (AID), constitui a delimitação de uma região do entorno de um empreendimento (cuja aprovação é condicionada ao EIV), designando um perímetro no qual os potenciais impactos poderão incidir mais diretamente. Indicada de acordo com um “Termo de Referência” (TR) elaborado como roteiro para cada relatório de impacto (resultante do EIV), a AID é determinada pelos responsáveis pela análise de impactos, conforme a especificidade (grau de impacto) do edifício ou atividade.

5 No caso em referência, o projeto submetido à aprovação na Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) não teve um EIV aprovado, em virtude do próprio empreendedor ter argumentado que sua licença para construção teria sido requerida em período anterior à obrigatoriedade do Estudo. (Informações da PMVV).

solicitação dos moradores do bairro territorialmente mais próximo, foi determinado e intermediado pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES), um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Poder Público Municipal, os responsáveis pelo empreendimento e representantes da Associação dos Moradores do Bairro Divino Espírito Santo – bairro com características de uso predominantemente residencial e, potencialmente, a área mais influenciada e maior alvo de algumas ações condicionadas à aprovação para construção do edifício.

O “Termo de Ajustamento de Conduta” (TAC) é um instrumento jurídico previsto pela Lei Federal nº 7.347/85 “para implementação de medidas destinadas a assegurar o primado do meio ambiente ecologicamente equilibrado” (MPES, p. 6). Em seu conteúdo são delineadas algumas considerações gerais e específicas, cujo principal propósito é determinar ações preventivas ou complementares para minimizar os efeitos impostos “em especial no meio ambiente natural e urbano, decorrentes do aumento do trânsito e redução da permeabilidade da região” (p.5).

Considerando a motivação do referido documento, e o contexto em que foi elaborado, (partindo de mobilização iniciada dez meses antes de ser firmado entre os envolvidos), fica clara a intenção de compensar a ausência do Estudo de Impacto de Vizinhança, assim como “apurar possíveis irregularidades no procedimento de licenciamento da construção” do edifício do *shopping* (p. 1). Assim, o Termo, além de buscar a conciliação entre os moradores da vizinhança e os empreendedores, propõe ações mitigadoras e compensatórias dos impactos a serem gerados na área, decorrentes da implementação do edifício. Como questões primariamente colocadas por um eventual EIV (que neste caso deveriam ter a mesma eficácia), nesse TAC são listadas obrigações e providências ao encargo do empreendedor, consideradas necessárias para se evitar o desequilíbrio do ambiente urbano e minimizar os impactos, principalmente negativos, a serem provocados ao seu entorno, e que poderão atingir toda a população.

## 5 | ÁREAS DE INFLUÊNCIA

Aqui tomamos de empréstimo o conceito de “área de influência direta”, com vistas a auxiliar na avaliação das relações do objeto com seu entorno imediato. O mapa que se segue (Figura 7) mostra a região anteriormente analisada quanto aos aspectos estruturais e da paisagem urbana, na comparação entre os dois períodos definidos, antes e depois da inserção do edifício do *shopping center*. Na imagem estão demarcadas as três áreas que foram avaliadas, inicialmente quanto às mudanças visuais, considerados como os primeiros impactos decorrentes da presença do edifício.

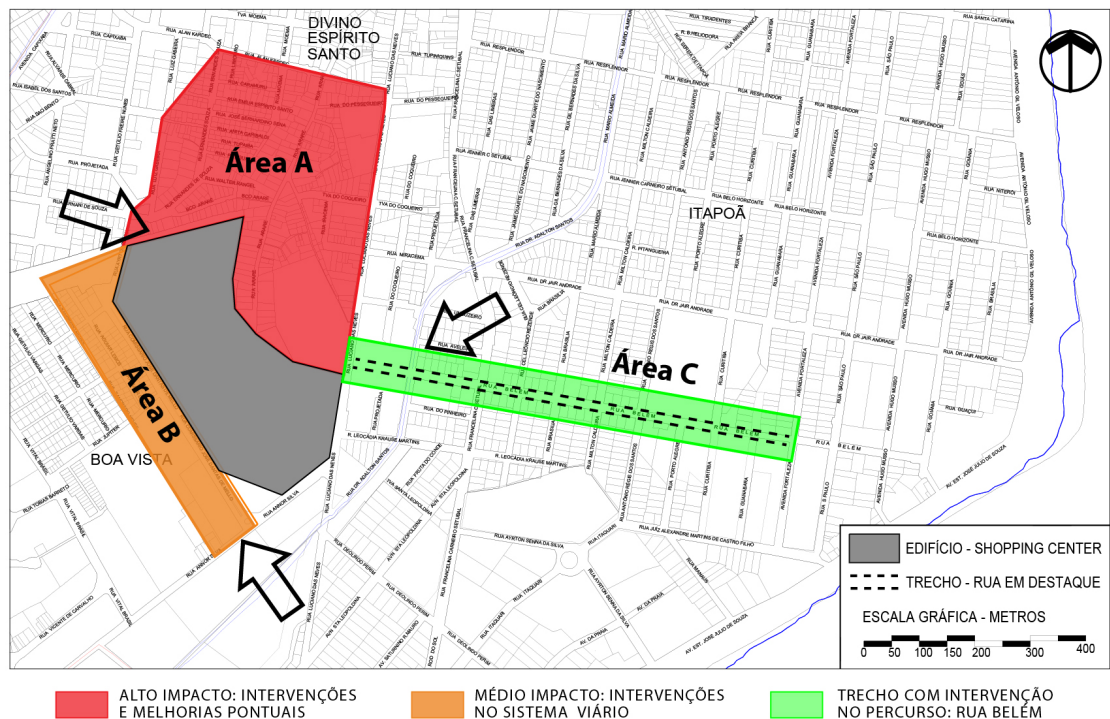


Figura 7 – região em que se insere o estudo, com a demarcação de 3 áreas de influência, classificadas como A, B, e C, de acordo com os impactos negativos imediatos causados (conf. legenda) Desenho sobre mapa de AutoCad

(Fonte: restituição cartográfica - PMVV)

Para uma verificação mais próxima, as áreas em destaque (A, B e C) foram percorridas (a pé e de automóvel, propositalmente em um feriado, na intenção de observar mais facilmente a configuração das ruas, sem o usual movimento de veículos) e fotografadas nos pontos indicados por setas. O objetivo é demonstrar as impressões relacionadas à configuração da área, em consequência das melhorias físicas então consolidadas, considerando suas condições anteriores e a situação atual. Inicialmente, tomamos a “área A”, indicada (Fig. 7) que ocupa boa parte do Bairro Divino Espírito Santo.

Como já mencionado, trata-se de um bairro de uso predominantemente residencial, que abriga uma rede de comércio local. Contudo, a região ainda enfrenta sérios problemas quanto à segurança dos moradores e dos cidadãos do entorno, além da carência de alguns serviços básicos, com precariedade em sua infraestrutura e em alguns pontos de seu sistema viário<sup>6</sup>. A proposta de inserção de um *shopping center* em um terreno limdeiro ao bairro, desde o início chamou a atenção dos moradores, que, por ocasião da obra, antes mesmo de sua instalação, e por meio de ação popular, conquistaram efetiva participação na elaboração e acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, como já relatado, com o interesse em reivindicar

<sup>6</sup> O bairro “Divino Espírito Santo”, entre as 3 áreas analisadas, é o de menor densidade populacional (devido ao maior número relativo de residências unifamiliares), menor renda média; maior taxa de mortalidade (4,7/mil hab.); menor taxa de alfabetização 96,5%; entre os demais bairros cujas áreas foram analisadas, também é o mais carente em serviços como coleta de lixo e abastecimento de água, entre outros serviços de infraestrutura urbana. (fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha - [www.vilavelha.es.gov.br](http://www.vilavelha.es.gov.br))

melhorias estruturais e implantação de equipamentos públicos.

Essas melhorias, algumas já realizadas na região, resultam ainda insuficientes para que o alto impacto sofrido pela região venha a ser compensado, a despeito das alegações dos responsáveis pelo empreendimento, de que os moradores da região seriam favorecidos, por exemplo, como a possibilidade de ofertas de emprego. Entretanto, permanecem algumas carências estruturais e equipamentos públicos e serviços urbanos que o bairro necessita, à espera do cumprimento de medidas determinadas, de acordo com os prazos estabelecidos pelo TAC, ainda a serem executadas por parte do empreendedor.



Figura 8 – (esq.) Vista da rua posterior ao edifício do *shopping center*, em que se notam algumas melhorias (praça com equipamentos de ginástica).

(Fonte: acervo pessoal)

Figura 9 – (dir.) Vista da mesma rua, em ponto inverso. Neste ponto, já se observam deficiências devido à descontinuidade da rua, com poucas mudanças estruturais.

(Fonte: acervo pessoal)

Como mostram as imagens (Figuras 8 e 9), colhidas no local (conforme indicado na Fig. 7), ocorreram melhorias na iluminação, pavimentação e sinalização das ruas do bairro – medidas previsíveis e, de certo modo, básicas quando se trata de urbanização. Não por acaso, devido à sua volumetria e localização, o shopping foi implantado com suas divisas de fundos com a área do bairro, constatando-se que existem problemas acarretados pela presença do edifício, à espera de soluções, assim como as melhorias ainda necessárias.



Figura 10 – (esq.) Vista da Av. Luciano das Neves, via arterial e de grande fluxo em dias úteis; na margem esquerda, ao fundo, o Fórum da cidade; à direita, o ponto de confluência com a Rua Juscelino Kubistchek (Fig.11);

(Fonte: acervo pessoal)

Figura 11 – (dir.) Vista da Rua Juscelino Kubistchek, à esquerda, o edifício da universidade, que faz frente a um dos acessos ao shopping;

(Fonte: acervo pessoal)

O trecho designado como “área B”, também indicada na Fig. 7, configura-se como uma área diferenciada da anterior, embora também caracterizada como prioritariamente residencial<sup>7</sup>. Como característica peculiar, a área abriga dois importantes equipamentos institucionais – o Fórum da cidade e uma Universidade (situados no trecho em destaque), que foram melhor favorecidos pela proximidade com o *shopping center* (Figuras 10 e 11).

Em virtude dessa proximidade, o edifício da universidade – já existente antes da construção do novo edifício (Figura 11), localizado em uma área lindeira ao *shopping*, foi diretamente beneficiado quanto ao acesso e à visibilidade. A rua que separa os dois edifícios recebeu significativas melhorias (ampliação, pavimentação, iluminação e sinalização), que complementaram e facilitaram o acesso ao shopping e também à universidade, interligando ambos os edifícios (ver também Fig.14). Visto que, pela função de cada edifício, ambos – *shopping center* e universidade, são grandes atrativos de fluxos de pessoas, sendo potenciais geradores de tráfego de veículos, as melhorias mais significativas que a rua recebeu (reestruturada e praticamente reconstruída), justificam-se por esta atratividade. Contudo, ao serem beneficiados alguns fluxos e facilitados novos percursos, observamos que foi prioritariamente valorizada a mobilidade dos automóveis.

Finalmente, a área designada como “área C”, também indicada no mapa (Fig. 7): o trecho em análise faz parte do Bairro Itapuã, região também predominantemente

7 A área “B” pertence a parte de dois bairros: Boa Vista 2 e Vista da Penha, que possuem alta densidade populacional (devido à sua pequena extensão territorial), baixa taxa de mortalidade (3,4/mil hab.), renda média e taxa de alfabetização mais elevadas em relação ao bairro Divino Espírito Santo (área A); sendo bem servidos de serviços de coleta de lixo e abastecimento de água. (fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha - [www.vilavelha.es.gov.br](http://www.vilavelha.es.gov.br))

residencial, que possui relativa diversidade<sup>8</sup>. A área mais próxima do novo acesso ao *shopping center* recebeu inicialmente mudanças estruturais facilmente visíveis, como iluminação melhorada em uma praça próxima e em seu entorno, resultando positivamente na segurança do lugar. O destaque para esta área justifica-se também pelas transformações ocorridas em função da já mencionada desobstrução do trecho final da rua (conf. Figuras 5 e 6): anteriormente à construção do edifício, esta mesma rua era descontinuada e mal iluminada, carecendo de estruturação; porém, com a inclusão do edifício do *shopping*, as mudanças ocorridas foram significativas e rapidamente percebidas.



Figura 12 – (esq.) Vista da ponte (Rua Belém), a partir do ponto de vista em destaque (Fig. 4);  
(Fonte: acervo pessoal)

Figura 13 – (dir.) Vista da mesma rua, em ponto de visada inverso: veículos em direção ao edifício do shopping  
(Fonte: acervo pessoal)

As imagens desta rua (Figuras 12 e 13) evidenciam seu aspecto atual, podendo-se observar sua nova configuração e as transformações mais perceptíveis. Tão logo foram concluídas as primeiras obras estruturantes, houveram alterações no percurso viário, com o previsível aumento no trânsito de veículos; neste caso, prioridades também para os automóveis. Entretanto, no caso da rua Belém, houve também uma mudança positiva quanto à visibilidade atribuída ao local em destaque nas imagens: em conversa com moradores das imediações, questionados se as ações de melhoria foram aprovadas, e se houve aumento da segurança no lugar, a maioria respondeu positivamente. Contudo, uma moradora mais próxima do local alegou que, embora a construção da ponte seja um fator positivo, facilitando o acesso ao *shopping*, a sensação de segurança é acompanhada do favorecimento do acesso de possíveis “visitantes indesejados”.

8 O bairro “Itapuã”, segundo mais populoso da cidade de Vila Velha-ES, também com alta densidade populacional (grande número de unidades residenciais multifamiliares), possui uma boa rede local de comércio e serviços, que atende também aos bairros vizinhos; com índices socioeconômicos entre os mais favorecidos da cidade, e mais elevados em comparação com as demais áreas deste estudo. (fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha - [www.vilavelha.es.gov.br](http://www.vilavelha.es.gov.br))



Não obstante os aspectos positivos apontados, ao constatarmos que o sistema viário (Fig. 14) foi o principal foco das transformações e melhorias locais, podemos considerar atual a afirmação de Jane Jacobs a respeito das decisões e prioridades quando se buscam soluções para os problemas urbanos: “as necessidades dos automóveis são mais facilmente compreendidas e satisfeitas do que as complexas necessidades das cidades” (JACOBS, 2000, p.6).



Figura 14 – Rua Juscelino Kubistchek, vista do trecho da rua onde observa-se à direita, o edifício de uma universidade; ao fundo, parte dos edifícios que foram construídos posteriormente.

(Fonte: acervo pessoal)

Na tentativa bem-intencionada de atender às questões relativas à mobilidade e à acessibilidade, requeridos frequentemente nos planos de desenvolvimento das cidades, por vezes, incorre-se no equívoco de acreditar que muitos problemas da cidade serão solucionados simplesmente buscando-se soluções para os problemas de trânsito:

As cidades apresentam preocupações econômicas e sociais muito mais complicadas do que o trânsito de automóveis. Como saber que solução dar ao trânsito antes de saber como funciona a própria cidade e de que mais ela necessita nas ruas? É impossível. (JACOBS, 2000, p.6)

Considerando as especificidades e as diferenças entre as três áreas destacadas e o contexto de seus respectivos bairros, constatamos também sua diversidade – característica recomendável à cidade; diversidade esta que, em certa medida, já existia antes do novo edifício. Podemos admitir ainda, que a implantação de um edifício de grande porte no local, trouxe o que a mesma autora classifica como “diversidade derivada”: segundo Jacobs, este tipo de diversidade “se aplica aos empreendimentos que surgem em consequência da presença de usos principais, a fim de servir às pessoas atraídas pelos usos principais” (JACOBS, 2000, p. 178).

No caso em estudo, tal diversidade tornou-se possivelmente ampliada, devido aos tipos de uso das áreas vizinhas, em alguns aspectos diferenciadas entre si, e

também à proximidade de outros equipamentos – a Universidade e o Fórum, que, como observamos, foram em grande parte, os maiores beneficiados pelas mudanças ocorridas.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As ruas constituem as principais paisagens das cidades” (JACOBS, 2000, p.421). Esta afirmação sustenta, em grande medida, as percepções de mudanças na paisagem urbana da área em análise. Desde as melhorias estruturais ocorridas no local, até a criação de novas perspectivas visuais, priorizando a inserção do *shopping center*, as principais mudanças estão diretamente vinculadas ao traçado e à morfologia das ruas.

Considerando que a cidade é um território dinâmico e, portanto, em constante transformação, ao longo do tempo constatamos que a paisagem urbana passa inevitavelmente por alterações. Os efeitos “positivos” da urbanização, como melhorias na iluminação, ruas amplas e pavimentadas, novas praças, equipamentos urbanos, entre outros benefícios, vão sendo bem recebidos e absorvidos, uma vez que fazem parte das expectativas do viver na cidade (a que todos devem ter direito). Por outro lado, as consequências negativas, que muitas vezes não são percebidas de imediato, como o aumento da densidade populacional, intensificação de fluxo de veículos e impermeabilização do solo natural – cujas sutis consequências não são assim tão “sutis”, estarão presentes. Como cidadãos, muitas vezes confundimos com “progresso”, os resultados de ações que incidem antes sobre a paisagem, e em seguida, na vida de todos que compartilhamos do mesmo espaço urbano, onde a paisagem se define.

Como observado nos trechos destacados nesta análise, as áreas que sofreram as consequências diretas da presença do edifício, devido às suas características e especificidades, foram modificadas em sua estrutura muito além de seus aspectos visuais. Contudo, e também em razão destas especificidades, o modo de percepção provavelmente deu-se de formas diferentes, talvez pelas próprias necessidades já existentes antes e as necessidades geradas após. Um grande empreendimento comercial como tantos outros que eventualmente são construídos na cidade, cuja inserção acaba por revelar interesses mercadológicos, não apenas configura-se como mais um objeto percebido no espaço urbano, como certamente produz impactos e conflitos, não obstante os argumentos positivos alegados pelos seus promotores.

Ao verificarmos mudanças ocorridas em um curto período de tempo, fica também evidente que um edifício inserido em uma grande área vazia (por um longo tempo disponível à especulação imobiliária), apesar de possíveis argumentos contrários à sua implantação, produz alguns resultados positivos. Entretanto, como consequências “naturais” de mudanças muitas vezes impostas, os impactos negativos (por se

tratarem de ações humanas sobre a *paisagem natural*), serão também incorporados ao cotidiano das pessoas; valendo admitir a afirmação de Cullen, de que “através da observação da cidade construída pela especulação ou pelas autoridades locais é-se forçado a constatar que esta concepção de paisagem urbana não tem sido respeitada” (1983, p. 135).

Finalmente, ainda considerando diferenças morfológicas e também diferentes necessidades estruturais, estes impactos provocarão efeitos de modo diferente. Em termos práticos, a apreensão da nova paisagem pode ser a primeira mudança percebida, quase sempre, e genericamente, de modo positivo. Entretanto, se estas mudanças forem somente produzidas na intenção de facilitar a ocupação predatória de parte da cidade, priorizando a circulação do automóvel e em detrimento da circulação dos pedestres, a paisagem da cidade precisa ser reinventada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. **Lei Federal Nº 7.347**, 24 de julho de 1985. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm)>

\_\_\_\_\_. Estatuto da Cidade: **Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>

CORRÊA, Renato L. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Editora Ática, 4ª Edição, 2003.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MASCARÓ, Juan Luís (org). **Infraestrutura da Paisagem**. Porto Alegre, RS. Masquatro Editora, 2008. ISBN 978-85-99897-04-1.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO – Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha. **Termo de Ajustamento de Conduta** – 18 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/2185a970-4dad-4a33-b52d-a2d411f603ea.pdf>>

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2ª Edição, 2000.

LYNCH, Kevin. **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA - ES. **Perfil Socioeconômico por Bairros**. Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão – Subsecretaria de Planejamento. Estudos & Pesquisas, Vila Velha, outubro de 2013. Revisão nº 02. - Disponível em: <<https://www.vilavelha.es.gov.br>>

ROCCO, Rogério. **Estudo de Impacto de Vizinhança – instrumento de garantia do direito às cidades sustentáveis**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009 – 2ª edição.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 4ª Edição, 2008.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Luciana Pavowski Franco Silvestre** - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abuso sexual 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10

Acadêmicos 37, 62, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 86, 88, 89, 90

Adoção 74, 75, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90

Amostragem 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Antropologia 78, 108, 142

Assistência técnica 58, 92, 93, 94, 102

Aura 181, 182, 183, 184, 190, 191

### B

Brasil 1, 2, 3, 5, 9, 11, 12, 20, 22, 23, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 49, 57, 59, 62, 63, 65, 74, 75, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 102, 110, 112, 113, 117, 119, 121, 122, 128, 129, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 194, 204, 205, 217, 218, 242

### C

Cadeias de custódias 1, 7

Capital intelectual 130, 131, 132, 133, 135, 140

Centro de atenção psicossocial 22, 26, 33

Choque 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191

Cidade 1, 2, 3, 4, 10, 17, 18, 23, 26, 33, 53, 54, 59, 62, 86, 93, 94, 95, 96, 113, 114, 115, 142, 143, 145, 185, 212, 215, 226, 228, 229, 234, 238, 239, 240, 241, 242

Cinema 174, 175, 177, 179

Contabilidade 13, 20, 21, 48, 49, 64, 65, 66, 72, 219, 220, 221, 222, 225

Curso de direito 90

### D

Deficiência 174, 175, 177, 178, 179, 180

Desenvolvimento regional 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 120

Dignidade humana 174, 176, 178

### E

Economia 12, 13, 15, 42, 46, 48, 49, 51, 63, 107, 115, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 193, 195, 198, 215

Empoderamento feminino 130

Estatuto da criança e do adolescente 91

Ética 3, 11, 27, 38, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 90, 133, 179, 219, 220, 221, 222, 225

Experiência 23, 24, 30, 31, 33, 52, 53, 55, 60, 63, 76, 78, 79, 80, 82, 88, 89, 92, 93, 119, 128, 130, 131, 169, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190

## F

Família 6, 10, 11, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 56, 57, 58, 74, 82, 83, 86, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 113, 116, 117, 125, 128, 134, 143, 146, 174, 179, 195, 243

Familiares 7, 9, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 53, 56, 62, 107, 118, 125, 132, 150

Fenomenologia 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 162, 164

## I

Impacto de vizinhança 226, 233

Inclusão social 12, 13, 94, 140, 178

Infração 219, 222, 224

## J

Justiça restaurativa 34, 36, 37, 38, 39

## M

Migração interna 105, 112, 119, 120

Moda 78, 141, 166, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 191

Morte 79, 142, 143, 145, 151, 152, 153, 154, 242

Morto 142, 143, 150, 152, 153

Mundo da vida 155, 156, 157, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

## P

Paisagem urbana 226, 227, 229, 235, 241, 242

Pesquisa científica 11, 34, 37

Pesquisas eleitorais 193, 194, 195, 196, 198, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218

Princípios morais 64

Probabilidade 193, 197, 199, 202, 209, 210, 213, 214

Profissional 4, 6, 24, 25, 33, 44, 52, 55, 59, 60, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 94, 102, 116, 194, 219, 221, 222, 224, 225

Projeto civis 92, 94

## Q

Quotas 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 208, 212, 213, 214, 215, 216, 217

## R

Razão de sexo 105, 114, 115

Rede de ação comunicativa 155, 156, 163, 165, 167

Relações de gênero 63, 105, 106, 107, 108, 110, 118, 124, 127, 128

Representação 42, 125, 142, 143, 146, 163, 187, 201, 208

Revitimização 1, 3, 4, 5, 7, 10

Revolução tecnológica informacional

## **S**

Saúde criança 93, 103, 104

Saúde mental 7, 9, 11, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33

Sociedade em rede 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 170, 171, 172

## **T**

Taxa líquida de migração 105, 111, 115

Trabalho 4, 6, 7, 15, 18, 19, 25, 26, 33, 35, 40, 42, 43, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 82, 89, 93, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 156, 168, 174, 176, 181, 182, 186, 187, 188, 204, 220, 229

## **U**

Universidades 34, 35, 37, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51

## **V**

Vítimas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 36, 93, 109

Vivência 26, 125, 126, 181, 184, 185, 186, 190

## **Z**

Zona rural 53, 115, 130, 131

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-689-8

